

IX CONIC

Congresso de Iniciação Científica

12 a 14 de novembro de 2009

FARN

FARN: 10 ANOS DE ENSINO E PESQUISA A SERVIÇO DA SOCIEDADE

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANAIS



IX CONIC

Congresso de Iniciação Científica
12 a 14 de novembro de 2009

FARN

FARN: 10 ANOS DE ENSINO E PESQUISA A SERVIÇO DA SOCIEDADE

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.

ANAIS



Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN
Setor de Processos Técnicos

C759 Congresso de Iniciação Científica da Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (9: 2009: Natal, RN)

Anais do IX Congresso de Iniciação Científica da FARN: FARN:
10 anos de Ensino e Pesquisa a Serviço da Sociedade, Natal (RN),
12 a 14 de novembro de 2009. – Natal: FARN, 2009.
2 v. (i, 271 f.; ii, 332 f.)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Pesquisa Científica – Resumos. 2. Ensino e Pesquisa –
Resumos. I. Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio
Grande do Norte. II. Título.

RN/FARN/BC

CDU 001(063)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO
NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN - Dr. Manoel de Medeiros Brito
Chanceler da FARN - Prof^a Noilde Pessoa Ramalho

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FARN
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO

Direção Geral da FARN - Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima
Direção Geral Adjunta - Prof^a Ângela Maria Guerra Fonseca
Assessoria de Planejamento - Prof. Alcir Veras da Silva
Assessoria de Comunicação - Jornalista Graciêma Maria Carneiro
Secretaria Geral - Rosana Karla Pereira Caldas
Prefeitura do Campus - José Mendes Pinheiro Filho
Biblioteca - Maria de Lourdes Teixeira da Silva

ÁREA ACADÊMICA

Diretoria Acadêmica – Prof^a Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Controle Acadêmico – Patrícia Falcone Pessoa
Núcleo Didático-Pedagógico – Prof^a Ângela Maria Guerra Fonseca
Coordenação dos Cursos de Administração e
Administração com Habilitação em Marketing – Prof^a Catarina da Silva Souza
Coordenação do Curso de Bacharelado em Sistema de Informação e Licenciatura em
Computação – Prof^a. Livia Maria Martins da Silva
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis – Prof^a Yara Magaly Albano Soares
Coordenação do Curso de Direito – Prof^a Walber Cunha Lima
Coordenação do Curso de Educação Física – Maria Irany Knackfuss
Coordenação do Curso de Enfermagem – Prof^a. Juçara Machado Sucar
Coordenação do Curso de Fisioterapia – Prof. Robson Alves da Silva
Coordenação do Curso de Nutrição – Prof^a Carina Leite de Araújo Oliveira
Coordenação do Curso de Psicologia – Prof. Jordana Celli Bulhões Campos
Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação – Prof. Aluísio Alberto Dantas
Núcleo de Extensão Universitária – Prof^a Ângela Maria Guerra Fonseca

ÁREA ADMINISTRATIVA

Diretoria Administrativa – Prof^a Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Setor de Informática – Francisco das Chagas da Silva
Setor de Recursos Humanos – Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues
Setor de Contabilidade – Cláudio Cesar Formiga Barbosa
Setor de Compras, Material e Patrimônio – Dickson Pessoa de Lima
Setor de Serviços Gráficos – Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO ORGANIZADORA DO IX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação
Alúcio Alberto Dantas

Representante da Direção Geral
Alcir Veras da Silva

Assessoria de Comunicação
Graciêmia Maria Carneiro

Biblioteca
Maria de Lourdes Teixeira da Silva

Curso de Administração e Marketing
Catarina da Silva Souza
Karina de Oliveira Costa Bezerra

Custo de Ciências Contábeis
Yara Magaly Albano Soares

Curso de Direito
Walber Cunha Lima

Curso de Educação Física
Maria Irany Knackfuss

Curso de Enfermagem
Juçara Machado Sucar
Cléa Maria da Costa Moreno

Curso de Fisioterapia
Robson Alves da Silva
André Luiz Silva Davim

Curso de Informática
Lívia Maria Martins da Silva
Bartira Paraguaçu Falcão Dantas Rocha

Curso de Nutrição
Carina Leite de Araujo Oliveira

Curso de Psicologia
Jordana Celli Bulhões Campos

SECRETARIA EXECUTIVA

Alan Dias Barros
Alcir Veras da Silva
Ana Maria da Silva Souza
Angela Maria Guerra Fonseca
Carina Leite de Araujo Oliveira
Catarina da Silva Souza
Daniela Quaresma de Souza
Eryberto Jorge Guedes da Silva
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Gabriel Nuno da Silva
Graciema Maria Carneiro
Jailson Mateus da Silva
Jordana Celli Bulhões Campos
José Mendes Pinheiro Filho
Juçara Machado Sucar
Karina de Oliveira Costa Bezerra
Kátia Cristina Dantas da Câmara
Lineu Rodrigues de Paiva
Livia Maria Martins da Silva
Marcelo de Oliveira Souza
Marcilio de Souza Vieira
Maria do Socorro Silva
Maria Luzia Alexandre de Oliveira
Niciana Maria da Silva
Nivaldo Antonio Portela de Vasconcelos
Paulo Sergio Santa Rosa Castim
Reinaldo Teofilo de Souza
Robson Alves da Silva
Romeica Cunha Lima Rosado Batista
Rosana Karla Pereira Caldas
Vania de Vasconcelos Gico
Walber Cunha Lima

EDITORAÇÃO GRÁFICA
Bibliotecária Marciele Oliveira de Souza

APRESENTAÇÃO

Na FARN, a Iniciação Científica integra o próprio Projeto Pedagógico da Instituição. É atividade com absoluta prioridade, no sentido de estimular o uso da metodologia científica pelo alunado. Essa prática é capaz de quebrar a monotonia que pode existir no ensino, de forma a fazer florescer no aluno um interesse maior pelos estudos. Há, portanto, um incentivo muito grande da Direção, das Coordenações e do corpo docente, para que todos os estudantes se envolvam na Iniciação Científica.

O Congresso é o coroamento de vários meses de dedicação, de pesquisa e de estudos, envolvendo os alunos autores e os professores orientadores. Esta publicação é o registro de um projeto vitorioso da FARN, o qual contribui bastante para o sucesso que a Faculdade tem alcançado.

Assim, é com alegria que apresentamos os Anais do IX Congresso de Iniciação Científica da FARN, com os parabéns para o Presidente do evento, Prof. Aluísio Alberto Dantas, para todos os que colaboraram com o Congresso, e, especialmente, para os principais atores deste cenário, os autores e os orientadores dos trabalhos.

Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima
Diretor-Geral da FARN

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO	Adriano Henrique O. da Motta Alídia Hernandez Ribeiro Ana Maria da Silva Souza Carlos Antônio de L. Moreira Fábio Couto Ferrer Fabrícia Abrantes F. da Rocha Flávio Emílio Cavalcante Franklin Marcolino de Souza	Jannes de Freitas Valente José Padilha Chrispim Karina de Oliveira Costa Marcílio Rodrigues de Oliveira Rasland Costa de Luna Freire Ronaldo Mendes Neves Thereza Angélica B. de Souza Waldemir Galvão
CONTABILIDADE	Adilson de Lima Tavares Afonso Martinez Florentin Carlos Eduardo Marinho Diniz Cícero Luiz Alves da Silva Cleverson Luiz Fontas Dinarte Paiva dos Santos Jr.	Édson Luiz Amaral de Oliveira Erasmus Euler Melo Batista Jorge Alberto Peres Ribeiro Maria do Rosário de Oliveira Renkel Aladim de Araújo Yara Magaly Albano Soares
DIREITO	Ana Paula Cacho Andréa Gersósimo Mussato Carlos Alberto Nicolete da S. Carlos Wagner Dias Ferreira Daniel Monteiro da Silva Dijosete Veríssimo da Costa Jr Gilmar dos Santos Melo Ivanaldo Bezerra dos Santos José Eduardo Moura Karina Smith Chaves Seidl	Lenice Silveira Moreira Lincoln José Rufino Luciana Flávia N. Casimiro Luiz Eduardo Marinho Costa Maria Aparecida S.F. Trindade Maria Danielle Simões Veras Maria do Socorro Azevedo Nicholas Alexandre Morais C. Noemi Favassa Alves Queiroz Patrícia Carla de F. Teixeira Vânia de Vasconcelos Gico
INFORMÁTICA	Aluizio Ferreira da Rocha Neto Bartira Paraguaçu Falcão Dantas Rocha Edgar de Farias Correia Gleydson de Azevedo Ferreira Lima	Josué Vitor de Medeiros Jr. Livia Maria Martins da Silva Nilda Maria Teixeira de Cerqueira Ytalo Rosendo do Amaral
PÓS-GRADUAÇÃO	Aluísio Alberto Dantas Catarina da Silva Souza Jannes de Freitas Valente Jesus Leodaly Salazar Aramayo Joana Darc Medeiros Martins	

SUMÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

A AVALIAÇÃO DO MOBILE MARKETING BASEADO EM SMS COMO FERRAMENTA DE RELACIONAMENTO: UM ESTUDO DE CASO EM EMPRESAS DO SETOR DE SERVIÇOS EM NATAL-RN RESULTADOS PARCIAIS.....	26
UM ESTUDO SOBRE A EMPREGABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS DO HOSPITAL “ALFA”, LOCALIZADO NA CIDADE DO NATAL/RN.....	27
ESTRATÉGIAS PARA A TOMADA DE DECISÕES EMPRESARIAIS: ESTUDO DA CASA DO ZÍPER.....	28
PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO: UM ESTUDO NA CASA DO ZIPER.....	29
SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DE UMA LOJA DE VAREJO NA INTERNET: ESTUDO DE CASO NA LINUX MALL.....	30
AS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA NA SEGURANÇA OCUPACIONAL DA PETROBRAS.....	31
BUSCA DE DESAFIOS NA FIDELIZAÇÃO DOS CLIENTES DA COOPTAX - NATAL/RN.....	32
MOTIVAÇÃO DOS CORRETORES DA ABREU BROKERS- NATAL/RN.	33
RECRUTAMENTO E SELEÇÃO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	34
O MODELO DE GESTÃO PÚBLICA NA REDE HOSPITALAR ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE: O CASO DO HOSPITAL DA POLICIA MILITAR.....	35
O BENEFÍCIO DA GESTÃO POR RESULTADOS: A APLICAÇÃO NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	36
UM ESTUDO SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NO HOSPITAL “ÔMEGA” LOCALIZADO NA CIDADE DE NATAL/RN.....	37
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE BANCOS NOS ANOS 2007 E 2008: BASEADAS NO MÉTODO EVA® - ECONOMIC VALUE ADDED...	38
UM ESTUDO SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NO BANCO BRADESCO, AGÊNCIA NATAL CENTRO.....	39

HÁBITOS DE COMPRA DO CONSUMIDOR DE MODA FEMININA.....	40
IMPLANTAÇÃO DE MANUAL DE PROCEDIMENTOS NA EMPRESA GOLDEN CAR.....	41
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA DA CULTURA DA MAMONA NO RIO GRANDE DO NORTE.....	42
PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE SERRINHA – RN.....	43
OS VALORES DA AUTOGESTÃO NA TOMADA DE DECISÃO NA COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIDISCIPLINAR POTIGUAR – TECHNE.....	44
OS BENEFÍCIOS ESPOTÂNEOS OFERECIDOS PELA REDE HOTELEIRA DA VIA COSTEIRA.....	45
AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA ENTRADA DA OPERADORA VIVO NO MERCADO DE TELEFONIA MÓVEL DO RIO GRANDE DO NORTE.	46
ANÁLISE DA CADEIA DE FOMENTOS DO BIODIESEL NO RIO GRANDE DO NORTE.....	47
REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO NA STUTTGART AUTO CENTER.	48
COMPORTAMENTO DOS JOVENS NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DO SHOPPING MIDWAY MALL: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO.....	49
A IMPORTÂNCIA DAS ALIANÇAS EMPRESARIAIS E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: O CASO DO CENTRO CULTURAL CASA DA RIBEIRA.....	50
ANÁLISE DO SISTEMA DE PRODUÇÃO NO QUESITO TEMPO E QUALIDADE NA CONFECÇÃO DA CAMISA PÓLO NAS INDÚSTRIAS GUARARAPES CONFECÇÕES SA.	51
RECICLAGEM DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO COMO UMA OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO PARA O RIO GRANDE DO NORTE.	52
ANALISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CONSTRUTORA AZEVEDO & COELHO LTDA.....	53
MONOGRAFIA: UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE MARKETING DAS LOJAS DE CONVENIÊNCIA EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS.....	54

MARKETING PESSOAL E OBESIDADE, UMA ANÁLISE NAS LOJAS DO NATAL SHOPPING.....	55
“MARKETING VIRAL” TRANSMISSÃO DE IDEIAS, PRODUTOS OU SERVICOS ATRAVÉS DA INTERNET: O ESTUDO DE CASO DO AXE DARK TEMPTATION.....	56
ERGONOMIA SOB A OTICA DA PRODUÇÃO.....	57
QUALIDADE TOTAL NO ATENDIMENTO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTIVEIS.....	58
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL PARA EMPRESAS: UM DIFERENCIAL DA GESTÃO AMBIENTAL ENTRE A EMPRESA “X” & A EMPRESA “Y”.....	59
TRATANDO O CAPITALISMO COM O TEATRO.....	60
SUPRIMENTO FÍSICO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE INFORMÁTICA.....	61
GESTÃO POR COMPETÊNCIA: DESENVOLVENDO UM PROGRAMA DE TREINAMENTO PARA OS GERENTES DE FILIAL DA EMPRESA CONSEDA CONSULTORIA E SERVIÇO LTDA.....	62
UMA ANÁLISE DO NOVO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA APLICADO ÀS ORGANIZAÇÕES MILITARES: O CASO DA BASE NAVAL DE NATAL.....	63
ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE MACAÍBA.....	64
DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO DE GESTÃO DE ESTOQUES PARA UMA EMPRESA DE COMÉRCIO VAREJISTA.....	65
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESCRITÓRIO DE JUSTIÇA GRATUITA DO MUNICÍPIO DE PASSA E FICA/RN.....	66
ESTRATÉGIA DE UM PROVEDOR DE INTERNET PARA SE DIFERENCIAR DA CONCORRÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO.....	67
UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA ADMINISTRADORES DE CONDOMÍNIOS.....	68
PACIENTE OU CLIENTE? ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO PARA A CLÍNICA PEDRO CAVALCANTI.	69

LOGÍSTICA EMPRESARIAL: UM ESTUDO DE CASO PARA ELABORAR UM PROJETO DE FIDELIZAÇÃO DE MOTORISTAS TERCEIRIZADOS NO GRANDE MOINHO POTIGUAR.....	70
ESTRATÉGIAS DE FIDELIZAÇÃO PARA OS CLIENTES DA PAPELARIA JUNAISA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO.....	71
REDEFINIÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUES: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA KALSI BEM.....	72
CULTURA AMBIENTALMENTE CORRETA – UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FARN.....	73
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA CONSTRUTORA G5.....	74
UMA ANÁLISE DA ATUAL GESTÃO DO CENTRO REGIONAL DO NORDESTE DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS...	75
UM ESTUDO SOBRE A QUALIDADE NOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA MUITO FÁCIL ARRECADAÇÃO E RECEBIMENTOS LTDA.....	76
EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DA OPÇÃO DE CARREIRA DOS ALUNOS DO QUARTO ANO DE ADMINISTRAÇÃO DA FARN.....	77
AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CLIENTE DA EMPRESA ACESSÓRIOS CELULAR.....	78
UM ESTUDO DA UTILIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING E GESTÃO AMBIENTAL NOS SUPERMERCADOS DA CIDADE DO NATAL/RN.....	79
OTIMIZANDO A GESTÃO DE ESTOQUE DA EMPRESA JSS COMÉRCIO ATACADISTA DE CARNES LTDA.....	80
AVALIAÇÃO DO POSICIONAMENTO DA MARCA NATAL PISOS NA MENTE DOS CONSUMIDORES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DA ZONA SUL DE NATAL.....	81
ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS: UMA ABORDAGEM EM UMA EMPRESA DO SETOR SALINEIRO DO RN.....	82
MERCHANDISING, UM ESTUDO DE CASO DAS LOJAS RIACHUELO S/A.....	83
CONTROLE DE ESTOQUE: UM ESTUDO NA EMPRESA VALE DAS PALMEIRAS.....	84
EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DO RAMO DOMÉSTICO.....	85

ESTUDO DE VIABILIDADE DE UM EBUSINESS NO SEGMENTO DE JÓIAS DO RN.	86
FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA GABRIEL JÓIAS.....	87
DEFININDO UM MODELO PARA PROVER O CONTROLE DE ESTOQUE: O CASO DA EMPRESA PURO SABOR.....	88
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: UMA AVALIAÇÃO SOBRE A EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL NA ÓTICA NEW VISION QUANTO AO SETOR ADMINISTRATIVO.....	89
A AVALIAÇÃO DA FIDELIZAÇÃO DOS CLIENTES PESSOA FÍSICA DO BANCO DO BRASIL S.A AGÊNCIA MONTE ALEGRE.....	90
UMA NOVA VISÃO E POSTURA FRENTE A PROCESSOS DE FUSÃO E AQUISIÇÃO DE EMPRESAS.....	91
ANÁLISE DO TURISMO DE NEGÓCIOS EM NATAL: UM ESTUDO SOBRE O SETOR E SEUS IMPACTOS SÓCIO – ECONÔMICOS PARA OS HOTÉIS DA VIA COSTEIRA.....	92
ANÁLISE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS EMPREGADOS PARA AVALIAÇÃO E ACESSORAMENTO DA REDE DE LOTERIAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE.....	93
COMUNICAÇÃO INTERNA DOS FUNCIONÁRIOS NO DIA-A-DIA DA TRANSPORTADORA MARCAN.....	94
A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NATAL: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VIA DEMANDA JUDICIAL NO ANO DE 2008.	95
SUGESTÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA EM MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA OCUPACIONAL NA CBTU-NATAL (COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS).....	96
REDEFINIR O SISTEMA DE GESTÃO ESTOQUES PARA A INDÚSTRIA DOCES POTENGI LTDA.....	97
ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE MERCHANDISING UTILIZADAS NA LOJA RIO CENTER MEGASTORE.....	98
MARKETING ESPORTIVO: UM ESTUDO DE CASO NA SELEÇÃO DE BASQUETE NO RIO GRANDE DO NORTE.....	99

SUMÁRIO DE CONTABILIDADE

SUGESTÃO DE IMPLANTAÇÃO DO MÉTODO ABC PARA FINS GERENCIAIS EM UMA EMPRESA DE SERVIÇO.	101
A DENGUE E O SEU IMPACTO FINANCEIRO NOS COFRES DO MUNICÍPIO DA CIDADE DO NATAL/RN.....	102
UMA ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NA GESTÃO DOS HOTÉIS NA CIDADE DO NATAL.....	103
A RELEVÂNCIA DA AUDITORIA COMO FORMA DE CONTROLE E GERENCIAMENTO NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO EMPÍRICO NA ENTIDADE EDUCAR.....	104
QUAL A MELHOR FORMA DE TRIBUTAÇÃO FEDERAL APLICADA A UMA EMPRESA ATACADISTA DE ALIMENTOS SEDIADA EM NATAL.	105
O USO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA A TOMADA DE DECISÃO NO PROCESSO PRODUTIVO DO CULTIVO DO MELÃO.....	106
NOTA FISCAL ELETRÔNICA : ESTUDO SOBRE AS VANTAGENS DA IMPLANTAÇÃO PARA AS EMPRESAS NA VISÃO DO CONTRIBUINTE DO ICMS DO ESTADO DO RN.....	107
A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS INTERNOS SOBRE AS MUDANÇAS REFLETIDAS NA LEI 11.638/07:UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DE CAPITAL ABERTO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	108
A RELEVÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA A ADMINISTRAÇÃO DA FUNPEC.....	109
AUDITORIA DE NATUREZA OPERACIONAL - ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE....	110
VERIFICAR SE PARA UM POSTO DE COMBUSTÍVEL NA GRANDE NATAL É RELEVANTE A UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS ATRAVÉS DA PROJEÇÃO DE UMA RETA DE REGRESSÃO LINEAR.....	111
CONTROLE INTERNO: ESTUDO EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE SITUADO NA CIDADE DE NATAL/RN.....	112
PERCEPÇÃO SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL NA VISÃO DOS ESTUDANTES DE CONTABILIDADE DA FARN.....	113

TESTE DE IMPAIRMENT – UMA AVALIAÇÃO DA RECUPERABILIDADE DO ATIVO IMOBILIZADO DE UMA EMPRESA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS.....	114
A PERSPECTIVA DO MERCADO DE AUDITORIA INDEPENDENTE NA VISÃO DOS CONTADORES DE NATAL/RN.....	115
O AUXÍLIO DO CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA MARMORARIA ZONA SUL.....	116
A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FINANCEIRA PARA UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR. UM ESTUDO DE CASO NO SERVIÇO DE APOIO AOS PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS – SEAPAC.....	117
INFORMAÇÃO CONTABIL: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE SUA RELEVÂNCIA PARA O USUÁRIO INTERNO EM UMA EMPRESA COMERCIAL DA CIDADE DO NATAL.....	118
A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO PARA O ALUNO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	119
GESTÃO DE INVESTIMENTO: UM ESTUDO DE CASO NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO EM CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL DO MUNICÍPIO DO NATAL-RN.....	120
ESTUDO SOBRE A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES EM UMA SOCIEDADE ANÔNIMA.....	121
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO DE CASO DO JORNAL DE HOJE.....	122
A IMPORTÂNCIA DO DIAGNOSTICO DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL PARA OS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE.....	123
PERFIL DOS PROFESSORES DA DISCIPLINA AUDITORIA NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UM ESTUDO NA CIDADE DO NATAL.....	124
SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CUSTOS LOGÍSTICOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO.....	125
ANÁLISE ECONÔMICA – FINANCEIRA – UM ESTUDO DE CASO NO J. L. DE MEDEIROS & ARAUJO LTDA.....	126
ANÁLISE CUSTO, VOLUME E LUCRO: UM ESTUDO EMPÍRICO ENTRE A ROTATIVIDADE DE ESTOQUE E A MARGEM DE LUCRO EM UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE EM NATAL.....	127

ANÁLISE ECÔNOMICO DA FRUTICULTURA DO RN.....	128
RESPONSABILIDADE SOCIAL: OS IMPACTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA DICA FELIZ NO RESULTADO FINANCEIRO DA EMPRESA SOB A VISÃO DO GERSTOR: UM ESTUDO EMPIRICO EM UMA INDÚSTRIA DE CAFÉ.....	129
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA LOCADORA AUTOMOTIVA DE PASSAGEIROS NA CIDADE DE NATAL/RN.	130
A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DA CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN.....	131
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NAS EMPRESAS DE HORTIFRUTIGRANJEIROS –ESTUDO MULTICASOS NA CIDADE DO NATAL.....	132
RELAÇÃO ENTRE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA E ÍNDICES DE LIQUIDEZ EM EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA.....	133
CUSTO DE UM PROJETO DE DRENAGEM.....	134
A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL EM UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	135
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UM ESTUDO APLICADO À EMPRESA R & C INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO S/A..	136
SIMPLES NACIONAL: A IMPORTÂNCIA DE SUAS INOVAÇÕES PARA AS MICROEMPRESAS (ME) E PEQUENAS EMPRESAS (EPP).....	137

SUMÁRIO DE DIREITO

AS PERSPECTIVAS DO RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, ISONOMIA E LIBERDADE.....	139
O DIREITO SOBRE A PROPRIEDADE DA VIDA, UMA ABORDAGEM NIETZSCHEANA.....	140
O MUNDO JURÍDICO EM CONTATO COM O ÂMBITO CULTURAL.....	141
DIREITO À EDUCAÇÃO: IDEAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO....	142
A SUPRALEGALIDADE DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS: UM NOVO PARADIGMA.....	143
TRABALHO ILÍCITO E SEUS EFEITOS NO DIREITO DO TRABALHO: NOVA PERSPECTIVA EM RELAÇÃO AO JOGO DO BICHO.....	144
O INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA: CONTROVÉRSIAS E CONSTITUCIONALIDADE.....	145
A IMPORTÂNCIA DO GACC NA TUTELA DOS DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	146
DIREITOS DA MULHER: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	147
A VIABILIDADE DA ADOÇÃO HOMOAFETIVA À LUZ DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS: A APLICABILIDADE DA NOVA LEI DE ADOÇÃO DE ACORDO COM O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.	148
VANTAGENS E DESVANTAGENS DA INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO.....	149
DIREITO PENAL SIMBÓLICO E O AUMENTO DA PENA NOS CRIMES PRATICADOS CONTRA MENORES DECORRENTE DA LEI 12.015/2009	150
MANIPULAÇÃO DE IMAGENS E SEUS CONFLITOS COM O DIREITO BRASILEIRO.....	151
BATMAN E JUSTICEIRO: DUAS VERTENTES DA JUSTIÇA.....	152
A FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA SOB UMA ÓTICA CONSTITUCIONAL.....	153

SAÚDE: DIREITO E GARANTIA FUNDAMENTAL – NUM CONFLITO ENTRE OS PODERES.....	154
OS PODERES DA JUREMA NO IMAGINÁRIO POPULAR.....	155
A PUBLICIDADE INFANTIL E A (DE)FORMAÇÃO DE VALORES: SOBRE A NECESSIDADE DE UMA REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA	156
O TRIBUNAL DO JURI EM CASOS DE COMOÇÃO SOCIAL.....	157
A CIRURGIA ESTÉTICA NAS OBRIGAÇÕES DE MEIO E RESULTADO NO ÂMBITO CIVIL.....	158
EUTANÁSIA - ASPECTOS JURÍDICOS DA PRÁTICA DA "BOA MORTE"	159
FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS: GARANTIA OU PRECARIZAÇÃO DE DIREITOS DO TRABALHADOR?.....	160
A OBRIGATORIEDADE DO USO DO ETILÔMETRO E A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO NEMO TENETUR SE DETEGERE.....	161
EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA EXECUÇÃO PENAL E O MÉTODO APAC.....	162
A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA INSISTÊNCIA DOS ÓRGÃOS OFICIAIS PELA CONCILIAÇÃO.....	163
A LEI DE BIOSSEGURANÇA E A INEFICÁCIA DAS PENAS NELA COMINADAS.....	164
A INFLUÊNCIA INQUISITORIAL NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	165
PROCESSO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS: UM NOVO PARADIGMA PARA OS DIREITOS HUMANOS.....	166
PRISÃO CAUTELAR X PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA...	167
A IDEOLOGIA DOMINANTE DA CONSTITUINTE DE 1988 E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	168
INADEQUAÇÃO DO ARTIGO 28 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL À LUZ DA NOVA ORDEM JURÍDICA.	169
O TRIBUNAL DO JÚRI EM CASOS DE COMOÇÃO SOCIAL.....	170
O FIM DAS CONSTITUIÇÕES: MORTE OU MUDANÇA NO ORDENAMENTO JURÍDICO?	171

CONFLITO DE COMPETÊNCIAS: ANÁLISE DAS RELAÇÕES ADVOCATÍCIAS À LUZ DAS ESFERAS CÍVEL, TRABALHISTA E CONSUMERISTA.....	172
GREENPEACE: MAIS QUE UMA ONG, UM SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO À VIDA.	173
A CONSTITUIÇÃO DIRIGENTE E O NEOLIBERALISMO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS AVANÇOS E OS RETROCESSOS DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	174
O DEPOSITÁRIO INFIEL E SUAS DIVERGÊNCIAS NO QUE TANGE À PRISÃO CIVIL E AO PACTO SAN JOSÉ DA COSTA RICA.....	175
A VISÃO MARXISTA DO DIREITO.....	176
HOLDING: ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO SOCIETÁRIO E FISCAL.....	177
O BRASIL PRÉ-CABRALINO E A DÚVIDA DA EXISTÊNCIA DO DIREITO.....	178
A PROTEÇÃO DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL À LUZ DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS.....	179
CRIMES DIGITAIS: PANORAMA ATUAL.....	180
O PRÉ-SAL BRASILEIRO E A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE: A GUIA DOS DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS.....	181
LIMITAÇÕES PARA HIPÓTESES DE TRANSFERÊNCIAS ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.	182
A TRAGÉDIA HISTÓRICA DE EUCLIDES DA CUNHA: A JUSTIÇA SOB DIFERENTES PONTOS DE VISTA.	183
OS PARADOXOS DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA COMARCA DE NÍSIA FLORESTA: REFLEXÕES CRÍTICAS.....	184
PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS E DO DEPOSITÁRIO INFIEL.....	185
A DIFICULDADE DA APLICABILIDADE DA LEI NO ESPAÇO VIRTUAL	186
O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA COMO DIRETRIZ FLEXIBILIZADORA DO DIREITO DO TRABALHO EM MOMENTOS DE CRISE ECONÔMICA.....	187

MOROSIDADE PROCESSUAL NO JUDICIÁRIO: UM ESTUDO SOBRE O CASO DA COMARCA DE GOIANINHA/RN COMPARADO COM AS COMARCAS DE CANGUARETAMA/RN E PEDRO VELHO/RN.....	188
OBRIGAÇÃO DIFERIDA: CHEQUE "PRÉ-DATADO".....	189
UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, VISTA SOB OS ASPECTOS DA INTEGRAÇÃO DO BRASIL AO ESTATUTO DE ROMA.	190
O ABORTO DE FETOS ANENCEFÁLICOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PÓS-POSITIVISMO JURÍDICO.....	191
A OMISSÃO INCONSTITUCIONAL ANALISADA NO AMBIENTE DAS AÇÕES DE ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL, DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO E DO MANDADO DE INJUNÇÃO.....	192
"MONITORAMENTO ELETRÔNICO - UMA NOVA SANÇÃO ÚTIL: PORTAS ABERTAS RUMO AO FUTURO DE ESPERANÇAS.".....	193
RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA SOB A ÓTICA DO DIREITO DE FAMÍLIA E A POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO....	194
TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: SUA IMPORTÂNCIA PARA A PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA, CONTRA A IMPUNIDADE.....	195
TEORIA GERAL DAS PROVAS: UMA ANÁLISE DO USO DE PROVAS ILÍCITAS PONDERADAS À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.	196
AS REPERCUSSÕES SOCIAIS DA MOROSIDADE PROCESSUAL.....	197
O ACESSO À JUSTIÇA NA COMARCA DE JOÃO CÂMARA.....	198
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL.....	199
PRINCÍPIO DA ISONOMIA, SUA LIGAÇÃO COM O DEVIDO PROCESSO LEGAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ NA SEARA DO DIREITO CIVIL.....	200
JUSTIÇA ARBITRAL, UM NOVO CAMINHO.....	201
UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A PROGRESSÃO DA PENA PARA CRIMES HEDIONDOS.....	202
O CORRETO E EFETIVO PREENCHIMENTO DO PRONTUÁRIO MÉDICO COMO GARANTIA MAXIMIZADORA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.....	203

LEGALIZAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO OU INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCRAVATURA SEXUAL?	204
CIRÚRGIA PLÁSTICA: QUAL SUA OBRIGAÇÃO?.....	205
DIREITO A TER DIREITO: UM ESTUDO SOBRE OS CASOS DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR NA 2ª VARA DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE, EM NATAL/RN.....	206
PRINCÍPIOS COMO ARGUMENTOS: O CONSTITUCIONALISMO ARGUMENTATIVO.....	207
O AVANÇO DA CIÊNCIA E SEUS CONFLITOS CONSTITUCIONAIS: A UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS TRONCO EMBRIONÁRIAS EM PESQUISAS CIENTÍFICAS.....	208
A PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À JUVENTUDE E A (IR)RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL.....	209
REINTEGRAÇÃO POSSESSÓRIA: QUANDO SE FAZ NECESSÁRIO E QUANDO PODE SER INTERPOSTA CONTRA PARTICULARES E O ESTADO.....	210
COMARCA TRABALHISTA DE CEARÁ-MIRIM: CELERIDADE PROCESSUAL E ASPECTOS DA JUSTIÇA.....	211
A PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO ATENDENDO A REALIDADE CONSTITUCIONAL BRASILEIRA.....	212
INOVAÇÕES DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/2004 À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS.....	213
O PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO NA ESFERA PENAL: UM ENFOQUE NA COMARCA DE MACAÍBA/RN.....	214
A RESERVA DO POSSÍVEL E O CAOS CARCERÁRIO NO BRASIL: A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA ÓTICA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO.....	215
A EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROPRIEDADE ATRAVÉS DA AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO SOB A ÓTICA JURISPRUDENCIAL BRASILEIRA.	216
ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA DA PENA DE MORTE E SEUS DESDOBRAMENTOS À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL.....	217

LEI 10.671/03 - ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR – A LUZ DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA.....	218
LEI 11.705/2008: ASPECTOS JURÍDICOS E PRÁTICOS.....	219
A ESTRUTURA ARGUMENTATIVA DE SENTENÇAS JUDICIAIS.....	220
INCONGRUÊNCIAS DA LEI 12.016/09 EM FACE DA DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.	221
TEORIA DA PENA, SUA APLICAÇÃO NA REALIDADE E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	222
A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS NOS TRATADOS INTERNACIONAIS VIOLADOS PELA FLEXIBILIZAÇÃO LEGISLATIVA(OU POLÍTICA), ANÁLISE DE UM CASO CONCRETO.....	223
CONSIDERAÇÕES SOBRE RESERVAS AOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	224
O ACESSO GRATUITO À DEFESA, UM DIREITO POUCO RESPEITADO NA CIDADE DE JOÃO CÂMARA.....	225
DESAPROPRIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS.....	226
PROPRIEDADE INDUSTRIAL: ANÁLISE DA PATENTEABILIDADE DOS MEDICAMENTOS E SUA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	227
OBRIGAÇÕES CONJUNTAS, DISJUNTIVAS E SOLIDARIEDADE PASSIVA.....	228
RESPONSABILIDADE CIVIL DO COMERCIANTE.....	229
ADOÇÃO POR HOMENS SOLTEIROS: UM DIREITO JUSTO A UMA LICENÇA-ADOÇÃO.	230
INTERPOSIÇÃO DE AÇÕES POSSESSÓRIAS CONTRA AS INTERVENÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	231
A MAJORAÇÃO E EFETIVA APLICAÇÃO DE OFÍCIO DA MULTA DO ART. 18 DO CPC COMO FORMA DE EVITAR LIDES TEMERÁRIAS.....	232
ANÁLISE DA PLAUSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE LIMINAR NO QUE TANGE À POSSE NOVA E À POSSE VELHA.....	233
ASPECTOS CIVIS E PROCESSUAIS CIVIS DO ERRO MÉDICO.....	234
ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E PENAIIS DO ERRO MÉDICO.....	235

ABORDAGEM ACERCA DA APLICAÇÃO DA SINDICÂNCIA NOS PROCESSOS DISCIPLINARES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	236
BIODIREITO E O PROJETO-LEI DE CASTRAÇÃO QUÍMICA: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL.....	237
A PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL DO SISTEMA PENAL.....	238
O SISTEMA DE VÍDIOCONFERÊNCIA A PARTIR DO FUNDAMENTO DA CONSTITUCIONALIDADE.....	239
MOROSIDADE PROCESSUAL: AS METAS ESTABELECIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	240
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PEDOFILIA: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR.....	241
A INSTABILIDADE BOLIVARIANA NO MERCOSUL.....	242
PSICOPATAS E SUA PUNIBILIDADE NO ATUAL SISTEMA PENAL.....	243
RECLAMAÇÕES CONSTITUCIONAIS E SUAS APLICAÇÕES.....	244
A EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO ALIMENTÍCIA E A SUA NATUREZA DIVISÍVEL.....	245

SUMÁRIO DE INFORMÁTICA

DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO EDUCACIONAL UTILILANDO A TV DIGITAL COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO À DISTÂNCIA.....	247
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE UTILIZANDO AS METODOLOGIAS ÁGEIS EXTREME PROGRAMMING (XP) E SCRUM...	248
ANÁLISE DE DESEMPENHO DE ALGORITMOS DE BUSCA NA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DO CAIXEIRO VIAJANTE.....	249
TERCEIRA GERAÇÃO DE TELEFONIA MÓVEL CELULAR (3G) - WCDMA.....	250
SISTEMA ESPECIALISTA NO AMBITO DA SEGURANÇA PUBLICA.....	251
ANÁLISE DE USABILIDADE EM SITES DE E-COMMERCE.....	252
CRIPTOGRAFIA : DECIFRANDO CÓDIGOS.....	253
REDES 4G - O FUTURO DA TELEFONIA MÓVEL.....	254
ESTUDO DE APLICAÇÃO DE TÉCNICAS EM AUTOMAÇÃO DE TESTES FUNCIONAIS DE SOFTWARE.....	255
PROJETO DE INTEGRAÇÃO DAS UNIDADES DO MPRN ATRAVÉS DE UMA REDE DE DADOS ÚNICA.....	256
MICROBLOG TWITTER: APOIO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	257
JANELAS PARA O MUNDO: A INCLUSÃO DIGITAL EM UMA UNIDADE PEDIATRICA.....	258
VIDEOCONFERÊNCIA: APROXIMANDO REALIDADES.....	259
TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (TI) NAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO DO PORTAL CORPORATIVO DA EMPRESA LOCALIZA.....	260
UMA INTRODUÇÃO A ANALISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE PRONTUÁRIO UNICO PARA O PROGRAMA FARN COM SAÚDE....	261
TECNOLOGIA 4G.....	262

SISTEMAS EMBARCADOS: APLICABILIDADE NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA E AERONÁUTICA.....	263
DATA MINING.....	264
PIPELINE: DIVIDINDO TAREFAS PARA UM MELHOR DESEMPENHO.	265

SUMÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO

ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ESTUDO DE CASO EMPRESA KLABIN S/A.....	267
ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ESTUDO DE CASO EMPRESA GUARARAPES S/A.....	268
ATENDIMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO: UMA PERCEPÇÃO DOS CLIENTES DA CAERN – REGIONAL NATAL SUL.....	269
A INFLUÊNCIA DO FATOR SUSTENTABILIDADE NAS AÇÕES DE MARKETING DAS ORGANIZAÇÕES.....	270
PERSPECTIVA ECONÔMICA: O MINÉRIO DE FERRO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	271

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

**A AVALIAÇÃO DO MOBILE MARKETING BASEADO EM SMS COMO FERRAMENTA DE
RELACIONAMENTO: UM ESTUDO DE CASO EM EMPRESAS DO SETOR DE SERVIÇOS EM NATAL-RN
RESULTADOS PARCIAIS**

Autor(es):

Samara Cintia Mendes do Nascimento: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O marketing tem evoluído de forma intensa e rápida ao longo do tempo, procurando adaptar-se e, muitas vezes, antecipar-se aos desafios e dinâmica do mercado. Para tanto, tem-se utilizado fortemente da tecnologia para viabilizar seus processos e alcançar mais efetivamente seus objetivos junto aos clientes, que estão cada vez mais exigentes e conscientes. Nesse sentido, configura-se um novo cenário de fusão da ciência do marketing com a tendência de evolução da tecnologia de telefonia móvel, que define uma nova área de estudo e atuação denominada mobile marketing. O presente estudo insere-se neste contexto, procurando visualizar este fenômeno do mobile marketing, considerando seu uso para possibilitar maior interação como os clientes em empresas que atuam localmente, concentrando-se especificamente em Natal/RN.

(METODOLOGIA) Tipo de pesquisa: Quanto à natureza: aplicada Quanto à abordagem: Qualitativa Quanto aos objetivos: exploratória Quanto aos procedimentos técnicos: revisão bibliográfica e estudo de caso Universo e amostra: Empresas locais do setor de comércio e serviços 10 empresas que já tiveram experiência com mobile marketing Amostragem não probabilística e intencional Instrumento de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas Análise dos dados: análise de conteúdo

(RESULTADOS) 1-Principais fatores que determinam a adoção do mobile marketing são o custo , interatividade, inovação e tempo real de envio das mensagens. 2- As principais expectativas em relação ao uso do mobile marketing são a fidelização de clientes, aumento no volume de vendas e prospecção de novos clientes. 3-O mobile marketing é utilizado pelas empresas em datas comemorativas, incentivar uso de um produto ou serviço e sorteios e leilões 4- As principais aplicações do mobile marketing pelas empresas é através de outdoor, internet e jornais e revistas 5- Os resultados obtidos através do uso do mobile marketing está relacionado , principalmente, com o aumento nas vendas e fidelização de clientes

(CONCLUSÃO) Pode-se concluir que o mobile marketing é utilizado pelas empresas, embora minimamente efetivado como ferramenta de realização de campanha de marketing junto a clientes, e tendo um amplo leque de possibilidades para dinamizar e tornar mais efetivo o processo de marketing das empresas, numa era de personalização das relações diante de uma competição cada vez mais seletiva, dependendo da maior disponibilização das empresas, o que já se começa a demonstrar. Dispõe-se com esse estudo de uma visão inicial de um processo mais amplo e complexo e que demanda a necessidade de estudos novos e continuados, diante de um campo de interação de tecnologia e gestão em rápida e crescente expansão. Tem-se a possibilidade de estudos que visem a analisar aspectos de uma maior articulação de mídia; a desenvolver mecanismos de avaliação e mensuração, junto a modelos e métodos já existentes; a incrementar e personalizar efetivamente o diálogo e comunicação com o cliente; a possibilidades ampliadas de uso da tecnologia de móbile marketing como diferencial competitivo.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

UM ESTUDO SOBRE A EMPREGABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS DO HOSPITAL “ALFA”, LOCALIZADO NA CIDADE DO NATAL/RN

Autor(es):

Marcello Gentil de Araujo Filho: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Carlos Antônio de Lima Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Hoje em dia, com as novas tendências no mundo do trabalho, tendências como à globalização; downsizing; entre outras, ingressar no mercado de trabalho vêm se tornando cada vez mais difícil. Com o mundo inserido na era da tecnologia de informação, torna-se importante uma melhor preparação para esse admirável mundo novo. As empresas que não se firmarem nesse novo paradigma estarão fadadas à estagnação ou pior a falência. Para melhorar, a empresa necessita estar ciente que o novo empregado tem que possuir algumas características como proatividade, conhecimento das novas tecnologias, entre outras. Para isso as empresas têm que escolher aqueles profissionais que possuem empregabilidade e que estão nesse novo contexto. Com isso, ter empregabilidade se faz muito necessário, pois ela permite ao profissional se manter no mercado de trabalho, entrar nele ou trocar de empresa. Com empregabilidade, o trabalhador apresenta múltiplas habilidades e sabe executar várias funções. O objetivo do presente estudo consiste em analisar se os funcionários do Hospital “Alfa” possuem empregabilidade para atender às exigências do mercado de trabalho.

(METODOLOGIA) No que diz respeito à tipologia da pesquisa, optou-se por realizar um estudo exploratório-descritivo na forma de estudo de caso. Estabeleceu-se um universo de 450 funcionários, sendo a amostra de 137 funcionários, determinada com uma estimativa de erro de 7% e com confiabilidade de 95%. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário, visto que é mais fácil a sua aplicação. Por último, no que diz respeito ao tratamento e análise dos dados, fez-se a tabulação manualmente e os gráficos foram gerados em softwares do Word e Excel.

(RESULTADOS) Com base nos dados, pode-se afirmar que significativa parcela (47%) dos entrevistados escolheu a profissão que exerce por vocação. Porém, 26% dos entrevistados não entrou no mercado por inclinação à profissão e sim por outros motivos. Ademais, a maior parte (90%) dos entrevistados se considera honesta. Por último, a maioria (64%) dos entrevistados tem a preocupação em economizar para futuras necessidades, porém 18% demonstra não possuir essa preocupação.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, inicialmente, que um número expressivo de funcionários do Hospital “Alfa” escolheu sua profissão por vocação. Em segundo lugar, conclui-se que a idoneidade constitui-se em um aspecto extremamente importante para os profissionais que inseridos no mercado de trabalho, bem como para aqueles que buscam uma primeira oportunidade de ingresso. Por último, conclui-se que, no atual contexto de transformações no mundo do trabalho, todo profissional deve ter a preocupação com a criação de uma reserva financeira.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ESTRATÉGIAS PARA A TOMADA DE DECISÕES EMPRESARIAIS: ESTUDO DA CASA DO ZÍPER.

Autor(es):

Hipólita Maria Pereira de Menezes: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A tomada de decisão empresarial exige um conjunto de elementos que oriente a condução dos gestores na formulação de propostas que viabilizem as melhores alternativas para o sucesso da empresa. Com o intuito de identificar as estratégias adequadas para a tomada de decisões que viabilizem o aumento do lucro da empresa de aviamentos casa do zíper, objetiva-se com o presente estudo diagnosticar o atual modelo administrativo da empresa e desenvolver propostas de estratégias empresariais que agregue competitividade e eficiência econômica. Justifica-se a pesquisa, considerando a sua importância, no intuito de melhorar os níveis de competitividade empresarial e de satisfação do consumidor.

(METODOLOGIA) A pesquisa é um estudo de caso com coleta direta de informações junto aos consumidores, funcionários e gestores. Os dados primários permitem a formulação de indicadores e parâmetros de análise quantitativa e qualitativa.

(RESULTADOS) A pesquisa constata que os consumidores identificam a casa do zíper como a empresa de maior índice de referência no que se refere à oferta de produtos de armarinho e aviamentos em Natal. Essa referência da demanda é decorrente de fatores, tais como a localização e preço de mercado praticado pelo estabelecimento comercial, os quais representam 49% das respostas pesquisadas. Esses fatores são tão fortes no marketing empresarial, considerando que 63% dos consumidores, justificam a identificação da casa do zíper através do boca-a-boca, haja vista que as variáveis preço e localização referendam a decisão do consumo. Cerca de 70% das pessoas entrevistadas são consumidores assíduos, cujo grau de satisfação é favorável para 85% dos entrevistados. Entre os outros fatores pesquisados destacam-se a disponibilidade e o preço do produto. O contexto empresarial visto sobre a ótica da oferta, mostram que as vendas estão em crescimento, cuja explicação é atribuída as estratégias adotadas mediante a prática de promoções e fortalecidas com publicidades inerentes aos produtos disponibilizados pela empresa. A pesquisa constata que as parcerias com entidades públicas e privadas assumem importância relevante para a escolha do consumidor. As respostas dos objetivos específicos pesquisados revelam que o controle de estoque é fortemente dependente da quantidade, variedade e qualidade dos produtos oferecidos. A pesquisa constata alguns pontos que são empresarialmente preocupantes, tais como a inadequação gerencial do estoque. Constata-se, portanto, a necessidade de melhorias e adequações na administração de estoques, mediante a qualificação de profissionais que possam reverter a situação atual de inadequação do estoque.

(CONCLUSÃO) A pesquisa constata que o sucesso da casa do zíper tem sido decorrente de estratégias gerenciais praticadas na determinação do preço de mercado e na localização das diversas lojas do referido empreendimento. Considerando a dinamicidade do mercado e a competitividade da oferta, é importante que sejam mantidas estratégias contínuas de garantia dessas condições que são decisivas para a escolha do consumidor, recomendando-se uma ação contínua de qualificação dos funcionários, bem como a avaliação sistemática do nível de satisfação do consumidor, cujos fatores são decisivos para fidelização do cliente.

PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO: UM ESTUDO NA CASA DO ZIPER

Autor(es):

José Laurir Ferreira da Silva Filho: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Carlos Antônio de Lima Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) Sabe-se que as organizações possuem metas e desenvolvem ações específicas. Nas empresas, comumente, percebe-se a utilização de práticas de recursos humanos voltadas a atingir diversos objetivos. As práticas de recrutamento e seleção de pessoas, em particular, necessitam ser utilizadas de forma eficiente e eficaz, pois recrutar e selecionar bons talentos constitui um desafio para o órgão de RH. Nos dias de hoje, torna-se vital para a sobrevivência das empresas no mercado, a existência de profissionais qualificados na área, dedicados e conhecedores do que fazem, pois pessoas e organizações estão em um contínuo processo de atração. O presente estudo tem por objetivo analisar se os processos de recrutamento e seleção de pessoas, existentes na Casa do Ziper, são realizados de forma eficiente e eficaz.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) A pesquisa configurou-se por ser exploratória-descritiva na forma de estudo de caso. A população conta com 63 funcionários, sendo realizada uma pesquisa censitária. Utilizou-se de um questionário composto por perguntas fechadas e de múltiplas escolhas, que permitiu a obtenção de resultados acerca do quadro funcional da população pesquisada. Com o auxílio da estatística descritiva os dados encontrados foram tabulados, analisados e, posteriormente, distribuídos em gráficos.

(RESULTADOS) (RESULTADOS PARCIAIS) Com base nos dados, constatou-se que a entrevista com 95,2% foi a técnica mais utilizada pela empresa durante o processo seletivo de seus candidatos. Por sua vez, no que diz respeito à pessoa responsável pelo processo seletivo, 87,3% dos entrevistados afirmam ter sido selecionados pelo proprietário da empresa e 12,7% pelo chefe do setor ao qual iria trabalhar. Por último 87,3% dos entrevistados, dizem estar satisfeitos ou totalmente satisfeitos com as técnicas de recrutamento e seleção adotadas pela empresa, e apenas 3,2% se dizem insatisfeitos.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO PARCIAL) Constatou-se que a Casa do Ziper é uma empresa que está em um contínuo processo de recrutamento e seleção de pessoas. Ademais pode-se concluir com o desenvolvimento da pesquisa que não há grandes promoções durante o processo seletivo, a maioria dos entrevistados ingressam na empresa, por meio de apenas uma única entrevista, que por sua vez não deixa de ser eficiente. Em se tratando da pessoa responsável pelo processo seletivo, pode concluir que o proprietário é o principal condutor, ação esta bastante comum em micro e pequenas empresas, por se tornar mais econômica e viável. Por fim, conclui-se que o processo seletivo se mostra eficiente, uma vez que significativa parcela dos entrevistados se mostra satisfeito ou totalmente satisfeitos com as técnicas utilizadas.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DE UMA LOJA DE VAREJO NA INTERNET: ESTUDO DE CASO NA LINUX MALL

Autor(es):

Adriano de Moura Caetano: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A satisfação do cliente é um tema muito recorrente entre administradores, empreendedores, ou qualquer pessoa que de alguma forma esteja envolvida na fabricação, distribuição ou venda de um produto ou serviço. Hoje os clientes possuem voz ativa, seja através do código de defesa do consumidor, seja com o advento da Internet, onde a informação pode ser compartilhada entre milhares de pessoas e trafega com uma velocidade imensa. A pesquisa deste trabalho foi motivada pela necessidade de se saber o nível de satisfação dos clientes da empresa de comércio eletrônico Linux Mall quanto a seus produtos e serviços, bem como fazer um estudo mais aprofundado sobre a satisfação de clientes através de autores renomados e estudiosos do tema. O trabalho visa contribuir para o enriquecimento de materiais científicos, seja para pesquisas, direcionar alunos em seus trabalhos ou servir como referência e estudo de caso para empresas que procurem, através deste exemplo, uma maneira de se aperfeiçoarem.

(METODOLOGIA) O levantamento dos dados do trabalho foi obtido através de uma pesquisa do tipo descritiva e exploratória. Além disso, pode ser classificada como um estudo de caso, pois se trata da investigação de um fenômeno dentro do seu contexto de realidade. Foi elaborado um formulário eletrônico e oferecido a um universo de 750 clientes que experimentaram os serviços da empresa de janeiro a julho de 2009, onde foram retiradas através de uma amostragem aleatória simples as respostas de 250 clientes. Utilizou-se softwares editores de texto, planilhas, tabelas e gráficos para auxiliar na tabulação e apresentação dos dados.

(RESULTADOS) Com os dados obtidos, pode-se traçar um perfil até então inédito para a empresa neste nível de detalhamento. O que existia era baseado apenas em observações e intuição de seus gestores e colaboradores. Nota-se que o perfil dos clientes são homens adulto jovens na casa dos 20 a 30 anos, na sua maioria solteiros, cursando o ensino superior ou mesmo já formado. O perfil aquisitivo do universo estudado se mostrou acima da média nacional, onde muitos ganham mais de 5 salários mínimos. Ainda no perfil são levantadas preferências, como formas de pagamento mais utilizadas, os motivos que levaram aos mesmos escolherem cartão de crédito ou boleto bancário, que são os dois modelos mais populares de pagamento nas lojas virtuais correspondendo a mais de 80% na preferência dos consumidores e etc. Os pontos levantados na pesquisa foram pensados de maneira que seja avaliado cada momento de um ciclo de serviço, onde o cliente interage com a empresa desde seu primeiro contato, o recebimento da sua mercadoria em casa, e por fim o pós-venda. No geral, em pontos como Facilidade de navegação, Seleção de produtos, Formas de pagamento oferecidas, Facilidade de compra, Atendimento ao cliente, Embalagem, Prazo de entrega, Qualidade dos produtos, os clientes se mostraram satisfeitos, chegando a mais de 70% de satisfeitos e muito satisfeitos em todos esses quesitos.

(CONCLUSÃO) Esta pesquisa tem um cunho inédito para a empresa, que passou a ter um relatório oficial que seguem critérios técnicos respeitados para se obter informações importantes sobre a qualidade dos seus produtos e serviços. Ela também ajuda a traçar o perfil de clientes e de consumo no universo de lojas virtuais de informática no Brasil, que é um assunto novo e com poucas pesquisas na área. A partir das informações apresentadas, tanto a Linux Mall quando outras empresas e estudantes poderão se beneficiar da análise e consulta dos dados apresentados no trabalho.

AS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA NA SEGURANÇA OCUPACIONAL DA PETROBRAS

Autor(es):

Welgra Maria Coelho Cruz: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão no mundo corporativo, nos deparamos com a necessidade cada vez maior, de utilizar formas de controle reconhecidamente excelentes. Para tanto foram desenvolvidas diretrizes básicas, para serem usadas como ferramentas de gestão, afim de otimizar o desempenho da empresa, não somente na área de capitais, mas, na empresa como um todo inclusive na área de segurança, que em uma empresa como a Petrobras, os resultados ocupacionais, refletem diretamente em suas ações no mercado. Apesar de sua importância no mundo dos negócios e na promoção da economia, a governança ainda não está amplamente difundida no mundo corporativo. Nesse trabalho citamos as Práticas de Governança e estabelecemos uma analogia a segurança ocupacional.

(METODOLOGIA) A estratégia para o desenvolvimento deste trabalho foi elaborada, através de uma pesquisa bibliográfica exploratória, que segundo, Gil (1996), objetiva proporcionar uma melhor visão do problema, tornando-o mais específico, podendo relacionar ainda os fatos investigados a seu conteúdo histórico. Documental, segundo Gil (1996), nessa classificação a pesquisa envolve uma maior diversidade de materiais como: arquivos particulares e públicos, bem como, fotografias, documentos, e mais recentemente consultas a internet, fato que tende a enriquecê-la em detalhes, melhorando o grau de análise e compreensão. Já para Vergara (1998) a pesquisa bibliográfica pode ser definido, como o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, Isto é, material acessível ao público em geral; (Vergara 1998) acrescenta, ainda, que esse meio de investigação fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa. Quanto à utilização do mecanismo de coleta de dados, segue o método estatístico e não probabilístico preconizado por Lakatos e Marconi (1991) em que afirmam que “o papel do método estatístico é, antes de tudo, fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado. Mas a estatística pode ser considerada mais do que apenas um meio de descrição racional; é, também, um método de experimentação e prova, pois é método de análise”. Será necessário o uso das ferramentas do programa Excel, para gráficos e tabulações. Do ponto de vista de sua natureza, é aplicada, que segundo Gil (1996), objetiva gerar conhecimento para aplicação prática dirigido a soluções de problemas específicos, e envolve verdades e interesses, envolvendo a contextualização, dentro do tema proposto.

(RESULTADOS) Como resultado do estudo é apresentado um paralelo envolvendo a relação das boas práticas de governança com as diretrizes de (SMS) da Petrobrás, e através de gráficos demonstramos “a queda” nas cotizações das ações da empresa após acidentes ocorridos envolvendo a organização e a sua estrutura de (SMS).

(CONCLUSÃO) O conceito de risco é bastante associado a perigos e impactos negativos, cresce a necessidade das empresas de buscar através de um controle de perdas a transformação dos riscos em ganhos potenciais. Nos últimos anos, cresce a consciência de se obter como boa prática de gestão empresarial, um elemento essencial na desenvoltura das práticas de governança corporativa: um planejamento adequado para gerir os riscos que ameaçam as corporações.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

BUSCA DE DESAFIOS NA FIDELIZAÇÃO DOS CLIENTES DA COOPTAX - NATAL/RN

Autor(es):

Raissa Mayhara Oliveira dos Santos: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Marco Antonio Fontoura de Albuquerque
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No cenário atual, em que a concorrência acirrada, guerra de preços e ausência de barreiras a novos concorrentes constituem grandes ameaças e aumentam a competitividade das instituições, somente a adoção de estratégias de Marketing de Relacionamento, aliadas às novas tecnologias serão capazes de garantir a sobrevivência no mercado. Os mercados vivem em uma situação onde empresas necessitam oferecer valores aos clientes, precisam se diferenciar frente a uma concorrência de modelos de marketing cada vez mais agressivos. Dentro desta perspectiva, a presente análise de caso objetivou identificar e diagnosticar a eficácia da aplicação de ferramentas de fidelização que podem ser utilizadas na realidade da empresa COOPTAX – Natal – RN; nos seus processos de tomadas de decisões voltadas à melhoria contínua de todos os aspectos que possam influenciar a opinião do cliente externo em relação à qualidade do seu atendimento.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida através de um Estudo de Caso, pois apresenta características de uma problemática específica da Fidelização de Clientes dentro da empresa Cooptax. Foram trabalhadas pesquisas bibliográficas e descritivas, bem como a técnica de coleta de dados, com a utilização de questionários semi- estruturados, através de uma amostra de 153 clientes, com o objetivo de coletar informações necessárias para atender as finalidades específicas desta pesquisa.

(RESULTADOS) No que tange à agilidade no atendimento, percebeu-se que há necessidade de informatização e desenvolvimento de programa a fim de tornar o sistema de consulta mais eficaz no processo de localização dos pontos de atendimento e encaminhamento ao cliente. Outro aspecto diagnosticado como deficiente é o da qualificação da mão de obra. Observou-se que os motoristas carecem de treinamentos, cursos de qualificação e reciclagem para que se mantenha o alto nível de qualidade na prestação de serviços, incluindo atendimento em diversos idiomas. Quanto ao nível de satisfação na agilidade do atendimento, constatou-se que 72% dos clientes manifestaram satisfação, e segundo opiniões dos próprios clientes, o principal motivo da referida satisfação se dá devido ao fato da empresa possuir uma extensa rede pontos de atendimento. No entanto, entre as causas de insatisfação podem ser destacadas: a demora na prestação dos serviços solicitados. Tal deficiência, de acordo com os resultados da pesquisa e da análise, pode ser facilmente atribuída a ineficiência na utilização dos canais telefonia.

(CONCLUSÃO) Dentre as medidas de fidelização já sugeridas e que ainda não se encontram em funcionamento, poderíamos citar a utilização de mala direta no lançamento de novos serviços ou nas ações de estratégias de MKT para clientes , aplicação de questionário de satisfação e SAC. Ademais, uma medida célere, eficaz e de relativa facilidade de execução, seria uma otimizada utilização do banco de dados já existente. Para tal, sugere-se a exploração do referido banco de dados e a elaboração de ferramentas informatizadas para acompanhar o índice de retorno dos seus clientes, classificação de uma escala de fidelidade, enviar comunicações diferenciadas e ou ofertas personalizadas. Sendo assim, percebe-se que a empresa não explora a sua capacidade de gerenciamento de informações e oportunidades de negócios, colocando- a em risco frente ao cenário de medio e longo prazo.

MOTIVAÇÃO DOS CORRETORES DA ABREU BROKERS- NATAL/RN

Autor(es):

Marlon Aronson da Silva: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Marco Antonio Fontoura de Albuquerque
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho é uma reflexão sobre a importância que a motivação exerce sobre a satisfação das pessoas dentro das organizações. Devido ao seu potencial econômico e atrativos turísticos o mercado de negócios imobiliários em Natal cresce a cada dia com altos investimentos. O ritmo que o mercado imobiliário tem crescido na capital e em sua região metropolitana é tão intenso, que torna-se impossível ignorá-lo, O elevado índice de funcionários e contratados da Abreu Brokers revela problemas e desafios a serem superados. A perda de pessoas significa perda de conhecimento, do capital intelectual, de inteligência, de entendimento e de domínio dos processos, perda de conexões com os clientes, de mercado e de negócios. Sintetizando, o alto turnover da Abreu Brokers é sinônimo de perda de produtividade, de lucratividade e de saúde organizacional. Impacta na motivação das pessoas, no comprometimento, que acaba gerando ainda mais absenteísmo.

(METODOLOGIA) O presente trabalho teve como objetivo avaliar a qualidade do clima organizacional existente na empresa, utilizando o método de pesquisa, denominado estudo de caso, pois apresenta características em uma problemática específica da fidelização de clientes dentro da organização. Utilizou-se como instrumento de coleta um questionário com perguntas fechadas e abertas, com uma amostra de 65 corretores com um percentual de variação tanto para mais ou menos de 8%, e confiabilidade da pesquisa de 95%.

(RESULTADOS) A análise da pesquisa e gráficos avaliou situações que representavam maior importância nos incentivos motivacionais, com ênfase aos problemas que poderiam estar causando a alta rotatividade de corretores. Dividimos a pesquisa nas seguintes etapas: atenção credibilidade, respeito, imparcialidade, orgulho, motivação, camaradagem e perfil, sendo o questionário montado na tentativa de identificar os possíveis pontos de oportunidades na Organização.

(CONCLUSÃO) Após os resultados obtidos foram identificados os principais itens que interferem de maneira positiva e negativa na motivação dos colaboradores da Abreu Brokers. A empresa tem uma política motivacional com os colaboradores apenas nas questões financeiras, aumentando a bonificação das vendas e esquecendo de outros fatores que influenciam na busca de uma melhor produtividade. Para minimizar algumas destas oportunidades, a possível definição de um profissional de recursos humanos, dedicado exclusivamente ao setor comercial para desenvolver um trabalho junto com o marketing, explorando o potencial do endomarketing e garantindo a maximização de todas as oportunidades existentes. Além disto foi sugerido algumas outras ações dentre elas, a implantação de uma mesa de estudo quinzenal, premiação, conceito de melhor supervisão, comemoração do aniversariante do mês, agilidade no pagamento de comissão, ajuda e custo, celulares nos plantões.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Autor(es):

Renata Medeiros Costa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Carlos Antônio de Lima Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A administração de recursos humanos estende-se por todos os setores de uma organização e compreende diversos processos. Os processos de recrutamento e seleção de pessoas, em particular, são de grande importância no que concerne à contratação de um funcionário, pois providenciam talentos humanos capazes de se adaptar às necessidades de uma empresa. As organizações e as pessoas estão ligadas em um contínuo processo de atração. Da mesma maneira que os indivíduos procuram ser contratados por uma organização, as entidades estão sempre à procura de pessoas para ocupar o seu quadro de funcionários. O presente estudo consiste em analisar se os processos de recrutamento e seleção de pessoas, na Fundação de Seguridade Social –GEAP, são conduzidos de forma eficiente e eficaz.

(METODOLOGIA) Quanto à tipologia de pesquisa, o presente estudo é do tipo exploratório-descritivo na forma de estudo de caso. Em relação à população do estudo, estabeleceu-se que será composta por 25 funcionários da GEAP. Em virtude do tamanho da população a ser pesquisada, optou-se por não calcular uma amostra. Com isso, o estudo é censitário. No que se refere à coleta de dados, fez-se uso do questionário devido à praticidade e agilidade na apuração de informações. Por último, em relação ao tratamento para análise dos dados, os dados apurados na pesquisa foram tabulados, analisados e distribuídos em gráficos.

(RESULTADOS) Com base nos dados, 72% dos entrevistados afirma que o meio pelo qual tomou conhecimento da oportunidade de emprego oferecida pela GEAP foi “Através do ciclo de amizade”. Continuando, verifica-se que todos os indivíduos, durante o processo de seleção, passaram por uma entrevista. Por fim, nota-se que 88% dos colaboradores da GEAP concordam que o processo de recrutamento e seleção de pessoas é conduzido de forma a possibilitar a escolha dos melhores candidatos.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, a partir dos dados analisados, que não há uma preocupação com o uso de técnicas de recrutamento na GEAP, uma vez que a maioria dos funcionários da organização tomou conhecimento da oportunidade de emprego através do ciclo de amizades. Em se tratando do processo de seleção de pessoas, a GEAP utiliza, predominantemente, a entrevista. Porém, também faz uso de outras técnicas. Com isso, pode-se concluir que a entidade não mede esforços para utilizar as técnicas de seleção de que necessitar. Por último, conclui-se que o processo de recrutamento e seleção de pessoas na GEAP é bem conduzido e proporciona a melhor escolha entre os candidatos, buscando sempre a melhor relação possível entre eficiência e eficácia.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

O MODELO DE GESTÃO PÚBLICA NA REDE HOSPITALAR ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE: O CASO DO HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR

Autor(es):

Ronaldo Camilo da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) A gestão pública passa por severas mudanças nos quais trazem benefícios a rede hospitalar no Estado do Rio Grande do Norte, dentro das dificuldades enfrentadas a escassez dos recursos é a principal delas e que para suprir as necessidades é fundamental que tal recurso seja bem aproveitado, o que possibilita o gestor público a desenvolver uma gestão mais voltada para um futuro onde se qualificar é obter qualidades em técnicas gerenciais que possibilite uma melhor visão e amplo conhecimento de um novo modelo de gestão hospitalar buscando gerir dentro da gestão pública um novo modelo de gestão adequado e aplicado ao Hospital da Polícia Militar para que se possa conduzir dentro do processo evolutivo de gestão.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) Este trabalho utiliza o método de estudo de caso, onde foram realizadas entrevistas com os gestores chefes de setores e colaboradores estratégicos de setores do hospital da Polícia Militar além de pesquisas bibliográficas fundamentadas em textos artigos e livros especializados.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) A rede pública hospitalar do Estado do Rio Grande do Norte tem passado por dificuldades que dificilmente superaria tais crises existentes, porém dentro das necessidades de mudanças e de uma visão mais aguçada para um futuro bem próspero em crescimento e desenvolvimento, gerados pelos avanços tecnológicos e com surgimento de equipamentos de que necessita de uma maior capacidade técnica faz com nas unidades de saúde se obtenha uma qualidade especial de habilidades e as condições apresentadas são favoráveis a tais melhorias. É notório que houve uma grande evolução voltada a tendência tecnológica em equipamentos modernos e com aquisição de equipamentos de ultra-sonografia, máquina de teste de esforço físico, aparelho de raio X e máquina de contagem de células sendo assim, exige-se dos colaboradores e gestores a estarem cada dia mais em processo de mudança buscando o conhecimento necessário, para se gerenciar qualquer instituição seja ela pública ou privada, os gestores tem demonstrado que capacidade técnica e conhecimento contribuem para adoção de um novo modelo de gestão buscando maior eficiência e mostrar ao público que as melhorias implementadas e alcançadas surtem efeitos mesmo sendo uma instituição militarizada trabalhando com regras e regulamentos ultrapassados em relação ao novo modelo de gestão que é participativa e tem contribuído para o melhoramento da unidade.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) observa-se que dentro de qualquer mudança seja num setor público ou particular sempre existe algo que possa gerar uma resistência dentro de um ambiente que constantemente está em mudanças, as exigências são formas de adequar-se as tendências tecnológicas e acompanhar a evolução da mesma e que o surgimento de nova tecnologia é imprescindível para qualquer instituição que possa desenvolver uma melhor qualidade de atendimento a um público que busca cada vez mais os seus direitos como usuário.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

O BENEFÍCIO DA GESTÃO POR RESULTADOS: A APLICAÇÃO NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Juliana Perez Ruggiro Jacobini: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Nos últimos anos a modernização do Estado tem sido um tema constante nas discussões de estudiosos. A “nova gestão pública” tem como pilar principal a constituição da cidadania e a otimização dos recursos públicos. Isso implica no aumento da satisfação dos usuários, na qualidade do serviço prestado à sociedade e na disponibilização de informações à mesma. Assim, este trabalho tem o intuito de viabilizar a implantação de ferramentas da gestão por resultados no processo de contratação de bens e serviços do Ministério Público do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) Com relação aos objetivos, a presente pesquisa é do tipo exploratória, descritiva e cujo subtipo se encaixa no procedimento técnico de estudo de caso, pois objetiva entender determinada situação, através de métodos qualitativos, utilizando a análise categórica temática de Bardin (1967) e quantitativos, que envolveram a aplicação de questionários estruturados com perguntas fechadas e abertas junto aos servidores, além de entrevistas focadas com os gestores que influenciam o processo de contratação de bens e serviços da instituição. Ademais, para a obtenção de dados secundários relevantes ao estudo foi utilizada amostra probabilística do tipo amostragem aleatória simples, considerando a margem de erro de 8%.

(RESULTADOS) Observa-se que, embora o órgão apresente colaboradores de alta capacidade técnica, possuindo maior habilidade crítica e de análise, percebe-se que há grande dificuldade de atuação no que diz respeito ao direcionamento e integração dos processos institucionais. Identificou-se inúmeros obstáculos no andamento do procedimento administrativo, tais qual a possível ausência de comprometimento com as atividades adjacentes à realizada, desinteresse das empresas no envio dos orçamentos necessários para abertura do procedimento administrativo e a dificuldade na elaboração do Termo de Referência que contém as especificações do material ou serviço a ser contratado. Pôde-se observar que os obstáculos descritos possuem resolutividade dentro da governabilidade do órgão. Ademais, a ausência de um maior controle e utilização de padrões aumenta a utilização dos recursos disponíveis ao órgão nas atividades operacionais que dão suporte à atividade-fim do mesmo.

(CONCLUSÃO) O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte apresenta problemas operacionais devido ao seu rápido e desregrado crescimento, porém através da utilização de ferramentas gerenciais que propiciem o alcance de melhores resultados e o gerenciamento mais eficaz dos processos existentes, o órgão certamente disponibilizará um serviço de melhor qualidade e que agregue mais valor à sociedade. Além disso, a elaboração de um cadastro de fornecedores que consista num canal de comunicação constante entre a instituição e as empresas interessadas em fornecer material ou serviço à mesma torna-se imprescindível para facilitar a estruturação de especificações de compra e conseqüente otimização de recursos. Destarte, após a implantação de padrões e formas mais eficientes de controle, a instituição poderá aprimorar a utilização dos escassos recursos de que dispõe, podendo aquilatar e desenvolver suas atividades operacionais e finalísticas.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

UM ESTUDO SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NO HOSPITAL “ÔMEGA” LOCALIZADO NA CIDADE DE NATAL/RN

Autor(es):

Marcela Maria Barreto Barbosa: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Carlos Antônio de Lima Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A qualidade de vida no trabalho é um dos atuais desafios com que lidam as organizações. Hoje, em função da crescente competitividade no mercado, as empresas passaram a enxergar seus funcionários de uma forma mais humanizada. A partir daí, através de esforços voltados para o bem-estar dos funcionários, surge à necessidade de proporcionar um ambiente de trabalho mais agradável, capaz de estimular os trabalhadores a terem um melhor desempenho, aumentando assim sua produtividade, contribuindo com bons resultados para a organização. O objetivo do presente estudo consiste em analisar se os funcionários do Hospital “Ômega” estão satisfeitos com a qualidade de vida no trabalho.

(METODOLOGIA) No que concerne à metodologia, optou-se por realizar um estudo exploratório descritivo, na forma de estudo de caso. Por sua vez o universo da pesquisa compõe-se por 395 funcionários. Em relação à amostra, estabeleceu-se que seria constituída por 136 funcionários. Utilizou-se o questionário como instrumento de coleta de dados. Por fim, os dados foram organizados em tabelas e gráficos utilizando-se o Word e Excel.

(RESULTADOS) No que se refere ao nível de satisfação com relação ao salário recebido pelos funcionários do Hospital “Ômega”, percebe-se que 73% dos entrevistados opinam que o salário pago não é satisfatório. Todavia, 25% dos entrevistados afirma estar “Satisfeito”. No que diz respeito ao sentimento de segurança em relação à manutenção do emprego, evidencia-se que os funcionários do Hospital “Ômega” (45%) não se sentem seguros. No entanto, 27% dos entrevistados afirma que “Nunca” se sentem seguros. Por último, pode-se afirmar que a frequência com que a organização dá retorno por ocasião da avaliação de desempenho não é uma prática comum no Hospital “Ômega” de acordo com 35% dos entrevistados. Entretanto, 28% dos entrevistados afirma “Nunca” ter retorno em relação à avaliação de seu desempenho.

(CONCLUSÃO) Com base nos resultados, conclui-se, em relação ao nível de satisfação com o salário recebido, que um número expressivo de funcionários do Hospital “Ômega” encontra-se insatisfeitos. Importa registrar que, o salário exerce uma influência significativa no nível de satisfação das pessoas. Por sua vez, no que se refere à manutenção do emprego, em sua maioria, os funcionários do Hospital “Ômega” não se sentem seguros. Ressalta-se que o sentimento de segurança no emprego permite ao empregado programar melhor suas atividades cotidianas, de ordem pessoal e profissional. Além disso, a empresa pode esperar uma maior produtividade e qualidade no desempenho das funções do empregado. Por fim, destaca-se que no Hospital “Ômega” não constitui uma prática constante dar feedback por ocasião da avaliação de desempenho dos funcionários. Tal fato pode trazer diversas implicações negativas junto aos funcionários como, por exemplo, desmotivação e descrença na seriedade do processo

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE BANCOS NOS ANOS 2007 E 2008: BASEADAS NO MÉTODO EVA® - ECONOMIC VALUE ADDED.

Autor(es):

Elaine Dantas Leal: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Diego Rodrigues Boente
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No contexto econômico da atualidade, a área de finanças é essencial para o crescimento de qualquer organização, no sentido de nortear sua missão. Com isso, observar e se aprofundar nos conceitos e instrumentos para avaliação de desempenho são ações indispensáveis para agregação de valor e desenvolvimento da empresa. O reflexo de uma boa gestão pode então ser identificado pelos caminhos que um gestor seguiu, criando valor em todas as suas cadeias de atividades e gerando riquezas para todos os seus usuários sejam acionistas ou a sociedade. Sendo assim, dar-se a importância das medidas de desempenho para acompanhar o crescimento e riqueza desta empresa. O EVA® é usado como uma medida de desempenho para verificar a evolução de novas oportunidades de investimento. Nos últimos anos, o setor bancário vem passando pela crise financeira que se formou nos Estados Unidos em março de 2007, considerada pelos analistas e entidades governamentais de diversos países como uma crise global, percepção confirmada pelos reflexos observados no mundo. Situação esta que, como consequência direta, a quebra de confiança nas relações internacionais pela via econômica.

(METODOLOGIA) A pesquisa elaborada para o desenvolvimento e abordagem desse trabalho acadêmico, é uma pesquisa descritiva. Será analisada cada situação buscando identificar relações, causas, efeitos, consequências e opiniões consideradas necessários à compreensão da realidade estudada. Objetivando o aprofundamento dos conceitos e teorias sobre o tema em estudo. Os critérios principais utilizados nas análises dos bancos foi o EVA®, calculado a partir dos dados das demonstrações financeiras publicadas pelos bancos e da BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) no período entre os anos de 2007 a 2008. É um estudo de caso com pesquisa de amostra não-probabilística por acessibilidade. Assim, a pesquisa evidencia possíveis extensões da crise econômica no Brasil, já que se refere a uma crise mundial e atingi todos os níveis hierárquicos de instituições bancárias, a ser realizada a partir de uma amostra retirada desta população de acordo com um Plano Amostral bem definido. Definiu-se o público alvo deste trabalho, as 29 (vinte e nove) instituições bancárias que divulgam suas demonstrações financeiras anualmente.

(RESULTADOS) A pesquisa verificou que dentre o total de 29 bancos estudados nos respectivos períodos de 2007 e 2008, obtiveram informações relevantes para avaliação do mercado. Analisando as demonstrações financeiras do ano 2007, o Banco Bradesco desponta o melhor desempenho em seu índice de EVA® criando riquezas para os acionistas de 28,21% (R\$ 3.875.054 milhões). Assim, as decisões tomadas pela administração dos bancos que agregaram mais valor no ano parecem alinhadas com o interesse dos acionistas visto a valorização creditada pelo mercado a estas empresas. Em 2008, o Banco do Brasil desponta como o maior criador de riquezas para os acionistas com 42,52%. Com base no estudo realizado com a ferramenta de análise de agregação de valor o EVA® o Banco Santander (Brasil) S.A obteve a maior queda financeira no período de 2007 e 2008, com -93,48% (R\$ -4.652.912 milhões) em seus resultados.

(CONCLUSÃO) O EVA® apresenta uma medida consistente de avaliação dos investimentos feitos por uma empresa, sendo assim, aplicações que gerem um EVA® negativo devem receber maior atenção e dependendo das circunstâncias descartadas. Esta pesquisa se propôs a verificar, dentre os 29 (vinte e nove) bancos, se as instituições financeiras criaram valor no período de 2007 a 2008, através do indicador EVA®, considerando os efeitos negativos da crise mundial. Dentre as instituições financeiras estudadas, apresentaram EVA® negativo 9 instituições (31%) no ano de 2007 e 12 instituições (41%) no ano de 2008. Para futuras pesquisas, sugere-se uma análise de criação de valor dos bancos, destacando os resultados entre setores privados e públicos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

UM ESTUDO SOBRE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NO BANCO BRADESCO, AGÊNCIA NATAL CENTRO

Autor(es):

Dalliany Alves de Souza: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Carlos Antônio de Lima Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As organizações vêm se conscientizando, a cada dia, acerca da importância da Qualidade de Vida no Trabalho e de seu principal ativo que são os colaboradores. As características do ambiente interno e externo das organizações e as mudanças constantes causadas pela globalização, avanço tecnológico, exigências do consumidor e necessidade de diversificação de produtos e serviços têm causado profundo impacto no ambiente empresarial interno fazendo com que as empresas busquem novas estratégias de gestão, criatividade, inovações tecnológicas, rapidez na tomada de decisões e maximização da qualidade de seus serviços, além da valorização do seu capital humano. O presente trabalho tem por finalidade analisar se a Qualidade de Vida no Trabalho no Bradesco, agência Natal Centro, vem exercendo influência sobre a motivação e produtividade dos funcionários.

(METODOLOGIA) Optou-se por realizar uma pesquisa exploratória-descritiva na forma de estudo de caso. Tendo em vista que empresa em análise possui apenas 40 funcionários, caracterizou-se o estudo como sendo censitário. Utilizou-se a como instrumento de coleta de dados o questionário. Por fim, os dados foram tratados e analisados a partir de conhecimentos inerentes à estatística descritiva, bem como com o auxílio do software Microsoft Excel.

(RESULTADOS) Com base nos dados, observa-se em relação ao espaço físico do Bradesco, que 53% dos entrevistados afirmam que é muito satisfatória, ao passo que apenas 2% se colocam como indiferente. Com relação às condições de trabalho, observa-se que 45% dos entrevistados considera que são ótimas, enquanto apenas 2,5% classificam como péssimo. Por último, verifica-se que 65% dos entrevistados classifica como muito satisfatória a segurança do trabalho, enquanto uma minoria de 5% classifica como muito insatisfatória.

(CONCLUSÃO) Conclui-se no que se refere ao espaço físico, que grande parte dos entrevistados julgam como satisfatórias as instalações do Bradesco o que, por sua vez, possibilita uma melhor fluência na execução das atividades, além de melhorar a produção. No que se relaciona as condições de trabalho, observa-se que a maioria dos entrevistados considera como ótimas ou boas o que permite um maior grau de motivação que irá refletir em resultados positivos para a organização. Por último, sobre a segurança do trabalho, é possível observar que a maioria dos entrevistados classificam como muito satisfatória ou satisfatória o que para o mercado financeiro traz muita confiança e agilidade na execução de suas tarefas tendo em vista que a qualidade de vida no trabalho não é um valor associado a iniciativas isoladas nas organizações, mas sim um valor a ser conquistado e deverá ter grande potencial para ser compartilhado, afinal, uma empresa de excelência sabe que o funcionário é seu potencial básico e deve ser visto como tal.

HÁBITOS DE COMPRA DO CONSUMIDOR DE MODA FEMININA:

Autor(es):

Raiane Mikaele dos Santos Carvalho: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) Diante da globalização, percebe-se que as empresas tornaram-se cada vez mais competitivas num mundo de constantes mudanças. O mercado da moda não é diferente e também sofre alterações decorrentes da globalização da economia e da cultura. As empresas desse ramo procuram focalizar seus objetivos para acompanhar a complexidade e a diversidade do mercado, bem como conhecer melhor o comportamento do consumidor. Há vários fatores que influenciam no processo de decisão de compra, tais como: econômicos, psicológicos, pessoais, sociais e culturais. No Brasil, o consumidor tem acompanhado o que acontece no mercado da moda local, nacional e em países de todo o mundo, selecionando sempre o melhor produto que satisfaça os desejos e as expectativas. Compreender esse processo é essencial para a empresa, tendo em vista que a moda tem uma participação importante no mercado feminino, pois é um setor que recebe influências e cria tendências, além de proporcionar a renovação permanente da maneira de vestir, mediante estratégias de marketing da indústria e dos estilistas. Assim, o objetivo deste trabalho é avaliar os hábitos de compra do consumidor feminino de uma Instituição de Ensino Privada.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa exploratória, mediante um estudo de caso, realizada no mês de setembro/2009. A amostra não-probabilística envolveu 10% do universo em estudo, tendo o grau de confiabilidade de 95% e margem de erro de 5%. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se o questionário estruturado com perguntas fechadas. O tratamento dos dados foi realizado mediante o software do Excel, utilizando-se a distribuição de frequência absoluta e relativa.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) Quanto ao perfil das entrevistadas observa-se que, 67% estão na faixa etária entre 20 a 30 anos, 62% são solteiras, 74% possuem renda familiar entre 1 a 6 salários mínimos, 81% freqüentam cursos de especialização, 56% possuem carro próprio, 61% trabalham em instituições privadas, residem nas zonas leste (50%) ou sul (18%) de Natal. Em relação aos hábitos de consumo percebe-se que, 72% realizam compra de roupas nos shoppings e esses locais são indicados por amigas/familiares (57%), sendo a qualidade e o tempo os principais motivos para comprar nesses locais (60%). Blusas e calças (77%) são as peças preferidas para aquisição, optam por tecidos de fibra natural (87%), priorizando os lisos (64%). A frequência de compra é mensal (46%) ou bimestral (28%), sendo dezembro o mês favorito (50%) e escolhem os turnos vespertinos (37%) ou noturnos (43%) para irem ao shopping. Quanto ao estilo de roupa e o envolvimento com a moda nota-se que, 50% consideram-se clássicas, acham que ser natural (45%) ou ter estilo (35%) é estar na moda, finais de semana são os dias que mais se “produzem” (64%) para freqüentarem bares (33%) ou restaurantes (28%), e “vestir-se para sair” significa sentir-se charmosa e elegante (33%) ou ficar bonita (33%).

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÕES) Compreender os hábitos de consumo e o processo de decisão de compra do cliente de moda feminina é essencial para as empresas, visto que a moda tem participação importante no mercado nacional e internacional. Desta forma, a indústria da moda necessita criar e inovar para conquistar e manter consumidoras satisfeitas, por tratar de pessoas que se vestem para ficar bonitas ou sentir-se charmosa e elegante.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

IMPLANTAÇÃO DE MANUAL DE PROCEDIMENTOS NA EMPRESA GOLDEN CAR

Autor(es):

Miller Elias de Sousa Oliveira: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O tema é bastante importante pois demonstra como a Golden Car deverá utilizar os processos no comércio de compra, venda, agenciamento e na organização interna do ponto de venda com seus funcionários aplicando um padrão de atendimento na presença do cliente que ofereça com mais firmeza as opções de compra se preocupando com nível de satisfação, pois estará flexibilizando as melhores opções de avaliação dos bens que estão sendo avaliados. Objetivos: o objetivo geral do trabalho é elaborar um manual de procedimentos de compra, venda e agenciamento de veículos e os objetivos específicos é levantar os procedimentos atualmente realizados nas áreas de comércio, identificar falhas e oportunidades de melhoria, mapear novos procedimentos a partir da correção de falhas e estabelecer atributos de desempenho para cada procedimento.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi feita através de um estudo de caso focado em uma única empresa que baseado nas informações coletadas nos processos que são feitos sem nenhum tipo de embasamento, através de características encontradas podemos utilizar a pesquisa qualitativa e avaliação formativa abrangendo as áreas de treinamento, pois o início do ciclo do processo resulta do comércio, onde abrange a venda, compra, troca e o agenciamento. Sobretudo a coleta de dados efetuada utilizou uma entrevista com o proprietário, uma observação direta e participante e uma análise documental onde todos os dados foram interpretados de acordo com o foco da pesquisa e serviram de base para a aplicação dos manuais com intuito de facilitar e tornar mais rápido as respostas ao consumidor.

(RESULTADOS) Esta análise propôs a empresa implantar formulários para no ato da entrada dos veículos os vendedores que avaliaram o mesmo preencha e assine relatando todo os itens que o veículo tem e como está seu estado de funcionamento para em seguida dar entrada na loja e encaminhá-lo a oficina para fazer algum concerto ou ao lava jato. O manual irá informar quais os itens principais para obter uma avaliação rápida que demonstre uma boa satisfação para o cliente e gere um bom resultado para a empresa.

(CONCLUSÃO) O resultado esperado com a manualização dos novos processos busca a padronização, de maneira que melhore a eficiência e agilidade no controle de redução de erros no trabalho, para manter a segurança e satisfação dos colaboradores e de seus clientes. No atendimento já se notou uma melhor satisfação de acordo com os clientes que acharam burocrático ter que assinar toda a documentação de agenciamento mais em compensação estão mais resguardados com o contrato, que lhe informa em clausulas quais são seus deveres e os da empresa que esta agenciando seu veículo.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA DA CULTURA DA MAMONA NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

leggo Magnum Silva Nascimento: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A mamona desponta como um grande potencial produtivo no Brasil, considerando a viabilidade que a mesma oferece ao Rio Grande do Norte, agregando valor a terras vazias, gerando renda, incentivando a agricultura, beneficiando os produtores rurais, e principalmente, promovendo a atração de investimentos voltados para o beneficiamento da referida cultura. Objetiva-se com a presente pesquisa a realização de estudo de mercado do produto mamona no estado do Rio Grande do Norte considerando a utilização econômica da mamona, mediante o aproveitamento completo da planta pela aplicação da casca, folhas e caule, para a elaboração de um forte adubo químico, que é a “torta de mamona”. O subproduto da cultura e da aplicação da casca, no uso de ração animal, passando por vários processos que retiram os agentes nocivos, que é um método considerado caro, porém que resulta em uma ótima ração com teor nutricional elevado. Justifica-se o estudo, considerando que a sua viabilidade econômica depende diretamente do contexto do mercado interno e externo.

(METODOLOGIA) A presente pesquisa é bibliográfica, descritiva e documental. São analisados relatórios técnicos sobre a mamona, com base nos quais foram elaborados indicadores e parâmetros que permitem mensurar e avaliar as características e potencialidades de viabilidade econômica do produto na região.

(RESULTADOS) Os indicadores de viabilidade econômica da mamona no Rio Grande do Norte que são 33 municípios produtores; a área colhida chegou a 1.469 (hectares); a quantidade produzida é potencialmente de 955 (toneladas); a produção por hectare chega a 650 (Kg); o valor da produção total já atingiu R\$458 mil; o valor pago por tonelada chegou à cifra de R\$ 479,58; o valor médio pago por Kg e de R\$ 0,91. Os dados aqui apresentados têm como base os períodos de 2004 a 2009 e são frutos de estudos dos diversos cenários produtivos, comercial e econômico da mamona no estado do Rio Grande do Norte. A análise horizontal dos dados mostra uma extrema volatilidade do mercado, com variações percentuais que vão de 35,51% de aumento na área plantada; 24,18% de aumento na quantidade produzida. Houve retração de 8,32% na produção em Kg/hectare; 52,47% de queda do valor pago por Kg. Alguns fatores contribuem para a instabilidade do setor, tais como a desorganização do sistema produtivo atual, o que gera incertezas ao produtor; a falta de aplicação de técnicas de plantio avançadas; faltam boas variedades de sementes. O estudo mostra que a desorganização do mercado interno caracteriza-se por uma oferta oligopsônica; reduzida oferta de crédito; assistência técnica pouco disponível e pouco requisitada; miopia em relação aos produtos derivados da cultura.

(CONCLUSÃO) O cenário atual do mercado do Norte Rio Grande do Norte revela que o produto mamona apresenta pontos que sustentam a sua viabilidade; um dos grandes indicadores dessa viabilidade está no mercado externo, que se mostra em constante alta, desde o ano de 1995. A pesquisa recomenda a realização de estudos específicos, desenvolvidos em micro regiões, a fim de dimensionar outros elementos e indicadores econômicos, bem como o nível das técnicas de produção aplicadas, o fluxo comercial, econômico e financeiro desenvolvido na prática; recomenda-se ainda estudos nas diversas áreas da administração que circundam o setor da produção para a melhoria da cultura e dos cenários econômicos envolvidos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO DE SERRINHA – RN

Autor(es):

José Genilson Oliveira de Souza: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O município de Serrinha foi criado pela lei no 2.942, em 2 de outubro de 1963 e está encravado nos sopés da serra que originou o seu nome, na mesorregião do Agreste Potiguar. A pesquisa foi desenvolvida com vistas à elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável do município de Serrinha-RN que permitiu diagnosticar os principais problemas sociais, econômicos e ambientais do município de Serrinha-RN; identificar as demandas e necessidades que garantam melhoria na condição de vida da população do município de Serrinha-RN e formular propostas de desenvolvimento sustentável do município.

(METODOLOGIA) A pesquisa caracteriza-se como exploratória, descritiva, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica investigou as características formais e estatísticas do município e publicadas pelo IBGE.

(RESULTADOS) O município de Serrinha é predominantemente rural, cuja população estimada em 7.509 habitantes, com 70% residente na zona rural. Trata-se de um município, cuja renda depende prioritariamente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o qual representa cerca de 90% da receita total do município. Os demais recursos são oriundos do ICMS repassado pelo governo do estado; cobrança de ISS, IPTU e Inter-vivos; bem como do repasse dos royalties da exploração de petróleo em terra potiguar e oriundos da Petrobrás. A despesa municipal é constituída de gastos com custeio e capital. A despesa de custeio do município é decorrente do pagamento de salários e encargos da folha decorrente do quadro de pessoal efetivo além dos contratados. Inclui-se ainda na programação de despesa, os gastos com material de consumo e serviços de terceiros necessários à manutenção e funcionamento das entidades e serviços prestados pelos diversos órgãos que compõem a máquina administrativa municipal. Deve-se ressaltar ainda o fluxo de despesas de manutenção e conservação de equipamentos e instalações físicas e operacionais dos diversos setores e serviços da edilidade municipal. Por fim, complementa o compromisso do fluxo operacional os gastos com equipamentos e instalações e que constitui o investimento do município com obras e aquisição de bens físicos. Vale ressaltar o compromisso institucional do município no cumprimento de decisões judiciais com o pagamento de precatórios demandados por direitos adquiridos por pessoas e entidades. Trata-se de um município cujo IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é de 0,598. Sendo este indicador numérico, obtido através da média aritmética simples de três subíndices, quais estes referem-se as dimensões: Longevidade 0,678 (IDHM – Longevidade), Educação 0,634 (IDHM – Educação) e Renda 0,481 (IDHM – Renda), todos eles verificados de acordo com o último censo realizado pelo IBGE no ano 2000. Os índices citados estão superiores aos que são verificados para a média do Rio Grande do Norte, cujo indicador (IDH – RN) é da ordem de 0,574, ocupando a 21ª posição no ranking dos estados da federação brasileira.

(CONCLUSÃO) A pesquisa confirma que o plano de desenvolvimento sustentável constitui um instrumento de política econômica de relevante impacto para o município, considerando que o mesmo formula as estratégias, recursos e instrumentos de sua implantação e execução. Conclui-se ainda que, mediante o plano de desenvolvimento sustentável é possível obter-se melhores indicadores de desenvolvimento municipal (IDHM), cujos resultados são importantes para a melhoria das condições de vida da sua população.

OS VALORES DA AUTOGESTÃO NA TOMADA DE DECISÃO NA COOPERATIVA DE TRABALHO
MULTIDISCIPLINAR POTIGUAR – TECHNE

Autor(es):

Aderbal José de Araújo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O cooperativismo surgiu na Europa, século XIX, em resposta as mudanças ocorridas com a Revolução Industrial, onde os trabalhadores eram submetidos a jornadas de até dezesseis horas por dia. Ante esse cenário de exploração surgem às primeiras experiências de trabalho cooperativo. Tendo como símbolo desse movimento a cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, fundada em 1844 por 28 tecelões, na região Rochdale, no norte da Inglaterra. Essa experiência serviu de bandeira para disseminar o movimento cooperativista para outras regiões do mundo. No Brasil é representado por 13 ramos de atividade, destacando-se o agropecuário por representar 6% do PIB. Todavia, o segmento de trabalho apresenta o maior número de cooperativas em atividade. No entanto, o cooperativismo de trabalho quando usado de maneira incorreta torna-se uma armadilha contra os próprios trabalhadores. A pesquisa teve como propósito observar se a organização em estudo aplica os valores da autogestão na tomada de decisão e qual a sua importância nesse processo

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa explorativa do tipo estudo de caso, porque está circunscrita a Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar – TECHNE. O universo da pesquisa foi constituído pelos sócios da cooperativa no total de 23, sendo entrevistado para efeito deste estudo, sete cooperados. Como instrumento de coleta de dados optou-se por um questionário que pudesse medir escalas de atitude, aplicando-se para tanto a escala do tipo Likert com 20 perguntas fechadas e 10 perguntas abertas, o que proporcionou uma análise quantitativa e qualitativa dos dados, sendo os resultados aqui apresentados apenas parciais.

(RESULTADOS) Os dados foram analisados em duas etapas. A primeira, consta do perfil dos cooperados e a segunda, trata dos dados avaliativos que responderão as questões de pesquisa. Foi constatado que a maioria dos entrevistados encontra-se na faixa de 36 a 45 anos. No tocante a escolaridade verificou-se que grande parte dos cooperados, tem formação de nível superior, e que boa parte dispõe de pós-graduação. Comprovou-se que a criação da cooperativa foi uma oportunidade de negócio e que sócios fundadores já tinham experiência no terceiro setor e afinidade com o cooperativismo. Os cooperados desfrutam das mesmas oportunidades e estão satisfeitos com a distribuição dos benefícios. A Diretoria é fiel às decisões da assembléia geral para 72% dos entrevistados, bem como as sugestões, críticas e intervenções quase sempre são ouvidas e levadas em consideração por essa Diretoria. As decisões de âmbito estratégico são tomadas de forma participativa em reuniões, enquanto que as decisões rotineiras ficam a cargo da administração.

(CONCLUSÃO) As cooperativas enfrentam um grande desafio que é nortear sua administração pelos princípios cooperativistas, sem deixar de acompanhar as tendências do mercado e as condições de sustentabilidade. Para isso é imprescindível que os gestores saibam respeitar suas especificidades e promover os meios necessários para que sócios tenham consciência de que o sucesso de um é também o sucesso de todos. Daí a necessidade de conhecer os princípios cooperativistas e suas práticas de autogestão. A TECHNE disponibiliza os meios necessários para que os cooperados adquiram conhecimento sobre sua gestão. Através dos resultados identifica-se que a TECHNE utiliza as práticas de autogestão na tomada de decisão. Entretanto é preciso dá continuidade à execução das atividades planejadas e refinar os controles no âmbito interno da cooperativa. Observou-se que, a pesar da cooperativa ter um nível bom de adesão aos valores cooperativistas, ainda há entre os cooperados a antiga visão que só é possível a segurança através do vínculo empregatício (carteira assinada), o que vai de encontro a filosofia cooperativista e sua própria legislação

OS BENEFÍCIOS ESPOTÂNEOS OFERECIDOS PELA REDE HOTELEIRA DA VIA COSTEIRA

Autor(es):

Thaiane Tharine de Oliveira Pachêco: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Esta pesquisa tem por objetivo identificar os benefícios espontâneos oferecidos pela rede hoteleira da Via Costeira aos seus colaboradores. O estudo focaliza especificamente o seu público interno, ou seja, os seus colaboradores, procurando avaliar, identificar, classificar e quantificar os benefícios espontâneos oferecidos aos seus colaboradores como formar de atrair, manter seus colaboradores e também se diferenciar de seus concorrentes. Ao longo das últimas décadas ocorreu uma crescente valorização dos recursos humanos no contexto organizacional. Se antigamente o ser humano era considerado mais uma peça da engrenagem da organização, atualmente é tratado como vantagem competitiva. Para poderem valorizar seus colaboradores as organizações buscaram diversas formas de remunerações. No setor de turismo sabe-se que em suas diversas áreas a rotatividade de colaboradores é alta, sua dependência com as altas e baixas estações faz com que os colaboradores sejam atingidos pela sazonalidade do setor, principalmente no segmento da hotelaria isso é bastante visível, sobretudo numa cidade onde turismo é o gerador da economia, como na cidade de Natal. Uma forma que as empresas buscaram para atrair mão-de-obra e estimular os profissionais dessa área é através dos benefícios espontâneos, dando-lhes dessa forma estímulos para um bom desenvolvimento profissional.

(METODOLOGIA) Este trabalho se caracteriza como sendo uma pesquisa exploratório-quantitativa. Propõe avaliar os benefícios espontâneos oferecidos pela rede hoteleira da Via Costeira aos seus colaboradores. O universo é composto por todos os hotéis localizados na Via Costeira, totalizando 11 hotéis. Os dados foram coletados através de um questionário com perguntas abertas e fechadas que foram preenchidos pelo setor de Recursos Humanos dos hotéis.

(RESULTADOS) Por meio da pesquisa realizada foi possível observar que todas a rede hoteleira da Via Costeira oferece aos seus colaboradores plano de saúde e plano odontológico. Onde apresentaram 100% da sua implantação não decorrente de acordo sindical. Do total dos planos de saúde e odontológico 95% deles são extensivos à família e abrange todos os colaboradores. Outros benefícios espontâneos como cesta básica, cartão farmácia, cartões de convênios de lojas também foram mencionados porém de forma menos inexpressiva. Todos os benefícios apresentados foram classificados como não-monetários.

(CONCLUSÃO) Até o presente momento podemos verificar que a aplicação dos benefícios espontâneos ocorre ainda de forma inexpressiva, uma vez que, os hotéis localizados na Via Costeira não utilizam benefícios espontâneos como forte atrativo de manutenção e atração de novos colaboradores, mas, é possível verificar que existe uma preocupação em oferecer melhores condições de trabalho aos colaboradores.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA ENTRADA DA OPERADORA VIVO NO MERCADO DE TELEFONIA MÓVEL DO RIO GRANDE DO NORTE.

Autor(es):

Markov de Amorim Pessoa: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Objetivando avaliar o impacto da entrada da Vivo em um novo mercado, onde, possivelmente, esta enfrentará certas desvantagens competitivas por ser uma nova entrante, o presente estudo pretende identificar quais as principais dificuldades que esta enfrentará ao entrar em um novo mercado já dominado por seus concorrentes à luz do modelo das cinco forças de Michael Porter. Este estudo justifica-se na medida em que contribui para se enriquecer o conhecimento acadêmico aplicado a respeito das forças que atuam sobre as empresas em um mercado competitivo. Por outro lado, este trabalho também contribui de forma prática aos empresários que pretendem seguir o mesmo caminho intencionando desenvolver estratégias para atuar em uma nova área já ocupada por concorrentes do mesmo ramo.

(METODOLOGIA) O presente estudo, do ponto de vista de sua natureza, é classificado como aplicado, pois é motivado pela necessidade de resolver um problema concreto. É de cunho exploratório, tendo como objetivo aumentar a familiaridade com o assunto. Por se tratar de uma pesquisa que se utiliza de informações, em parte retirada de livros, classifica-se, quanto aos procedimentos técnicos, como sendo bibliográfica. Do ponto de vista da abordagem, a pesquisa é considerada qualitativa, pois não emprega dados estatísticos como centro do processo de análise do problema.

(RESULTADOS) A Vivo, mesmo ainda não tendo uma participação de mercado muito significativa no Rio Grande do Norte, se beneficia da sua grande participação de mercado em âmbito nacional, o que lhe favorece, não só na compra em volume, mas também da previa relação com fornecedores. Apesar de ser uma força que atua em desfavor da Vivo, o poder de negociação dos fornecedores não apresenta grande ameaça para a mesma, pois ter um comprador que trabalhe com volumes tão altos é um trunfo para o fornecedor, e correr o risco de perdê-lo não é bom negócio para quem fornece. As principais barreiras encontradas pela Vivo foram a de Marca, pois as de seus concorrentes já estão bem mais presentes na cabeça dos consumidores; clientes já fidelizados e a rede responsável pelo funcionamento do serviço, esta que os concorrentes já possuem instalada e funcionando com grande abrangência. Ao se avaliar pelo ponto de vista das operadoras já estabelecidas, vislumbra-se uma ameaça considerável, visto que uma empresa com o potencial da Vivo pode crescer rapidamente e conquistar fatias do mercado que pertencem a seus concorrentes. Contudo, não se observa grandes esforços por parte das concorrentes para dificultar o estabelecimento e desenvolvimento da Vivo do mercado de telefonia móvel do RN, pois tais concorrentes não declararam estar realizando ações estratégicas diretas e específicas para esse fim. Não há, atualmente, no mercado norterio-grandense, produtos considerados substitutos e que interfiram negativamente nos resultados dos serviços prestados pelas operadoras analisadas. Todavia, alguns serviços já presentes em alguns Estados brasileiros podem vir a ameaçar essas empresas futuramente, serviços como o de comunicação via ondas de rádio.

(CONCLUSÃO) A partir da análise realizada com base nos dados obtidos através da pesquisa, conclui-se que, apesar da grande força que possuem os concorrentes da Vivo, em um mercado ocupado por poucos, cada um com uma grande participação e beneficiados pela curva de aprendizagem, a Vivo não encontrará grandes dificuldades para conquistar sua fatia, visto que trata-se de um mercado muito dinâmico, com pouca fidelidade por parte dos consumidores que migram facilmente de operadora em função de promoções oferecidas, estas que a Vivo já está realizando. Contudo, recomenda-se que a empresa invista mais em campanhas que fortaleçam a marca e que fixem a mesma na cabeça dos consumidores, visto que observou-se muito poucos esforços nessa área, durante a pesquisa.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ANÁLISE DA CADEIA DE FOMENTOS DO BIODIESEL NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Alcelino Luis da Costa Araújo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A produção de energia sempre foi uma questão de extrema importância para a humanidade, há alguns anos o mundo busca maneiras de um desenvolvimento auto-sustentável, socialmente correto e viável. Nesse contexto, a produção de bicombustíveis torna-se uma das formas mais exploradas atualmente em todo o mundo, contribuindo para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico social no campo. O governo brasileiro junto com a Petrobras e os institutos de assistência técnica de pesquisa de cada estado, vem estimulando a produção do biodiesel, que é obtido a partir de óleos vegetais. O projeto tem como objetivos principais implantar de forma sustentável a produção e o uso desse novo combustível, desenvolver a produção regional de oleaginosas e gerar renda para os agricultores rurais. O Rio Grande do Norte possui áreas produtivas, com temperaturas ideais para o cultivo de girassol, mamona e algodão.

(METODOLOGIA) O trabalho utiliza como método de estudo pesquisa documental de caráter aplicado sobre o tema principal, apresentando uma abordagem quantitativa dos fatos. Este estudo é classificado como exploratório, pois tem como objetivo entender a situação e o problema em questão, bibliográfico a partir de material publicado principalmente em artigos Periódicos, e experimental já que o objetivo foi determinado analisando as suas variáveis.

(RESULTADOS) O programa de produção de biodiesel no Rio Grande do Norte, tem o objetivo de garantir a sustentabilidade dos agricultores, familiares, e garantir um preço mínimo na hora da venda. Porém os produtores levaram mais um tempo para conquistar essa independência financeira, pois a produção foi bem a baixo do esperado. A Petrobras e o Banco do Brasil firmaram uma parceria com o intuito de financiar a agricultura familiar. O produtor investe na produção e terá a garantia de um comprador pelos próximos anos. Um dos grandes motivos da Petrobras querer diversificar as fontes produtoras, e que quase todo biodiesel produzido no Brasil ainda usa a soja como matéria-prima. Todos os procedimentos operacionais serão executados por empresas de assistência técnicas e as suas respectivas cooperativas credenciadas pela companhia. Apesar de todas essas parcerias firmadas os agricultores se queixam que não tiveram todo o apoio esperado e questionam que enfrentaram a falta de conhecimento técnico, com isso o programa de agroenergia do Rio Grande do Norte luta para não dar seus últimos passos. Visando solucionar todos os problemas encontrados no início do projeto o governo do estado vem promovendo cursos de capacitação dos trabalhadores.

(CONCLUSÃO) Projeto não concluído.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO NA STUTTGART AUTO CENTER.

Autor(es):

Dima Guilherme Bianchini Beiro Júnior. Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Observa-se atualmente um crescimento acirrado no setor de funilaria e pintura automotiva na cidade do Natal. Isso se deve ao aumento do número de carros vendidos (novos e usados) e ao novo formato de restauração de carros. No ano de 2007 foi vendido em Natal um total de 60.605 carros. Já em 2008 o número superou a marca dos 65.117 carros esse número tende a crescer dada à redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) uma tentativa do governo em aquecer o setor automobilístico no país diante a crise mundial. Diante desse contexto observa-se que o ramo de funilaria e pintura torna-se um negócio viável para quem conseguir gerenciar melhor, como toda empresa precisa ter ferramentas de gerenciamento que tragam dados para melhoramento da condição do seu negócio. E observando-se que a Empresa Stuttgart Auto center está carente de gerenciamento de processos, este trabalho teve como objetivo identificar Quais ferramentas de reestruturação organizacional devem ser implantadas pela Stuttgart visando melhorias administrativas na empresa.

(METODOLOGIA) Diante do problema de pesquisa foram coletadas informações a respeito dos processos e das atividades desenvolvidas na empresa pesquisada. Trata-se de uma pesquisa exploratória em forma de estudo de caso, sendo seu caráter qualitativo. Na pesquisa buscou-se identificar os processos (por meio de seus fluxos), o layout e a distribuição de trabalho. Os resultados apresentados neste trabalho são apenas parciais. Foram entrevistados sete funcionários, e aplicou-se a observação para poder identificar os gargalos dos processos. , Os dados coletados foram analisados com base na teoria estudada, confrontando o que os teóricos apresentam com o que a empresa pratica.

(RESULTADOS) Quanto ao fluxo das informações, verificou-se que não existem problemas no repasse das informações, contudo elas ocorrem frequentemente de forma verbal devido a facilidade em apresentar aos cliente e aos funcionários o tipo de serviço a ser realizado. O registro do mesmo é feito por meio de uma ordem de serviço. Quanto às relações interpessoais, observa-se que não ocorrem grandes problemas. A divisão do trabalho é realizada mediante a especialidade de cada funcionário. No tocante ao estudo do arranjo físico, há uma necessidade de aperfeiçoamento. As decisões operacionais são analisadas e tomadas com base na opinião dos funcionários especialistas, observou-se a ausência de manualização dos processos.

(CONCLUSÃO) Com base no diagnóstico organizacional parcialmente realizado, observa-se que a empresa ainda funciona de forma informal, principalmente no tocante aos processos. Porém, mediante a natureza dos seus serviços, ou seja, pintura, funilaria e restauração, entende-se que é natural da atividade. O maior problema identificado foi quanto ao arranjo físico, haja vista que o prédio é alugado e a estrutura não pode ser alterada. Para tanto, a empresa busca outra localização que se adeque as especificidades do negócio.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

COMPORTAMENTO DOS JOVENS NA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DO SHOPPING MIDWAY MALL: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO

Autor(es):

Débora Renata Amaral Barbalho da Silva: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A necessidade de se conhecer o consumidor de forma mais profunda tem feito com que as empresas lancem mão do aporte antropológico às suas estratégias de marketing. Com isso, o uso da pesquisa etnográfica no marketing tem sido um recurso cada vez mais eficaz na tentativa de se desenvolver e lançar produtos e serviços mais adequados. O presente estudo tem como objetivo analisar os significados atribuídos e o comportamento decorrente dos adolescentes que frequentam a praça de alimentação do Shopping Midway Mall, através da investigação dos seus hábitos no momento de uso da praça de alimentação, que significado eles atribuem a isso, e classificá-los em uma escala de valores. Diante disso, o presente estudo revela-se importante, pois realiza um diagnóstico do comportamento dos adolescentes contribuindo para que as empresas possam conhecer e criar novas estratégias de acordo com esse conhecimento

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, pois foi utilizada pesquisa qualitativa para definir o problema ou elaborar abordagens para gerar hipóteses e identificar variáveis que devem ser incluídas na pesquisa. A pesquisa também se define como observacional não estruturada, que caracteriza-se quando o observador monitora todos os aspectos do fenômeno que parecem importantes para o problema em foco. E não disfarçada, quando os entrevistados sabem que estão sendo analisados. Com relação à coleta de dados, julgou-se oportuno utilizar-se da pesquisa em profundidade, que se caracteriza como uma entrevista não estruturada, direta, pessoal, em que o único respondente é testado por um entrevistador altamente treinado, para descobrir motivações, crenças, atitudes e sensações subjacentes sobre um tópico.

(RESULTADOS) Durante três meses foram observados adolescentes na faixa dos 13 aos 19 anos, onde verificou-se que, a grande maioria das meninas usam calça jeans, blusa básica e sandálias de salto baixo ou até mesmo rasteiras, com algumas raras exceções, onde pôde-se observar algumas garotas usando roupas que são consideradas conceituais. Os garotos costumam vestir-se também com calça jeans, camiseta e tênis. Não foi observado distinção entre os gêneros, em relação à opção de alimentação, a grande maioria dos adolescentes preferem comer sanduíches do Pittsburg, seguido por esfihas do Habib's. Eles costumam ficar muito tempo na praça de alimentação, em média 30 minutos, e raramente estão sozinhos ou com os pais, estão sempre em grupo de, no mínimo, três pessoas. Foram observados aspectos como: comportamento, modo de se vestir, o que consumiam, como agiam, utilização de bolsas, carteiras, bijuterias e artefatos tecnológicos como celulares, mp4, dentre outros.

(CONCLUSÃO) De acordo com o que foi observado, podemos concluir que a maioria dos adolescentes se comportam da mesma forma, na praça de alimentação, ou seja, todos vão em grupo e dentro desse grupo, eles têm regras, códigos decifráveis apenas por eles. Em sua maioria, principalmente quando estão em grupos maiores, demonstraram-se mais coesos em relação aos integrantes, chegando a optarem por um tipo de comida mais barata, para que todos pudessem comer. No entanto, em alguns casos, especialmente nos grupos menores, havia uma cuidadosa seleção do local escolhido para a alimentação. A praça de alimentação serve, para os adolescentes, como um ponto de encontro, um local seguro, onde o importante é o encontro, a conversa, é se fazer encontrar numa tarde de sábado. Em alguns casos, o consumo se torna secundário, numa escala de valores onde o mais importante é a convivência. Sugere-se aos Shopping Centers criar produtos e serviços que sejam vinculados ao estado de convivência, e aos sentimentos de bem-estar e de pertencimento dos adolescentes como parte de um código de valores que expõe o verdadeiro sentido de ser jovem e de ser componente essencial da era digital.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

A IMPORTÂNCIA DAS ALIANÇAS EMPRESARIAIS E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: O CASO DO CENTRO CULTURAL CASA DA RIBEIRA

Autor(es):

Micaele Saldanha Toscano: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Atualmente pode-se observar a grande preocupação em relação a vários temas que vem impactando a sociedade. Desigualdades sociais que vêm fazendo com que os diversos setores se voltem para a busca de alternativas onde essas questões possam ser resolvidas. Portanto o presente trabalho tem como objetivo principal avaliar a importância das alianças empresariais que atuam com ações de responsabilidade social para o desenvolvimento da sociedade Natalense, com uma abordagem focada no Centro Cultural Casa da Ribeira, onde se buscou detalhar as estratégias e benefícios das alianças empresariais, apresentando sua relevância para a sociedade através de investimentos em projetos culturais.

(METODOLOGIA) Para alcançar os objetivos deste trabalho utilizou-se a pesquisa descritiva e exploratória, que buscou descrever as características e relações existentes na organização pesquisada e obter maiores informações sobre o tema abordado. Procedeu-se um estudo de caso, onde foram entrevistados de maneira censitária 4 membros dirigentes do Centro Cultural Casa da Ribeira. Todas as informações coletadas nas etapas da pesquisa foram analisadas à luz da abordagem teórica, de modo a se obter uma interpretação adequada e satisfatória de seus valores na dimensão qualitativa.

(RESULTADOS) As alianças empresariais com o Centro Cultural Casa da Ribeira são bastante relevantes para a sociedade Natalense, já que através dessas é possível oferecer entretenimento de qualidade, programação de lazer com intuito educativo, e promover a profissionalização dos artistas que são estimulados a desenvolver projetos, descobrir e utilizar recursos, multiplicando assim seus conhecimentos. Porém, muitas vezes enquanto a organização patrocinada está preocupada com o impacto social que seu projeto vai gerar, a empresa patrocinadora está visivelmente apenas preocupada com o retorno financeiro e de imagem que uma iniciativa feita por ela vai oferecer. Situação essa que confirma a dificuldade de se encontrar empresas realmente intencionadas com as causas sociais e que se disponibilizem a investir nos projetos pelo tempo necessário. As leis de incentivos fiscais têm sido fundamentais para as atividades que a Casa realiza, sendo mais uma forma de incentivar os empresários a investir no social. O benefício direto das alianças para as empresas está ligado à imagem da organização junto aos diversos públicos, fazendo com que a ação possa reverter quadros de insegurança, aproximando e fidelizando clientes pela boa associação feita à mesma. Já para a sociedade, as alianças realmente comprometidas no processo de mudanças reais, reduzem incertezas nas mais variadas situações do dia-a-dia da comunidade, uma vez que as atividades desenvolvidas têm centralidade na arte, onde jovens passam a saber fazer escolhas, interligando-os com o mundo do trabalho, crescendo com a diversidade e interagindo com os outros, ganhando oportunidades de fazer e apreciação artística num contexto multicultural, desenvolvendo competências pessoais, relacionais, cognitivas e produtivas.

(CONCLUSÃO) Com base nos resultados, conclui-se que as parcerias são essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais digna, apesar de muitas empresas apenas visualizar o marketing envolvido, o que acaba causando dúvidas quanto às verdadeiras intenções da organização que tenta mostrar sua sensibilidade social, mas sem se preocupar com o efeito real do investimento. Portanto é importante lembrar que não se pode perder de vista o verdadeiro sentido do termo responsabilidade social nas práticas efetuadas, respeitando seus conceitos, garantindo participação em conjunto com o governo e organizações não governamentais, colaborando no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e reduzindo impactos adversos ao ambiente onde estão inseridas.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ANÁLISE DO SISTEMA DE PRODUÇÃO NO QUESITO TEMPO E QUALIDADE NA CONFECÇÃO DA CAMISA PÓLO NAS INDÚSTRIAS GUARARAPES CONFECÇÕES SA.

Autor(es):

João Felipe de Oliveira Pessoa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Neste complexo mercado em que vivemos atualmente, um dos setores que mais se destacam é o da indústria de confecções, que hoje apresenta uma aparente estabilidade frente ao cenário nacional que passa por uma das piores crises da história. Este relevante equilíbrio vem sendo sustentado pelas grandes empresas, que no estado abordam cerca de setenta por cento (70 %) dos empregos gerados pelo setor, fazendo assim com que a economia do estado esteja relativamente boa perante o âmbito nacional. Dentre essas grandes empresas observa-se a Guararapes Confecções S.A uma das mais poderosas do setor de confecções, que emprega atualmente mais de dez mil funcionários. Visando essa questão esse projeto mostrará todo o conjunto de processos que evolui esse projeto e irá sugerir possíveis melhorias a produção.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa quanto à natureza do problema é aplicada, pois tem como escopo gerar informações para aplicação para solução de problemas específicos, no que se propõe ao ponto de vista do problema a ser analisado essa pesquisa adota a característica quantitativa porque considera que tudo pode ser quantificável e no ponto de vista de seus objetivos essa pesquisa caracteriza-se de forma descritiva, pois abrange aspectos gerais e amplos de um contexto social. Além disso os procedimentos técnicos que esta pesquisa comporta são a forma bibliográfica e participante.

(RESULTADOS) A Guararapes como maior indústria de confecções do estado, se vê na situação de ter seu processo de produção posto em questão para saber se o mesmo está operando com sua capacidade adequada. Porém para chegar à etapa de confecção das peças, a um caminho a ser percorrido e é com esse intuito, de mostrar esse passo a passo e avaliar a questão tempo e qualidade da confecção da camisa pólo, que é mais complexa, que os resultados da pesquisa começam a aparecer. A Guararapes possui outros setores responsáveis pela boa operação de sua cadeia de produção, todo seu processo começa pela malharia, que é o setor responsável pela produção da malha que será utilizada em toda a fábrica, quando prontas as malhas que são armazenadas em tubos, seguem caminho para a tinturaria, onde receberão a cor específica da peça, e também na tinturaria são tinturados os fios para fazer as malhas listradas, depois de coloridas as malhas seguem para o corte onde receberão as medidas necessárias nos tamanhos corretos para seguirem para as três confecções da fábrica. A confecção em análise é a confecção 21 que obtém diariamente a maior demanda de peças e tem maiores problemas nos quesitos qualidade e tempo mediante a alta quantidade de peças produzidas. Com isso esta pesquisa, visando esses problemas, analisa a produção da camisa pólo que é a peça com mais operações a serem feitas e sugere melhorias nos defeitos que freqüentemente ocorrem e no tempo que conclusão das peças, mostrando gráficos que possibilitam melhor visualização desses problemas.

(CONCLUSÃO) Com toda a análise feita no sistema de produção de uma empresa de grande porte como a Guararapes Confecções SA, percebe-se que a mesma por trabalhar com alta demanda de peças diariamente, enfrenta vários problemas de produção, como os defeitos de costura analisados nesta pesquisa. Esses problemas que ocorrem podem ser solucionados mediante a simples mudanças que são sugeridas e podem ser implantadas a produção da fábrica.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

RECICLAGEM DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO COMO UMA OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO PARA O RIO GRANDE DO NORTE.

Autor(es):

Alexandre Oliveira de Araújo: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com a problemática do lixo, seja ele proveniente de qualquer coisa, surge uma solução, a reciclagem. Hoje existem vários métodos para que, de alguma forma, reciclem o lixo. O resíduo de construção e demolição hoje é uma matéria-prima com um grande potencial de utilização, pois não só surge como um material de construção, mas sim como uma solução para reciclar o entulho que é produzido nas construções e demolições, além de levantar a bandeira da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental. O presente estudo tem objetivo analisar a viabilidade econômica de reciclagem de resíduos sólidos em Natal. Justifica-se a pesquisa, considerando o volume de resíduos diariamente descartados, cuja reciclagem constitui uma alternativa de adequação do crescimento econômico com o equilíbrio ambiental, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

(METODOLOGIA) Para entender melhor essa oportunidade de negócio que está em evidência, à pesquisa documental contou com o suporte de relatórios técnicos publicados por agência de desenvolvimento, tais como o BNB. As informações específicas foram coletadas em entidades da Prefeitura Municipal de Natal e que são responsáveis pela política de gestão ambiental e de limpeza pública da cidade de Natal. Além de poder contar com a pesquisa bibliográfica de dissertações, teses e outros materiais científicos da área e de alunos de instituições conceituadas de ensino para o desenvolvimento da pesquisa.

(RESULTADOS) Para apurar os resultados, inicialmente foi necessário obter o conhecimento de alguns fatores, que são: primeiramente o que é o resíduo em si, após isso a questão ambiental e por fim o que é uma usina de reciclagem de resíduos de construção e demolição. A pesquisa confirma que a cidade de Natal produz diariamente cerca de 500 toneladas de resíduos de construção e demolição. Esse volume de resíduos permite a instalação de uma usina de reciclagem, em condições normais de funcionamento, cuja produção média diária está estimada 373 m³ de material reciclado, que é o que representa o valor de R\$ 2.611,00, diário, uma vez que fora constatado que o m³ de material reciclado custa R\$ 7,00, assim, gerando um montante de R\$ 953.015, anual. Esse valor dentro do PIB da cidade do Natal, representa cerca de 0,00012% e 0,00099% da economia industrial natalense.

(CONCLUSÃO) Essa pesquisa tem a função prioritária de analisar se a reciclagem de resíduos sólidos de construção e demolição é uma oportunidade de negócio viável e necessária. Com base nessa pesquisa a conclusão que se tira é que é viável e que vem a ser um negócio muito importante. Não só como um gerador de lucro, mas como uma empresa que vem a suprir uma necessidade, que é a arrecadação do resíduo sólido que se amontoando nos lixões da cidade. Além de gerar empregos diretos e indiretamente e fazer crescer o setor industrial e a economia da cidade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ANALISE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CONSTRUTORA AZEVEDO & COELHO LTDA

Autor(es):

Bruno de Oliveira Coelho: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Na atualidade informatização, tecnologia e os sistemas de informação mais evoluídos, se tornam cada vez mais necessários, porém é imperativo que uma pessoa ou um funcionário esteja preparado para poder manusear um software, que seja totalmente informatizado

(METODOLOGIA) Pesquisa exploratória, com utilização de Estudo de Caso. A pesquisa foi realizada com os funcionários que estão locados no escritório, com um total de 09 funcionários. Os dados foram coletados por meio de um questionário onde os funcionários irão expor as qualidades e os defeitos do programa utilizado e quais serão as melhorias que um novo programa irá trazer para os funcionários e para a empresa.

(RESULTADOS) A média de idade dos funcionários é de 36 com desvio padrão de 11,36, sendo 78% é do sexo masculino e 22% do sexo feminino, onde 55,55% é casado, 33,34% solteiro e 11,11% viúvo. A empresa possui 6 setores: Engenharia, Compras, Recepção, administração, Técnico em Obras e Almoхарife. Quanto ao julgamento se o processo de trabalho da construtora é eficiente, 66,67% acham que sim e 33,33% acham que não. Os processos informatizados são: orçamentos licitações, parte da folha de pagamento, gerenciamento financeiro dos contratos e os não informatizados são pedidos, compras de material, folhas de ponto parte da folha de pagamento. Quanto ao andamento dos processos 78% consideram o andamento regular e 22% consideram o andamento bom. Quanto ao fato de existir algo que esteja prejudicando o andamento do processo 78% acredita que não haver fatos que estejam prejudicando este processo. 22% acredita haver fatos que prejudique o andamento do processo. Quanto às medidas que os funcionários acreditem que possam melhorar este andamento destaca-se empresa poderia uniformizar os procedimentos administrativos nas obras e ter mão-de-obra mais qualificada nas obras.

(CONCLUSÃO) A construtora Azevedo & Coelho é uma empresa relativamente nova e pequena, pois está no mercado há apenas 12 anos e possui 09 funcionários no escritório. Pode-se constatar que está em pleno desenvolvimento e tem estrutura para se expandir cada vez mais tendo em vista que, tanto os funcionários como os dirigentes tem a consciência de que são necessárias algumas mudanças e mais treinamento para o aperfeiçoamento e rendimento do trabalho. Isso demonstra que a sua meta não é apenas o crescimento, mas uma busca por um nível de qualidade cada vez maior para que possa atender melhor.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

MONOGRAFIA: UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE MARKETING DAS LOJAS DE CONVENIÊNCIA EM POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

Autor(es):

Bruno Queiroz Braga de Souza: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa que está sendo desenvolvida é uma abordagem nas estratégias de marketing utilizadas em lojas de conveniência em postos de combustíveis, analisando o "ciclo" de estruturação de estabelecimentos com fins de promover conveniência desde seu início quando apenas lojas com funcionamento de 11 horas e passou a 24 horas a alguns anos atrás, antes característicos de supermercados e hoje encontrados frequentemente em postos de combustíveis, as lojas de conveniência trazem um novo modelo de adaptação no estilo de vida das pessoas, buscando comodidade, rapidez, facilidade e melhor acesso, ou seja, conveniência. O Projeto visa avaliar quais as estratégias de marketing necessárias para alavancar a frequência e as vendas das lojas de conveniência em postos de gasolina em Natal-RN, com objetivos de identificar as estratégias, possíveis acertos e falhas, identificar os hábitos dos consumidores dessas lojas e traçar seu perfil socio-econômico, buscando conhecimento para cunho profissional e acadêmico, reforçando o mercado a boa relação de técnicas e teorias administrativas e de marketing, dando assim maior conhecimento e cada vez mais ascensão.

(METODOLOGIA) De forma a atender os objetivos propostos foi realizado um estudo de caso de caráter exploratório-descritivo. Como fonte de evidências foi realizada uma entrevista/questionário com os gestores das duas empresas analisadas (AM/PM e BRMania), aplicando-se um formulário não estruturado e não disfarçado composto por dezenove questões, abrangendo conhecimentos e práticas sobre estratégias de marketing. Os dados foram analisados de forma qualitativa.

(RESULTADOS) Os Resultados deram-se pela análise, contagem e tabulação dos questionários feitos direcionados aos clientes, e outro modelo direcionado a gerências das duas lojas analisadas na pesquisa. Dessa forma foi concluído que: - Os clientes entrevistados não tem muita frequências por ambas as lojas; - A maioria não se atentou muito aos layouts mas foram mais atenciosos quanto as propagandas e promoções realizadas pelas lojas no posto; - Ambos consomem produtos similares, entre eles os mais consumidos são: bebidas alcoólicas, sanduiches, salgados, refrigerantes e cigarro.

(CONCLUSÃO) As estratégias de marketing nas lojas de conveniência em postos de combustíveis é bem conhecida e dinamizada em alguns situações, bem como o conhecimento das novas estruturas e adequações das lojas, mas as informações sobre perfil dos consumidores e quais tendências, atrativos e procura visando as situações já mencionadas antes em relação as novas características dos clientes é importantíssima, junto a grandes novas oportunidades no mercado, visto que os processos do marketing e promoção de vendas num segmento tão flexível tende-se a adequar-se cada vez mais.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

MARKETING PESSOAL E OBESIDADE, UMA ANÁLISE NAS LOJAS DO NATAL SHOPPING.

Autor(es):

Thiago Teotonio da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Jannes de Freitas Valente
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Os Shoppings Centers hoje representam mais do que um simples lugar onde as pessoas fazem suas compras. Muito mais que isso eles fazem parte do cotidiano de muitos indivíduos. Como consequência disso, o Shopping busca atrair cada vez mais pessoas para visitarem suas lojas. É uma característica básica das lojas estimularem as pessoas ao consumo. Portanto, essa dinâmica dos Shoppings passou a exigir mais empenho dos seus profissionais no que tange à imagem corporal. Por isso, vale ressaltar que ao longo dos anos várias mudanças aconteceram no ambiente do mercado de trabalho. Desta forma, para superar a competitividade e a falta de oportunidades, os profissionais precisam buscar diferenciais que os tornem mais atrativos. Por isso, a imagem corporal surge como um divisor de águas, onde aqueles que se encontram dentro dos padrões de beleza desejados estão à frente dos demais. Sendo assim, a obesidade representa um obstáculo para os profissionais que desejam atuar em lojas de um Shopping, pois ela não se enquadra nos padrões de beleza que estimula os consumidores.

(METODOLOGIA) Quanto aos objetivos a pesquisa a ser realizada se caracteriza como exploratória descritiva. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa assumirá a forma de estudo de caso. O universo da pesquisa será composto pelos funcionários das lojas de moda feminina e moda masculina; lojas de perfumaria e cosméticos; joalherias, óticas e relojarias; e lojas de presentes do Natal Shopping. Esse universo corresponde a um total de quatrocentos e setenta e seis (476) funcionários. Dessa população, será extraída uma amostra composta de cento e quarenta e três (193) funcionários das lojas do Natal Shopping com estimativa de erro de 5% e uma confiabilidade de 95%. O instrumento a ser utilizado para coletar dados da amostra selecionada será um questionário estruturado com uma série de perguntas fechadas. Para tratamento dos dados será realizado um conjunto de procedimentos apoiados em tabelas de frequência e gráficos ilustrativos. Serão feitas também análises percentuais dos resultados revelados pela amostra.

(RESULTADOS) A análise de resultados verificou cada gráfico observando os seguintes aspectos: o perfil do trabalhador desejado pelas lojas do Shopping. Nessa etapa foi possível observar que as mulheres têm maior aceitação. Os jovens adultos como variação de idade de 21 a 40 anos representam 86% dos entrevistados. Foi realizado um levantamento do peso e da altura dos entrevistados, foi possível obter média de 60 kg e 1,45 m respectivamente. Para compor esse perfil ainda foi possível observar o grau de escolaridade e tempo de experiência dos profissionais das lojas. Na etapa seguinte foi analisado que a obesidade é incompatível com o trabalho realizado pelos entrevistados. Por fim, os gráficos demonstraram a dificuldade para o obeso conseguir trabalhar nas lojas do Natal Shopping.

(CONCLUSÃO) Após análise dos gráficos, foi possível concluir que a obesidade tem grande influência no marketing pessoal dos funcionários das lojas do Shopping. A obesidade atinge diretamente esse ramo de atividade, uma vez que o marketing pessoal neste ramo está fortemente associado a sua imagem corporal. Portanto, a obesidade está em desconformidade com o padrão esperado e considerado correto para quem atua ou deseja atuar nas lojas do Natal Shopping.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

“MARKETING VIRAL” TRANSMISSÃO DE IDEIAS, PRODUTOS OU SERVIÇOS ATRAVÉS DA INTERNET: O ESTUDO DE CASO DO AXE DARK TEMPTATION

Autor(es):

Leonardo Veras Tavares: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Através da internet, as empresas têm desfrutado de um novo espaço em que podem atender simultaneamente seus clientes nas mais distintas localidades. O novo desafio do profissional de marketing passa a ser atingir os consumidores deste novo meio de comunicação, cada vez mais resistentes às propagandas tradicionais, com orçamentos menores e com o retorno esperado pelas empresas sempre aumentando. Para convencer e persuadir este público, é preciso utilizar uma nova linguagem interativa, que reúna a imagem em movimento da televisão, a relevância de conteúdo da mídia impressa, a animação computadorizada e a própria linguagem em janelas de sistemas de operação. O marketing viral surge como a mais poderosa forma de transmitir uma ideia, produto ou serviço na internet. Ele se caracteriza pela propagação de uma mensagem através do velho e conhecido método boca-a-boca. A mensagem transmitida interessa tanto a quem recebe que, naturalmente, é passada adiante. A Unilever, uma das empresas líderes mundiais nos segmentos de alimentos e higiene pessoal, está atenta a esta nova tendência de marketing e vem destacando-se, obtendo grande sucesso com a utilização desta nova ferramenta, lançando campanhas cada vez mais interativas, criativas e atraentes ao ponto de vista dos consumidores. Uma destas campanhas de bastante repercussão foi realizada para promover uma nova linha de desodorantes masculina Axe, a linha Dark Temptation. De acordo com o contexto apresentado, os objetivos deste estudo visaram à análise das estratégias de marketing viral utilizadas na campanha online do desodorante masculino Axe Dark Temptation, identificação dos elementos utilizados na transmissão de ideias, produtos e serviços, identificação das atitudes e sentimentos provocados nos consumidores, assim como a análise dos resultados alcançados.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa consistiu em um Estudo de Caso, de método exploratório com análise descritiva, pois se busca um entendimento sobre a natureza de um problema e as variáveis relevantes que precisam ser consideradas. Para proceder ao levantamento de dados foram usadas técnicas de entrevista, envolvendo os representantes da campanha na Unilever e na agência idealizadora CuboCC, bem como técnicas de pesquisa, junto às pessoas que entraram em contato com a campanha através da internet, que viabilizaram o levantamento de dados, em termos de identificação dos elementos utilizados na campanha, resultados alcançados e atitudes e sentimentos provocados nos consumidores.

(RESULTADOS) As entrevistas realizadas com os responsáveis pela campanha na Unilever e na agência CuboCC, revelaram o seu sucesso, como resultado, a Unilever obteve ótimos números, superando as expectativas de share. Hoje, a marca detém 11,2% (AC Nielsen / share valor/ Set08) do segmento. Um dado relevante, adquirido através da pesquisa realizada com as pessoas que entraram em contato com a campanha através da internet, foi que apesar da grande maioria (61,75%) ter gostado da propaganda, a campanha não obteve êxito ao tentar transformá-los em consumidores, já que 67,21% dos entrevistados não se sentiram incentivados a comprar o produto.

(CONCLUSÃO) A adoção da internet como mídia vem aumentando significativamente a capacidade de atingir nichos cada vez mais específicos, e isto hoje em dia é de fundamental importância. Pode-se dizer que o marketing viral utiliza estratégias pouco convencionais, nada tradicionais, extremamente flexíveis e, em geral, bastante acessíveis financeiramente a todas as empresas. Conclui-se que a campanha foi realizada de forma integrada, utilizando um conjunto de mídias visando seu fortalecimento e expansão através das ferramentas do marketing viral presentes na internet. Ficou evidente o seu poder comunicativo, visto que 79,73% dos entrevistados assumiram ter repassado a mensagem da campanha a amigos e familiares, tal dado demonstra a possibilidade que a marca obteve em utilizar o próprio cliente a seu favor para ativar o primeiro ciclo de possíveis consumidores.

ERGONOMIA SOB A OTICA DA PRODUÇÃO

Autor(es):

James Carl de Macedo Beasley: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Ergonomia, este método de auxiliar nossa vida em trabalhos, não é um conceito de hoje e sim de 30 a 40 mil anos atrás, onde os primeiros povos lascavam pedras para fazer facas e lanças. Com essa idéia, o trabalho vem com a iniciativa de estudar e elaborar uma mesa para computador 100% ergométrica. Mesa na qual os usuários caseiros e profissionais tenham a ganhar em conformo, proporcionando uma melhor disposição para produção.

(METODOLOGIA) capítulo tem como objetivo definir a metodologia que será utilizada na pesquisa bem como apontar as ferramentas usadas na condução e análise dos resultados. A pesquisa tem como foco estudar e elaborar os métodos de desenvolvimento de uma mesa de computador cem % ergonômica.

(RESULTADOS) de computador cem % ergonômica. (RESULTADOS) Estudos feitos mostram que 48% da população mundial possuem computador de mesa (Pc). Esses consumidores passam de 6 a 10 horas trabalhando em casa nas mesas de computadores trabalhando ou simplesmente pelo lazer. No entanto, desses 48% de consumidores, 2 a 3% se preocupam com fator ergométrico, deixando os 45, 46% sujeitos a irregularidades ortopédicas, levando a um baixo rendimento/produção. Alguns estudos comprovam que uma mesa de computador bem projetada, com técnicas ergonômicas, aumenta de 10 a 15% o bem estar do usuário, gerando rendimento e vontade de trabalhar (energia).

(CONCLUSÃO) Mesas ergonomicamente produzidas tende a ser melhores pois propõem ao usuário final um sentimento de conforto e bem estar elevando o nível de produção em 15%

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

QUALIDADE TOTAL NO ATENDIMENTO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Autor(es):

Marcos Antônio de Araujo Barbosa: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Carlos Antônio de Lima Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Levando-se em conta a crescente competição entre as empresas que lutam pra se adaptar a nova realidade do mercado, onde as práticas anteriormente vistas como diferenciais, hoje constituem puro requisito básico de sobrevivência, o uso de ferramentas de gestão que aperfeiçoem os processos das empresas economizando tempo, esforço e aproveitando o máximo do potencial de seus recursos, torna-se imprescindível para se adquirir a tão almejada vantagem competitiva. Essas vantagens almejadas permitem que as empresas em um cenário competitivo consiga conquistar cada vez mais seu espaço e principalmente agregar qualidade com eficiência. A empresa Beta Comercial LTDA. Possui pontos de vendas distribuídos em áreas comerciais, tais como os bairros, Candelária, Lagoa Nova, Petrópolis e Quintas. Ostenta as bandeiras ALE, BR, ESSO e BRANCA. Comercializa produtos e serviços do segmento de combustíveis e lubrificantes. Opera no mercado há quinze anos, trabalhando de maneira ética e profissional ao longo do tempo. Trata-se de uma organização sólida e eficaz que permanentemente está em busca da qualidade no atendimento e um melhoramento contínuo, o objetivo do presente trabalho é analisar o cliente externo dos postos da Beta Comercial Ltda. encontra-se satisfeito com a qualidade no atendimento.

(METODOLOGIA) Optou-se por realizar uma pesquisa exploratória – descritiva, na forma de estudo de caso. Por sua vez, o universo compreende 200 clientes externos, devidamente cadastrados em um banco de dados. A amostra da pesquisa possui estimativa de erro amostral de 8% e confiabilidade de 95%, sendo constituída por 88 clientes. Após o tratamento das informações, elaborou-se tabelas e gráficos.

(RESULTADOS) Com base nos dados colhidos, observa-se que os entrevistados (86%) indicariam os Postos da Beta Com. Ltda para seus amigos. Quanto às expectativas referentes à qualidade no atendimento, obteve um percentual de 65% de satisfação. Por fim, percebe-se que 91% dos entrevistados afirmam “Concordo” e “Concordo totalmente”, quanto ao nível de satisfação com a qualidade no atendimento nos Postos Beta Ltda, respectivamente 49% e 42%.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, a partir dos resultados alcançados que a qualidade no atendimento dentro do seguimento de postos de combustíveis é fator primordial para a atração de clientes, uma vez que, hoje no mercado a diferença no preço não é mais um diferencial, com isso a influência na elaboração das estratégias utilizadas em vários outros pontos da empresa em questão tais como: o mix de produto, o preço e o tipo de promoção. Observa-se que esse diferencial se sobressai entre os demais serviços, entretanto o atendimento hoje é a peça fundamental para conquistar o cliente, seja ele um novo ou antigo.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO AMBIENTAL PARA EMPRESAS: UM DIFERENCIAL DA GESTÃO AMBIENTAL ENTRE A EMPRESA “X” & A EMPRESA “Y”.

Autor(es):

Jorge Lincoln de Sousa Galvão: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Temos como tema central do estudo em questão: A importância da Gestão Ambiental para empresas: Um diferencial da Gestão Ambiental entre a empresa “X” & a empresa “Y”. Este tema vem com a intenção de através de um diferencial entre duas empresas, mostrar o porquê que uma empresa adota uma medida de qualidade para si como a ISO 14001. A empresa “X” representa uma empresa exemplo na adoção e desenvolvimento da gestão ambiental fazendo uso também da medida ISO 14001 e a empresa “Y” nos trás o exemplo da empresa que não demonstra ter um empenho a modo satisfatório.

(METODOLOGIA) Servindo como norte para esta pesquisa, fez-se uso da seguinte missão: “Avaliar o grau de importância de Gestão Ambiental para empresas que trabalham a nível nacional e internacional, mostrando a diferença que há entre duas empresas: uma que investe na Gestão Ambiental de modo satisfatório e outra que não investe de modo satisfatório na Gestão Ambiental.” Direção essa que serve como o objetivo geral do estudo, sendo assim, foi feito pesquisas através de referencias sobre o assunto de gestão ambiental nas empresas, onde alguns procedimentos foram tomados para o recolhimento de informações que ajudariam na pesquisa, sendo uma delas a pesquisa bibliográfica, fazendo uso de livros de diversos autores sobre o assunto e em diferentes acervos, a pesquisa em campo através do uso da entrevista em algumas empresas também foi de extrema importância para ter como base real o proceder da gestão ambiental no seu dia-dia nas empresas e saber como foi que cada empresa escolheu a sua medida de qualidade quanto a questão ambiental.

(RESULTADOS) Os principais resultados apresentados conforme o estudo realizado mostra que a gestão ambiental é de significativa importância para a empresa que busca: melhorar a qualidade em seu desempenho quanto a sua qualidade tanto internamente (desde o presidente ate o funcionário) quanto externamente (quando em contato com seus clientes); estar em plena conformidade com suas obrigações perante a lei, impostos e em parcerias com o governo para o bem da comunidade; elevar seu nível em termos de competitividade, mostrando-se ser uma empresa acima das concorrentes ao se tratar de qualidade, responsabilidade e relações com outras empresas, comunidade e o governo.

(CONCLUSÃO) E por fim, após a análise da importância da gestão ambiental através de um comparativo entre duas empresas de opiniões diferentes quanto a importância da gestão ambiental, onde confirma-se a sua tamanha relevância, à gestão ambiental, para a empresa em todos os assuntos que desrespeitam sua qualidade ; em que através deste mesmo comparativo também diagnosticou-se, fazendo uso das respostas das empresas após as entrevistas em cada uma delas, a divergência de opiniões acerca do assunto.

TRATANDO O CAPITALISMO COM O TEATRO.

Autor(es):

Marcello Gentil de Araujo Filho: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN
Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O capitalismo como conhecemos hoje é o resultado de vários séculos de aprimoramento desse sistema. Seu embrião começou desde o escambo entre povos europeus com povos indígenas, foi evoluindo constantemente com o começo de várias nações e hoje temos um sistema chamado de neoliberalista onde o governo não se coloca para regulamentar a economia, ninguém sabe como isso vai se acabar. Mas em sua essência o capitalismo é um sistema excludente que faz com que somente uma pequena parte da população do planeta venha a ser privilegiada com as bonança que o capitalismo oferece; enquanto bilhões de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza. Lá pelo final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta vários revolucionários tentaram romper com esse sistema capitalista, e tentaram implantar nos países um sistema socialista, principalmente em países Sul-Americanos(inclusive o Brasil)financiados pela antiga União Soviética. Mas esse sistema socialista também não deu certo na maioria dos lugares, tanto que a União Soviética se fragmentou em quinze países e as duas Alemanhas tornaram-se uma. Com essas crises que o capitalismo vem enfrentando desde a queda da bolsa americana em 1929 e essa crise que nós estamos passando recentemente faz-nos pensar se esse modelo já não está fadado a acabar, ou é apenas mais um ajuste que o capitalismo vai sofrendo com mutações, como já aconteceu em décadas passadas.

(METODOLOGIA) Após o estudo do assunto decidiu-se que o conteúdo do mesmo poderia ser trabalhado usando-se o teatro. Bertold Brecht, já nos anos 30 propunha um teatro didático onde o espectador pudesse pensar as questões sociais. Com o estouro de novas crises do capitalismo, faz-se pensar se esse sistema vai conseguir se manter por mais tempo, ou se realmente está no seu fim.

(RESULTADOS) A construção do texto teatral de um assunto acadêmico. Esse assunto que é a queda do capitalismo se faz importante já que estamos atravessando uma crise econômica financeira mundial onde milhões de brasileiros e estrangeiros já perderam seus postos de trabalho e aumentou as distâncias entre ricos e pobres.

(CONCLUSÃO) Demonstra que certos assuntos sociais e econômicos podem ser tratados de forma lúdica. Fazendo que o ator e espectador questionarem o próprio mundo. Fazendo questionamentos realmente profundos como, por exemplo: há um caminho realmente possível de modelo econômico que não seja o capitalismo nem o socialismo, visto que esse último não deu certo e que o primeiro é um sistema que só privilegia poucos com o restante num estado sem perspectivas de crescimento.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

SUPRIMENTO FÍSICO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE INFORMÁTICA

Autor(es):

Afrânio Ferreira de Miranda Neto: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Logística é uma área que abrange dois grandes subsistemas: suprimento físico e distribuição física. O primeiro tem uma finalidade mais interna, sendo responsável por planejar a manutenção do estoque e programar e efetivar as compras junto às fontes de fornecimentos; o segundo, por sua vez, destina-se a colocação do produto no mercado consumidor. Logo, a realização destas atividades é dotada de complexidade, já que busca atender as necessidades do mercado no tempo oportuno, nas quantidades certas, com custos mínimos. O presente trabalho consiste em propor melhorias no sistema de suprimento físico na Miranda Computação, uma loja de informática com 22 anos de atuação no mercado, visando conquistar a eficácia no seu sistema de compras.

(METODOLOGIA) Quanto aos objetivos, a presente pesquisa é do tipo descritiva, analisada a partir de dados coletados na empresa. Com relação aos procedimentos técnicos, ela é considerada um estudo de caso. O universo do trabalho consistiu no setor de compras da Miranda Computação, abrangendo principalmente os Gerentes de Produtos. Para realização da coleta de dados foram consideradas as técnicas de observação participante, entrevistas informais e análise documental. Os principais instrumentos para coleta de dados foram o sistema de informação e o e-mail, além das entrevistas informais com os gerentes de produtos.

(RESULTADOS) No que diz respeito ao Setor de Compras da Miranda, ele vem sofrendo mudanças estruturais desde o início de 2008, a partir da criação de novos cargos, a exemplo dos gerentes de produtos, que vem aumentando em número de funcionários atuando em tal função, com o intuito de conceder uma atenção diferenciada ao processo de compras, viabilizando a elaboração de estratégias para crescimento da empresa. Portanto, este setor vem se tornando cada dia mais eficiente, porém, para se conquistar a eficácia, melhorias se fazem necessárias, tendo sido o foco desta pesquisa, que permitiu identificar a necessidade de estipular metas para os compradores para que se tenha um modo de analisar o desempenho de cada comprador baseado em critérios, prover capacitação focada na parte tributária, tornar as linhas de produtos mais fáceis de serem repassadas para outros compradores, prover relacionamento entre o setor de compras e o de vendas e proporcionar treinamentos constantes das linhas de produtos aos vendedores.

(CONCLUSÃO) Apesar da Miranda ser uma empresa conceituada no mercado onde está inserida, o estudo em questão permitiu a identificação de pontos que podem ser melhorados ou inseridos na empresa para que esta se torne cada dia mais eficaz. Essas informações são oportunas, pois o segmento de tecnologia está cada dia mais competitivo e os clientes cada dia mais exigentes, sendo necessário estar atento as novas oportunidades de gestão dos processos internos, para que esse fator torne-se uma vantagem competitiva para a empresa, seja na forma de preço(proveniente de boas negociações) ou na forma de informação dada pelos colaboradores aos clientes.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

GESTÃO POR COMPETÊNCIA: DESENVOLVENDO UM PROGRAMA DE TREINAMENTO PARA OS GERENTES DE FILIAL DA EMPRESA CONSEDA CONSULTORIA E SERVIÇO LTDA

Autor(es):

Poliana da Cruz Fernandes: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As rápidas transformações e a concorrência acirrada no mercado fazem com que organizações busquem novas estratégias e ferramentas para atenderem as necessidades de seus clientes e alcançarem seus objetivos. É a partir desse princípio que surge a gestão de competências como instrumento de diferencial de mercado para oferecer alternativas eficientes de gestão às organizações. Diante disso, observa-se a necessidade de uma participação mais efetiva dos gerentes, com o objetivo de tornar a empresa mais ágil e responder melhor as necessidades competitivas. O presente trabalho tem como objetivo principal estruturar um programa de treinamento por competência voltado para o cargo de gerente de filial da empresa Conseda - Consultoria e Serviço Ltda, já que a mesma não possui um programa de treinamento definido para os gerentes, dificultando assim a tomada de decisão e a continuidade dos processos em execução.

(METODOLOGIA) Para o referente estudo utilizou-se a pesquisa qualitativa, baseada na técnica do estudo de caso. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário aplicado aos três gerentes de filial da empresa Conseda, além da observação direta e análise documental.

(RESULTADOS) Para se obter a melhoria na prestação de serviço, a empresa deve ter os seus gerentes fundamentados no treinamento e motivados a realizar o seu serviço com o melhor conhecimento possível. O processo de treinamento, sendo realizado de forma correta, sem atropelos de cada uma de suas etapas, é responsável pela apresentação de profissionais bem treinados e mais qualificados ao mercado, comprometendo-se em suprir as necessidades dos seus clientes. Os resultados desta pesquisa foram apresentados em forma de análise das respostas dos entrevistados e através desta análise, pôde-se concluir que os gerentes possuem pouco conhecimento em relação às competências gerenciais e que há necessidade de se realizar treinamentos para o desenvolvimento destas competências, para que os mesmos desempenhem suas funções da melhor maneira possível.

(CONCLUSÃO) Neste tópico, apresentam-se as conclusões que se chegou e que vêm a responder ao objetivo principal desta pesquisa, qual seja, estruturar um programa de treinamento voltado para o cargo de gerente de filial da empresa Conseda. Este estudo não teve a intenção de esgotar o tema que é complexo, entretanto possibilitou levantar elementos que possam apoiar decisões quanto ao desenvolvimento das competências gerenciais dos gerentes das filiais. Diante dos resultados apresentados na presente pesquisa, faz-se essencial a implantação de um programa de treinamento e desenvolvimento baseado nas competências gerenciais. Para que esse projeto seja colocado em prática é preciso que a alta administração se sensibilize quanto à importância dos planos de desenvolvimento de competências gerenciais e desenvolva esforços no sentido de buscar melhorias nas condições de treinamento e desenvolvimento pessoal dos gerentes.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

UMA ANÁLISE DO NOVO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA APLICADO ÀS ORGANIZAÇÕES MILITARES: O CASO DA BASE NAVAL DE NATAL

Autor(es):

Karina Marques dos Anjos: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Reforma da Administração Pública Brasileira vem se processando desde 1995, por intermédio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e constituindo um grande esforço para melhorar a capacidade operacional e a eficácia da gestão dos recursos públicos, sejam humanos, materiais ou financeiros. Na Marinha do Brasil o processo instituído foi uma mudança de cultura de gestão, baseada na utilização eficaz e eficiente dos recursos colocados à disposição das suas Organizações Militares. Pretende-se instituir organizações que produzam bens e serviços com alta qualidade ao menor custo possível, dirigidas ou comandadas por militares, com criatividade e autonomia para se obterem resultados e não somente para o cumprimento de normas.

(METODOLOGIA) Foi proposto o tema sobre a mudança do modelo gerencial de uma organização militar baseada no sistema OMPS, tendo em vista sua relevância no contexto local, estadual e nacional. Definiu-se como objeto de estudo a Base Naval de Natal, tendo como visão estudar a capacidade estratégica dentro de um contexto local. Neste trabalho aponta como ocorreu o processo de migração para esse novo sistema de gestão pública, pois entende-se que somente verificando os prós e contras desse novo mecanismo pode-se discutir sobre a viabilidade desse novo modelo para as demais organizações militares.

(RESULTADOS) Inicialmente, a BNN teve que avaliar a compatibilidade de sua tarefa de prover facilidades e serviços de manutenção para os navios da MB estacionados ou em trânsito na área de Natal, de modo a contribuir para o aprestamento das Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais. Esta avaliação permitiu desenvolver um trabalho inovador com relação à prestação de serviços para clientes extra-MB, sem interferir com a missão principal da BNN, respeitando-se as peculiaridades da Marinha. Apesar do pouco tempo desde a implantação, vários resultados passaram a ser observados como o aumento substancial do faturamento dos clientes extra-MB, redução dos prazos de prontificação dos serviços prestados, maior agilidade no processo de obtenção e possibilidade de Investimentos na área industrial e nas condições de trabalho, em decorrência do aumento da produtividade.

(CONCLUSÃO) Portanto, tomando como referência os resultados alcançados pela Base Naval de Natal, conclui-se que os benefícios advindos da mudança do modelo de gestão para o sistema OMPS, pode e deve ser estudada e implementada por outras organizações militares como forma de renovar seus sistemas administrativos, objetivando sempre uma maior eficiência e gerando seus próprios lucros, diminuindo cada vez mais a dependência dessas organizações isoladas dos recursos provenientes do Estado através da Marinha do Brasil, ou seja, procurando uma autonomia administrativa e financeira.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE MACAÍBA

Autor(es):

Roberto Wagner do Nascimento Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A preocupação com os resíduos gerados pelas atividades humanas tem sido um dos temas de maior importância no cenário mundial. O lixo vem se tornando cada vez mais o grande responsável por uma série de problemas relacionados à saúde pública e ao meio ambiente. A maioria das cidades, assim como seus municípios, utilizam como forma de destinação final dos Resíduos Sólidos os lixões. A Pesquisa tem como finalidade mostrar como e desenvolvido o processo de coleta de resíduos sólidos no Município de Macaíba, entre outros propor formas de gerenciamento que possibilitem a minimização da poluição gerada pelo lixo no aterro sanitário e proporcionando ganhos a saúde da população e ao meio ambiente.

(METODOLOGIA) A pesquisa se caracterizou por ser do tipo exploratória. Assim como, do tipo quantitativa, pois tanto na modalidade de coleta de informações e tratamento delas foram utilizadas cálculos estatísticas. Configura-se, também, como sendo do tipo bibliográfica, pois foram utilizados livros, material de internet e etc. A amostra teve sua representatividade à população da área urbana do Município de Macaíba, para tanto houve a necessidade de se aplicar um questionário. Tal procedimento foi calculado com uma estimativa de erro de 5,7% e uma confiabilidade de 95%.

(RESULTADOS) Verificou-se que o serviço de coleta de resíduos do Município é feito por duas empresas terceirizadas: TCL (Tânia Construções e Serviços LTDA) responsável pela coleta dos resíduos sólidos em geral e a SERQUIP responsável pelos resíduos de saúde. Foi caracterizado o caminho percorrido pelo lixo do Município desde a sua coleta nos domicílios até a destinação final. Apesar do grau de satisfação ter sido bom com relação ao serviço de coleta, constatou-se aspectos negativos com relação à participação do Poder Público Municipal, o que contribuiu muito para o baixo nível de informação da população com relação à problemática do lixo e a procedimentos que poderiam minimizar os impactos desses resíduos nos locais onde são depositados.

(CONCLUSÃO) Concluiu-se que com a realização de trabalhos constantes por parte do Poder Público Municipal o panorama terá modificações significativas, pois possibilitará que a população fique mais bem informada a respeito da problemática do lixo. Proporcionando com que o processo de Coleta Seletiva se torne a alternativa ecologicamente correta para a disposição do lixo, proporcionando minimizar os impactos negativos ao meio ambiente e a saúde pública, representando ganhos em todos os setores do Município.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO DE GESTÃO DE ESTOQUES PARA UMA EMPRESA DE COMÉRCIO VAREJISTA

Autor(es):

Andrea de Melo Soares: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Sabe-se que uma das atividades inerentes à Administração de Materiais é o correto gerenciamento dos níveis de estoque, capaz de reduzir custos, advindos do capital imobilizado que eles representam, bem como garantir a satisfação do cliente, com relação à disponibilidade do produto correto, no tempo certo e com a qualidade desejada. A organização, analisada neste estudo, atua no comércio varejista de Natal há aproximadamente 15 anos e, atualmente, com o seu crescimento, apresenta alguns problemas advindos da sua própria estrutura familiar. Observaram-se dificuldades para controlar os seus níveis de estoque, envolvendo aspectos que vão desde as compras, passando pelo armazenamento, até a transferência de mercadorias entre lojas e o controle de vendas, que repercute no planejamento das necessidades. Logo, o objetivo geral deste trabalho consistiu na elaboração de um modelo para prover a gestão dos níveis de estoque, incluindo dimensionamento e armazenamento, visando garantir a padronização de processos e prover vantagem competitiva.

(METODOLOGIA) Quanto aos objetivos, a presente pesquisa é do tipo descritiva, pois buscou estudar e levantar informações sobre um tema específico. Com relação aos procedimentos técnicos, é considerada um Estudo de Caso, pois analisou uma organização em profundidade, além de contemplar uma pesquisa bibliográfica e documental. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados a observação simples e entrevistas do tipo não estruturada focalizada com os gestores da empresa e com os funcionários envolvidos no setor de estoques e compras. O tratamento dos dados foi feito basicamente de forma quantitativa, através de planilhas de Excel.

(RESULTADOS) Devido à grande variedade de itens comercializados pela organização, foi escolhida uma categoria de produtos – as toalhas, que mais imobiliza capital e que os gestores têm dificuldade em controlar, para ser analisada. Foram feitos inventários destes itens nas cinco lojas da organização e no estoque central para a alimentação dos softwares das lojas com as quantidades de produtos corretas, procedimento até então nunca realizado. No estoque central, um estudo de layout detectou pontos críticos relacionados às áreas de circulação e à disposição e organização dos produtos. Através da análise dos relatórios de vendas do ano de 2008 e do primeiro semestre de 2009, três principais fornecedores foram identificados. Foi traçada a curva ABC para esses dois períodos, identificando os itens de maior representatividade dentro desta categoria para a organização. Para os principais itens de classe A, foram estabelecidos modelos de previsão de demanda baseados no método dos mínimos quadrados. Além disso, também foi possível analisar a evolução das vendas mês a mês, realizando comparativos de vendas entre fornecedores e entre lojas. A análise das notas fiscais de compras comprovou que a organização não trabalha com uma programação de compras, o que dificulta ainda mais o controle. Foi proposto, para tanto, um modelo de controle baseado no Sistema de Reposições Periódicas.

(CONCLUSÃO) O gerenciamento correto dos estoques, mediante o desenvolvimento de métodos padronizados de compras, de conferência de mercadorias, de cadastramento de itens, de armazenamento, de picking, de transferência entre lojas e de vendas, irá permitir um maior controle por parte dos gestores. Consequentemente haverá uma redução do capital imobilizado em estoques, bem como uma diminuição das perdas financeiras advindas de avarias, furtos ou sobras de produtos fora de linha, otimizando o resultado financeiro da organização. Além do interesse dos gestores na aplicação desta metodologia de trabalho para os demais itens integrantes do estoque, foi gratificante observar o envolvimento e a expectativa dos próprios funcionários com relação aos resultados advindos das mudanças propostas, algumas das quais já implementadas.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ESCRITÓRIO DE JUSTIÇA GRATUITA DO MUNICÍPIO DE PASSA E FICA/RN

Autor(es):

Marília Moreira Lisbôa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Ana Maria da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A gestão pública acompanha as mudanças do papel do Estado bem como as mudanças dos objetivos de cada governo. Por mais que expressem julgamentos diferenciados, a administração pública, a gestão pública e o governo, na maioria das vezes não são diferenciados. Gestão pública não se resume apenas em uma questão de eficiência e eficácia, mas é também uma questão de legalidade e legitimidade, bem como esta não é apenas interna, e sim, também será uma gestão externa de um contexto sociopolítico complexo. As finalidades da gestão pública são resumidas em um único objetivo: o bem comum da coletividade administrada. O presente estudo consiste em uma avaliação da satisfação dos clientes em um órgão público: o Escritório de Justiça Gratuita do Município de Passa e Fica/RN, analisando a eficácia e eficiência de tal serviço.

(METODOLOGIA) Quanto à tipologia de pesquisa, o presente estudo é do tipo descritiva-quantitativa, pois visa descrever características de uma determinada população, confirmando, através das evidências, sua validade. A população de estudo serão todos os usuários do serviço, e a amostra utilizada foi a probabilística simples. No que diz respeito à coleta de dados foram feitas entrevistas pessoais com a aplicação do Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação – IPPS, que é um instrumento que mede o grau de satisfação dos usuários de um serviço público. Tal instrumento foi feito para se adaptar a qualquer pesquisa em qualquer tipo de instituição pública embora cada instituição terá uma necessidade diferente devido às circunstâncias diárias de cada organização.

(RESULTADOS) Com base nos dados, 100% dos entrevistados souberam do serviço prestado pelo Escritório de Justiça Gratuita através de outras pessoas. Dando continuidade, 30% dos entrevistados trabalham em negócios da família e 20% são aposentado ou pensionista; a maior parte dos entrevistados (35%) haviam concluído o terceiro ano do segundo grau; 70% dos entrevistados acham extremamente importante os funcionários terem a capacidade de solucionar problemas, e 65% acham de extrema importância que os funcionários dêem explicações claras e simples; 60% acha importante a boa aparência dos funcionários, onde estes têm que estar sempre bem vestidos e apresentáveis; 45% acha muito importante a questão do horário de funcionamento; 60% dos entrevistados consideraram o serviço muito fácil. Outro ponto importante é a localização e fácil acesso do escritório, na qual 60% dos entrevistados acha ótima.

(CONCLUSÃO) O Escritório de Justiça Gratuita do município de Passa e Fica/RN é um empreendimento com pouco mais de um ano de atuação, mas que tem grande possibilidade de ser tornar um modelo a ser seguido. Tal entidade se preocupa bastante com os interesses dos seus clientes e está sempre em busca de melhorias em suas ações. De acordo com os dados analisados, chegou à conclusão que o Escritório de Justiça Gratuita tem que melhorar a questão dos horários e dias de atendimento, bem como utilizar outros meios de divulgação do serviço, pois é pequena a população que utiliza o serviço devido a falta de propaganda do mesmo. O ambiente ser bem conservado, os móveis em boas condições, bem como os funcionários estarem sempre bem apresentáveis, também são fatores muito importantes na avaliação do cliente. Por fim, os funcionários têm que continuar a fazer o serviço direto, dar as informações corretas e precisas, serem ágeis, organizados e ir em busca sempre de mais conhecimento para poder solucionar os problemas que venham a aparecer.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ESTRATÉGIA DE UM PROVEDOR DE INTERNET PARA SE DIFERENCIAR DA CONCORRÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO

Autor(es):

Alcimar de Souza Cortez: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Sem sombra de dúvidas, a internet chegou para ficar. Em todo o mundo o segmento de provedor de internet cresce de forma exponencial, e com isso a quantidade de empresas que oferecem estes serviços, também cresce na mesma proporção, aumentando com isso a competição. Para vencer neste mercado é preciso traçar uma estratégia de diferenciação eficaz.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo de caso, onde foram feitas observações, entrevistas e análises do mercado, como também se utilizou da pesquisa descritiva correlacionando os diferentes fatos e análises do mercado utilizando a análise swot e o modelo da 5 forças competitivas (Porter).

(RESULTADOS) Para se chegar a uma estratégia vencedora para a empresa em estudo, foi realizado uma análise interna na empresa e no mercado, na qual ela esta inserida, para isto realizou-se a análise Swot, para definir as fraquezas e os pontos fortes da empresa, e em relação ao mercado, com a mesma ferramentas encontrou-se as ameaças e as oportunidades existentes, ainda na etapa de análise definiu-se a intensidade das cinco forças que governam a competição neste mercado, onde foi verificado que os produtos substitutos são os que mais ameaçam o sucesso da empresa, seguido logo de perto pelo poder de barganha dos fornecedores e pela concorrência dos competidores existentes, com menos influencia na competição vem o poder de barganha dos compradores e as barreiras a entrada de novos concorrentes. Para encontrar a estratégia a ser utilizada, iniciou-se por definir a situação do mercado, como ambiente de hipercompetição, onde uma vantagem competitiva, dura muito pouco tempo até que um outro competidor a copie ou até mesmo a supere, sendo assim, começou-se a montar uma estratégia, corrigindo os pontos fracos da empresa, detectados na análise swot para que esta possa diminuir os impactos das ameaças e melhor aproveitar as oportunidades que o mercado oferece. O passo seguinte na montagem da estratégia é agir conforme cada força competitiva, para neutralizar suas ações, seja combatendo os produtos substitutos e os competidores atuais, diminuído o poder de barganha dos fornecedores, ou até mesmo contribuindo para aumentar a barreira à entrada de novos competidores. Como se trata de um mercado de hipercompetição, a empresa deverá traçar os objetivos estratégicos e utilizar da ferramenta Balanced scorecard, para garantir a eficiência estratégica, nas quatro perspectivas que o BSC monitora. Além do monitoramento do alcance dos objetivos estratégicos, a empresa deverá, fazer uma análise constante das forças que regem o mercado, para alterar os objetivos estratégicos conforme alguma ação nova do mercado, possibilitando manter sempre novos diferenciais competitivos.

(CONCLUSÃO) Desta forma pode-se afirmar que, a empresa que participa de um mercado hipercompetitivo, para se manter neste, deverá fazer um planejamento estratégico baseado na análise constante deste mercado, dando ênfase às forças competitivas mais críticas, de forma a reagir com mais rapidez a qualquer movimento percebido e manter uma eficiência operacional de alto nível.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA ADMINISTRADORES DE CONDOMÍNIOS

Autor(es):

Kívia de Oliveira Lima: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti

Instituição de Ensino: FARN

José Padilha Chrispim Neto

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Surgimento do mercado de prestação de serviços de administração de condomínios em Natal começou por volta da década de 60 com o primeiro condomínio misto (residencial e comercial) que era o 21 de Março. Em fevereiro de 1988, surge a Servicon – Serviços Gerais em condomínios Ltda., pioneira, atuando exclusivamente na prestação de serviços voltados para condomínios. Naquela época a empresa era responsável pela administração de 17 condomínios e contava com cinco funcionários. A empresa presta hoje serviços a cerca de 200 condomínios. Seu quadro pessoal é constituído de 40 funcionários, em sua maioria contadores, administradores e técnicos em condomínios, os quais são anualmente, submetidos à reciclagem com vistas a melhor servir aos clientes da empresa. A Servicon tem se preocupado o bastante com os profissionais que residem na própria capital que mesmo com o número pequeno de qualificados não são o satisfatório para os condomínios que exigem o tanto de qualificação para suprir a grande necessidade de mão de obra. Até mesmo fica muito complexo de em termo de substituição e treinamento com o profissional que estar no serviço, pois pode até então absorver o aprendizado e ter poucos proveitos em seu local de trabalhos. Apesar de toda essa evolução, alguns pontos ainda precisam de uma melhoria urgente: um deles é a falta de um sistema estruturado de gestão de desempenho para os colaboradores da empresa para os administradores de condomínio ao qual a Servicon administra os serviços em cada condomínio.

(METODOLOGIA) Este trabalho é caracterizado como sendo um estudo de caso qualitativo, do tipo avaliação formativa, que propõe tecnicamente um modelo de avaliação de desempenho para o cargo de administrador de condomínio, com base em informações coletadas junto à gestão da empresa e os próprios profissionais administradores de condomínio.

(RESULTADOS) Após um estudo pormenorizado junto às atuais práticas aplicadas pela empresa, pode-se constatar que a Servicon se utiliza de uma prática até certo ponto informal para avaliar o desempenho dos administradores de condomínio. Em muitos casos, os próprios condomínios nos quais os administradores atuam fazem a avaliação de desempenho – o que traz o risco iminente de insatisfação. Assim sendo, o presente trabalho traz um modelo estruturado de processo de avaliação de desempenho, fundamentado no método das escalas gráficas, contando com critérios de avaliação específicos para o cargo de administrador de condomínio.

(CONCLUSÃO) Com o processo de avaliação, a Servicon poderá salientar e definir mais o cargo de administrador de condomínio, usando os critérios estabelecidos, e para definir pessoas aptas a exercerem a função desejada com os critérios definidos, bem como dará um passo decisivo para ter uma gestão de pessoas mais profissionalizada e eficiente.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

PACIENTE OU CLIENTE? ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO PARA A CLÍNICA PEDRO CAVALCANTI.

Autor(es):

Márcia Virginia Procópio de Araújo: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Jannes de Freitas Valente
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Atualmente, dados estatísticos apontam que a prática empresarial de clínicas médicas torna-se cada vez mais comum. Independente do ramo em que as empresas atuais estejam inseridas torna-se fator determinante para sua sobrevivência, a busca do bom atendimento e da satisfação do cliente, seja por meio do estudo do comportamento do seu consumidor ou através de suas estratégias de atendimento. A inclusão de estratégias de atendimento nas clínicas médicas ajuda, não somente os médicos e recepcionistas a obter um bom relacionamento com os pacientes, como também leva o cliente a comparar a percepção do serviço prestado com suas expectativas iniciais, de modo a julgar a qualidade do serviço ao longo de todo o seu ciclo de momentos da verdade. A relação de atendimento de um paciente pode requerer do profissional de saúde uma abordagem mais comercial com os seus clientes. O presente estudo centra-se justamente na necessidade de melhorar as estratégias de atendimento da Clínica Pedro Cavalcanti, em Natal, verificando e esclarecendo alguns dos fatores positivos e negativos percebidos nos serviços oferecidos.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada neste trabalho é do tipo exploratória descritiva, assumindo a forma de estudo de caso, e como instrumento de coleta de dados, empregou-se um questionário estruturado com 15 perguntas fechadas, aplicados em uma amostra composta por 120 pacientes de retorno dos seis principais médicos da Clínica Pedro Cavalcanti. As perguntas foram organizadas de modo a responder os objetivos propostos pelo estudo. Após a elaboração e aplicação do instrumento de pesquisa, deu-se a construção dos gráficos ilustrativos, para a posterior análise dos dados.

(RESULTADOS) A Clínica Pedro Cavalcanti encontra facilidades em corresponder com as expectativas dos seus pacientes gerando uma percepção positiva, uma vez que 84% dos clientes apontaram que a recepção desta clínica se preocupa em oferecer um bom atendimento. Convém ressaltar que nenhum dos entrevistados revelou que a recepção nunca se preocupa em oferecer um bom atendimento. A pesquisa demonstrou ainda que 87% dos entrevistados percebem-se como clientes e não somente como pacientes, apontando que a recepção da clínica aborda os pacientes de uma maneira comercial. Por outro lado, 19% dos entrevistados apontam alguma insatisfação com relação ao fator rapidez e eficiência, revelando que nem sempre ou às vezes a recepção oferece esse tipo de atitude com relação ao atendimento. Satisfazer o cliente se torna um objetivo muito claro por parte da recepção da clínica, sendo essa a opinião de 80% dos entrevistados. No que se refere ao atendimento dos médicos, a pesquisa revelou que 84% dos pacientes são atendidos de modo a se sentir como clientes. Percebeu-se que 87% dos entrevistados afirmaram que os médicos sempre se preocupam em oferecer um bom atendimento e em satisfazer o paciente. Vale destacar que 89% dos pacientes percebem um atendimento com atenção e cordialidade por parte dos médicos.

(CONCLUSÃO) Verificou-se, até o presente momento, que com relação à abordagem de atendimento da recepção e dos médicos da Clínica Pedro Cavalcanti, o grau de satisfação dos pacientes em relação ao atendimento prestado pode ser considerado bem elevado. Pôde-se avaliar, com base nos dados levantados, que o índice de satisfação dos pacientes é alto e que os mesmos avaliam a qualidade do serviço prestado de forma positiva por parte da recepção e dos médicos que constituem a clínica. Quanto às repercussões da abordagem de atendimento o estudo encontra-se em fase de conclusão.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

LOGÍSTICA EMPRESARIAL: UM ESTUDO DE CASO PARA ELABORAR UM PROJETO DE FIDELIZAÇÃO DE MOTORISTAS TERCEIRIZADOS NO GRANDE MOINHO POTIGUAR

Autor(es):

Igor Araújo Alves da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Logística tem aumentado sua importância no cenário empresarial, pois abrange o fluxo de produtos e informações dos fornecedores até os consumidores finais. Tendo em vista esta situação, cada vez mais as empresas buscam diminuir os seus custos logísticos, a fim de se tornarem mais competitivas e se manterem no mercado atual. Nesse direcionamento, o objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar o processo vinculado a distribuição física, no que diz respeito a consolidação das entregas das mercadorias, mediante ao planejamento das rotas e alocação dos respectivos motoristas, tendo em vista o uso da terceirização desta mão-de-obra.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa consistiu em um Estudo de Caso, de natureza descritiva, pois apresenta características em uma problemática específica da Logística Empresarial em um estudo centrado na terceirização de motoristas para efetuar as entregas do Grande Moinho Potiguar aos clientes. Para proceder ao levantamento de dados foram usadas as técnicas de entrevista informal, envolvendo os motoristas, bem como funcionários a nível gerencial da empresa; análise documental, que viabilizou o levantamento de dados, em termos da base de fornecedores e descritivo das rotas de entrega; e observação direta, mediante a visualização das rotinas da empresa.

(RESULTADOS) A fidelização de Motoristas é de suma importância para a empresa, pois o motorista terceirizado, é a ponte entre o cliente e a empresa, portanto se faz necessário que estes motoristas estejam, trabalhando conforme as diretrizes e normas impostas pela empresa, é importante frisar que dentro deste processo, eles são orientados para que qualquer problema que aconteça, não entrar em atrito com o cliente, e sim fornecer o número da empresa para que o cliente possa fazer reclamações quando necessário, evitando assim que se perca um cliente, no final do processo logístico.

(CONCLUSÃO) A fidelização de motoristas terceirizados é de suma importância para o Grande Moinho Potiguar, pois a partir deste processo a empresa poderá aumentar consideravelmente suas atividades no fluxo produtivo sem que as mesmas sejam interrompidas por falta de veículos, evitando assim a parada do moinho, o que acarreta prejuízos para a empresa. Além do mais, ressalta-se que é essencial contar com uma equipe condizente com as políticas e objetivos da empresa, já que os motoristas constituem o elo de contato com o cliente, ou seja, representam a imagem da empresa perante o mercado.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ESTRATÉGIAS DE FIDELIZAÇÃO PARA OS CLIENTES DA PAPELARIA JUNAISA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Autor(es):

José Heimar Pinheiro Júnior: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Papelaria Junaisa, uma empresa sólida no mercado, tem o intuito de continuar crescendo no ramo onde atua. Ao longo dos últimos anos tem percebido uma queda acentuada da sua carteira de clientes. Com isso a presente pesquisa pretende analisar o seguinte problema: Quais as estratégias de fidelização necessárias para obter os clientes da Papelaria Junaisa? Sendo assim é necessário identificar o perfil dos clientes, identificar hábitos de consumo dos clientes, identificar elementos de fidelização utilizados pela empresa. O projeto é de bastante relevância para a vida acadêmica, levando-se em conta que não seria possível se qualificar sem ter conhecimento teórico aliado a prática.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada para elaboração do estudo é classificada como um estudo de caso exploratório através de pesquisa quantitativa. A amostra probabilística intencional de 139 clientes. Os dados foram coletados através de questionário semi-estruturado, onde possuíram perguntas abertas e fechadas. Os dados foram tratados de forma quantitativa, ou seja, estatisticamente, utilizando planilhas e gráficos do software Windows Excel.

(RESULTADOS) O resultado da pesquisa identificou que o perfil dos clientes da loja é na sua maioria pessoas que tem a faixa etária de 12 anos até 35 anos chegando a um percentual de 65% dos entrevistados, isso mostra que a Papelaria tem que está antenado com as tendências da moda, também identificou que as mulheres são maioria com 59%, por isso, deve-se ter uma preocupação maior em oferecer produtos e serviços que sejam percebidos por elas.

(CONCLUSÃO) Depois de coletar os dados, filtrar e analisar as informações pode-se chegar a uma conclusão coerente e racional do trabalho acadêmico, a Papelaria Junaisa possui um histórico bastante sólido conquistado com muito trabalho e dedicação nesses 17 anos de vida, mas não faz dela uma loja de referência nos dias de hoje. Conclui-se que a Papelaria Junaisa tem elementos de fidelização que prendem o cliente em sua loja através de um relacionamento apropriado onde as duas partes envolvidas saem ganhando. Uma recomendação que a Papelaria Junaisa poderia implantar seria um programa de CRM para poder conhecer seus clientes potenciais, seu perfil, costumes, para assim poder trabalhar em cima desses clientes enfatizando os seus gostos e relembrando datas, enfim, fidelizando.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

REDEFINIÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DE ESTOQUES: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA KALSI BEM

Autor(es):

Adriana Carla da Silva: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Administração de Materiais, sobretudo diante de um enfoque logístico, vem tendo evoluções consideráveis, sendo vista como elemento de competitividade nas empresas. De maneira mais sucinta, as organizações não consideravam o estoque como prioridade; então, havia reposições de produtos sem planejamentos, excesso ou rupturas de mercadorias que comprometia os custos financeiros, que poderiam ser destinados a outros setores mais necessitados. O presente estudo tem a finalidade de prover soluções de melhorias relacionadas a problemas de gestão de materiais, mais especificamente trata a redefinição e controle de estoques da empresa Kalsi Bem, em termos da identificação da representatividade dos itens, associada ao desenvolvimento de um modelo para prover o dimensionamento dos níveis dos produtos. Justifica-se a pesquisa, considerando a importância de definir um modelo de gestão de estoques adequado à realidade vivenciada.

(METODOLOGIA) O estudo foi desenvolvido através de um Estudo de Caso, pois apresenta características em uma problemática específica da Administração de Materiais relacionada a empresa Kalsi Bem. Também pode ser vista como uma pesquisa quantitativa de natureza descritiva. Como técnicas de coleta de dados foram usadas a entrevista informal, usando um roteiro de perguntas, aplicadas ao proprietário da empresa e aos funcionários envolvidos diretamente com o fluxo de materiais; observação direta, analisando as rotinas da empresa, sem interferência junto aos funcionários; e análise documental, que permitiu a consolidação do histórico de consumo e das entradas das mercadorias ao longo de um ano.

(RESULTADOS) A partir da consolidação do diagnóstico situacional, pôde-se verificar que a empresa não apresentava uma gestão de materiais eficiente: na verdade, vivenciou-se a ausência de um modelo de previsão de demanda, associada a indefinição do ponto mais oportuno para prover o ressurgimento; também foi constatado o desconhecimento quanto ao real valor do estoque, sem esquecer que o inventário apenas de realiza para formalização contábil, no final do exercício fiscal. Dessa forma, através dos dados coletados pode-se construir a Curva ABC, permitindo identificar que quatro fabricantes representam 64% do capital investido em estoque. Isto é um sinalizador para priorizar o controle de estoque. Logo, mediante esta constatação, foi apurado o histórico de consumo, envolvendo um ano de observação, para o mix, viabilizando a previsão de demanda usando o método dos mínimos quadrados, bem como o ponto de pedido e estoque de segurança, através da Curva Dente de Serra. As rotinas para execução do inventário físico também foram propostas.

(CONCLUSÃO) Atualmente o controle de estoque vem sendo visualizado como uma atividade de impacto nos resultados organizacionais, pois viabiliza níveis adequados de materiais, promovendo a redução dos custos, diante da eliminação de excessos e/ ou faltas. Puderam ser visualizados a partir da pesquisa deficiências no controle de estoque, onde o ressurgimento acontecia sem um modelo adequado de compras, favorecendo a ocorrência de rupturas. As recomendações propostas foram em conformidade com a realidade da empresa, tendo sido desenvolvidas simulações a partir de planilhas no Excel, que poderão ser agregadas à rotina organizacional sem custos, mas promovendo ganhos significativos, considerando o planejamento do suprimento dos níveis de materiais e da sua representatividade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

CULTURA AMBIENTALMENTE CORRETA – UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FARN

Autor(es):

Allanniele Emille de Souza Santos: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Marco Antonio Fontoura de Albuquerque
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Nossa sociedade passa por mudanças significativas neste final de século. Novas tendências econômicas, sociais e culturais emergem, e é nesse cenário que o homem atual começa a perceber sua responsabilidade para o bem estar da humanidade e gerações futuras, incluindo principalmente a preservação do meio ambiente. Do ponto de vista empresarial, a gestão ambiental deve ser entendida não como um custo, mas, sim, como um investimento que possa trazer bons resultados e diferenciais competitivos, já que o processo de globalização vem orientando o comprometimento das empresas com a questão ambiental. Nesse contexto, as instituições educacionais assumem uma responsabilidade essencial, sendo essas, não apenas responsáveis pela formação profissional, mas pela formação de um cidadão consciente do seu papel na sociedade e na preservação ambiental. Devendo não apenas advertir, mas tomar iniciativas e conceber soluções. O presente trabalho tem por finalidade propor ações que posicionem a FARN como uma instituição ambientalmente responsável.

(METODOLOGIA) Realizou-se uma pesquisa descritiva com alunos e funcionários na forma de estudo de caso. O universo de alunos constituiu-se de 2000 dos cursos de graduação noturno, definiu-se uma amostra de 164 com 95% de confiabilidade de 7,5 de erro amostral. O universo de funcionários constituiu-se de 73, definiu-se uma amostra de 50 com 95% de confiabilidade e 8% de erro amostral.

(RESULTADOS) Constatou-se com base nos dados obtidos que: 86% dos alunos e 92% dos funcionários apontam o meio ambiente como muito importante, enquanto 13% e 8% dos apontam como pouco importante; 97% dos alunos 88% dos funcionários afirmam está conscientes das necessidades de se preservar o meio ambiente, enquanto 2% e 8% consideram-se indiferentes; 80% dos alunos e 86% dos funcionários garantem que colaboram para preservação ambiental; já os que não colaboram 76% dos alunos e 71% dos funcionários afirmam que estariam dispostos a ser tornar voluntários para preservação; 96% dos alunos e 94% dos funcionários acreditam que as instituições de ensino podem fazer a diferença para preservação ambiental; 48% dos alunos e 68% dos funcionários afirmam conhecer algum tipo de iniciativa ambiental na FARN; dentre as iniciativas ambientais da FARN que afirmaram conhecer 75% dos alunos e 69% dos funcionários citaram a coleta seletivas, 22% e 12% citaram a preservação da flora, 2% dos alunos citaram a distribuição de mudas, a educação ambiental não foi citada entre os alunos entrevistados e apenas 2% dos funcionários afirmaram conhecer essa iniciativa.

(CONCLUSÃO) A pesquisa realizada possibilitou concluir que os alunos e funcionários estão conscientes das necessidades de se preservar o meio ambiente e que a maioria é favorável, porém muitos não conseguem aliar tais idéias ao seu dia a dia na FARN. Constata-se que a FARN tem desenvolvido propostas voltadas para atender aos desafios de manutenção e conservação ambiental, contudo, fica evidente que grande parte do público interno só conhecem as iniciativas visualmente perceptíveis. O estudo permitiu concluir que há necessidade de implantar um trabalho voltado para a educação ambiental, integradas aos conteúdos programáticos das diversas disciplinas, bem como através de projetos motivacionais educativos com foco no consumo de água, energia elétrica, uso de papel, uso de copos plásticos e separação do lixo.

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA CONSTRUTORA G5

Autor(es):

Jasielle Figueiredo Costa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A grande competitividade das empresas da construção civil que atuam hoje no mercado do Rio Grande do Norte, em especial, na grande Natal, impõe às empresas que desejam manter-se nessa competição, organização eficaz dos seus processos, comunicação objetiva e clara entre as suas diversas áreas, e um planejamento estratégico que agregue todas as ações da empresa. Nesse sentido o presente trabalho se propõe a analisar a importância da comunicação organizacional na empresa G5, descrevendo como ocorre o fluxo de comunicação da empresa e conhecer os canais e fluxos de comunicação utilizados entre os setores, ofertando assim um diagnóstico da situação.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, em forma de estudo de caso, cujo universo foi composto por 35 funcionários, sendo uma pesquisa censitária. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado com questões fechadas. O tratamento dos dados ocorreu de forma quantitativa.

(RESULTADOS) A pesquisa dividiu-se entre perfil dos entrevistados e dados avaliativos. Quanto ao perfil dos entrevistados, verificou-se que a maioria é composta por mulheres, solteiras, entre 18 e 30 anos, cuja escolaridade é formada pelo segundo grau completo e a renda familiar entre 3 a 4 salários mínimos. Quanto aos dados avaliativos observa-se que os principais canais de informação são intranet, telefone e recados em papel. Tanto os colaboradores quanto os gestores tem acesso as informações diariamente, contudo o tempo de resposta dura uma semana. De modo geral há uma informalidade quanto ao processo seletivo, e verificou-se também uma rotatividade funcional. Já o aspecto motivacional, detectou-se um grau entre média e alta motivação.

(CONCLUSÃO) Verificou-se no estudo que os canais de informação e o seu fluxo acontecem de forma informal o que se justifica pelo caráter familiar da empresa. A informalidade faz com que os colaboradores possam tomar decisões apenas em nível operacional, as decisões de âmbito mais estratégico são centralizadas na diretoria. Observa-se que a informalidade transcende para a gestão de pessoas. Sugere-se a empresa uma formalização dos seus processos a fim de minimizar a informalidade

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

UMA ANÁLISE DA ATUAL GESTÃO DO CENTRO REGIONAL DO NORDESTE DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

Autor(es):

Maria Cristina Ribeiro Paiva: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Para acompanhar a globalização econômica é necessário que os parâmetros utilizados na gestão pública sejam revistos. A gestão Pública no Brasil necessita de mudanças, pois é muito burocrática e geralmente, quando atinge qualidade não atinge produtividade a contento. O Centro Regional do Nordeste/CRN é uma unidade gestora pertencente ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE, Órgão Público Federal. O presente trabalho tem como objetivo principal avaliar a gestão do CRN através do conhecimento das concepções sobre a gestão, a partir da compreensão do gestor e do grupo de colaboradores internos, além de evidenciar a satisfação dos funcionários e o desempenho dos serviços que a partir da coleta desses dados poderá analisar e sugerir melhorias para atual gestão, de modo que possa contribuir para a produção de serviços mais eficientes e eficazes.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa é censitária e utilizou do método de estudo de caso. Como instrumento de coleta foi aplicado questionário estruturado em um universo de 36 colaboradores internos do CRN, também foi realizada entrevista estruturada com o gestor e pesquisa a documentos oficiais do Centro Regional do Nordeste.

(RESULTADOS) Constatou-se, com base nos dados obtidos, que a maioria dos colaboradores internos está satisfeita com a atual gestão e com a remuneração. Percebeu-se porém, que todos são servidores públicos a mais de 20 anos e estão na faixa etária entre 40 a 59 anos, totalizando 83% dos questionários respondidos. Em levantamento documental, a pesquisa revelou que não há novas contratações desde 1983. O clima organizacional é satisfatório para a maioria dos funcionários questionados, embora 32% discordem. Foi observado certa deficiência na execução das tarefas dentro do prazo estabelecido, devido à falta de pessoal qualificado e indícios de comodidade por parte dos funcionários. Isso pode ser atribuído a ausência de interesse dos próprios em se capacitarem, uma vez que a maioria está próxima da aposentadoria. O modelo de gestão adotado pelo CRN é burocrático, o que leva a acreditar que também contribua para o entrave na execução de certos processos. Foi revelado, também, que o CRN não dispõe de planejamento estratégico e trabalha sob demanda. A pesquisa mostrou que 91% dos funcionários estão comprometidos com a missão e objetivos do CRN/INPE. Os dados demonstraram que 78% estão realizados profissionalmente e que 80% acreditam que o trabalho que executam é importante para o alcance da missão do INPE. Na opinião dos colaboradores internos, 70% concordam que se sentem reconhecidos quando realizam um trabalho bem feito e ficou evidente que há motivação por parte da gestão na capacitação da equipe, pois são oferecidos cursos periodicamente para todas as áreas de atuação do Centro Regional do Nordeste.

(CONCLUSÃO) Desta forma, pôde-se verificar que o modelo de gestão adotado pelo CRN é burocrático, típico da Administração Pública. O CRN não conta com planejamento estratégico e trabalha sob demanda. A falta de planejamento e a ausência de pessoal qualificado contribuem para um desempenho aquém do desejado, pois ficou demonstrado que o desempenho das atividades está em um nível mediano. Há necessidade de novas contratações, uma vez que, haverá em curto prazo, um número significativo de funcionários aposentados, tornando ainda mais deficiente o quadro funcional do CRN. A comunicação interna é falha, mas existe um esforço da gestão em torná-la eficiente, pois recentemente foi implantada a intranet no órgão. O grau de satisfação dos colaboradores internos é satisfatório, pois a maioria se acredita bem remunerado e realizado profissionalmente, o que revelou que a auto-estima da equipe está elevada.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

UM ESTUDO SOBRE A QUALIDADE NOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA MUITO FÁCIL ARRECADAÇÃO E RECEBIMENTOS LTDA.

Autor(es):

Evandro Luiz Victor de Oliveira: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Ana Maria da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Todo negócio que lida com o público, precisa de um serviço rápido e eficiente para atender com perfeição aos anseios dos clientes e gerar satisfação nos mesmos. A realidade do mercado evidencia a competitividade que as empresas estão inseridas. Neste sentido, a satisfação do público-alvo ganhou maior importância no contexto da gestão, visto que possibilita a conquista e fidelização dos clientes. A satisfação dos clientes é alcançada a partir de diversas ações que as empresas precisam executar, para assim, oferecer produtos e serviços de qualidade. As organizações devem atentar aos detalhes, sendo que o foco no cliente, aliado a um serviço de qualidade e um bom processo gerencial é garantia de sucesso a qualquer empresa, dessa forma é necessário que às organizações estejam aptas a desenvolver ações que levem a qualidade no ambiente, atendimento e, a consequente satisfação. Desta forma, o trabalho em questão tem por finalidade avaliar o grau de satisfação dos clientes da Muito Fácil com o tipo de conexão utilizado, bem como mensurar a qualidade nos serviços oferecidos pela empresa.

(METODOLOGIA) Com relação aos objetivos, o trabalho em questão utilizou-se da pesquisa descritiva, abordando o público alvo através de uma análise quantitativa. O universo da pesquisa são todos os agentes credenciados da empresa, na cidade do Natal e foi realizado um censo. A população foi subdividida em 2 grupos, segundo a característica da conexão, um grupo foi composto por agentes arrecadadores que utilizam a Banda larga, e outro composto por agentes que trabalham com a conexão discada ou GPRS. Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de entrevista pessoal, aplicando dois instrumentos semi-estruturados personalizado segundo o tipo de conexão utilizada. Os dados foram organizados e analisados mediante a utilização de ferramentas de estatística descritiva e exploratória de dados.

(RESULTADOS) Das empresas com conexão banda larga observou-se que: 60% dos agentes são drogarias/farmácias, localizam-se no alecrim(20%) e na cidade alta(20%), 40% estão credenciadas há 1 ano e 2 meses ou menos, utilizam banda larga há menos de um ano (80%), 45% já utilizaram a conexão discada, 90% estão satisfeitas ou muito satisfeitas com a conexão e que ocorrem poucos problemas, a conexão tem um custo médio entre R\$100,00 e R\$150,00, em sua maioria estão satisfeitos com a relação custo-benefício, mas pouco satisfeitos com os serviços do banco. A pesquisa realizada com os agentes que utilizam conexão discada ou gprs revelou que: 75,32% são drogarias/farmácias, estão localizadas nas quatro zonas da cidade(norte, sul, leste e oeste), 67,53% são credenciadas há mais de 2 anos e 6 meses, a maioria tem conhecimento da conexão banda larga, mas só 36,37% afirmaram que mudaria para esse tipo de conexão; os que têm conexão discada citaram que ocorrem problemas com frequência e muita frequência (65,45%), enquanto os que têm conexão gprs (59,09%) relataram poucos problemas com a conexão, quando foram indagados quanto ao grau de satisfação os que têm conexão discada se mostraram mais insatisfeitos do que os utilizam gprs e quanto ao grau de satisfação com o banco 41,56% se mostraram pouco satisfeitos.

(CONCLUSÃO) A pesquisa realizada atendeu aos objetivos propostos revelando que os agentes que utilizam a conexão banda larga estão satisfeitos com o tipo de conexão e que têm menos problemas do que os que têm conexão discada ou gprs apesar de utilizarem os serviços há menos tempo. Apesar dos agentes com conexão discada/gprs conhecerem a banda larga somente 36,37% afirmaram que mudaria para esse tipo de conexão. Tanto os agentes com conexão banda larga e os com conexão discada e gprs afirmaram não estarem satisfeitos com os serviços do banco, um fato que deve ser explorado pela Muito Fácil para planejar/redirecionar suas estratégias.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE DA OPÇÃO DE CARREIRA DOS ALUNOS DO QUARTO ANO DE ADMINISTRAÇÃO DA FARN

Autor(es):

Geraldo Ferreira Junior: Discente do Curso de Administração da FARN
José Bezerra Cavalcanti Filho: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Jannes de Freitas Valente
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) O empreendedorismo representa uma das opções de carreira mais atraentes para alunos do quarto ano do curso de administração da FARN. Por um lado, têm-se uma formação acadêmica regida por costumes, tradições e leis, a qual forma o campo de visão profissional do estudante de administração. Por outro lado, o sucesso profissional se torna um importante fator no quesito de motivação no que tangente o instinto empreendedor. Com isso, são formados em muitos dos alunos que estão prestes a concluir o curso os elementos que impulsionam a formação do empreendimento. De maneira objetiva este trabalho se propõe a certificar o interesse desses alunos em concretizar idéias de negócios como opção de carreira profissional. Neste sentido, este estudo se propõe a esclarecer de maneira doutrinária os motivos pelos quais os estudantes do quarto ano do curso de administração da FARN se sentem impulsionados a empreender, sobretudo, analisando os principais fatores de motivação e habilidades adquiridas.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) O estudo constitui-se de métodos exploratório-descritivos, objetivando a exploração clara e direta dos fatores de influência do empreendedorismo como opção de carreira para os estudantes do quarto ano do curso de Administração da FARN. O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário, formado por dez perguntas fechadas, de maneira que cinco questões objetivaram realizar um levantamento do desejo dos alunos para o empreendedorismo como opção de carreira profissional e as demais cinco questões buscaram avaliar o grau de preparo dos mesmos para desempenhar a referida carreira. A pesquisa se caracteriza como censitária em razão do universo ser composto de aproximadamente 65 alunos. Após a aplicação do instrumento de pesquisa, foram construídos gráficos ilustrativos com suas respectivas análises, obtendo assim resposta para a questão da pesquisa e os objetivos específicos.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) Os dados obtidos revelam que muitos alunos do quarto ano do curso de administração da FARN pretendem se tornar empreendedores e montar seus próprios negócios após a formatura. Em verdade 56% dos alunos afirmam que sempre ou quase sempre pensam em montar o seu negócio. Adicionalmente, 70% dos entrevistados possuem uma idéia de negócio e um projeto empreendedor. No mesmo sentido, 64% dos alunos acredita na possibilidade ou na certeza de após a formatura empreender dentro de um negócio próprio. A grande maioria dos entrevistados acredita na própria capacitação profissional pois 92% avaliam a sua formação em administração de forma positiva. Convém ressaltar que 70% dos entrevistados avaliam suas próprias condições de sucesso como empreendedor como ótimas ou boas, revelando uma elevada auto-estima empreendedora. Por outro lado, dificuldades financeiras parecem representar um relevante problema na concretização de idéias empreendedoras.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÕES) Pôde-se constatar que a formação em administração prepara e estimula os alunos em direção ao empreendedorismo. A capacidade de empreender parece estar diretamente ligada à formação acadêmica obtida ao longo do curso. Visto que o domínio de habilidades e competências gerenciais obtiveram bons resultados, pode-se afirmar que o curso de administração da FARN representa para os seus formandos um importante fator no que tange a sua auto-estima profissional e a sua motivação em se tornar empreendedores.

AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CLIENTE DA EMPRESA ACESSÓRIOS CELULAR

Autor(es):

Judson Epaminondas Silveira de Souza: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Ana Maria da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A satisfação do cliente é um diferencial competitivo muito importante nos dias atuais para as empresas, pois através da percepção e da informação fornecida pelo cliente é que as corporações podem idealizar estratégias para a sua sobrevivência. Não se deve minimizar a satisfação dos clientes, sem clientes a empresa não existe. No setor de serviços, devido a sua característica peculiar – a intangibilidade - é fundamental que a satisfação seja mensurada, pois dessa maneira pode-se melhorar continuamente os processos de forma a fidelizar os clientes. A satisfação tem como fatores determinantes as expectativas do cliente e a qualidade do serviço e como conseqüentes a lealdade e as reclamações de acordo com o modelo do índice americano de satisfação do cliente. Assim o presente trabalho tem como finalidade a mensuração da satisfação dos clientes da empresa Acessórios Celular, visando a identificação dos seus pontos fortes e fracos, bem como a mensuração da qualidade dos serviços prestados.

(METODOLOGIA) Quanto aos objetivos, a presente pesquisa foi do tipo descritiva, analisada a partir de uma abordagem quantitativa. A população de estudo foi definida todos os clientes da empresa e selecionada uma amostra não probabilística de 100 clientes, a técnica não probabilística se justifica devido ao fato da empresa não ter um cadastro de clientes. O processo de coleta de dados foi operacionalizado através de entrevistas pessoais com utilização de um formulário completamente estruturado composto por 24 questões, adaptado da escala servqual e do modelo do índice americano de satisfação de clientes. Os dados foram analisados com a utilização de ferramentas estatísticas descritivas.

(RESULTADOS) Os resultados revelaram que o quanto ao perfil o cliente pesquisado foi em sua maioria do sexo feminino (52%), com idade compreendida entre 26 e 30 anos (48%), renda familiar compreendida entre R\$465,00 e R\$1000,00, residentes nos bairros do alecrim, cidade alta e dix-sept-rosado. Quanto à qualidade dos serviços observou-se que as dimensões confiabilidade, tangibilidade, segurança, empatia e responsabilidade foram avaliadas positivamente pelos clientes. No tocante a satisfação os clientes se mostraram satisfeitos com a qualidade dos produtos e dos serviços oferecidos pela Acessórios Celular. Em relação aos preços praticados pela empresa, foi verificado que os clientes acharam compatíveis com o mercado.

(CONCLUSÃO) A avaliação da satisfação do cliente tem como objetivo identificar os pontos fortes e fracos da loja analisada, a partir da percepção do consumidor e das suas reais necessidades. Essas informações são altamente valiosas, pois muitas vezes não correspondem ao que o gestor idealizou. A proposta da pesquisa é disponibilizar a previsão de demanda onde identifique a satisfação do cliente. A pesquisa relatou que empresa mostra uma boa satisfação e esta numa localização bem central. Mas está havendo necessidade de ser criado um banco de dados, para que assim haja um controle de clientes e daí a então criar uma fidelização maior com os clientes, para com isso a empresa consiga fazer um planejamento e se manter no mercado.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

UM ESTUDO DA UTILIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING E GESTÃO AMBIENTAL NOS SUPERMERCADOS DA CIDADE DO NATAL/RN

Autor(es):

Rodrigo de Melo Mendonça: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Ana Maria da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Marketing Ambiental pode ser considerado pelas empresas como uma ferramenta estratégica. Para viabilizar este objetivo é necessário desenvolver uma cultura de comunicação que seja capaz de integrar conteúdos de várias áreas técnicas ligadas ao meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas. O responsável em dar forma à política ambiental de uma empresa, otimizando e implementando sempre seu aperfeiçoamento integrado é o SGA – Sistema de Gestão Ambiental, que vem a ser uma ferramenta capaz de projetar e sustentar a imagem da empresa, estendendo-se com uma nova visão de mercado, destacando principalmente sua diferenciação ecologicamente correta junto à sociedade, fornecedores, funcionários e ao mercado. O objetivo principal abordado no trabalho é de estudar as estratégias de marketing e gestão ambiental utilizadas pelos supermercados na cidade do Natal/RN.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada para desenvolvimento deste trabalho foi a do tipo exploratória-descritiva. A coleta de dados foi operacionalizada para a população dos supermercados, sendo aplicados questionários compostos por questões abertas, entrevistando gestores dos seguintes estabelecimentos: Nordestão, Bompreço, Hiper, Extra e Carrefour.

(RESULTADOS) Foi constatado com os dados obtidos que, de todas as estratégias utilizadas pelos supermercados, a mais utilizada e aceita pelos clientes é a das “sacolas retornáveis” pela praticidade de utilização que cada usuário tem nos estabelecimentos. Observou-se que a preocupação dos supermercados com o meio ambiente vem sendo cada vez mais intensa nos últimos 2 anos, alguns com estratégias mais antigas, outros com inovações recentes. Quanto à faixa etária do público que mais participa do marketing ambiental nos supermercados, ficou evidenciado que as pessoas da terceira idade são as que mais utilizam. Os gerentes entrevistados enfatizaram também a seguinte caracterização: no Carrefour foi citado que a maior frequência dos clientes é do sexo feminino, já no Bompreço foram ressaltadas as pessoas do Sul do país que estão passando alguns dias ou até mesmo morando em Natal, e o Hiper foi o único supermercado que respondeu que os Jovens com formação acadêmica, pertencentes à classe A, são os que mais participam do marketing ambiental no supermercado. Quando os gerentes foram indagados quanto ao fato do marketing ambiental ser um diferencial para o supermercado diante da concorrência, todos responderam afirmativamente. Em relação ao que está faltando para que todos os supermercados de Natal adotem estratégias de marketing ambiental, os gerentes citaram sugestões e afirmações diferenciadas tais como: “Mais cobrança dos clientes”; “Ajuda do poder público, principalmente investindo em educação ambiental”; “Mudar o hábito das pessoas, pois as mesmas ainda têm aquela idéia de levar sacolas para lixo em casa”; “Conscientização e divulgação, pois os supermercados apesar de serem considerados concorrentes nas vendas, devem se unir pela questão ambiental”; “A concorrência fará com que todos os supermercados adotem as estratégias ambientais”; “Importância ambiental que é dada fora do país (países de 1º mundo), e por questões culturais, todos os supermercados do Brasil tem que ir a busca desse nível”.

(CONCLUSÃO) Este trabalho foi uma importante ferramenta para o enriquecimento prático dentro do marketing ambiental, além de permitir vivenciar as dificuldades enfrentadas pelos supermercados para adequar no cotidiano de seus consumidores a utilização de estratégias ambientais, para uma melhor qualidade de vida no futuro. Faz parte desta nova postura empresarial a avaliação e percepção da consciência que está se despertando nos consumidores, no que tange às questões ambientais, dessa forma os resultados encontrados neste trabalho serão complementados com uma pesquisa a ser realizada com os clientes dos supermercados estudados, estabelecendo assim um comparativo com a visão dos gerentes responsáveis pelas lojas citadas.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

OTIMIZANDO A GESTÃO DE ESTOQUE DA EMPRESA JSS COMÉRCIO ATACADISTA DE CARNES LTDA.

Autor(es):

Pedro Henrique de Faria Varela: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa, desenvolvida na Empresa JSS Comércio Atacadista de Carnes Ltda., apresenta como objetivo geral prover a otimização da gestão do estoque, tendo em vista inibir a sua ruptura, que ocasiona a insatisfação do cliente, já que este não terá suas necessidades satisfeitas, bem como prover a análise dos custos vinculados ao transporte, uma vez que se relaciona diretamente com o planejamento do suprimento físico. Justifica-se o estudo, considerando a importância do setor de logística para os resultados organizacionais, a partir da efetividade e controle dos seus processos, seja na concepção das quantidades a serem adquiridas, seja na análise de outros fatores, a exemplo dos custos de transporte, como fatores primordiais na tomada de decisão.

(METODOLOGIA) A pesquisa desenvolvida é um Estudo de Caso, já que analisou-se a problemática e posteriormente foram sugeridas recomendações técnicas. Também consistiu em uma pesquisa de natureza descritiva, na qual foram levantados dados para retratar a problemática, considerando um ano de observação: estes foram coletados através de observação direta, análise documental e entrevista informal.

(RESULTADOS) Com a responsabilidade de planejar, controlar o fluxo de produtos e atender da melhor maneira possível os clientes, satisfazendo-os em relação a tempo, lugar, qualidade e informações, a área da logística apresenta, dentre outras funções o gerenciamento do estoque. As empresas, em sua grande maioria, ainda não atentaram para essa importante ferramenta, que uma vez bem utilizada, tem como consequência a diminuição de custos e a satisfação da sua carteira de clientes, fidelizando-os cada vez mais e solidificando-se de maneira importante perante o mercado. Para se chegar a uma conclusão e uma possível melhoria no estoque da organização, diminuindo a ruptura do mesmo, tornou-se necessário o levantamento dos custos de frotas terceirizadas e da frota particular, na qual os resultados obtidos, segundo o levantamento de informações foram os seguintes: os custos por viagem com a frota terceirizada chega a ser de R\$6.455,06, já o desembolso de custos com a frota particular atinge os R\$5.603,00 a cada viagem. Levantando esses montantes torna-se possível analisar a viabilidade de se ter ou não a frota particular, ou de investir apenas em frotas terceirizadas. Sendo possível fazer uma comparação de acordo com a rotatividade das mercadorias.

(CONCLUSÃO) Com a pesquisa desenvolvida e de acordo com as informações colhidas, a empresa JSS Comércio Atacadista de Carnes Ltda. passou a ter uma nova visão no que diz respeito ao gerenciamento de estoque e o processo de pedidos das mercadorias, bem como o procedimento de compra e saída dos produtos. A partir dos dados coletados verifica-se que a possibilidade de ter mais um veículo próprio torna-se interessante, uma vez que as mercadorias adquiridas seriam apenas as necessárias para a organização, já que em uma frota terceirizada a carreta só é adquirida de forma casada, ou seja, comprando dianteiros e traseiros, coisa que na frota particular não ocorre necessariamente. Com um investimento de R\$275.000,00 para obter um novo veículo, o empresário irá economizar R\$40.887,00 ao ano, já que seu custo fixo anual em frotas terceirizadas chega a ser de R\$309.843,00, enquanto que na frota particular o custo é de R\$268.956,00. Como consequência maior tem-se a diminuição e até mesmo a não ruptura do estoque, tendo em vista que essa frota particular servirá principalmente para abastecer os produtos de maior rotatividade e diminuir a falta dos mesmos para seus clientes, satisfazendo-os e fidelizando-os cada vez mais.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

AVALIAÇÃO DO POSICIONAMENTO DA MARCA NATAL PISOS NA MENTE DOS CONSUMIDORES DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DA ZONA SUL DE NATAL

Autor(es):

Marcela Costa de Garcia Maia: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza

Instituição de Ensino: FARN

Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O consumo e a preferência por produtos e marcas se guiam pela percepção que se tem ou que se teve deles. Para que ocorra lealdade à marca, o ponto fundamental é estabelecer uma imagem diferenciada do produto, de maneira que o consumidor possa identificá-lo facilmente entre tantos outros. Para abordar esse conceito, foi realizado um estudo sobre posicionamento de marca em uma loja de material de construção, a Natal Pisos. O objetivo do trabalho é avaliar o posicionamento da marca Natal Pisos na mente dos consumidores do varejo de material de construção residentes na Zona Sul de Natal.

(METODOLOGIA) A pesquisa apresenta, quanto aos objetivos a que se propõe, o método exploratório - descritivo, pois busca uma melhor familiaridade com o tema, descrevendo características ou funções do mercado, além de uma análise bibliográfica das abordagens inerentes ao conjunto de conceitos interligados aos aspectos produtivos. Este suporte bibliográfico está sustentado em livros. Também foram aplicados 153 questionários junto à população da Zona Sul de Natal.

(RESULTADOS) Através da análise realizada, pode-se observar que a Natal Pisos é a marca mais lembrada dentre os entrevistados. O ponto forte mais citado em relação a essa loja foi o atendimento personalizado que a referida loja dispõe. Além disso, verificou-se que a procura por materiais de construções se dá em sua maior parte quando os consumidores estão reformando suas casas. A maior parte dos entrevistados tomou conhecimento sobre a referida loja através de recomendação de pessoas conhecidas, o que demonstra que não são realizadas ações de marketing com o fim de divulgar a loja; o que vai contra o que a maioria dos entrevistados considerou importante, pois, para eles a propaganda é essencial para divulgação de uma marca. Por fim, os entrevistados apontaram como ponto forte da Natal Pisos o bom atendimento e, como ponto fraco a variedade de mercadorias.

(CONCLUSÃO) De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, pode-se concluir que a Natal Pisos é uma marca forte na mente dos consumidores da Zona Sul de Natal, o que lhe garante uma liderança de mercado local. Ficou claro que o gestor é um profissional bem preparado, munido de conhecimentos técnicos, o que o auxilia no comando da empresa, o cuidado em relação à formação da equipe é um dos pontos principais na sua gestão. Consideramos, ainda, que a loja deveria buscar agregar mais produtos ao seu universo já existente e deveria investir mais em propaganda com o fim de fixar ainda mais sua marca na mente dos consumidores, não apenas da Zona Sul, mas expandir em relação a Grande Natal.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS: UMA ABORDAGEM EM UMA EMPRESA DO SETOR SALINEIRO DO RN

Autor(es):

Felipe Azevedo Almeida Rodrigues: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Toda empresa que trabalha com produtos ou serviços precisa de materiais para por em pratica suas atividades. Esses itens precisam ser gerenciados. Diante desse contexto, a Administração de Materiais é um sistema presente em quase todas as empresas, abrangendo a definição dos materiais que devem se adquiridos. Logo, para atingir tal propósito, conta com métodos e modelos capazes de prever e organizar tais materiais. E oportuno destacar que recentemente, esta área adquiriu um enfoque logístico, garantindo a integração com outras atividades, dando origem a cadeia de suprimentos. Assim, pode-se acrescentar que além de ter foco na organização e implementação de métodos de procedimentos, tem como objetivo principal a redução dos custos, fator que importa a toda organização. A presente pesquisa tem a finalidade de levantar a atual condição dos estoques de uma empresa do setor salineiro do Rio Grande do Norte e, posteriormente, a partir da análise dos dados, buscar soluções viáveis, quanto a definição de um modelo para prover o ponto de pedido, associado a representatividade dos itens e a incorporação da previsão de demanda.

(METODOLOGIA) O presente estudo compreende uma pesquisa descritiva na forma de um Estudo de Caso, objetivando analisar os dados presentes na empresa, no que se refere à gestão de materiais, contendo enfoque logístico diante do contexto em que se encontra a organização. Com relação ao levantamento de dados, os fatos foram observados e registrados por observação direta do ambiente, permitindo identificar as rotinas da empresa, da forma como são desenvolvidas; entrevista informal, considerando os funcionários envolvidos diretamente com o controle do estoque; e análise documental, objetivando compor a evolução de consumo dos itens. A análise dos dados foi realizada baseando-se na teoria estudada, confrontando o que os teóricos apresentam com o que a empresa pratica.

(RESULTADOS) Com base no levantamento de dados, que apontam para deficiência no controle do estoque, irá se realizar simulações a partir de métodos de previsões de demanda, sobretudo o método dos mínimos quadrados, visando estimar a tendência para o próximo período e, dessa forma, originar um planejamento de compras mais efetivo. Também serão utilizados os conceitos da Curva Dente de Serra para exprimir o ponto de pedido e estoque mínimo, bem como a curva ABC, para demonstrar a representatividade dos itens.

(CONCLUSÃO) A partir da análise dos dados obtidos com a pesquisa, conclui-se que quando a empresa reestrutura seu estoque e seus processos, baseados nos conceitos exibidos pelos teóricos, há benefícios de determinadas formas, como agilidade, onde um produto se desloca com mais eficiência entre os pontos de coleta e despacho ou o processo de entrada no estoque, bem como na velocidade com que as informações são disponibilizadas, no aumento de segurança, no armazenamento para evitar perdas quanto segurança das informações, com a finalidade de evitar erros e, como uma resultante de todas as mudanças, está a redução dos custos gerais de estocagem.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

MERCHANDISING, UM ESTUDO DE CASO DAS LOJAS RIACHUELO S/A

Autor(es):

Maria Clara Pignataro Soares: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza

Instituição de Ensino: FARN

Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O conceito mais difundido e aceito no nosso meio define Merchandising como técnicas, ações ou qualquer material promocional utilizado em pontos-de-venda, que informam o consumidor e dão mais visibilidade a produtos, marcas ou serviços, influenciando na decisão de compra. O objetivo do trabalho foi fazer uma análise sobre as ações de merchandising executadas pela Loja Riachuelo do shopping Midway Mall, onde foi possível identificar a influência que esta ferramenta possui sobre o mercado e sobre o consumidor, ficando clara a importância de sua aplicação nos diversos tipos de varejo.

(METODOLOGIA) A pesquisa se utilizou, quanto aos objetivos a que se propõe, do método exploratório, pois buscou uma melhor familiaridade com o tema, além de uma análise bibliográfica das abordagens inerentes ao conjunto de conceitos interligados aos aspectos produtivos. Este suporte bibliográfico está sustentado em livros. Também foi realizada uma entrevista com o responsável pelo setor de merchandising da empresa.

(RESULTADOS) Através da análise realizada, pode-se observar que a Riachuelo possui um departamento de marketing que trabalha com muito afinco em prol de montar as lojas, organizar os produtos, distribuir seus materiais, pondo em destaque sempre os produtos certos para o público alvo indicado. As informações a respeito das campanhas vêm da matriz e o visual merchandiser deve montar a loja de acordo com o que a proposta pede, isso inclui o aroma, a iluminação, a disposição de peças, a arrumação das vitrines e a distribuição dos materiais promocionais. O calendário é sempre levado em conta pela loja, porque eles investem muito em datas comemorativas, como o Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças, inclusive, neste último, foram realizadas várias ações interessantes, como o aroma de loja que foi alterado para chiclete, foi criado um espaço da criança destinado a distribuição de brindes, teve presença de palhaços etc. Como possui marcas próprias e bons parceiros, a Riachuelo sempre tem seu mix de produtos atualizado, conseguindo oferecer o que há de melhor no mercado para os seus clientes, e utiliza muito bem o merchandising como aliado nestas atividades. Outra ação muito bem realizada pela loja são as parcerias, como as existentes com o canal de desenhos à cabo Cartoon Network para a comercialização de peças de vestuário infantis com seus personagens, e com a Paramount para a comercialização de personagens da Disney, além de possuir marcas próprias segmentadas, como a Anne Kanner para cama, mesa e banho e vestuário.

(CONCLUSÃO) De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, pode-se concluir que a Riachuelo consegue liderar o mercado de forma responsável, ética e leal aos seus princípios. Ficou claro que o gestor é um profissional bem preparado, munido de conhecimentos técnicos, o que o auxilia no comando da empresa, o cuidado em relação à formação da equipe é um dos pontos principais na sua gestão, assim como, sua visão em relação às tendências do mercado. Consideramos, ainda, que a loja deveria contar com profissionais que auxiliassem mais os clientes no momento de suas compras; que as placas que sinalizam os valores das peças que se encontram em promoção fossem colocadas de forma mais visível para que os clientes pudessem identificá-las mais facilmente.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

CONTROLE DE ESTOQUE: UM ESTUDO NA EMPRESA VALE DAS PALMEIRAS.

Autor(es):

Marcela de Oliveira Menezes: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As novas exigências para a atividade logística no cenário empresarial passam por mudanças significativas, exigindo maior controle do estoque, mediante a identificação de oportunidades que permitam a redução de custos, otimização nos prazos de entrega e aumento da qualidade no cumprimento dos prazos, disponibilidade constante dos produtos, precisão na gestão dos pedidos e flexibilização da fabricação, análises de longo prazo com incrementos em inovação tecnológica, novas metodologias de custeio, novas ferramentas para redefinição de processos, bem como adequação dos negócios. Diante dessa tendência tem-se a definição dessa pesquisa: desenvolver um modelo para uma distribuidora de bebidas, no que diz respeito ao controle de estoques, ou seja, abrangendo uma metodologia para definir o ponto de pedido, mas também ter um controle eficaz das entradas e saídas dos itens.

(METODOLOGIA) O presente trabalho consiste em um Estudo de Caso, com o intuito de prover uma análise acerca de uma situação problemática e, em seguida, sugerir e desenvolver recomendações técnicas. Assim, pode-se também destacar que a pesquisa apresenta um caráter descritivo, mediante o detalhamento das rotinas relacionadas ao fluxo de materiais, associado a um levantamento de dados que evidencia o histórico evolutivo das vendas. Como técnicas de coleta de dados foram usadas a entrevista informal, realizada junto aos funcionários envolvidos com a gestão dos estoques; observação direta do ambiente, que enfoca as rotinas sem que exista interferência na execução das atividades; e análise documental, mediante os pedidos dos clientes.

(RESULTADOS) Tomando como base os resultados obtidos com o Estudo de Caso, pode-se perceber claramente a deficiência da empresa no controle do estoque físico, o que pode ser constatado mediante a falta de planejamento na reposição do estoque. Outro item que não é obedecido na empresa é o Sistema PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai), gerando assim problemas quanto a validade dos itens do estoque, aumentando o volume de avarias e, conseqüentemente, repercutindo nos custos. Dessa forma, as recomendações direcionam-se para a otimização do fluxo de materiais, mediante o controle das entradas e saídas, associado a definição de um modelo para projetar a demanda para o próximo pedido, considerando a realidade das vendas da empresa.

(CONCLUSÃO) Foi constatado que na empresa tem-se um momento oportuno para a realização da pesquisa, pelo fato desta trabalhar com venda e distribuição, tornando o setor de logística vital. As propostas apresentadas buscam a redução dos custos e a elevação da satisfação dos clientes, que vão receber seus pedidos nos prazos corretos. É importante ressaltar que a pesquisa foi desenvolvida considerando a realidade da empresa, ou seja, todas as ações propostas estão dentro das perspectivas da organização, ressaltando a relação de custo x benefício.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DO RAMO DOMÉSTICO

Autor(es):

José Carlos Barros dos Santos: Discente do Curso de Administração da FARN

Sulânia de Medeiros Dantas: Discente do Curso de Administração da FARN

Adriana Cristina Salvador: Discente do Curso de Administração da FARN

Marycélia Pópilla Guedes: Discente do Curso de Administração da FARN

Milena Carla Campos da Silva: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa

Instituição de Ensino: FARN

Jannes de Freitas Valente

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Nos dias atuais, com o aumento da concorrência acirrada, as empresas requerem um estudo mais detalhado na área de atuação para que possa permanecer no mercado. O presente trabalho tem como objetivo principal analisar de forma cautelosa todos os parâmetros que envolvem a empresa Mão na Roda Serviços, assim como identificar o seu público alvo e criar estratégias para minimizar os custos a fim de estruturar e validar a sua abertura em Capim Macio, Natal – RN.

(METODOLOGIA) Este trabalho, utilizou o método de pesquisa exploratória descritiva, onde foram realizadas entrevistas com os moradores de Capim Macio, delimitados pela amostra. Teve o auxílio de docentes da instituição FARN, bem como de um consultor do SEBRAE, além de pesquisas bibliográficas em textos, artigos e livros especializados. Também foi realizada pesquisa de orçamento empresarial para aquisição de material de escritório, móveis, transporte, salários, encargos tributários, equipamentos e estrutura física.

(RESULTADOS) Por se tratar de uma empresa no ramo ainda pouco explorado, aqui em Natal, existiu uma dificuldade em relação ao estudo com o uso de outras empresas como parâmetro. Essa pesquisa esclareceu pontos importantes do perfil do consumidor. Percebendo assim, as necessidades e o nível de dificuldade em contratar mão de obra qualificada no ramo doméstico. Sendo assim, objetiva que a empresa ofereça os serviços de acordo com a análise realizada. Nas variáveis comportamentais, foi analisado que o maior percentual de necessidade de prestação de serviços domésticos está condicionado semanalmente. Tornando-se um processo viável para a empresa por haver uma rotatividade nos serviços, influenciando de maneira favorável nos resultados econômicos e financeiros. Foi identificado que os entrevistados possuem um elevado grau de instrução e poder aquisitivo, na qual propicia o resultado final da empresa. Já na pesquisa de orçamento empresarial, foi avaliado que a empresa Mão na Roda Serviços precisará de um investimento inicial de R\$ 33.579,46 para aquisição de máquinas, equipamentos, móveis e gastos operacionais. Somando-se ao capital de giro de R\$ 2.387,74, totalizando-se em R\$ 35.967,20, que será integralizado na proporção de 25% por cada sócio. A empresa disponibilizará os seus recursos de forma adequada, honrando com os seus compromissos e minimizando os custos como estratégias para um preço competitivo no mercado.

(CONCLUSÃO) Diante dessa análise, percebe-se com clareza que a empresa Mão na Roda Serviços, possui todos os subsídios ao seu favor como um fator positivo para a sua abertura. Partindo do pressuposto que a empresa tem uma área favorável ao seu desempenho, a mesma fará uso de seu conhecimento para se tornar uma referência no mercado de pequenas empresas e grandes negócios.

ESTUDO DE VIABILIDADE DE UM EBUSINESS NO SEGMENTO DE JÓIAS DO RN.

Autor(es):

Edson Ferreira de Lima: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No mundo atual, onde prevalecer é uma singularidade, o processo de globalização vêm beneficiando um feroz ambiente competitivo. Deste modo, o desejo de prevalecer vêm construindo gerações orientadas para o consumo e com o advento da tecnologia o mundo corporativo passou a enxergar um horizonte além de suas estruturas habituais, utilizando canais eletrônicos em busca de ultrapassar fronteiras e alcançar os objetivos planejados. Desta forma, em um estado que registra 5.396 novos veículos mensais (DETRAN, 2008); possui um PIB per capita de R\$ 6.754,00 (Tribuna do Norte, 2008), a frente de estados como Pernambuco, Ceará e Maranhão; e possui um dos m² mais caro do país, chegando à R\$ 600,00 (Tribuna do Norte, 2009) questiona-se, o mercado potiguar comporta um comercio eletrônico de jóias?

(METODOLOGIA) Do ponto de vista do modelo que aborda o problema, a pesquisa caracteriza-se quantitativa, desta forma, considera-se que tudo pode ser mensurável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Com foco nos objetivos, a mesma pode ser classificada como descritiva, pois os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira nos resultados. Realizar uma análise descritiva das variáveis envolvidas na aplicação da pesquisa é o primeiro passo para entender sobre os aspectos de viabilidade da proposta de negócio em estudo.

(RESULTADOS) O levantamento apresentou como fatos relevantes, informações sobre o estado civil dos entrevistados, o qual exibiu números bastante equilibrados entre solteiros (45%) e casados (39%), o que se mostra bastante coerente quanto aos que declararam ter filhos (52%) e os que ainda não são pais (48%). Ao analisar o quadro que trata sobre a renda familiar, verifica-se que (70%) dos entrevistados convivem em grupos familiares que embolsam em média R\$ 2.790,00 mensais (valor médio entre três e nove salários mínimos), dividindo este valor por 04 (número médio de pessoas por lares), chega-se ao valor salarial per capita de R\$ 697,50; valor este que se posiciona 23% acima do PIB per capita do nosso estado R\$ 563,00 (TRIBUNA DO NORTE).

(CONCLUSÃO) Ao explorar de forma direta a variável que aborda a questão sobre o desejo de compra de jóias pela internet, visualiza-se de maneira clara, a supremacia da resposta negativa, o qual corresponde a 94% do total dos entrevistados. Entretanto os 6% restantes que afirmaram comprar ou comprariam jóias na Web, não podem ser descartados, haja vista que este percentual corresponde a quantidade de 22.734 pessoas proporcional aos 378.902 indivíduos referentes ao universo da pesquisa. Outro ponto interessante é levar em consideração o produto proposto neste trabalho (Jóias), no qual o valor representado na resposta positiva dos entrevistados aponta para um potencial de mercado bastante promissor, ainda mais, se levar em consideração o nicho mercadológico que está inserido este segmento e alta rentabilidade do produto. Sendo assim, o pesquisador recomenda a implantação de uma instalação física, onde os consumidores poderão constatar a real existência do negócio; implantar um site da loja com estrutura para o comercio eletrônico; preparar um plano de divulgação com o composto de mídia adequado e adotar processos eficazes com intuito de acampar e reter clientes, encantando-os e tornando-os agentes transmissores das boas experiências com a empresa, envolvendo-os numa espécie de marketing viral para que eles indiquem e tenham confiança na organização.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA GABRIEL JÓIAS

Autor(es):

José Araújo dos Santos Júnior. Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Marco Antonio Fontoura de Albuquerque
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A administração que vem sendo amplamente utilizada nos mais diversos setores da economia desde o setor automobilístico ao de autopeças, do vestuário ao de calçados, da mineração ao setor de ouro e jóias. Devido a essa massificação na divulgação através do Marketing de produtos e/ou serviços, visualizam-se duas classes distintas: de um lado os fabricantes, vendedores e/ou prestadores de serviços; e no fim dessa cadeia encontra-se o consumidor final, este compõe uma classe ávida por novidades e disposta ao consumo, mesmo extrapolando seus rendimentos. A realidade é que o consumidor está cada vez mais exigente. Em função disso o que se vê por parte dos que desejam vender são promessas mirabolantes, atribuindo qualidades ilimitadas ao produto. Vale quase tudo, até a tentativa da perfeição em tentar se aproximar do que seria o atendimento personalizado, individualizado.

(METODOLOGIA) O problema da Gabriel Jóias foi direcionado através de um estudo de caso, visto que a fidelização de clientes praticamente deixou de existir. Para isso foi utilizado o trabalho de pesquisa bibliográfica, ou seja, um estudo de fontes secundárias sobre o tema fidelização. Em complemento foi realizada uma pesquisa descritiva, que apresenta como característica significativa a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Para a obtenção desses dados foi utilizado um questionário semi estruturado com uma amostra de 58 clientes.

(RESULTADOS) Ciente das nuances citadas no primeiro parágrafo onde o Marketing tem papel preponderante, a "Gabriel Jóias" vem tentando junto aos seus clientes a conquista e manutenção destes. Enfrentando uma concorrência crescente e não raro desleal de sonegação, mercadoria de procedência duvidosa etc., a Gabriel Jóias enxergou a necessidade de investir na fidelização de seus clientes. Forçado a agir, seu proprietário providenciou treinamentos específicos para seus funcionários e melhorou suas instalações, bem como os mostruários de seus produtos e também investiu em programas de softwares direcionados ao seu segmento.

(CONCLUSÃO) Utilizando os serviços da "Gabriel Jóias" seus clientes vêm-na de forma diferente dos concorrentes. Adoram o contato pessoal com a maioria dos seus funcionários e vendedores. Durante o processo em que selecionam suas mercadorias tem a oportunidade de negociar. É frequente o cliente passar um turno do dia nessa seleção de artigos. Percebendo a longa duração deste contato, a empresa investiu em treinamento para que o atendimento pessoal e individualizado fosse prioritário. Hoje seus funcionários e vendedores têm isso de forma consciente, sabem que vender é importante, mas o principal sempre serão os clientes, são neles que se devem direcionar todas as atenções. A pequena diferença entre simplesmente bajular e tratar o cliente de forma especial é facilmente percebido por este.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

DEFININDO UM MODELO PARA PROVER O CONTROLE DE ESTOQUE: O CASO DA EMPRESA PURO SABOR.

Autor(es):

Guilherme Arthur Souza de Queiroz: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Fabírcia Abrantes Figueiredo da Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Logística abrange a cadeia de suprimento, ou seja, engloba as atividades que vão desde a programação das necessidades de materiais até a colocação do produto final no mercado consumidor. Assim, evidencia-se todo o fluxo de produtos, absorvendo o abastecimento do ciclo produtivo, no sentido de atender a demanda no tempo mais oportuno e com a qualidade. Nesse direcionamento, o objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar o processo de suprimento, abrangendo a análise do dimensionamento dos níveis de materiais associado ao ponto de pedido, evidenciando assim a importância do controle nas diversas etapas da linha de produção, procurando manter sempre uma vantagem competitiva junto ao cliente, mas obtendo a redução dos custos.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa pode ser caracterizada como um Estudo de Caso, de natureza descritiva, apresentando uma problemática específica da Logística, ou seja, o estudo foca a otimização da gestão do estoque, visando um fluxo contínuo para a área de produção da empresa Puro Sabor. Como métodos para prover o levantamento e coleta de dados foram usadas técnicas de entrevista informal, envolvendo os proprietários e o gerente da loja, análise documental, permitindo o levantamento de dados, acerca da composição das receitas dos produtos a serem produzidos e do histórico evolutivo das vendas, concedendo veracidade aos fatos, tornando o estudo de caso quantitativo e real; e observação direta, mediante a visualização das rotinas da empresa.

(RESULTADOS) Pôde ser visualizado na empresa que não existe uma definição clara das responsabilidades atribuídas à área de Materiais, isto é não há uma pessoa encarregada para gerenciar as entradas e saídas dos itens, tornando comum a ocorrência de falhas neste processo. O pedido é feito sem que haja uma projeção de consumo, impossibilitando, assim, uma compatibilidade entre as entrada e saídas do capital de giro. Dessa forma a pesquisa apontou para a proposição de um modelo de gestão, baseado no cruzamento das vendas com as receitas dos produtos, como forma de levantar as necessidades de materiais, projetadas a partir do método dos mínimos quadrados. Além do mais, os conceitos da curva dente de serra e curva ABC também foram considerados, visando a identificação do ponto de pedido e da representatividade do estoque, respectivamente.

(CONCLUSÃO) O objetivo geral do estudo consistiu em definir um modelo de gestão de estoques, com o propósito de prover o controle dos níveis de materiais, gerando assim o melhor fluxo de informações dentro da empresa, tornando o trabalho da Gerência mais funcional, conciso e evitando o retrabalho e desperdícios. Com isso, buscou-se melhorar também o atendimento ao cliente e até os pedidos a ilha de produção, evitando o excesso e falta de produtos. Por outro lado, destaca-se a viabilidade deste projeto, pois as mudanças vislumbradas não requerem alto investimento. A relação custo/benefício tende a ser positiva, pois as propostas tendem a aumentar a lucratividade da empresa.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: UMA AVALIAÇÃO SOBRE A EFICÁCIA DA COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL NA ÓTICA NEW VISION QUANTO AO SETOR ADMINISTRATIVO

Autor(es):

Juliana Duarte da Costa Batista: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A comunicação empresarial é basicamente um conjunto de atividades, ações, estratégias, produtos e processos desenvolvidos para reforçar a imagem de uma empresa diante aos seus públicos de interesses ou junto à opinião pública. Nesse sentido o estudo da comunicação nas empresas no varejo se faz necessário a fim de se obter um diagnóstico preciso para subsidiar as decisões estratégicas de vendas, promoções e ações processuais que minimizem o retrabalho e demais transtornos causados pela má comunicação. A pesquisa objetiva investigar avaliar a eficácia da comunicação empresarial na ótica New Vision, especificamente no setor administrativo.

(METODOLOGIA) A pesquisa é do tipo exploratória descritiva em forma de estudo de caso. Para coleta de dados, aplicou-se questionário com o universo de dezoito funcionários da ótica. E os resultados apresentados neste trabalho são apenas parciais, onde analisou-se o perfil e os aspectos da comunicação, a pesquisa ainda irá abranger as atribuições e funções, bem como a formalização dos processos de comunicação efetivados na ótica New Vision.

(RESULTADOS) Quanto ao perfil dos funcionários, verificou-se que é em sua maioria composto por mulheres, solteiras, com idade entre 25 a 30 anos que possuem segundo grau completo, sendo a renda dessa maioria entre 1 a 2 salários mínimos. Quanto aos dados referentes à comunicação, verificou-se que, o canal de informação mais utilizado entre gerentes e colaboradores é a intranet, seguido por telefone e recados em papel, e que não oferecem grandes problemas de comunicação. Há entre os colaboradores a participação em algumas decisões. Contudo, a autonomia para resolver situações complicadas ainda é mediana. Verificou-se que o tempo de resposta para as solicitações é baixo, sendo em torno de um dia ou apenas uma hora. No tocante a questões organizacionais e estruturais, observa-se que a empresa não possui formalização de funções, nem divisão do trabalho com suas respectivas responsabilidades, sendo esses itens, extremamente informais, dado ser uma empresa familiar. Tal informalidade na opinião dos entrevistados acarreta alguns problemas administrativos.

(CONCLUSÃO) Apesar desse trabalho conter apenas os dados parciais da investigação, verifica-se que a empresa familiar tende a estabelecer um caráter mais informal quanto aos seus processos administrativos, o que de certa forma acarreta informalidade também na comunicação organizacional. Ressalta-se que apesar desta informalidade a empresa tende a ter um fluxo menos complicado no tramite das informações, mas que dado a competitividade do setor, ela deve atentar para questões de organização e estruturação dos seus processos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

A AVALIAÇÃO DA FIDELIZAÇÃO DOS CLIENTES PESSOA FISICA DO BANCO DO BRASIL S.A AGÊNCIA MONTE ALEGRE.

Autor(es):

Livia Barbosa de Freitas Gomes: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Decorrente de todos os serviços bancários ofertados na atualidade, e devido à tecnologia que avança rapidamente nas instituições financeiras, faz-se necessário que as empresas procurem tornar seus clientes mais leais a seus serviços, pois eles significam lucro para o banco. Clientes fiéis dependem de maneira intensa da forma pela qual são atendidos, e como são satisfeitas suas necessidades. Esta pesquisa teve por finalidade avaliar a fidelização dos clientes do Banco do Brasil da agência Monte Alegre, e como eles se sentem satisfeitos no que se refere às formas de atendimento que são oferecidos a eles, pois este deve ser a grande preocupação, quando o assunto é satisfazer, de forma que o banco precisa personalizar cada vez mais seus serviços.

(METODOLOGIA) O estudo classifica-se como uma pesquisa descritiva, exploratória e estudo de caso. Aplicou-se um questionário estruturado, com perguntas fechadas, para um universo de 80 clientes, que corresponde ao total que passam na agência diariamente, ou seja, foi feito um censo de um dia. O questionário se dividiu em duas partes que são o perfil dos clientes e os dados avaliativos. Posteriormente os dados foram tratados através de registros, classificações de acordo com os objetivos específicos da pesquisa e analisados com o uso das abordagens quantitativa e qualitativa. A apresentação dos resultados foi feita através de gráficos organizados em porcentagem

(RESULTADOS) No perfil, analisaram-se questões ligadas ao sexo, onde verificou-se que a maioria dos clientes são do sexo feminino com 60,5%, renda, mostrou que quase metade dos clientes questionados ganham 1 salário mínimo e a escolaridade dos clientes do Banco do Brasil, onde pode-se perceber que há um razoável nível de escolaridade. Já nos dados avaliativos, verificou-se a fidelidade dos clientes através de sua satisfação referente a forma de atendimento a qual são oferecidas no momento dos seus serviços. Foi diagnosticado que os clientes precisam de um atendimento de boa qualidade, mas que seja rápido, pois 60% dos clientes que se aplicou o questionário exigem agilidade nos processos bancários, para que seja ofertado um atendimento com tempo de espera o mínimo possível, ora que o cliente exige isso das instituições financeiras. Mostro-se ainda que os clientes se sentem satisfeitos, uma vez que 75% dos clientes se sentem satisfeitos com o atendimento, e ainda existe certa frequência dos clientes no banco, e que 30% dos clientes não são correntistas de outros bancos. O atendimento tem que superar as expectativas de forma satisfatória, para que seja feito aquilo que o cliente necessita, logo o banco passa a mostrar que se preocupa com a segurança dos seus clientes externos, visto que do universo de 60% deles, o que mais os chama a atenção é a segurança oferecida pelo banco. É preciso que o banco faça com que o cliente compareça mais vezes a agência, utilizando estratégias como mostrar suas promoções e também o compromisso com as necessidades de seus clientes. Também, fornecer informações mais corretas e mais seguras, a fim de garantir o retorno desses clientes.

(CONCLUSÃO) O banco deve estar preocupado no que diz respeito a atenção para os clientes, a forma pela qual são trocadas informações durante o momento do atendimento. Não deve estar preocupado apenas em fornecer dados, mas também oferecer instalações satisfatórias, tempo de espera viável, layout facilitador das operações, e em oferecer segurança. Apesar disso, observou-se que a maioria dos clientes se sentem satisfeitos com o atendimento bancário. Porém, a agência, deve melhorar os serviços oferecidos para garantir cada vez mais clientes leais. É preciso que o banco repense suas estratégias, e adêquiem-nas às necessidades de seus clientes, mudem seus processos de acordo com as exigências dos correntistas.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ANÁLISE DO TURISMO DE NEGÓCIOS EM NATAL: UM ESTUDO SOBRE O SETOR E SEUS IMPACTOS SÓCIOS – ECONÔMICOS PARA OS HOTÉIS DA VIA COSTEIRA

Autor(es):

Luiz Henrique Almeida Maciel: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Rio Grande do Norte é um dos Estados do Nordeste Brasileiro que mais crescem e um dos principais responsáveis por esse crescimento é o turismo. O turismo é uma vocação natural do RN e é a atividade que mais tem divulgado o Estado no país e no exterior. Aliado a tudo isso, o Rio Grande do Norte tem uma das maiores redes hoteleiras regionais, com 42.000 mil leitos, sendo 25.000 em Natal, um dos principais centros de qualificação de mão-de-obra do Brasil- o Hotel Barreira Roxa e um dos Centros de Convenções. Segundo o Fórum das Agências de Viagens Especializadas em Contas Comerciais (FAVECC, 2006), o segmento de negócios foi responsável por um faturamento R\$ 3.74 bilhões em 2005, contra R\$ 3.28 bilhões em 2004. Observa-se então que, durante esse período, houve um aumento considerável de 14%, enquanto que a economia brasileira obteve um crescimento de apenas 4%, no mesmo período. Diante disso, deve-se observar quais os impactos sócio-econômicos gerados pelo crescimento do turismo de negócios na cidade de natal. Para isso, devemos identificar as estratégias de gestão utilizadas pelos gestores para o controle dos impactos causados pelo crescimento do turismo de negócios em Natal bem como as principais oportunidades e ameaças para o setor; identificar os atrativos de investimentos para o setor para então, demonstrar a necessidade ou não de maiores investimentos para o setor.

(METODOLOGIA) A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva e ainda utilizou o método de estudo de caso, onde foram realizadas entrevistas estruturadas e focadas com os cinco (5) gestores do hotéis da via costeira de Natal, por isso a mesma é censitária, além de ser um estudo bibliográfico fundamentado em artigos e livros especializados. Após o tratamento dos dados por meio de editor de texto como o Word e planilhas como o Excel, passou-se a análise dos resultados por meio do uso de uma abordagem qualitativa.

(RESULTADOS) Diversas oportunidades foram observadas para o setor do turismo de negócios em Natal, dentre elas, a pesquisa mostrou que os hóspedes voltados para negócios e eventos possuem um maior poder aquisitivo se comparados aos voltados para o turismo de lazer, além disso, a ocupação no período de baixa estação reduz a perda capital dos que se beneficiam do turismo. O turismo de negócios e eventos pode trazer diversos impactos positivos ou negativos para uma região. Dentre estes impactos que podem ser observados, os gestores que participaram da pesquisa citam com maior frequência que Os principais impactos percebidos pelos hotéis são: o aumento da taxa de ocupação dos leitos dos hotéis, a necessidade de se aumentar o número de colaboradores (quadro de funcionários) e uma maior preocupação por parte do setor para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Por outro lado, alguns impactos são sentidos por toda a comunidade, como o aumento dos preços dos produtos nas áreas de ocupação turística, crescimento da prostituição e tráfico de drogas etc.

(CONCLUSÃO) Assim, pôde-se perceber que o turismo de negócios pode ser uma boa oportunidade de investimento para o desenvolvimento da cidade, mas é necessário que haja uma melhoria na infra-estrutura e na qualidade dos serviços prestados para que Natal torne-se mais atraente a esse público. Para isso ser possível, é preciso haver uma ação conjunta entre as empresas privadas e o governo minimizando assim os impactos negativos e maximizando os impactos positivos deixados pelo turismo de negócios.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ANÁLISE DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS EMPREGADOS PARA AVALIAÇÃO E ASSESSORAMENTO DA REDE DE LOTERIAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Itamoary de Jesus Barros Neto: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O estudo em questão se propõe a avaliar os Sistemas de Informações Gerenciais (SIGs) utilizados pela Caixa Econômica Federal para a avaliação e acompanhamento da rede de atendimento parceira do banco no Rio Grande do Norte, atualmente essa rede conta com mais de 350 estabelecimentos divididos entre Loterias e Correspondentes Caixa Aqui, que possuem participação significativa nos negócios desenvolvidos pela instituição no estado, seja através da comercialização de jogos lotéricos, pagamento de benefícios sociais ou pela prestação de serviços bancários. Para tanto, o estudo busca identificar os pontos positivos e a melhorar nos SIGs adotados pela Caixa, avalia a usabilidade dos sistemas e procura mensurar o grau de satisfação dos usuários desses softwares.

(METODOLOGIA) Quanto à metodologia empregada, trata-se de uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório, cujos procedimentos técnicos empregados para a obtenção de dados são pesquisas bibliográficas e o estudo de caso. A pesquisa é censitária e os dados dos entrevistados foram coletados por meio de questionário composto de perguntas abertas e fechadas destinados aos 6 membros da equipe da gerência de Canais / Atendimento da Superintendência Regional da Caixa Econômica no Rio Grande do Norte, responsável pela gestão da rede de atendimento parceira do banco.

(RESULTADOS) Constatou-se que a implantação dos SIGs para a gestão da rede parceira é recente, pois mais de 67% dos entrevistados disseram atuar na gerência há até 4 anos e todos afirmaram que quando assumiram suas respectivas funções não havia suporte desses sistemas para o apoio a tomada de decisões gerenciais. Verifica-se também uma grande quantidade de sistemas utilizados pela gerência e, no entanto, apenas 33% dos entrevistados disseram ter recebido treinamento prévio para a utilização dos mesmos e todos foram unânimes ao afirmarem que não há integração entre os sistemas e a maioria considera que há redundância de informação entre os sistemas. Em relação à qualidade das informações fornecidas pelos sistemas percebeu-se que os usuários estão ligeiramente insatisfeitos, já em no que diz respeito a usabilidade dos sistemas, ficou evidente que os softwares estão adequados as necessidades dos usuários.

(CONCLUSÃO) Por fim, pôde-se concluir que de modo geral os Sistemas de Informação Gerencial adotados pela Caixa para avaliação e acompanhamento da rede parceira, atendem de modo satisfatório às necessidades de seus usuários e também, de acordo com os mesmos, contribuiu positivamente para a melhoria dos resultados da gerência de Canais / Atendimento no Rio Grande do Norte. Por outro lado, os principais problemas verificados referem-se à falta de integração entre esses sistemas, gerando redundância de conteúdo e alguns pequenos problemas de confiabilidade nas informações que devem ser sanados de modo a propiciar segurança aos gestores para que possam exercer suas atividades de modo eficaz e assegurar a Caixa a qualidade no atendimento ao canal parceiro e competitividade frente aos seus concorrentes, possível, dentre outros fatores, através da gestão eficaz da tecnologia da informação na empresa.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

COMUNICAÇÃO INTERNA DOS FUNCIONÁRIOS NO DIA-A-DIA DA TRANSPORTADORA MARCAN

Autor(es):

Maria Carolina Queiroz Tassi: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A prestação de serviço na área de transporte de funcionários em Pernambuco vem crescendo ano após ano junto ao desenvolvimento do Estado. Nos últimos anos, com a chegada do Pólo Petro-químico em Suápe/PE esse desenvolvimento teve um grande impulso, fora, outras grandes obras que estão em fase de instalação no Estado e a tendência é de crescimento. O setor de serviços é responsável por 59,6% do Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco. Nesse segmento, os setores que mais crescem são o varejo e a logística, sendo que a posição geográfica do estado favorece a última. Pernambuco foi o décimo estado que mais contribuiu com o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Tendo em vista o crescimento do setor de serviço, ressalta-se que para se estabelecer, a empresa deve se organizar e se preparar para a chegada das oportunidades estando assim num nível bom de competitividade. A comunicação dentro de uma empresa de prestação de serviço de transporte na área de fretamento é muito importante, pois é o resultado de um bom desenvolvimento de todo um trabalho de base que vem por ventura sendo desenvolvido. Quando se trata da comunicação externa fala-se do eixo empresa versus cliente, onde o atendimento ao cliente deve ser muito bem direcionado para que não haja falhas na parte operacional. Já a comunicação Interna tem uma função importante, no sentido de fazer circular as informações novas, promover o debate e a interação entre os vários segmentos da organização e, sobretudo, capacitar os funcionários para os novos desafios. O presente trabalho tem como objetivo Avaliar a eficácia da comunicação empresarial entre os setores da Transportadora Marcan.

(METODOLOGIA) Diante dos questionamentos levantados a respeito dos problemas de comunicação interna da Transportadora em estudo, foram coletadas informações do perfil dos funcionários e dos meios de comunicação utilizados entre os setores da empresa e os clientes. Trata-se de uma pesquisa exploratória em forma de estudo de caso, sendo seu caráter quantitativo e qualitativo. Foram aplicados questionários de pesquisa entre quarenta e seis colaboradores, distribuídos entre os setores administrativo, manutenção, operação e diretoria. Os dados coletados foram analisados com base na teoria estudada, confrontando o que os teóricos apresentam com o que a empresa pratica. Contudo o que apresenta-se aqui são resultados parciais.

(RESULTADOS) Foi constatado que os meios de comunicação mais utilizados pela empresa são telefone, seguido por face a face, observa-se o destaque do telefone como meio de comunicação predominante nas áreas administrativa e operacional, setores onde a comunicação com pessoas que estão fora da empresa é rotineira e de extrema importância. Segmentando a análise dos dados por setores na empresa, obteve-se que no setor da manutenção o face a face é o meio de comunicação mais usado, já no setor administrativo, os entrevistados dizem que preferem usar o email, pois formaliza as informações, opinião também adotada pela diretoria da empresa. O setor operacional utiliza-se muito do telefone devido ao grande número de motorista operando em rotas externas.

(CONCLUSÃO) No que se refere aos canais de comunicação mais utilizados em cada setor, a pesquisa revelou que o telefone teve maior adesão. A informalidade no tramite da informação sugere-se o uso da intranet como meio de comunicação para formalizar as ações.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NATAL: UM ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VIA DEMANDA JUDICIAL NO ANO DE 2008.

Autor(es):

Tarcísio José Miranda de Galisa: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

Karina de Oliveira Costa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O cidadão consciente dos serviços garantidos constitucionalmente a serem prestados pelo SUS, através da Constituição Federal de 1998 em seu Artigo 196, em especial pela Assistência Farmacêutica passou a cobrar com maior rigor a disponibilização de medicamentos que necessita para prevenir, tratar e curar suas enfermidades, a serem disponibilizados pelas esferas de governo, seja de competência Municipal, Estadual ou Federal, fornecidas pelo elenco da Assistência Farmacêutica. Foi definida a identificação do perfil do usuário que adquire esses medicamentos, feita através da identificação da necessidade de um recadastramento; Verificar o investimento financeiro realizado para atender as liminares judiciais; através da obtenção de informações com relação a preços de medicamentos solicitados por cada usuário, definindo o investimento em cada um deles pelo período de recebimento. Analisar a evolução de solicitações de medicamentos de 2004 a 2008, estabelecendo uma análise numérica de liminares durante esse período. Diante da situação percebe-se que vários fatores causam a procura pelos mandados judiciais como má distribuição dos medicamentos nos postos de saúde, condições inadequadas de armazenamento com conseqüentes perdas de medicamentos, falta desses insumos, problemas burocráticos como recusa por parte dos gestores responsáveis pelo fornecimento de medicamentos em desacordo com a consonância dos protocolos vigentes do Ministério da Saúde, medicamento não padronizado e medicamentos não disponíveis no mercado nacional, normalmente com elevado custo de tratamento. Diante desse contexto surge o seguinte problema: Quais os motivos pelo qual se requisita medicamentos através de mandados judiciais, e quais possíveis falhas no processo de programação, gerenciamento e dispensação geram falta desses insumos?

(METODOLOGIA) O presente trabalho propõe a verificar e traçar o perfil dos usuários de medicamentos através de ação judicial e conseqüentemente os gastos ocasionados, identificando também os principais medicamentos solicitados, objetivando o conhecimento e compreensão do tema proposto, que busca avaliar a eficácia da Gestão Farmacêutica no que se diz respeito aos medicamentos adquiridos através de mandados judiciais. Classificando-se por ser uma pesquisa descritiva, exploratória e um estudo de caso, caracterizando-se por utilizar dados primários e secundários em coleta de dados quantitativas, com relação análise financeira dos investimentos com medicamentos e análise da quantidade de usuários que adquirem esses medicamentos e qualitativa por meio de entrevista aos gestores responsáveis pelas tomadas de decisões no Setor de Assistência Farmacêutica.

(RESULTADOS) Com o início da coleta de dados verificou-se a necessidade de promover um recadastramento dos usuários de medicamentos através de liminares judiciais, pela necessidade de adquirir informações que traçassem o perfil do usuário solicitante, no qual ocorreu a obtenção de informações suficientes para esse diagnóstico. Já com relação a valores de medicamentos, houve uma análise de preços de medicamentos, já existe no setor responsável, correspondente a cada usuário, com diferentes patologias, definindo valores totais e o impacto que esse investimento acarreta a Secretaria Municipal de Saúde, ainda com relação aos usuários foi definido o numero de solicitações no período de 2004 a 2008, analisando a evolução dessas solicitações nesse período.

(CONCLUSÃO) Através desse estudo foi constatado que os Órgãos Públicos responsáveis pela Saúde no Estado, devem se conscientizar da necessidade de reverter os procedimentos de acesso aos medicamentos e promover um controle financeiro através de um planejamento estratégico específico em relação a esses custos, já que não são previstos no orçamento anual devido a sua imprevisibilidade de solicitações anuais e também de acordo com o tipo de patologia a que será fornecido o medicamento, acarretando o uso dos mesmos com bastante variação de preços.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

SUGESTÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA EM MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA OCUPACIONAL NA CBTU-NATAL (COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS)

Autor(es):

Luciana de Melo Barreto: Discente do Curso de Administração da FARN

Orientador(es):

José Padilha Chrispim Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Os acidentes nos locais de trabalho, pelo fato de que o ambiente oferece riscos naturais a saúde e ao bem estar de certos profissionais, também deve ser citada a má educação dos funcionários ou das empresas quanto ao uso dos equipamentos de proteção, onde muitas vezes as empresas não recrutam seus colaboradores quanto ao uso corretos destes equipamentos, onde também existem outros agentes envolvidos que explicam os acidentes de trabalho. Através destes dados e das informações que estes acidentes e dos incidentes e das doenças ocupacionais que são fontes de informações que devem ser aproveitadas para o aprimoramento das atividades preventivas, essas ocorrências fornecem duas vertentes de informações: os números que indicam a frequência e a gravidade das ocorrências para fins de avaliação de desempenho das práticas preventivas, e as causas diretas e indiretas das ocorrências que devem ser bem exploradas com subsídio para aprimoramento das atividades preventivas, essas informações não podem ser desperdiçadas. É necessário que a política determine a extensão das investigações a serem feitas, nessas ocorrências, para o melhor aproveitamento da experiência que elas sempre proporcionam. Pois através destas informações, é necessário que as empresas implantem programas que integrem os sistemas de meio ambiente e de Saúde e Segurança no trabalho, onde através desta integração esses setores possam acompanhar todas as ocorrências e os incidentes de trabalho, que serão investigadas e apuradas as suas causas e suas conseqüências, a fim de se tomarem medidas corretivas ou preventivas para cada caso. Por isso que este programa não só envolverem profissionais da área, mas a empresa de um modo geral, pois como o envolvimento de todos os setores, a empresa não só delega tarefas, mas não sobrecarrega a implantação que será adotada, por isso deve haver o envolvimento de todos como agentes reguladoras e fiscalizadores para um bom desenvolvimento desta integração.

(METODOLOGIA) A metodologia quanto a sua natureza e uma pesquisa aplicada, do ponto de vista da abordagem do problema e uma pesquisa quantitativa, quanto aos objetivos e uma pesquisa de caráter exploratório. No que diz respeito a área de abrangência a CBTU será a amostra desta pesquisa, já o universo será a análise dos acidentes de trabalho. Os instrumentos de coleta de dados foram uma entrevista realizada com os representantes das áreas de Meio ambiente e Segurança e Saúde no trabalho como também uma análise documental destas áreas. Já a análise dos dados obedece aos critérios do modelo apresentado pela biblioteca Chapel Hill da Universidade da Carolina do Norte.

(RESULTADOS) Resultados parciais- Foi realizada uma análise parcial em alguns documentos da área ambiental e segurança do trabalho e uma entrevista com os responsáveis por ambas as áreas. Com o intuito de identificar e observar se a empresa tem condições conquistar as certificações ISO 14 001 e OSHAS 18 001 e partir destas análises sugerir um sistema integrado da área ambiental e segurança do trabalho.

(CONCLUSÃO) O sistema integrado permite a compreensão da empresa como um todo, desta forma este sistema pode ser aplicado na integração das áreas ambientais e segurança do trabalho, pois através desta integração a empresa poderá conseguir a certificação ISO 14 001 e OSHAS 18 001

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

REDEFINIR O SISTEMA DE GESTÃO ESTOQUES PARA A INDÚSTRIA DOCES POTENGI LTDA.

Autor(es):

Bianor Marinho Neto: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Fabrcia Abrantes Figueiredo da Rocha

Instituição de Ensino: FARN

Marco Antonio Fontoura de Albuquerque

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) Hoje em dia, percebe-se que diversas empresas vêm tentando diminuir seus custos em todas as suas operações logísticas, o estoque é a operações que esta sendo apresentada e precisa ser bem trabalhada para que a empresa possa obter resultados positivos, dedicando uma atenção especial a esse sistema de gestão, A pesquisa feita consiste em redefinir o sistema de gestão estoques para a Indústria de Doces Potengi. Na indústria foi observado que não existem controles minuciosos, conhecimentos ou dados concretos a respeito de seus estoques, armazenagem e distribuição. Porém a empresa não possui nenhum dimensionamento dos seus níveis de estoque o que levou a pesquisa a ser direcionada para esse seguimento.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) Realizou-se um estudo de caso de natureza descritiva, foi utilizado como instrumento de coleta de dados: entrevistas, observação direta, pesquisas teóricas. Para análise dos dados, serão analisados e serão formulados modelos a partir dos apresentados em Dias (1993), e elaboradas planilhas em Excel, demonstrando as evoluções de consumo.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) Constatou-se com base nos dados obtidos que, a empresa precisa trabalhar o controle de estoque, para que possa reduzir o custo com mercadorias que estão paradas no estoque no momento o valor dos produtos estocados faz com que a empresa obtenha um capital preso no estoque será necessário para que a industria possa controlar o estoque, Redefinir o sistema de gestão estoques e para isso é preciso: Levantar o estoque circulante, identificando sua evolução de consumo. Levantar o estoque circulante, Definir modelo de dimensionamento dos níveis de estoque, Avaliar sistema de controle de estoque.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) A pesquisa realizada possibilitou concluir que: com o levantamento dos dados precisos e a utilização de métodos específicos para desenvolver o sistema de controle de estoque, a pesquisa tem a finalidade de desenvolver um sistema que poderá ser implantado na indústria. O sistema servira para que a indústria passe a fazer o controle dos níveis de estoque, o mesmo precisa ser desenvolvido de acordo com as necessidades da empresa sem que fuja da sua realidade, pois só assim ao ser colocado em pratica podemos esperar que a indústria passe a obter o controle do fluxo de mercadorias em seu estoque.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE MERCHANDISING UTILIZADAS NA LOJA RIO CENTER MEGASTORE

Autor(es):

Gabriela Carvalho Raimundi: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Franklin Marcolino de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com a concorrência no mercado varejista se tornando cada vez mais acirrada, torna-se imprescindível para as empresas que querem se manter e se destacar no mercado, pesquisar, identificar, e conhecer as reais necessidades e desejos dos consumidores, percebendo a importância do merchandising, utilizando as melhores técnicas para chamar a atenção do cliente e estimulá-lo à compra. Com isso, ao expor e apresentar os produtos de modo destacado em um ponto-de-venda, a empresa pode estar certa de que é dada ao consumidor real oportunidade de comprá-los. Desta forma o objetivo do trabalho é analisar as estratégias de merchandising utilizadas pela loja Rio Center Megastore e identificar todas as ferramentas, técnicas e tipos de exposições utilizadas pela loja, relacionando também o merchandising a outras técnicas e ações.

(METODOLOGIA) O projeto baseia-se em Estudo de Caso, pois procura apresentar características de um estudo das estratégias de merchandising e como elas são aplicadas dentro da empresa Rio Center. A busca de informações realizadas para o desenvolvimento deste trabalho foi proporcionada através da pesquisa bibliográfica com a ajuda de livros, através de um estudo descritivo apresentando esclarecimento sobre o assunto, o método exploratório, buscando uma maior familiaridade com o tema, e uma análise qualitativa. Como instrumento de coleta de dados, foi feita uma entrevista com gerente, observação e análise pessoal.

(RESULTADOS) Através da entrevista e observação realizada, pode-se observar que a Megastore é uma empresa que sabe da sua importância no mercado e da necessidade de cada vez mais estar investindo em técnicas para manter clientes já existentes e conquistar os novos. A loja hoje está em fase de mudanças e tem investido em uma grande ferramenta para influenciar e estimular o desejo de compra dos consumidores, que é de se trabalhar as marcas de nome, que hoje já tomam conta de quase toda a loja. Dentre as principais ferramentas de merchandising utilizadas pela Rio Center Megastore para trabalhar essas marcas e atrair o consumidor mantendo-o por um maior espaço de tempo dentro dela, destacam-se o layout da loja, que é bem amplo, sendo de fluxo livre, e com os setores divididos em corners, o que facilita o trajeto do cliente dentro da loja e, a considerada mais importante ferramenta de merchandising utilizada, é a correta e estratégica exposição dos produtos em equipamentos e expositores modernos, que facilitam o contato do cliente com a mercadoria, criando uma atmosfera positiva e estimulante para a decisão de compra. A empresa investe muito nas estratégias de merchandising para criar um clima favorável à compra e expor o produto de forma bem estratégica, utilizando-se de muitos equipamentos como prateleiras, mesas de valorização, balcões, araras, decorações modernas, precificadores, cores estimulantes e outras ferramentas, sempre atentando para a estratégia de cross-merchandising, bastante presente em quase todos os departamentos da loja.

(CONCLUSÃO) De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, pode-se concluir que a Rio Center Megastore utiliza de forma eficiente as estratégias de merchandising como forma de manter-se no mercado sendo um dos líderes em seu segmento no Estado e principalmente, como forma de atrair clientes para dentro da loja, mexendo com suas emoções e sentimentos, estimulando a venda sem palavras, por impulso..Uma recomendação a fazer seria dar uma importância maior em relação à utilização do merchandising em alguns setores secundários como o de cama e mesa, utilitários, presentes e setor de música, que não seguem uma organização planejada de acordo com estratégias de merchandising, e incluir outras técnicas de merchandising ainda não presentes na empresa como forma de completar esse clima de conquista para o cliente, incluindo estratégias com aroma e som ambiente, Tv nos caixas e outras.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Administração

MARKETING ESPORTIVO: UM ESTUDO DE CASO NA SELEÇÃO DE BASQUETE NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Arthur Yves Santiago de Lima: Discente do Curso de Administração com Habilitação em Marketing da FARN

Orientador(es):

Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) A história do marketing esportivo remota o tempo da antiguidade clássica romana, quando os césores, ou imperadores promoviam suas administrações através de grandes eventos em estádios, como o Coliseu de Roma. Desta forma, o marketing esportivo teve o surgimento na Itália, em 1952 e no Brasil, no final da década de 70, tendo o vôlei como esporte precursor. Nos últimos anos, o marketing esportivo no Brasil cresceu 12,34%. Atualmente, essa indústria do marketing esportivo gera cerca de 300 mil empregos no país. No basquete brasileiro, a empresa de marketing esportivo Sportlink foi contratada para ajudar na reformulação da Liga Nacional, fechando contratos com a Globosat, Reebok, Unisys e com a Caixa Econômica Federal que passou a ser patrocinador exclusivo. No Rio Grande do Norte, percebe-se que alguns esportes estão esquecidos pela mídia e, conseqüentemente, pelo público, dentre eles está o basquete, que está em “queda livre”, com pouca divulgação por parte da TV e da federação norte-rio-grandense de basquete. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar as estratégias de marketing esportivo utilizadas pela equipe da seleção de basquete do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) A metodologia aplicada foi exploratória e descritiva, através de um estudo de caso. Para obter as informações, foi aplicado um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, composto por 34 questões. A amostra envolveu 16,6% do universo em estudo. Para o tratamento dos dados foi utilizado o software Excel.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) Quanto ao perfil dos entrevistados, constatou-se que a maioria é jovem, do sexo masculino, solteiro, com idade predominante até 18 anos, sendo estudante do ensino médio e com renda familiar concentrada na faixa de R\$2.500,00 a R\$5.000,00. Em relação às estratégias utilizadas pela seleção, os respondentes informaram que o ônibus é o meio de transporte utilizado para ir aos treinos, preferencialmente nos dias de segunda, quarta e sexta-feira; participam de campeonatos, sendo essa oportunidade para trocar idéias e reencontrar os amigos de outras equipes; e, enfatizam a escassez de recursos financeiros para o patrocínio da equipe.

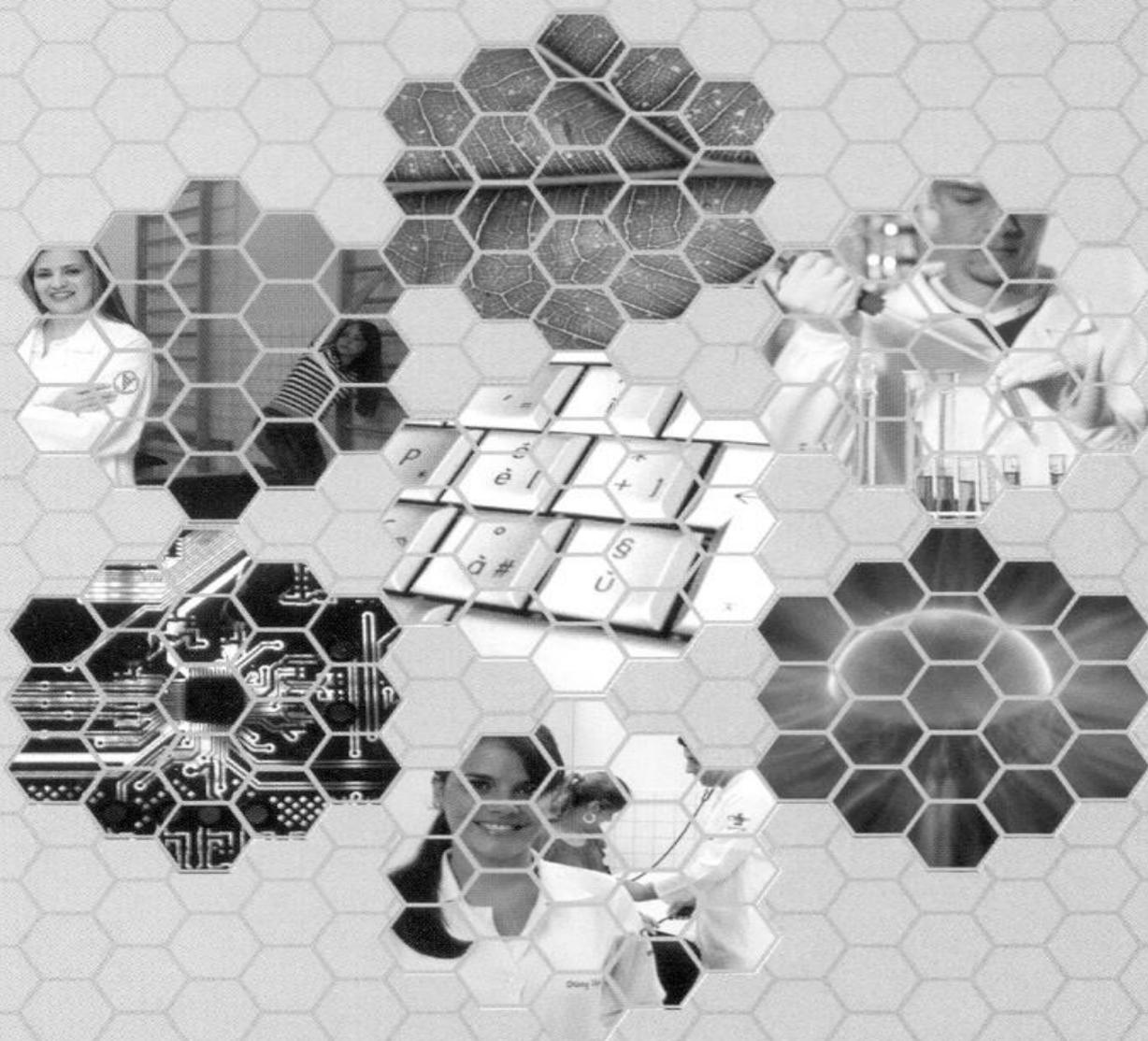
(CONCLUSÃO) (CONCLUSÕES) O basquete do Rio Grande do Norte está com dificuldades, não utiliza estratégias de marketing esportivo e não recebe qualquer tipo de incentivo financeiro para a equipe. Ações promocionais e campanhas de captação de sócios e simpatizantes do basquete são estratégias de marketing esportivo que podem ser adotadas pela equipe, visando fortalecer a imagem institucional e conquistar patrocinadores para a seleção de basquete do Rio Grande do Norte.

IX NIC

Congresso de Iniciação Científica
12 a 14 de novembro de 2009

FARN

FARN: 10 ANOS DE ENSINO E PESQUISA A SERVIÇO DA SOCIEDADE



CONTABILIDADE

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

SUGESTÃO DE IMPLANTAÇÃO DO MÉTODO ABC PARA FINS GERENCIAIS EM UMA EMPRESA DE SERVIÇO.

Autor(es):

Renan dos Santos Toledo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN
Rinaldo Medeiros Alves de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O custeio baseado em atividades ou popularmente chamado de método ABC, consiste na atribuição dos custos às atividades em seguida a distribuição dos mesmos aos produtos ou serviços. Um ponto importante deste método é que, como sua utilização exige um controle minucioso sobre as atividades, possibilita a observação de qualquer irregularidade e permite que sejam feitas as correções adequadas, o fundamento básico desse sistema é identificar precisamente o agente causador do custo para que lhe seja empregado o devido valor as atividades. Geralmente os salões de beleza são empreendimentos que possuem poucos recursos de controle para os custos de suas atividades, seja direta ou indiretamente, tendo como prioridade o investimento na qualidade dos serviços e sofisticação do ambiente de trabalho, o que exige mais insumos logo maiores gastos.

(METODOLOGIA) A procura nos últimos anos por serviços de beleza e a grande quantidade de insumos utilizados nos salões de beleza para a retenção de clientes através da satisfação do serviço prestado, demonstrou a necessidade e oportunidade de mapear os custos de uma empresa deste seguimento, encontrando e analisando seus custos através do método ABC, buscando encontrar a verdadeira situação operacional da maioria destas empresas. O método de pesquisa adotado é reconhecido na literatura como estudo de caso que, segundo Cervo e Bervian (1996), é um meio de acesso que permite descobrir a realidade dos fatos mediante a inteligência e a reflexão. Por meio da elaboração de questionários, foi possível coletar as informações necessárias à elaboração desta pesquisa. Segundo Cervo e Bervian (1996), o questionário é a forma mais eficiente para coletar dados, possibilitando encontrar com melhor exatidão as questões analisadas.

(RESULTADOS) O alto percentual do custos diretos, favorecem a empresa, levando em consideração que o aumento da produtividade terá como contra partida a diminuição do custos diretos por serviço de forma proporcional. Podemos ainda analisar que a cada serviço prestado, a empresa obterá um aumento no seu resultado, para isto, utilizaremos a sugestão da utilização do serviço de marketing oferecendo descontos em dias de menor movimento, aumente positivamente a margem de contribuição para cada serviço prestado pela empresa.

(CONCLUSÃO) Podemos identificar uma dificuldade para o rastreamento dos custos do salão já que cada serviço oferecido pela empresa utilizam atividades específicas consumindo insumos distintos, aumentando a necessidade de tempo e investimento para um estudo mais aprofundado e criterioso, porém não se deixou de atingir o objetivo do trabalho, de exemplificar a sugestão de implantação do método ABC para uma empresa de serviço como o salão de beleza. Criando critério de rateio para as diversas atividades que variaram bruscamente de serviço para serviço, estes critérios foram muito estudados, para que a gerencia possa utilizar como fundamento para a tomada de decisões, opção por continuar a prestar um serviço pouco rentável, elaborar artifícios de marketing mais eficientes atingindo os objetivos específicos da empresa, cortar alguns custos com menor importância para o estabelecimento sem afetar negativamente a qualidade na prestação do serviço.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A DENGUE E O SEU IMPACTO FINANCEIRO NOS COFRES DO MUNICÍPIO DA CIDADE DO NATAL/RN

Autor(es):

Laudemar Bezerra dos Santos: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Carlos Antônio de Lima Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A dengue tem se destacado entre as enfermidades reemergentes a ponto de ser considerada a mais importante das doenças virais. A doença é transmitida por mosquitos do gênero *Aedes*, sendo o *Aedes aegypti* seu principal vetor, podendo ser encontrado principalmente no meio urbano colonizado em depósitos de armazenamento de água e pequenas coleções temporárias conhecidos por criadouros. O presente estudo tem por objetivo analisar o custeio da prevenção e educação das pessoas decorrente do combate à dengue, junto aos cofres municipais da cidade do Natal.

(METODOLOGIA) No que tange à metodologia optou-se por realizar uma pesquisa documental de caráter explicativo da Secretaria Municipal de Saúde. Priorizou-se informações sobre os gastos gerados nos últimos 5 anos com o combate à endemia.

(RESULTADOS) Mediante dados colhidos na Secretaria Municipal de Saúde, chegou-se aos números relativos aos gastos com os agentes de saúde no período de 2004 a 2008, tendo em vista detalhado por ano para uma evidência para ter como base monetária o seu impacto financeiro para os cofres municipais de cidade. Tendo os valores especificados, tem-se como base dados anuais. Em 2004, ocorreu um gasto de R\$ 7.345.846,33, e teve um pequeno declínio de gastos em 2005, sendo R\$ 6.496.852,55, e em 2006, ocorreu um acréscimo significativo de R\$ 7.632.688,09, no ano de 2007 ocorreu um grande acréscimo significativo de R\$ 8.767.844,19, e em 2008, ocorreu um gasto de significância equiparada ao ano anteposto de R\$ 8.897.776,72. No que se refere aos gastos referenciados, ocorreu de forma geral um investimento por parte do poder público com o objetivo maior de combater e educar a sociedade de um caos que é a dengue.. Tem-se de certa forma a observação que foram gastos R\$ 39.141.007,48. Tais dados, fornecidos pelo órgão detentor de tal informação, busca estudar, planejar e executar com seus profissionais os parâmetros legais de estratégias para diminuir tal endemia que nos dias de hoje é uma grande praga que se desenvolve entre 5 a 8 dias para sua completa metamorfose. Daí então busca-se de forma aplausível a definição de caminhos capazes em denotar providências com objetivo de solução de causa para o meio social em vigência.

(CONCLUSÃO) A partir dos resultados alcançados, verificou-se que os gastos ocorridos nos últimos 5 anos foi na realidade de suma importância para a manutenção da dengue como uma grave doença viril que assola todo o país fazendo vítimas fatais e de maneira sutil podendo até de forma menos ofensiva prejudicando a sociedade de outras maneiras como, por exemplo: causando desgaste físico, perda do trabalho e transtornos sociais os mais variados possíveis.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

UMA ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NA GESTÃO DOS HOTÉIS NA CIDADE DO NATAL

Autor(es):

Verônica Rodrigues da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Contabilidade é a ciência que estuda, interpreta e registra bens, direitos e obrigações do patrimônio da empresa. Desde os primórdios já existiam sinais de transações financeiras, mas somente na Itália que originou o sistema de partidas dobradas, que é utilizado até hoje na área contábil. (Van Brenda; Hendriksen 1999). A Contabilidade segue a Lei das S/A, 6.404/76, por isso que é uma Lei muito importante para esta área profissional, mas em 28 de Dezembro de 2007, foi sancionada a Lei 11.638/07, que vale salientar que ocorreram modificações muito importantes e entrando em vigor logo em seguida, no dia 01 de Janeiro de 2008. E ainda durante o ano de 2008, adicionaram a Medida Provisória n. 449/08, em 03 de Dezembro de 2008. A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é uma tendência internacional que originou no Canadá, esta demonstração vem com o intuito de substituir a DOAR. E, além disso, para efeito de transparência e complementação as escriturações, ampliam - se com a Demonstração de Fluxo de Caixa. Observamos que a Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, como é avaliada nas Normas Brasileiras de Contabilidade, as informações dos fluxos de caixa de uma instituição são úteis para proporcionar e acrescentar nas demonstrações contábeis com uma base para avaliar a capacidade de gerar caixa ou distinguir liquidez. A DFC contém dois modelos, apresentam-se com o modelo direto e o indireto, subdivididos em atividades operacionais, de investimento e financiamento. No objetivo geral, analisamos o conhecimento dos gestores e a aplicação do fluxo de caixa nos hotéis da cidade do Natal e nos objetivos específicos podemos mencionar o conhecimento e a visão dos empresários a respeito da Demonstração de Fluxo de Caixa; observar se a Demonstração de Fluxo de Caixa é praticada nas tomadas de decisões; e, além disso, expor como é elaborado e executado o relatório interno de fluxo de caixa.

(METODOLOGIA) O trabalho contém um estudo de uma pesquisa bibliográfica, campo e aplicação de questionário. Elaborado um questionário com doze perguntas abertas e fechadas, direcionadas a gerentes ou setor contábil dos hotéis e praticadas em dez hotéis da cidade do Natal.

(RESULTADOS) Os resultados encontrados são satisfatórios, porque os hotéis pesquisados contém pessoas aptas e com experiência no setor contábil, as tomadas de decisões são efetuadas por indicadores contábeis, inclusive a DFC. Os questionários foram executados por e-mail e também pessoalmente em cada hotel.

(CONCLUSÃO) Em todos os hotéis visitados, existe o setor financeiro e contábil no próprio hotel, assim tornando mais fácil o conhecimento e adaptação com as novas mudanças das leis, até porque a grande parte dos hotéis são de médio porte, por isso já praticavam e utilizavam o relatório contábil enfatizado a DFC. Podemos concluir que 90% dos hotéis analisados usam as demonstrações contábeis para tomadas de decisões do mesmo. E ainda recomendamos efetuar esta pesquisa em outros setores para saber o conhecimento dos gestores e se realmente utilizam os imprescindíveis e importantes relatórios contábeis, como a DFC, pois esclarece, auxilia como um todo, e começa a visualizar a saúde financeira, para as empresas independente do porte e da atividade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A RELEVÂNCIA DA AUDITORIA COMO FORMA DE CONTROLE E GERENCIAMENTO NO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO EMPÍRICO NA ENTIDADE EDUCAR

Autor(es):

Talita Nascimento Almeida: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Diante da impossibilidade do Estado em atender as necessidades sociais, surgiu o Terceiro Setor, composto por entidades sem fins lucrativos não governamentais, formada por pessoas e recursos, organizada e de existência própria, que tem como objetivo de gerar serviços de caráter coletivo. Embora não objetivem o lucro, tais entidades movimentam recursos, advindos de entes públicos por meio de subvenções ou doações e entes privados, os quais por sua vez são escassos e precisam ser bem gerenciados de modo a maximizar o serviço prestado. No Brasil, ainda são embrionárias as pesquisas e publicações sobre como estas entidades sem fins lucrativos devem proceder, esta ausência de subsídios científicos faz com que muitas entidades com finalidade e objetivos idênticos adotem procedimentos distintos ou até mesmo errôneos. A auditoria tendo como um de seus principais instrumentos, o controle interno, que auxilia um melhor gerenciamento, com o decorrer do tempo está passando a ser focada pelo Terceiro Setor como um instrumento capaz de contribuir para o melhor aproveitamento dos recursos por seus gestores, além de dar credibilidade à entidade através da clareza de seus atos e demonstrações, mais que ainda é usado de forma embrionária pelos gestores que desconhecem a real finalidade deste instrumento quando implantado nestas entidades. Diante do exposto o objetivo deste trabalho foi de identificar qual a relevância do controle interno para o bom funcionamento da entidade Educar.

(METODOLOGIA) No intuito de alcançar o objetivo proposto, utilizou-se o estudo de caso, de uma entidade do Terceiro Setor, Educar, realizando assim coleta de dados através de questionários de modo a verificar a existência do manual de procedimentos de controle interno na entidade, como também a pesquisa descritiva. E como forma de embasar o resultado deste trabalho, foi utilizada pesquisa bibliográfica.

(RESULTADOS) Conforme pesquisa realizada constatou que a entidade não pratica a utilização do manual de procedimentos de controle interno, conseqüentemente seus colaboradores não têm conhecimento do mesmo, levando a entidade a trabalhar de forma desregulada internamente podendo até vir a refletir isto externamente.

(CONCLUSÃO) Concluiu-se que a proposta da implantação e utilização manual de procedimentos do controle interno mostrado neste trabalho, poderá vir a ser mais útil e eficaz para a entidade, como forma de gerenciar suas atividades internas de forma que a mesma possa maximizar seus recursos e resultados como também na prestação de contas (accountability) para com terceiros, do que o sistema que é utilizado atualmente na entidade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

QUAL A MELHOR FORMA DE TRIBUTAÇÃO FEDERAL APLICADA A UMA EMPRESA ATACADISTA DE ALIMENTOS SEDIADA EM NATAL.

Autor(es):

Jaiana Coutinho de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Joana Darc Medeiros Martins
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com a globalização da economia, tornou-se essencial para realizar algo de forma clara o objetiva no âmbito empresarial, a correta administração do ônus tributário; Pois do faturamento empresarial são destinados em média 33% para pagamento de tributos, do lucro até 34% vão para o governo e da somatória dos custos e despesas, mais da metade do valor é representada pelos tributos (OLIVEIRA, 2009). O alto índice tributário no Brasil, é confirmado pelos mais de 70 diferentes impostos, taxas e contribuições que encontram-se no contexto da carga tributária imposta do contribuinte brasileiro, que segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT é o terceiro maior do mundo e revela também a média das normas editadas por cada empresa é de 3.203, sendo que elas não atuam em todos os estados e municípios, ou seja, cada empresa tem que observar e cumprir 55.767 artigos, 33.374 parágrafos, 23.497 incisos e 9.956 alíneas. Isso corresponde a 5,5 quilômetros de normas. Devido a essa grande quantidade normas as empresas gastam cerca de R\$ 30 bilhões por ano para manter pessoal, sistemas e equipamentos no acompanhamento das modificações da legislação (OLIVEIRA, 2009).

(METODOLOGIA) O presente trabalho de monografia utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Para alcançar os objetivos desse trabalho utilizou-se também o método de pesquisa descritiva. Foi utilizado o estudo de caso e por fim a coleta dos dados será efetuada diretamente na empresa objeto do estudo de caso, onde será coletado livro contábil, fiscal e demonstrações contábeis do exercício de 2008. A análise será feita através de cálculos tomando como base as orientações da legislação vigente. Em seguida será feita uma análise descritiva com o auxílio dos recursos do Microsoft Excel.

(RESULTADOS) A Soma do faturamento de vendas ou de serviços trimestral obtêm-se a receita de vendas ou de serviços que é multiplicada pela alíquota de 8% resultando na base de cálculo do Imposto de Renda que é multiplicado pela alíquota de 15%. No exercício de 2007, procedeu-se ao cálculo do imposto de renda pelo lucro presumido, considerando as receitas brutas dos trimestres relativos aos meses de janeiro a março, de abril a junho, de julho a setembro e de outubro a dezembro. 2007 - Faturamento de Vendas 1º Trimestre $174.038,67 + 122.864,17 + 167.842,64 \times 8\% = R\$ 464.745,48 \times 8\% = R\$ 37.179,64 \times 15\% = R\$ 5.576,95$ 2º Trimestre $114.995,59 + 131.158,64 + 132.971,64 \times 8\% = R\$ 379.125,87 \times 8\% = R\$ 30.330,07 \times 15\% = R\$ 4.549,51$ 3º Trimestre $142.347,48 + 167.573,92 + 135.711,85 \times 8\% = R\$ 445.633,25 \times 8\% = R\$ 35.650,66 \times 15\% = R\$ 5.347,60$ 4º Trimestre $141.792,11 + 159.053,17 + 129.464,46 \times 8\% = R\$ 430.309,74 \times 8\% = R\$ 34.424,78 \times 15\% = R\$ 5.163,71$ Faturamento de Serviços 1º Trimestral $1.883,16 + 1.621,44 + 1.107,00 \times 32\% = R\$ 4.611,60 \times 32\% = R\$ 1.475,71 \times 15\% = R\$ 221,36$ 2º Trimestral $2.342,52 + 1.468,80 + 1.517,40 \times 32\% = R\$ 5.328,72 \times 32\% = R\$ 1.705,19 \times 15\% = R\$ 255,78$ 3º Trimestral $1.775,62 + 2.690,10 + 2.024,00 \times 32\% = R\$ 6.489,72 \times 32\% = R\$ 2.076,71 \times 15\% = R\$ 311,51$ 4º Trimestral $2.363,60 + 1.803,60 + 1.580,76 \times 32\% = R\$ 5.747,96 \times 32\% = R\$ 1.839,35 \times 15\% = R\$ 275,90$ No exercício de 2008, também procedeu-se ao cálculo do imposto de renda pelo lucro presumido, considerando as receitas brutas dos trimestres relativos aos meses de janeiro a março, de abril a junho, de julho a setembro e de outubro a dezembro. 2008 - Faturamento de Vendas 1º Trimestral $148.517,50 + 114.118,25 + 151.238,43 \times 8\% = R\$ 413.874,18 \times 8\% = R\$ 33.109,93 \times 15\% = R\$ 4.966,49$ 2º Trimestral $99.561,11 + 131.433,85 + 144.653,05 \times 8\% = R\$ 375.648,01 \times 8\% = R\$ 30.051,84 \times 15\% = R\$ 4.507,78$ 3º Trimestral $173.283,69 + 140.947,30 + 127.775,38 \times 8\% = R\$ 442.006,37 \times 8\% = R\$ 35.360,51 \times 15\% = R\$ 5.304,08$ 4º Trimestral $151.705,10 + 111.642,23 + 147.827,59 \times 8\% = R\$ 411.174,92 \times 8\% = R\$ 32.893,99 \times 15\% = R\$ 4.934,10$ Faturamento de Serviços 1º Trimestral $798,59 + 1.347,26 + 782,46 \times 32\% = R\$ 2.928,31 \times 32\% = R\$ 937,06 \times 15\% = R\$ 140,60$ 2º Trimestral $1.280,03 + 2.138,40 + 2.174,17 \times 32\% = R\$ 5.592,60 \times 32\% = R\$ 1.789,63 \times 15\% = R\$ 268,44$ 3º Trimestral $2.880,90 + 1.569,15 + 2.005,11 \times 32\% = R\$ 6.455,16 \times 32\% = R\$ 2.065,65 \times 15\% = R\$ 309,85$ 4º Trimestral $2.363,85 + 1.375,65 + 2.321,84 \times 32\% = R\$ 6.061,34 \times 32\% = R\$ 1.939,63 = R\$ 290,94$

(CONCLUSÃO) É notório que as empresas necessitam de um estudo tributário, para dentro da legalidade minimizar os custos tributários, o planejamento tributário deixou de ser preocupação das grandes empresas, sendo necessário também para as micro e pequenas empresas brasileiras.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

O USO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA A TOMADA DE DECISÃO NO PROCESSO PRODUTIVO DO CULTIVO DO MELÃO

Autor(es):

João Paulo Pereira Ferreira da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Contabilidade Rural é um tema ainda pouco conhecido para grande maioria dos profissionais contabilistas. Poucos realmente sabem como se lida com esse vasto ramo da contabilidade. Com isso, há a necessidade de se apresentar mais estudos e trabalhos para que haja um desenvolvimento acadêmico para os profissionais, como também, para as empresas e empresários do ramo rural. Desta forma, as demonstrações contábeis podem se tornar grandes coligadas das empresas se as mesmas souberem utilizá-las da forma correta e como uma aliada para as suas necessidades empresariais, fazendo com que os planejamentos se tornem mais viáveis as suas produções, no caso, a do melão. Portanto, a pesquisa busca alcançar se as demonstrações contábeis podem ser úteis para a tomada de decisão no processo produtivo do cultivo do melão; se a ferramenta gerencial contábil pode ser utilizada para o processo decisório; se a empresa utiliza as demonstrações contábeis para a formação de uma melhor produção e, por fim, se examinar como o cultivo do melão pode ser um processo produtivo viável para uma empresa rural. Com isso, surge a finalidade dessa pesquisa, pois a contabilidade rural ainda é um assunto pouco explorado pelos profissionais da contabilidade e para as empresas ligadas a esse ramo agrícola, portanto, necessita de informações ligadas para enriquecer esse assunto pouco publicado.

(METODOLOGIA) O desenvolvimento da pesquisa se deu através de um estudo de caso numa empresa rural produtora de melão situada no Estado do Rio Grande do Norte. Os processos se sucederam através de pesquisa bibliográfica, explorando livros e pesquisando através de referenciais na internet. Também houve a aplicação de um questionário (perguntas fechadas), onde um representante da empresa respondeu a questões de múltipla escolha. O questionário foi composto por doze quesitos na qual se baseou toda a análise.

(RESULTADOS) Como a pesquisa se procedeu através de um questionário com um representante legal da empresa, pôde ser concluído satisfatório as respostas dadas pelo mesmo, pois através delas, foi desenvolvida toda a análise dos resultados, assim, sendo determinante para a resolução da pesquisa. Com o questionário de múltipla escolha, o representante da empresa mostrou que os relatórios contábeis são de fundamental importância para o desenvolvimento econômico-financeiro da empresa. Assim, ao analisar os resultados, ficou notório que os mesmos mostraram que as demonstrações são úteis no processo de tomada de decisão da empresa, portanto, trazendo benefícios.

(CONCLUSÃO) O trabalho foi concluído e pôde-se avaliar que a pesquisa obteve êxitos, portanto, mostrando que se houver uma maior interação entre a empresa e os relatórios contábeis os mesmos trarão mais resultados significativos. Por fim, pode-se analisar que os objetivos apresentados na pesquisa, foram alcançados. Com isso, mostrando que as demonstrações contábeis podem ser de grande utilidade e uma ferramenta indispensável para uma melhor administração e planejamento e, conseqüentemente, trazer resultados cada vez mais favoráveis a empresa.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

NOTA FISCAL ELETRÔNICA : ESTUDO SOBRE AS VANTAGENS DA IMPLANTAÇÃO PARA AS EMPRESAS NA VISÃO DO CONTRIBUINTE DO ICMS DO ESTADO DO RN.

Autor(es):

Daniel Roberto dos Santos Pereira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Joana Darc Medeiros Martins
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Devido à economia globalizada e o avanço da tecnologia aliado a alta competitividade faz com que as empresas busquem diversificar sua forma de atuação para solucionar as pressões do mercado. A administração tributária, por sua vez, como forma de evitar a sonegação fiscal não pode deixar de acompanhar as mudanças no mercado. Aproveitando essa facilidade na comunicação e novas tecnologias, aliado a necessidade de redução da burocracia e entraves administrativos enfrentados pelos empresários do país, o governo criou o projeto de implantação da Nota Fiscal Eletrônica. (ENAT, 2005) Esse projeto veio com o intuito de reduzir custos e entraves da burocracia, facilitando o cumprimento das obrigações fiscais e o pagamento de impostos e contribuições. Dessa forma, a administração tributária aumenta o controle e a fiscalização por meio de intercâmbio de informações em tempo real das relações comerciais dos contribuintes.

(METODOLOGIA) Nesta monografia foi utilizado o método quantitativo, que segundo Richardson (1980), p.39 "Método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômeno". Esse método caracteriza-se pela quantidade de informações coletadas e pelo tratamento dados as informações como percentual, análise e média. Este trabalho teve como meta fazer também um estudo descritivo que possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas de abrangência da Nota Fiscal eletrônica. Através do questionário aplicado via e-mail em 67 empresas do setor do comércio do Estado do Rio Grande do Norte no período de 18 de agosto a 05 de setembro de 2009.

(RESULTADOS) O Projeto da NF-e mesmo ajudando as empresas a reduzirem seus custos operacionais em alguns aspectos não foi bem aceito entre os contribuintes, onde cerca de apenas 7% das empresas entrevistadas utilizam o novo modelo de emissão de nota fiscal. Essa baixa quantidade de empresas que utilizam esse novo modelo pode ser explicada devido o contribuinte não acreditar que trará benefícios reais para sua empresa.

(CONCLUSÃO) O Projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) instituiu mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo grandes benefícios para os contribuintes e as administrações públicas tributárias. Como a redução de custos de aquisição de papel, redução de erros de escrituração devido a erros de digitação, surgimento de oportunidades de negócios e emprego, aumento na confiabilidade da Nota Fiscal, diminuição da sonegação etc. Dessa forma, uma pequena parte das empresas do Rio Grande do Norte cerca de apenas 3% aderiu ao projeto de forma voluntária. Levando em consideração que a maior parte das empresas potiguares são Microempresas ou Empresas de pequeno porte, os empresários acreditam que o investimento feito para aderir ao projeto não é viáveis na ótica do custo versus benefícios.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS INTERNOS SOBRE AS MUDANÇAS REFLETIDAS NA LEI 11.638/07: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA DE CAPITAL ABERTO NO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Sheyla Peixoto Padre da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Yara Magaly Albano Soares
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A contabilidade vem passando por um momento único em sua história no Brasil e no Mundo. Pois com o advento da Lei nº 11.638/07 e 11491/09, algumas mudanças inerente a globalização vem tomando destaque e facilitando o mercado financeiro brasileiro no contexto internacional e gerencial. Tal exigência é apropriada a todo o cenário econômico que se apresenta dentro da realidade das grandes organizações. A Lei nº 11.638/07 surgiu com o objetivo de trazer inovações para a Contabilidade, onde procurou apresentar informações mais relevantes para o processo empresarial, apresentado primazias voltadas para os princípios contábeis, a essência sobre a forma e a mensuração dos benefícios em função de seus riscos. Diante destas deste cenário, este trabalho tem como principal objetivo verificar a percepção das mudanças na contabilidade promovidas com a Lei nº 11.638/07, através dos usuários internos de uma empresa de capital aberto no Estado do Rio Grande do Norte.

(METODOLOGIA) A metodologia usada neste trabalho apresenta as seguintes classificações e característica: Quanto à natureza é um resumo de assunto, quanto aos objetivos é exploratória e descritiva, os procedimentos se dão por uma pesquisa de campo e quanto ao objeto do trabalho é bibliográfica. Utilizou como ferramenta de coleta de dados, questionários com perguntas fechadas e a análise dos resultados foi fundamentada no acervo bibliográfico constante. Utilizou planilhas eletrônicas e construção de gráficos para visualizar melhor os resultados.

(RESULTADOS) De acordo com a pesquisa realizada em uma empresa de capital aberto do Rio Grande do Norte os usuários internos que utilizam as informações contábeis são os dirigentes, coordenadores de setor, contadores e auxiliares. Inicialmente foi percebido que todos se mostraram atualizados com as alterações das demonstrações. 33% afirmaram que as novas informações geradas passaram a ter mais relevância para a contabilidade gerencial, 33,33% afirmaram que foi para contabilidade financeira e os outros 33,33% para a contabilidade como todo, pois a contabilidade é informação. Perguntado quanto à melhoria da informação e primazia dos princípios, 61% identificaram a publicação da Demonstração do Fluxo de caixa como melhoria da informação e as novas classificações no Balanço Patrimonial como voltadas para os princípios, em consonância com alterações da contabilidade internacional. Já para a Demonstração do Valor Adicionado, informaram que 61% a 80% desta demonstração revelou mais informações para o usuário interno. Quanto à primazia sobre a mensuração dos benefícios e riscos sobre ativos, 61 a 80% revelaram que com o aperfeiçoamento de informações promovidas pelas Leis melhora as expectativas para tomada de decisão em relação a novos investimentos.

(CONCLUSÃO) A contabilidade como informação é ciência em constante desenvolvimento, porém as Leis 11.638/07 e 11.941/09 apontam o grande marco para estas informações serem perpetuadas melhorando expectativa de todos seus usuários, internos e externos. De acordo com a pesquisa os usuários internos, concordam que as principais alterações trouxeram um grande avanço tanto para as informações financeiras, quanto para as gerenciais, pois melhorou a identificação de elementos que identificam desempenho e a riqueza de uma empresa, assim também como seus recursos financeiros são utilizados. A mensuração de ativos também entra como vanguarda da melhoria destas informações. Portanto, os usuários internos aguardam que tais melhorias não se estagnem. Sejam encaminhas perpetuamente para que os recursos financeiros ligados as tomadas de decisão melhorem a cada dia.

A RELEVÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA A ADMINISTRAÇÃO DA FUNPEC

Autor(es):

Edivaldo Batista de Araújo Filho: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As organizações do Terceiro Setor também conhecidas como Organizações Não Governamentais – ONG's ou entidade filantrópica vem adquirindo espaço cada vez mais importante no mundo contemporâneo. O controle interno é importante, pois é um plano de organização em todos os procedimentos coordenados de forma coerente às necessidades do negócio, para proteger e resguardar seus ativos e verificar a exatidão e confiabilidade dos dados. Busca-se, portanto, no presente trabalho estudar a relevância do controle interno para a administração da Funpec. Propõe-se também, com base nos pressupostos teóricos, ressaltar e diferenciar as expressões “controle interno”, “sistema de controle interno” e “auditoria interna”, bem como elencar os objetivos do controle interno, citando suas características e limitações, abordando desde o início da contabilidade até a abordagem sobre auditoria interna e auditoria externa. Como objetivo geral verificou-se a relevância do controle interno para a Administração da FUNPEC, e nos objetivos específicos a identificação dos conceitos básicos sobre controle interno; a identificação do seu relacionamento com a área de Auditoria e Conhecimento sobre funcionamento do controle interno e sua aplicação.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi bibliográfica, descritiva e estudo de caso. O instrumento de coleta de dados foi à aplicação de um questionário na empresa e observação direta do pesquisador, o questionário foi aplicado ao número de funcionários de 20, onde dentre os selecionados estão chefes e vice chefes, que diretamente ou indiretamente estão ligados ao setor administrativo da entidade em estudo.

(RESULTADOS) Portanto ficou evidenciado através dos resultados obtidos com os funcionários entrevistados na empresa que há certa fragilidade no sistema de controle interno da empresa, pois a entidade não faz utilização freqüente de uma norma padrão, nem todos os funcionários conhecem as normas estabelecidas por ela. A empresa trabalha corretamente quanto aos arquivamentos dos atos constitutivos que são arquivados em cartório. A empresa aparentemente não faz uma verificação periódica por parte do setor de auditoria interna, vale ressaltar a importância da empresa em controlar as entradas e saídas de documento, pois isso pode observar que existe na empresa, onde o setor responsável por esta atividade é o protocolo. Possui-se um setor responsável por exercer a função de auditoria interna, mas é interessante que este setor execute o serviço de controle mais frequentemente adotando medidas que venha qualificar o controle interno, a organização até contrata serviço de auditoria externa, portanto é importante que haja certa freqüência quanto a este serviço. Podemos observar com decorrer deste trabalho que os funcionários não consideram tão relevante o papel do controle interno para a administração da FUNPEC, constatou-se um grau normal quanto ao grau deste questionamento.

(CONCLUSÃO) Ao final podemos concluir que o controle interno da empresa é pouco relevante para os funcionários da entidade, de acordo com o todo o comentado, podemos reafirmar que a ausência ou, a não aplicação do controle interno na organização, implicará a curto e médio prazo o risco de aparecerem desvio em suas atividades e, como consequência prejuízos para a empresa. Dando assim uma fundamentação no que tange a relevância dos procedimentos adotados pelo controle interno enfatizado na literatura.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

AUDITORIA DE NATUREZA OPERACIONAL - ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Lara Gomes Galvão Pereira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marise Magaly Queiroz Rocha

Instituição de Ensino: FARN

Thereza Angélica Bezerra de Souza

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Diante da atual estrutura governamental em nosso país, se torna evidente a problemática com relação a ma administração do dinheiro público. A ocorrência de erros e fraudes, e com o não cumprimento de projetos que beneficiam a sociedade, surge a Lei de Responsabilidade Fiscal para que os recursos públicos sejam aplicados com mais seriedade e sem a ocorrência de desvio de verbas. Apoiada pelo Congresso Nacional, visa o acompanhamento da gestão financeira e orçamentária dos administradores públicos, criando limitações referentes aos gastos públicos. Como existe uma imensa diversidade de programas realizadas pelo governo, surge os Tribunais de Contas com a função de auxiliador do congresso nacional, tendo como encargo a fiscalização do controle externo. Uma das atribuições desses Tribunais de Contas, são as auditorias de natureza operacionais, que fiscalizam os programas e projetos realizados pelo governo, com o intuito de esclarecer se essas ações governamentais estão beneficiando e satisfazendo a sociedade como um todo. O principal objetivo desse estudo e avaliar o sistema atual de auditoria operacional executada pelo TCE/RN, bem como seu campo de atuação, verificando se este tribunal dispõem de profissionais capacitados para a realização das auditorias operacionais, analisando se os procedimentos e instrumentos específicos estão sendo utilizados conforme o esperado, como também, identificar os problemas encontrados após a auditoria. Nesse trabalho foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica e informações coletas junto a instituição, onde podemos detectar que nos dias de hoje, o Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, apresenta uma certa carência em relação a realização dessas auditorias, apesar de ter iniciado as atividades dessa auditoria somente em 2008, já existem algumas metas em relação ao número de auditorias a serem realizadas. Com isso ele conta com o apoio do Promoex, que visa a modernização do sistema de controle externo dos Tribunais. Podemos concluir que essa nova fase do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte é de treinamento e adaptação a essa forma de fiscalização em relação aos programas e projetos oferecidos pelo nosso governo, que principalmente visa o melhoramento e beneficiamento da qualidade de vida das pessoas e consequentemente da sociedade.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada nesse trabalho é caracterizada pelo estudo de caso, com fundamentos bibliográficos, no qual será realizada a pesquisa exploratória. Os dados foram coletados em livros, monografias já publicadas e informações obtidas junto ao TCE/RN.

(RESULTADOS) O TCE/RN é um órgão independente de controle externo, vinculado ao Legislativo, que tem atribuição de fiscalizar todas as instituições ligadas ao setor público. De acordo a pesquisa, enfatizamos a importância do trabalho dos TCs, que focaliza a gestão governamental e avalia os resultados auferidos pelos programas do governo à disposição da sociedade. A auditoria de natureza operacional por ser uma atividade nova no Brasil, ainda esta em fase de desenvolvimento. O TCE/RN em específico, apresenta algumas dificuldades em relação a auditoria operacional. Os pontos que deverão ser trabalhados, são: a equipe, que deverá ser treinada e qualificada especificamente para o trabalho de auditoria operacional; o planejamento, a estrutura e os pontos relevantes para a realização dessas auditorias.

(CONCLUSÃO) Podemos perceber que esse trabalho de auditoria operacional, é uma forma de fiscalização recente, realizada hoje, por poucos tribunais no Brasil, que tende a um crescimento considerável, levando em conta o grande número de programas e projetos realizados pelo governo que necessitam ser fiscalizados. Ainda em desenvolvimento, por ter iniciado no Rio Grande do Norte em menos de dois anos, com apenas uma auditoria realizada e concluída, ainda apresenta algumas dificuldades, mesmo assim, já traça metas de crescimento e bons resultados que iram beneficiar principalmente a sociedade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

VERIFICAR SE PARA UM POSTO DE COMBUSTÍVEL NA GRANDE NATAL É RELEVANTE A UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS ATRAVÉS DA PROJEÇÃO DE UMA RETA DE REGRESSÃO LINEAR.

Autor(es):

Cleiton Almeida de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Yara Magaly Albano Soares
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO A Tomada de Decisão é o processo pelo qual são apresentados e escolhidas alternativas para que a gestão de uma organização tenha a melhor opção para se projetar ao futuro, trabalhando seus objetivos e alcançando suas metas tornando as organizações mais competitivas em seu segmento de atuação. Dentro deste processo algumas ferramentas que auxiliam os gestores são as de cunho financeiro, através de relatórios que a contabilidade evidencia, sendo estes relatórios processados através do reconhecimento e mensuração das informações captadas pela empresa durante todo o seu ciclo operacional e financeiro, que foram processados em seus sistemas de informações gerenciais. Dentro dos sistemas gerenciais, o uso dos métodos quantitativos, matemática, estatísticas e outras ciências de mensuração, auxilia de forma significativa às informações que serão fornecidas ao gestor. A Correlação e regressão linear funções matemáticas, passam a serem junto à contabilidade uma ferramenta de auxílio ao planejamento e orçamento para as organizações. Diante disto, esta pesquisa busca verificar se para um posto de combustível na grande Natal é relevante a utilização de métodos quantitativos através da projeção de uma reta de regressão linear.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA A pesquisa é exploratória, descritiva e bibliográfica, forma coletados dados referentes aos custos fixo e variáveis, total da receita por unidade e total dos produtos, álcool, diesel e gasolina, em seguida foi calculado a correlação entre as variáveis observadas, dependente e independente.

(RESULTADOS) DESENVOLVIMENTO A quantidade de observações foram 6, pois foi utilizados os dados de 1 semestre que refletiu um semestre a frente. A correlação calculada e deu aproximadamente 1, ou que significa uma forte correlação entre as variáveis (Custos e Receitas), ou seja, elas se deslocam na mesma direção. Foi montado uma reta de regressão onde $Y = a + bx$ e feita a estatística de regressão: R múltiplo, R-quadado R quadrado ajustado e Erro padrão. Como forma de comparação e alternativa para os valores observados também foi apresentado resultados do método máximos (valores observdos) e mínimos.

(CONCLUSÃO) CONSIDERAÇÕES FINAIS A proposta desse trabalho é identificar se as variações nos custos são explicadas pelas as alterações da receita do posto de combustível da grande Natal. Foi observada que sim, mas é importante lembrar que apesar do método e da ferramenta ser de boa precisão para o gestor, é pouco utilizado, para tanto começa na academia o desenvolvimento e aplicação práticas destas técnicas, fazendo com que os resultados apresentados pela gestão de uma empresa sejam menos inesperados e mais explicados.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

CONTROLE INTERNO: ESTUDO EM UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE SITUADO NA CIDADE DE NATAL/RN

Autor(es):

Paulo Roberto da Silva Moraes: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Joana Darc Medeiros Martins
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A economia do país passa por transformações que afetam diretamente as organizações de tal forma que estas necessitam adaptar-se às novas condições do mercado competitivo. Surge então a necessidade de criação de um sistema que auxilie a administração no controle de suas atividades. O Controle Interno é uma ferramenta de extrema importância e tem o objetivo de proteger os bens de prejuízos decorrentes de fraudes ou erros involuntários; assegurar a validade e integridade dos dados contábeis utilizados pela gerência na tomada de decisões; promover a eficiência operacional da empresa dentro das normas estabelecidas, abrangendo aspectos, tais como práticas de emprego, treinamento, controle de qualidade, planejamento de produção, política de vendas e auditoria. Pelo exposto o estudo objetiva analisar o funcionamento do controle interno de um escritório de contabilidade sediado em Natal/RN.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo bibliográfico, descritivo, exploratório e estudo de caso. Para o alcance do objetivo do trabalho, foi aplicado um questionário contendo perguntas abertas e fechadas junto a empresa objeto do estudo de caso. As questões foram elaboradas de acordo com procedimentos de controle interno evidenciados na literatura pertinentes ao assunto.

(RESULTADOS) A análise dos resultados demonstrou que a empresa sempre utiliza uma norma padrão, tais normas são utilizadas diariamente para todas as funções; raramente existe uma revisão periódica com o objetivo de verificar se todos os setores estão seguindo as normas; no entanto todos os colaboradores da empresa tem conhecimento das normas existentes; a empresa trabalha com divisão dos seus por departamentos; existem funcionários responsáveis por cada departamento; a empresa possui um controle de entrada e saída de documentos; possui um padrão adotado para a guarda de toda a documentação que é enviada para seus clientes sempre através de protocolo. Não possui uma auditoria interna com frequência. Existe um processo seletivo para contratação dos seus colaboradores, mostrando que há uma preocupação com a qualidade na contratação dos seus funcionários.

(CONCLUSÃO) Percebe-se que mesmo a empresa executando alguns procedimentos de controle interno recomendado na literatura pertinente, ainda precisa melhorar os aspectos em relação à supervisão das atividades desenvolvidas pelos colaboradores que é um processo de verificado através da auditoria interna.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

PERCEPÇÃO SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL NA VISÃO DOS ESTUDANTES DE CONTABILIDADE DA FARN

Autor(es):

Emanuelli Cristini Silva Pinheiro: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) O papel do Contabilista é de grande importância na sociedade, pois ocupam-se das criações de riquezas, devendo emitir informações que revelem a realidade, agir com ética é primordial e que trata de uma questão de atitude, respeito ao indivíduo e ao compromisso de contribuir para o crescimento e valorização de uma sociedade. Ética se faz necessário para o desenvolvimento de uma consciência social, de crenças, hábitos e costumes que conduzam os indivíduos a uma convivência harmoniosa, pois o estudo da ética não é simplesmente obedecer aos códigos específicos, mas é essencial o respeito ao indivíduo e a conduta ao compromisso de contribuir para o crescimento e valorização. O objetivo geral deste estudo foi analisar a percepção da ética entre os alunos de 1º e 4º anos da FARN.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) A metodologia utilizada para o estudo foi baseada numa pesquisa bibliográfica e descritiva, sendo feito um questionário com perguntas fechadas, utilizando para a coleta de dados uma abordagem quantitativa. Foram feitas perguntas entre os estudantes de 1º e 4º ano da FARN, e uma amostra com o total de 20 alunos, sendo 10 do primeiro ano e 10 do último.

(RESULTADOS) (RESULTADOS) Os resultados comprovaram o pressuposto inicial deste estudo, pois os alunos do 4º ano demonstraram uma maior percepção a respeito dos conceitos de Ética profissional, principalmente no que se refere ao Código de Ética como instrumento de resolução às discussões aqui levantadas, pois esses alunos apresentaram maior segurança a respeito dos conceitos éticos e responderam com mais clareza os dilemas apresentados. E, revelou ainda que o aprendizado, aliado ao exercício da ética na área profissional, facilitará ao Contabilista um engrandecimento de sua prática no campo profissional.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) Concluiu-se, portanto que esses resultados revelados pela pesquisa levam a acreditar que na medida em que os alunos avançam os estudos, conseqüentemente, aumentam as suas percepções sobre a Ética pessoal e acima de tudo profissional. Confirmando assim os aspectos relevantes e positivos do curso de Ciências Contábeis, especialmente na FARN que é a instituição analisada, que se preocupa em apresentar o seu projeto pedagógico aliando conhecimento e Ética. Propõe-se então que as pesquisas abordando Ética Profissional contábil sejam desenvolvidas com mais frequência e, seria desejável também que estudos semelhantes a este fossem elaborados em outras entidades de ensino, pois se deve levar em consideração que o desenvolvimento de valores éticos faz parte do perfil esperado para um profissional de Contabilidade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

TESTE DE IMPAIRMENT – UMA AVALIAÇÃO DA RECUPERABILIDADE DO ATIVO IMOBILIZADO DE UMA EMPRESA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS

Autor(es):

Eduardo Antônio Varela de Góis Filho: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Diego Rodrigues Boente
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A gestão e a avaliação do patrimônio são ferramentas essenciais para uma eficiente administração das organizações e, para isso, a ciência contábil dispõe de vários elementos que dão suporte no gerenciamento empresarial. A definição do IASB diz que Ativo é um "recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que futuros benefícios econômicos resultem para a entidade". O Impairment Test surge como um novo método de mensuração patrimonial. O impairment é uma ferramenta utilizada para adequar o ativo a sua real capacidade de retorno econômico, e é aplicado em ativos fixos, ativos de vida útil indefinida (goodwill), ativos disponíveis para venda, investimentos e em operações descontinuadas. Este estudo visa a análise do Valor Recuperável do Ativo Imobilizado de uma companhia aberta do setor de distribuição de combustíveis, identificando a afetação da adoção do Teste de Impairment nos resultados econômico-financeiros da empresa. Para este estudo, utilizar-se-ão relatórios financeiros disponibilizados pela empresa, diante os quais serão realizados os cálculos e análises necessários para a identificação da real recuperabilidade do ativo imobilizado da companhia.

(METODOLOGIA) Quanto à natureza, esta pesquisa será caracterizada como Aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos. Realizar-se-á, também, pesquisa bibliográfica e documental, com consulta a todo o acervo bibliográfico que dispõe sobre o tema abordado e com a utilização de documentos e relatórios financeiros cedidos pela companhia distribuidora de combustíveis. Em relação à apresentação deste trabalho, será realizada através de exposição com a utilização de recursos visuais eletrônicos (slides).

(RESULTADOS) Neste estudo, o ativo imobilizado da empresa em análise foi dividido em três grupos – base operacional, terrenos e postos – que, juntos, formam a Unidade Geradora de Caixa da entidade da qual será calculado o valor recuperável, com base em documentos e projeções de resultados fornecidos pela administração da empresa. De acordo com o que afirma o Pronunciamento Técnico CPC 01, o valor recuperável é o maior entre o valor líquido de venda e o seu valor em uso. Como é difícil a verificação do valor líquido de venda, determinou-se o valor em uso, cuja metodologia na avaliação foi a do Método do Fluxo de Caixa Descontado. Com base nos relatórios financeiros cedidos pela companhia em estudo, projetou-se os fluxos de caixa até o ano de 2013, sendo os mesmos descontados a valor presente a uma taxa WACC específica da empresa, obtendo, assim, um valor em uso de R\$ 80.341.000,00. Como os bens que compõem a unidade geradora de caixa estavam registrados, contabilmente, a um valor de R\$ 63.000.000,00, não foi necessário fazer a provisão de perda por impairment destes ativos, contrariando, assim, a visão inicial da empresa, que era a de possuir bens supervalorizados na contabilidade.

(CONCLUSÃO) Após a adoção do teste de impairment no ativo imobilizado da companhia distribuidora de combustíveis, verificou-se que o mesmo possui um valor em uso maior que o valor contábil registrado, não sendo necessário, assim, fazer a redução da recuperabilidade de seu valor. Viu-se também que a avaliação de ativos por impairment é uma ferramenta que pode ser muito útil na gestão patrimonial, uma vez que se verifica a recuperabilidade que um bem pode fornecer à empresa, além de que se pode gerar uma informação preciosa para a ocasião de uma futura venda de bens.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A PERSPECTIVA DO MERCADO DE AUDITORIA INDEPENDENTE NA VISÃO DOS CONTADORES DE NATAL/RN

Autor(es):

Marquidones Ogival de Morais Filho: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Joana Darc Medeiros Martins
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem como objetivos, identificar os contabilistas que atuam na área de Auditoria Independente em Natal/RN, assim como o mercado deste e a perspectiva do mercado do mesmo na visão dos contadores de Natal/RN. Levando em conta que se faz sobre um mercado em ascensão e até desconhecido para muitos profissionais e acadêmicos do curso de Ciências Contábeis na cidade de Natal, sua realização abre uma oportunidade para que estas pessoas possam ter noção dos números que envolvem alguns dos profissionais que dele fazem parte e da sua visão a respeito deste e daqueles que não fazem parte do mesmo.

(METODOLOGIA) Para sua realização foi utilizada pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos científicos, aplicação de questionário com perguntas fechadas e entrevista não estruturada com profissionais da contabilidade na cidade de Natal/RN, assim como análise descritiva utilizando os recursos do Microsoft Office Excel.

(RESULTADOS) A pesquisa para este trabalho foi realizada sobre uma amostra de sessenta e sete profissionais de contabilidade, sendo a maioria destes, pessoas entre vinte e seis e trinta e cinco anos e com nível superior ou com pós graduação *latu sensu* em fase de conclusão. De todos os profissionais sobre os quais a pesquisa foi realizada, pouco mais de 50% contadores, menos de 20% profissionais atuantes em áreas ligadas à contabilidade que não a auditoria, menos de 9% eram auditores e a maioria dos entrevistados ganhavam de três a cinco salários mínimos e apenas. De todos os entrevistados, pouco mais de 16% já haviam atuado em Auditoria Independente e destes, 80 a 90% concordavam que o trabalho havia sido satisfatório em termos de realização profissional e remuneração recebida e afirmavam que o trabalho havia sido executado em observância as normas técnicas e profissionais cabíveis. 98,50% dos entrevistados afirmaram que o mercado de auditoria é promissor e quando perguntados sobre o que precisava um profissional para ingressar no mercado de auditoria independente, levando em conta que, neste quesito, mais de uma opção podia ser escolhida, 45,45% estavam de acordo que o profissional precisava estar em constante atualização através de cursos específicos, 37,50% que o profissional deveria ser pós-graduado e 17,05% que o profissional deveria ser graduado apenas.

(CONCLUSÃO) Com base nos objetivos e dados obtidos por esta pesquisa, chega-se à conclusão de que seus objetivos foram satisfatoriamente atingidos mostrando que, mesmo sendo os profissionais entrevistados de diferentes partes de Natal e poucos tendo atuado na área de Auditoria Independente a maioria concorda que este mercado de é promissor o que demonstra uma grande aceitação por parte dos contabilistas de Natal/RN para com esta área.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

O AUXÍLIO DO CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA MARMORARIA ZONA SUL

Autor(es):

Cley Anderson de Medeiros: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Esse estudo propiciou um maior conhecimento para os empresários sobre a importância do controle interno como uma forma de avaliação de seus ativos, e também contra fatores que possam ameaçar a continuidade da entidade. Infelizmente muitos empresários não utilizam esse artifício da contabilidade por entenderem que empregados de confiança são o suficiente para evitar irregularidades. O trabalho também mostrou que não adianta apenas ter um bom controle interno, é preciso que o mesmo seja colocado em prática. Para isso, o empresário necessita conhecer a fundo as funções de cada setor da empresa. O objetivo deste trabalho foi demonstrar os principais conceitos do controle interno, e analisar como o mesmo pode auxiliar a Marmoraria Zona Sul na prevenção de possíveis erros e fraudes. A empresa citada atua no mercado da construção civil a mais de 15 anos na confecção de artefatos em mármore e granito. Atualmente consta com 22 funcionários diretos e indiretos, distribuídos em dois pontos de vendas além de uma fábrica, localizados nos municípios de Natal/RN e Parnamirim/RN.

(METODOLOGIA) Uma das formas utilizadas foi à pesquisa bibliográfica que consiste em uma investigação através de referências bibliográficas, como: livros, artigos científicos, dicionários específicos, etc. Também houve a utilização de pesquisa de campo descritiva, onde foi utilizado um questionário contendo questões definidas na literatura como procedimentos básicos de controle interno, respondidas por escrito pelo diretor da entidade. Nesse questionário foram utilizadas perguntas referentes aos aspectos e princípios do controle interno, fazendo uso principalmente de questões que avaliaram o setor operacional e o setor contábil da empresa.

(RESULTADOS) O resultado encontrado neste trabalho foi que o controle interno apresentou algumas deficiências, tais como, uma administração familiar, onde as decisões são estritamente centralizadas, havendo assim, muitas vezes conflitos hierárquicos onde a função de cada um da administração não foi devidamente determinada. Outro ponto fraco foi à falta de manuais, pois, a maioria dos funcionários não conhecem as normas da empresa, como também de suas atribuições e responsabilidades. Mais também houve pontos a favor, no setor de vendas as notas fiscais são todas conferidas, numeradas, e uma das cópias são enviadas para a contabilidade. Os talonários de cheques são mantidos em local seguro, e são nominativos. Os sócios da empresa também demonstraram grande interesse em reduzir seus custos de produção, que são muito elevados.

(CONCLUSÃO) De acordo com as respostas obtidas e confrontadas com embasamento teórico, pode-se verificar que o controle interno da empresa avaliado é adequado, porém com fraquezas que deverão ser acompanhadas pelo auditor interno. No tocante a administração geral foi sugerido a criação de manuais, para determinar as atribuições e responsabilidades entre os proprietários e seus funcionários. Com essas ações espera-se que os resultados da administração se tornem cada vez mais satisfatórios.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FINANCEIRA PARA UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR. UM ESTUDO DE CASO NO SERVIÇO DE APOIO AOS PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS – SEAPAC

Autor(es):

Joselia Maria Medeiros Teixeira de Araújo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No atual panorama econômico mundial, pode-se afirmar que existem três setores distintos, que de formas diversificadas fazem movimentar a economia e trabalham para a evolução da sociedade. O primeiro é o Setor Público no âmbito das esferas: Nacional, Estadual e Municipal. O segundo é o setor privado constituído por empresas que visam incessantemente o lucro. Já o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos, cuja atuação na sociedade é reconhecida em razão da incapacidade do Estado em atender todas as necessidades sociais. Este trabalho tem como objetivo geral: apresentar a importância da análise financeira para uma Organização do Terceiro Setor; e como objetivos específicos: descrever o significado e a importância do Terceiro Setor e as principais características das Entidades sem fins lucrativos; fazer uma exposição sobre o SEAPAC, sua missão institucional e seus objetivos; elaborar e analisar os indicadores de desempenho financeiro do SEAPAC. Este trabalho é de grande relevância social, pois contribui para um melhor entendimento sobre o Terceiro Setor, suas características básicas e sua importância para a Sociedade. Pretende-se demonstrar onde estão sendo aplicados os recursos recebidos e a importância da contabilidade para o Terceiro Setor.

(METODOLOGIA) A pesquisa foi desenvolvida com adoção de estudo de caso, pesquisas bibliográficas e documentais, bem como por meio de pesquisa direta, com coleta de dados primários. A pesquisa bibliográfica contempla a literatura relacionada a estudos sociais e ao funcionamento de Organizações do Terceiro Setor. A coleta de dados foi realizada através de revista publicada pela ONG, onde constam as demonstrações contábeis dos exercícios 2006 e 2007. Os dados correspondentes a 2008 foram coletados na secretaria do SEAPAC.

(RESULTADOS) O SEAPAC, entidade sem fins lucrativos, recebe dois tipos de doações: a) recursos provenientes de convênios; b) doações de terceiros. Os recursos de convênios são registrados em contas do passivo circulante e não circulante – convênios a executar, como contrapartida das contas bancárias vinculadas, sendo reclassificadas para as contas de receitas operacionais, quando efetivamente utilizados, simultaneamente com o reconhecimento das despesas realizadas. As doações de terceiros são reconhecidas como receitas operacionais quando efetivamente recebidas. O Patrimônio Social está representado pelo patrimônio inicial do SEAPAC, Doações Patrimoniais, acrescido dos superávits apurados anualmente desde a sua constituição. As doações patrimoniais correspondem aos recursos adquiridos por meio de convênio firmado com uma Instituição Internacional e os recursos adquiridos da Campanha “Cidadão Nota 10”. Esses recursos foram utilizados na aquisição de móveis, utensílios e equipamentos de informática, os quais são registrados no Imobilizado, pelo custo de aquisição, em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A conta “Superávits/ Déficits Acumulados” está representada pelo resultado do exercício. A sua transferência é feita para a conta “Patrimônio Social” mediante aprovação em Assembléia Geral formada pelos sócios, quando é feita uma exposição sobre o trabalho realizado e os recursos utilizados no período, na busca do atingimento dos seus objetivos, voltados para a missão institucional do SEAPAC.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que todas as Organizações do Terceiro Setor devem ser analisadas e administradas como verdadeiras empresas, já que possuem patrimônio social e dada a sua importância para a sociedade como um todo, zelando assim pela sua continuidade, isto é, pela sua sustentabilidade financeira. Nesse sentido, a contabilidade demonstra suas origens e aplicações dos recursos, evidenciando o aspecto de transparência. Isso é fundamental para tornar pública a responsabilidade social, onde estão sendo aplicados os recursos, mostrando assim o resultado financeiro da organização.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE SUA RELEVÂNCIA PARA O USUÁRIO INTERNO EM UMA EMPRESA COMERCIAL DA CIDADE DO NATAL.

Autor(es):

Idyanara de Oliveira Lapenda: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Yara Magaly Albano Soares
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A informação é responsável pela melhoria, superação e crescimento de toda riqueza de um ente seja ele físico ou jurídico. A contabilidade é uma das maiores sistemas financeiros e econômicos de uma organização. Sendo este sistema responsável pela mensuração de todos os registros de bens, direitos, obrigações, direitos dos proprietários, seu crescimento econômico e sua riqueza. Tudo isto registrado monetariamente. Os usuários internos, aqueles que estão dentro do âmbito empresarial utilizam destas informações como medidor de desempenho, para assegurar metas e objetivos traçados estrategicamente em um momento anterior, para apresentar novas metas, melhorias e para novos investimentos, ou seja, funciona como a “mola propulsora” para toda tomada de decisão. As empresas comerciais na cidade do Natal representam um grande contingente dentro da economia municipal e estadual. As ações destas financeiras destas organizações são responsáveis pelo crescimento social ou não do município. Dentro deste contexto busca-se então saber qual a percepção da importância da informação contábil para os usuários internos de uma empresa de comércio da cidade de Natal.

(METODOLOGIA) Se caracteriza por ser uma pesquisa descritiva, pois segundo CERVO e BEVIAN (2002), “os estudos que visam identificar representações sociais e o perfil de indivíduos e grupos, como também os estudos que visam identificar estruturas, formas, funções e conteúdos.” Se caracterizam como tal, pois foi o identificado na pesquisa na administração da empresa comercial objeto de pesquisa. Como é descritiva também é um estudo de caso, pois trabalhou uma única unidade. Também se caracteriza por um estudo exploratório, restringe-se a definir objetivos buscando informações sobre determinado assunto. Os resultados foram tratados após a organização do roteiro de trabalho utilizado na pesquisa, às informações foram organizadas em gráficos.

(RESULTADOS) Inicialmente os resultados apontam para um detalhe interessante, dos usuários entrevistados (diretor administrativo, diretor comercial, três auxiliares, e um programador) todos reconhecem a importância da contabilidade, não só como arrecadadora de impostos nem como ferramenta para apresentar uma folha de pagamento financeira, mas como informante de informações de custos, capacidade ociosa no setor comercial, informante de folga financeira, assim como de escassez de recursos, porém não utilizam as informações, pois não existe apoio por parte do contador para apresentar relatórios inteligíveis e assessorar nas principais inferências.

(CONCLUSÃO) Apesar de a literatura ser unânime em afirmar e provar a relevância das informações contábeis para tomada de decisão, os usuários, principalmente o interno, sentem dificuldade em gerir tais recursos (informações), pois foi o caso específico da empresa analisada. Tendo sido apontado por algumas razões, interesse do usuário em saber mais e do detentor do conhecimento (contador) informar melhor. Por tanto é necessário que exista um interesse interdisciplinar entre as informações necessárias e relevantes e como estas são expressas em momento oportuno. Pois caso não seja, a contabilidade perde sua relevância. Informação útil e oportuna.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A CONTRIBUIÇÃO DO ESTÁGIO PARA O ALUNO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Autor(es):

Regina Celi de Oliveira: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Valderio Freire de Moraes Junior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Lei 11.788/08 representa um passo para os estudantes brasileiros que fazem parte de programas de estágios, visto que estabelece os princípios que definem e classificam as relações de estágios, as responsabilidades das instituições de ensino, das partes que ofertam as vagas, dos direitos da pessoa contratada, além de questões no âmbito da fiscalização. Entre os principais pontos de mudanças está a definição da jornada de trabalho, bem como um quadro mais preciso da participação dos agentes de integração. Um ponto forte na nova lei é o que estabelece os direitos e garantias que o estagiário passa a ter, ou seja, a possível concessão de benefícios, como: vale-transporte, alimentação, plano de saúde, não caracterizam vínculo empregatício.

OBJETIVOS: GERAL : O objetivo geral desta pesquisa é avaliar de que forma o estágio realizado pelo aluno do curso de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior contribui para sua formação profissional.

ESPECÍFICOS: • Discutir as leis que versam sobre o estágio supervisionado de uma forma geral; • Analisar a importância do estágio supervisionado para o futuro profissional de Ciências Contábeis; • Observar como o estágio curricular e extracurricular podem contribuir para a formação do futuro profissional nos alunos do último ano do Curso de Ciências Contábeis da FARN.

(METODOLOGIA) Esta é uma pesquisa de caráter exploratório, visto que existe pouco conhecimento sobre o assunto pesquisado. De acordo com Beuren (2004, p.80) com o estudo exploratório “busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa”. Quanto à forma de abordagem do problema, esta é uma pesquisa qualitativa. Segundo Beuren (2004, p.92) a abordagem qualitativa “visa destacar características não observadas por meio de um quantitativo”.

(RESULTADOS) O instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa foi um questionário adaptado da Universidade Federal de Uberlândia (2008). O questionário contém dez questões objetivas relacionadas ao problema proposto. No questionário havia instruções sobre o correto preenchimento das questões. Convém lembrar que o questionário garantiu o anonimato dos pesquisados. Os dados obtidos por meio do levantamento realizado foi possível observar por meio dos dados que, grande parte da população pesquisada (56%) nunca estagiou. Esse índice elevado pode se justificar pelo fato que inúmeras empresas não dão oportunidade para os estudantes iniciantes, 1º e 2º anos respectivamente onde os números de acadêmicos que nunca estagiaram são maiores, preferindo os graduandos que estão cursando o último período, porque eles já têm maiores experiências e vivência com o mundo contábil em que irão atuar.

(CONCLUSÃO) Essa pesquisa procurou verificar se o estágio realizado pelo aluno do curso de Ciências Contábeis da FARN contribuiu para sua formação acadêmica profissional. A pesquisa se desenvolveu por meio de um levantamento. Foi aplicado um questionário com questões relacionadas ao objetivo proposto nas quatro fases do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (FARN). A amostra é composta por 79 alunos, ou se, 28,52% do total de alunos matriculados. Foi possível observar também que no geral, um número maior de alunos pesquisados ser do sexo feminino o equivalente a 57%.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

GESTÃO DE INVESTIMENTO: UM ESTUDO DE CASO NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO EM CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL DO MUNICÍPIO DO NATAL-RN

Autor(es):

Fabiana Dulciaria Gonçalves de Macedo: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Globalização entende-se que é um processo que diz respeito à forma como os países interagem e aproximam pessoas, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, pois a comunicação no mundo contemporâneo permite tal expansão, porém, obtém-se como consequência o aumento acirrado da concorrência. O que pode justificar a dificuldade de algumas organizações de se manter no mercado, é o aumento das exigências dos clientes, forçando uma melhora nos processos e nos produtos ofertados. Para que isso ocorra, as organizações precisam tomar decisões rápidas e acertadas, objetivando a melhor solução. O trinômio: informação, decisão e ação são indispensáveis ao sucesso no mundo dos negócios, sobretudo na gestão de investimentos. Em síntese, as carteiras de investimentos podem fornecer um retorno, ou seja, uma valorização mais alta ou mais baixa, esse retorno estar relacionado ao risco, pois quanto maior o retorno maior o risco. O perfil do investidor pode ser conservador, avesso ao risco a aplicação é total em renda fixa, moderado investidor indiferente ao risco, à aplicação é uma parte em renda variável e outra em renda fixa e o investidor agressivo amante do risco, aplicação é total em renda variável. Para se tornar um investidor bem sucedido tem que desenvolver planos de investimento.

(METODOLOGIA) Tendo em vista que a pesquisa é uma análise da tomada de decisões de investimento em uma instituição financeira faz necessária a realização de pesquisa bibliográfica. Quanto aos seus objetivos, o estudo pode ser classificado como exploratória e descritiva. Como primeiro passo de um trabalho científico será realizada uma pesquisa exploratória com objetivo de obter informações sobre o objeto de estudo, para depois analisar da tomada de decisões de investimento no Banco do Brasil do município de Natal. A coleta de dados vai ser através de aplicação de questionários aos gestores que trabalham com carteiras de investimentos e logo depois estes dados serão tabulados em Excel para confronto e análise dos mesmos.

(RESULTADOS) Com as informações preliminares buscaremos analisar a tomada de decisão em carteiras de investimentos nas agências do Banco do Brasil do município do Natal-RN, como também analisar os tipos de investimentos mais comercializados no contexto de produtos; verificar o perfil de investimentos e investidores nas carteiras das agencias; identificar no mix da carteira de investimentos das agencias os produtos mais comercializados; medir os fatores limitantes acerca da penetração de mercados em relação aos investimentos.

(CONCLUSÃO) Com a aplicação do questionário, pretendemos responder todos os quesitos relacionados nos objetivos e analisar-los. Sugerindo no que diz respeito ao desenvolvimento ou crescimento sustentado no que tange a maximização de investimentos das carteiras.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

ESTUDO SOBRE A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES EM UMA SOCIEDADE ANÔNIMA

Autor(es):

Aldo Wanderley de Souza: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Valderio Freire de Moraes Junior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A análise das demonstrações contábeis tem um papel essencial nas entidades. Com a globalização os mercados cada vez mais competitivos, as empresas acabam tendo uma necessidade de administrar melhor sua gestão empresarial.

(METODOLOGIA) Como forma de evidenciar os estudos buscou-se fazer uma pesquisa exploratória sobre o que é discutido atualmente a respeito, da problemática desta pesquisa.

(RESULTADOS) Em fim, verificou-se que a forma de gestão da empresa é formada por setores interligados e formam base concreta para tomada de decisão. Assim o relacionamento entre os setores chaves da empresa não se limita apenas com obrigações fiscais, e sim ajudam com uma grande contribuição para as análises.

(CONCLUSÃO) Em fim, o que se pôde perceber é que a contabilidade deixou de ter um papel técnico, na divulgação de dados e de atendimento do fisco. Nos dias de hoje a sua função é mais abrangente e diferente, assumindo funções tanto de elaboração como de análise e também de serviços gerenciais de administração da contabilidade, sempre visando o seu objetivo maior o melhor aproveitamento das informações privilegiando a melhor tomada de decisão com mais agilidade e segurança.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO DE CASO DO JORNAL DE HOJE

Autor(es):

Andegley Costa da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Para desenvolver o planejamento estratégico será necessária a realização de uma pesquisa descritiva e exploratória, seguido da aplicação de questionários com os funcionários do jornal e conseqüente definição do planejamento estratégico a ser utilizado.

(METODOLOGIA) O planejamento estratégico por ser uma atividade empresarial bastante complexa facilita para que o empresário tenha melhor identificação dos seus custos com os devidos setores que exige.

(RESULTADOS) O conceito de planejamento estratégico varia de autor para autor, podendo ser considerado como processo intelectual, onde se analisam vários componentes fundamentais, como missão, desenvolvimento organizacional, desafios e oportunidades.

(CONCLUSÃO) A utilização do planejamento estratégico no setor de distribuição e nos setores interligados no jornal, foco deste trabalho, dará subsídio para um melhor controle nesses setores para ser oferecido um melhor serviço além de render maiores lucros para a empresa.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A IMPORTÂNCIA DO DIAGNOSTICO DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL PARA OS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE

Autor(es):

Carlos Eduardo Martins da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marcio Carvalho de Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A crise financeira mundial de crédito no setor de empréstimos hipotecários dos EUA entrou em colapso, quando as taxas de juros começaram a subir de 1% para 5,35%. E os preços dos imóveis passaram a cair, fazendo com que as mensalidades da casa própria ficassem mais caras. A inadimplência disparou e, assim, os títulos que eram garantidos por essas hipotecas perderam valor. Além dos prejuízos com a inadimplência, os bancos tiveram forte perda com os títulos. O objetivo é diagnosticar os efeitos significativamente relevantes da crise financeira mundial na economia global.

(METODOLOGIA) A metodologia aqui empregada fundamenta-se através de pesquisa bibliográfica e descritiva. As pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior interação com o objetivo da pesquisa, tornando-o mais explícito. E bibliográfica devido a buscar feitos em livros e internet por explorar esses de forma qualitativa e quantitativa.

(RESULTADOS) A elevada incerteza e assimetria de informação por que passa os mercados financeiros desde o início da crise das hipotecas de segunda linha nos Estados Unidos contribuiu para importante redução da atividade econômica norte-americana e européia. O mercado financeiro nacional apresentou desempenho positivo no primeiro semestre de 2008. Entretanto, ainda que em menor intensidade, foi impactado pela deterioração do ambiente financeiro internacional. Nos últimos anos, o país reduziu a vulnerabilidade externa, acumulou expressivas reservas internacionais e conquistou a condição de credor externo líquido.

(CONCLUSÃO) O cenário das finanças globais se transformou dramaticamente. Em meio aos tumultos provocados pelos últimos acontecimentos nos mercados financeiros, as atuações dos principais bancos centrais enfatizam a cooperação mútua e a coordenação de ações de maneira cada vez mais estreita, para amenizar a profunda crise de confiança que impede que bancos emprestem uns aos outros por conta da percepção de risco. Um dos resultados que se antecipa refere-se à redução da disponibilidade do crédito e à elevação dos seus custos por um período prolongado, visto que a oferta é influenciada por fatores como a confiança do mercado de capitais e o grau de ajuste nos balanços necessários para manter a razão de capital em níveis prudencialmente recomendados. Embora seja difícil mensurar o impacto que a crise terá sobre as grandes economias emergentes, pode-se afirmar que se mostrará relativamente menos intenso, dado o elevado nível de reservas internacionais e os fundamentos macroeconômicos robustos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

PERFIL DOS PROFESSORES DA DISCIPLINA AUDITORIA NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UM ESTUDO NA CIDADE DO NATAL

Autor(es):

Priscila Faustino da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Valderio Freire de Moraes Junior
Instituição de Ensino: FARN
Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) PROJETO: PERFIL DOS PROFESSORES DA DISCIPLINA AUDITORIA NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: um estudo na cidade do Natal INTRODUÇÃO:O ensino superior de Contabilidade surgiu da crescente necessidade de continuar o processo de evolução do ensino comercial que tinha como primeira escola a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado iniciada em 1902. Na medida em que as estruturas organizacionais se sofisticaram, surgiu a necessidade de profissionais com formação mais sólida para participarem da cúpula diretiva. É nesse sentido a defesa da criação dos cursos de Ciências Contábeis, feita por Frederico Herrmann Júnior que, segundo Lopes de Sá (1997), produziria muitas obras de valor, entre as quais se destacou Contabilidade superior (cuja primeira edição é de 1936), em uma Editora fundada por esse autor, a Atlas de São Paulo, que depois foi dirigida por seu filho, tornando-se a principal base de editoração de obras contábeis no Brasil. Da criação do curso até hoje, nota-se um certo crescimento na quantidade de cursos autorizados pelo MEC e um ponto crítico em todo esse processo é a qualidade do ensino. Strassburg (2003) afirma que os primeiros cursos de Ciências Contábeis, segundo dados do MEC, surgiram na década de 40, nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Segundo esse autor, no início do século XXI, a quantidade de cursos chegou a 500 no Brasil. O problema da qualidade de ensino de Contabilidade é algo antigo e passa por um fator determinante que é o professor, assunto discutido na Revista Paulista de Contabilidade por Salvador (1946 apud Machado, 1982, p. 38), que afirma que o curso de contabilidade, ministrado nas escolas de comércio, não satisfaz completamente às necessidades do aluno, acaba sendo de uma forma geral ministrado com pouca eficiência, pela dificuldade de se encontrar bons professores, além de outras circunstâncias – tais como grande número de alunos em cada classe, falta de uma boa disciplina – e a deficiência das aulas quanto ao seu sistema prático, que de prática propriamente dita pouco tem. Da criação do curso até hoje, nota-se um certo crescimento na quantidade de cursos autorizados pelo MEC e um ponto crítico em todo esse processo é a qualidade do ensino. Strassburg (2003) afirma que os primeiros cursos de Ciências Contábeis, segundo dados do MEC, surgiram na década de 40, nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Segundo esse autor, no início do século XXI, a quantidade de cursos chegou a 500 no Brasil.

(METODOLOGIA) É uma Pesquisa de Campo permite a obtenção de dados sobre um fenômeno de interesse, da maneira como este ocorre na realidade estudada onde abrange a pesquisa bibliográfica que é desenvolvida através de livros, publicações em periódicos e artigos científicos. Nesta pesquisa é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar.

(RESULTADOS) A partir das análises dos questionários que a maioria dos professores entrevistados, obtém uma boa formação e estão sempre se aperfeiçoando e buscando sempre está qualificados, onde não estão satisfeitos com a sala de aula, pois relata que a maioria dos alunos tem um fraco conhecimento da disciplina de auditoria, onde chegam a desistir do curso em determinado período.

(CONCLUSÃO) Apesar da profissão professor ser uma das mais bonitas no âmbito de formação profissional, a maioria dos mesmos não estão de fato satisfeitos com sua profissão, pela maioria das vezes ela não ser reconhecida, e não ser bem remunerada, onde os mesmos tem uma atividade paralela mas também ligada com sua formação.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CUSTOS LOGÍSTICOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

Autor(es):

Saulo Gouveia Lins: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Marise Magaly Queiroz Rocha
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Na segunda metade do século XX começa o surgimento de uma nova filosofia administrativa: A Administração Pública Gerencial. Na década de noventa a reforma do Estado se tornou um tema central face ao problema da Globalização. E no Brasil esta reforma iniciou-se em meio a uma crise econômica de hiperinflação tornando crucial o ajuste fiscal, a privatização e a abertura comercial. Esse modelo está voltado para a gestão e avaliação por resultados exigindo que as organizações públicas se aperfeiçoem na busca de ferramentas que auxiliem na tomada de decisão. Criando indicadores que permitam avaliar seu desempenho em função da legislação e pela exigência de uma sociedade que cada vez mais busca a transparência no emprego dos recursos públicos. Sendo o Exército Brasileiro uma das Instituições pioneiras no desenvolvimento de sistemas de controle de custos, problematiza-se a aderência entre o seu sistema e às práticas gerenciais evidenciadas na literatura especializada. Com a base teórica dentro dos padrões gerenciais, viabiliza seu desenvolvimento no decorrer do tempo para que seus objetivos sejam atingidos. Ou seja, alcançar a excelência no que diz respeito a gerenciamento de custos públicos e aumentar a eficácia e eficiência nos gastos públicos.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa será baseada em uma revisão bibliográfica, gerando uma discussão de leituras encontradas relacionadas com o tema, favorecendo a análise e síntese de informações. A partir disso, objetiva-se definir os caminhos de ação para explorar o assunto gerando novas idéias. A pesquisa à literatura sobre Custos na Administração Pública e desenvolvimento de sistemas de custos, especificamente o do Exército Brasileiro (SISCUSTOS), demonstra a escassez no número de obras sobre o tema proposto. Com isso pretende-se nessa pesquisa bibliográfica contribuir para o acervo literário.

(RESULTADOS) Uma grande dificuldade enfrentada pelo Exército é a complexidade de atividades desenvolvidas pelas diversas Organizações Militares, pois as unidades desempenham atividades específicas, de acordo com sua missão dentro da força. Com base nessas características, o Exército optou pelo método de custeio ABC, por ser o mais adequado às suas peculiaridades, compactuando, assim, com a doutrina existente sobre apuração de custos no setor público.

(CONCLUSÃO) Atualmente a apuração de custos é uma ferramenta fundamental em qualquer organização para a tomada de decisão. Com o advento do novo enfoque gerencial na Administração Pública, além da exigência legal é primordial a busca de resultados, com o objetivo de permitir a avaliação e o acompanhamento da gestão pública. O SISCUSTOS está em fase de implantação e infere-se que o método de custeio ABC seja o mais adequado na apuração dos custos logísticos do Exército, pois explora as especificidades da instituição, adaptando-se às mais diversas realidades, características que os outros métodos pesquisados não contemplam. Desta forma o SISCUSTOS já apresenta uma enorme evolução permitindo a medição efetiva dos custos logísticos em um órgão da Administração Pública e a conseqüente avaliação de desempenho da logística, desde a aquisição dos produtos até a entrega ao cliente final, baseado em todas as atividades realizadas.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

ANÁLISE ECONÔMICA – FINANCEIRA – UM ESTUDO DE CASO NO J. L. DE MEDEIROS & ARAUJO LTDA.

Autor(es):

Rodrigo Nascimento Dantas: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Diego Rodrigues Boente
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As análises econômico-financeiras têm como finalidade de traduzir os dados em informações aos usuários. As ferramentas de análise devem ser interpretadas e direcionadas para um enfoque gerencial buscando servir como base de informações para tomada de decisão dos gestores. No ramo do comércio que tem uma importante relevância para qualquer economia e os supermercados que estão incluídos nessa mesma vertente, pois neles são postos a venda vários produtos de diversos seguimentos que movimentam o mercado. Diante deste movimento econômico e social, a presente pesquisa buscou revelar, em caráter de aprofundamento com os rigores metodológicos aplicados, a importância dos ciclos operacionais e financeiros como ferramenta de trabalho para a gestão de um supermercado.

(METODOLOGIA) A metodologia aplicada na realização deste trabalho é um estudo de caso e um estudo bibliográfico sobre o tema abordado. A pesquisa foi realizada no supermercado J. L de Medeiros & Araujo Ltda. Os dados dessa pesquisa foram levantados a partir das informações de que a empresa disponibilizou por meio de seu balanço patrimonial e balancetes dos exercícios de 2006, 2007 e 2008. A análise se deu forma qualitativa e quantitativa, a partir do cálculo de indicadores de gestão que avaliam o prazo médio de recebimento (PMR), prazo médio de estocagem (PME), prazo médio de pagamento (PMP), ciclo financeiro, operacional índice de liquidez corrente, liquidez geral e índice de liquidez seca.

(RESULTADOS) Com os cálculos realizados sobre os dados disponibilizados, chegamos a um prazo médio de estoque no ano de 2007 de 15 dias que variou consideravelmente em relação a 2008 que foi de 25 dias, já em relação ao prazo médio de recebimento não houve variação nos resultados obtidos de 2007 e 2008, 5 dias de giro para ambos os anos, e o prazo médio de pagamento houve uma variação parecida com a de estoque já que foi de 45 e 28 dias nos anos de 2008 e 2007 respectivamente, com isso o ciclo financeiro e operacional de 2007 foi de 19 e -9 dias já o de 2008 teve uma variação relevante de 29 e -16 dias para o ciclo operacional e financeiro respectivamente, juntando esses resultados a os índices de liquidez corrente 0,97, 1,04 e o índice de liquidez seca 0,61, 0,61 e por fim o índice de liquidez geral 0,63, 0,64 nos anos de 2007 e 2008 respectivamente.

(CONCLUSÃO) Com isso vimos que a elaboração do Ciclo Operacional de uma empresa tem a função de dar uma visão panorâmica ao Administrador Financeiro das entradas e saídas de recursos. Serve também para auxiliar na elaboração do Orçamento de Caixa com a devida previsão de Necessidade Capital de Giro (NCG). É muito importante para uma análise, dispormos de um prazo bem elástico concedido pelo fornecedor se nosso estoque tem um giro muito lento. Neste caso a empresa enfrentará dificuldades para honrar seus compromissos mensais (Custo Fixo), pois, se o estoque não gira em tempo hábil, não haverá fluxo de recursos dentro da empresa. A elaboração do Ciclo Operacional, juntamente com os Ciclos Econômico e o Financeiro, auxiliará muito o Administrador Financeiro na elaboração do Orçamento de Caixa e no cálculo da Necessidade de Capital de Giro (NCG).

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

ANÁLISE CUSTO, VOLUME E LUCRO: UM ESTUDO EMPÍRICO ENTRE A ROTATIVIDADE DE ESTOQUE E A MARGEM DE LUCRO EM UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE EM NATAL

Autor(es):

Aldenísia Gomes Estevam: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Yara Magaly Albano Soares
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO administração financeira desenvolve estudos e técnicas da gestão dos estoques, pois estes são os ativos menos líquidos para uma empresa comercial, seja pela incerteza de sua realização ou por perdas inesperadas de seu armazenamento ou processamento, este último em indústrias. A contabilidade apresenta papel importante neste contexto, pois reconhece mensura e registra as informações que envolvem estes ativos, ou seja, informações de custos (compras) e Receitas (vendas). Sua boa administração se vale muitas vezes de informações apresentadas nos indicadores de desempenho financeiro de atividade, ou seja, o resultado de seu giro, ou através do impacto no resultado final apontado pelo lucro operacional da empresa. O objetivo deste trabalho é apresentar para um produto escolhido em uma Loja de Construção civil qual o melhor impacto econômico de gestão de suas vendas, um maior giro com um ponto de equilíbrio contábil maior ou um menor giro com um ponto de equilíbrio menor.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA para responder o objetivo proposto no trabalho foi coletada informações dos relatórios gerenciais e financeiros do último ano da empresa, onde foi feita a seguinte simulação. Utilizando como base o último ano, foram calculados os valores correspondentes a preço de vendas, custos e despesas variáveis, custos e despesas fixas vinculáveis ao produto. Em seguida foi feita a simulação com os valores de Preço alternado duas vezes, mantendo as outras variáveis iguais. Os preços foram observados nas últimas promoções realizadas pela loja em liquidação municipal. Sendo assim, o trabalho apresenta aspectos bibliográficos, pois utilizou seus conceitos e técnicas para parafrasear os resultados, é descritiva e exploratória, além de ser um estudo de caso.

(RESULTADOS) DESENVOLVIMENTO Após a análise preliminar das informações colhidas no último ano, revelou-se que o preço maior entre os dois valores apresentou um ponto de equilíbrio menor, e com isto o resultado foi o melhor. Esta perspectiva foi apresentada como melhor, pois o produto independente do período do ano apresenta demanda, o valor do preço não influencia na procura do produto apenas no resultado. Os valores apresentados no preço também foram valores que cobriam os custos variáveis. O consumidor não tinha como decidir sua compra pelo preço.

(CONCLUSÃO) CONSIDERAÇÕES FINAIS. A contabilidade gerencial é importante ferramenta preditiva. Para decisão de aumentar ou diminuir preços de vendas, controlar custos fixos ou variáveis. Dependendo do seu foco, para empresas de pequeno porte são relevantes tanto quanto orçamentos flexíveis, pois tem como programar um resultado, controlar o processo e verificar o que aconteceu se foi o esperado ou o explicado.

ANÁLISE ECONÔMICO DA FRUTICULTURA DO RN

Autor(es):

Irandir Dantas Bezerra: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa tem por objetivo avaliar aspectos econômicos da fruticultura do Rio Grande do Norte e seus benefícios socioeconômicos, considerando as evidências do seu crescimento produtivo e respectiva importância para a pauta de exportações. O estudo consta da identificação dos produtos internos e externos no setor da fruticultura do Estado do Rio Grande do Norte; o mercado interno e externo; a produção com demonstração do setor frutífero e seus benefícios para o Rio Grande do norte.

(METODOLOGIA) O presente estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, consultas a trabalhos científicos, dados disponíveis em livros e na Internet com posterior análise dos mesmos.

(RESULTADOS) A pesquisa confirma que mais de 80% das 220 mil toneladas de frutas do Rio Grande do Norte vão para o exterior. O mercado interno e externo é promissor e cresce o número de exportações fazendo o setor de fruticultura crescer na Região Nordeste. Assim, para não perder espaço no mercado internacional, restam as alternativas como investimento em pesquisa e produtividade, sendo oferecido uma melhor qualificação na infra-estrutura e no transporte da mercadoria, até agora as exportações têm mostrado bom desempenho. Entre janeiro e agosto de 2007, foram vendidos US\$ 26,0 milhões somente em melões representando um crescimento de 20% na economia do RN. Outro produto que vem apresentando uma expansão é a banana passa a ser o segundo produto com importância do pólo fruticultor do Estado. Demais culturas no setor frutífero na economia do Rio Grande do Norte que apresenta resultados satisfatórios com a irrigação são: a manga, o mamão, o abacaxi, o caju e a melancia. Na região de Mossoró e de Açu, a produção de melão é destinada à exportação e importação. A partir de 1998, outras frutas foram cultivadas, como banana, melancia, manga e papaya. Em 2005, a castanha de caju se tornou um dos produtos mais exportados onde sua cultura necessita de uma natureza favorável nosso clima, frequentemente produzidos nas regiões secas e quentes do estado em razão pouca quantidade de insetos nocivos e ausência de chuvas, completada pela irrigação controlada oriunda de numerosos rios e lagos artificiais favorecendo uma qualidade do produto. A fruticultura no Rio Grande do Norte beneficia um percentual importante da agricultura de nosso estado gerando um valor significativo de taxas de empregos sendo esse uma das importantes características agropecuária no pólo de fruticultura do Rio Grande do Norte apresentando elevado padrão tecnológico que traduz métodos de irrigação sob pressão compostos de diferentes sistemas de aspersão ou gotejamento, e a exclusiva presença de trabalhadores assalariados.

(CONCLUSÃO) A fruticultura constitui uma das mais expressivas atividades econômicas do RN, em termos de geração de renda, emprego, produção e exportação. Trata-se da produção e comercialização de produtos adequados ao clima e solo do estado, cuja posição estratégica permite a elevada produtividade e exportação para a Europa. O porto de Natal constitui um dos fatores prejudiciais ao setor, dada a sua precariedade de logística, exigindo que o produto seja exportado por Fortaleza, Recife e João Pessoa.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

RESPONSABILIDADE SOCIAL: OS IMPACTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA DICA FELIZ NO RESULTADO FINANCEIRO DA EMPRESA SOB A VISÃO DO GERSTOR: UM ESTUDO EMPIRICO EM UMA INDÚSTRIA DE CAFÉ

Autor(es):

Maria Célia da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Thereza Angélica Bezerra de Souza

Instituição de Ensino: FARN

Yara Magaly Albano Soares

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) RESPONSABILIDADE SOCIAL: OS IMPACTOS FINANCEIROS DO PROGRAMA DICA FELIZ NO RESULTADO FINANCEIRO DA EMPRESA SOB A VISÃO DO GESTOR: UM ESTUDO EMPIRICO EM UMA INDÚSTRIA DE CAFÉ. A busca da qualidade tem estado presente na história das organizações que competem no mercado. Desta forma, elas conseguem atrair cada vez mais clientes que por sua vez procuram por empresas que aplicam estratégias de gestão ambiental e responsabilidade social. Assim ocorre um diferencial em função do tipo de empresa que são inovadoras em suas estratégias e acompanham a demanda no mercado interno e principalmente no Brasil. A responsabilidade social corporativa é o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comprometimento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, simultaneamente, a qualidade de vida de seus funcionários e de seus familiares, da comunidade local e da sociedade como um todo. Essa concepção assume a responsabilidade social como expressão de uma postura ética comprometida com o resgate da cidadania, assumindo uma posição de co-responsabilidade, na busca do bem-estar público, em articulação com as políticas sociais (Instituto, Fundações, Organizações, Universidades, Comunidades etc.). A expressão “responsabilidade social” como visão mais ampla nada mais é que um compromisso que as empresas têm com o desenvolvimento, bem estar e melhoramento da qualidade de vida dos empregados e comunidade em geral, o termo responsabilidade social significa uma série de interpretações. Para alguns representa a idéia de responsabilidade ou de obrigação legal, para alguns representa a idéia de responsabilidade ou de obrigação legal, para outros, é um dever fiduciário, que impõe às empresas padrões mais altos de comportamento que os do cidadão médio. É uma idéia e um comportamento responsável no sentido ético podendo ser desenvolvido através de ações como: projetos sociais, educacionais, esportivos entre outros que possa beneficiar a sociedade como um todo. .

(METODOLOGIA) A metodologia do presente trabalho está baseada no estudo de caso de uma empresa, escolhida sob os seguintes critérios: ser socialmente responsável e de grande porte. O estudo foi realizado com base em dados secundários, entrevista com profissionais envolvidos na gestão do projeto Dica Feliz com aplicação de questionário com perguntas fechadas e a pesquisa foi dividida em três partes distintas que são: tipo de pesquisa, técnica de coleta de dados e tratamento dos dados.

(RESULTADOS) Diante dos resultado obtidos pelos gestores do programa dica feliz (supervisor, coordenador e gerente), percebe-se que todos reconhecem o tema em foco, responsabilidade social, não só como obtenção de lucro mas como uma empresa que está inserida no mercado e preocupada com a sociedade como um todo.

(CONCLUSÃO) Após a análise observou-se que ainda existe um campo muito amplo para expansão do projeto, já que na realidade todos os produtos da indústria são reconhecido em todo estado do RN. Partindo deste contexto há um projeto para que toda escola do RN possa vir participar dos projetos implantado pela empresa.

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE IMPLANTAÇÃO DE UMA LOCADORA AUTOMOTIVA DE PASSAGEIROS NA CIDADE DE NATAL/RN.

Autor(es):

Luiz Odelmo de Barros: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Plano de Negócio é um instrumento que visa estruturar as principais concepções e alternativas para uma análise correta de viabilidade do negócio pretendido, proporcionando uma avaliação antes de colocar em prática a nova idéia, reduzindo assim, as possibilidades de se desperdiçarem recursos e esforços em um negócio inviável. Uma ferramenta até a poucos anos desconhecida, o Plano de Negócio passa a fazer parte do cotidiano dos empreendedores. Ele é atualmente exigido em praticamente todas as operações de crédito e tornou essencial na busca de financiamento. O objetivo geral é desenvolver o diagnóstico de viabilidade econômico financeira de implantação de uma locadora de veículos de passageiros. O plano de negócio tem como objetivos específicos: Realizar estudo de mercado de locação de veículos em Natal/RN. Elaborar o Plano de Negócio visando à viabilidade de implantação de uma empresa de locação de veículos de passageiro. Analisar os indicadores econômicos financeiros que viabilizem a implantação do plano de negócio.

(METODOLOGIA) Trata-se, portanto, da análise de viabilidade de investimento empresarial, a qual exige uma pesquisa descritiva sobre os diversos aspectos inerentes à implantação do plano de negócio e respectiva execução do investimento solicitado para a implantação do empreendimento. A metodologia utilizada para elaboração do trabalho foi também a pesquisa bibliográfica, buscando explicar o problema a partir de referências teóricas publicadas sobre o assunto.

(RESULTADOS) O plano de negócio confirma a viabilidade econômica e financeira de implantação de uma locadora automotiva de passageiros na cidade de Natal-RN, cujos índices apresentam uma taxa de rentabilidade de 20%, um custo ponderado do capital de 9,30% uma lucratividade de 19,6%, o giro do ativo de 1,02% e o pay back encontrado foi de 05 anos. O Censo ABLA 2007 registrou a evolução da cultura do aluguel de automóveis no Brasil, com uma abrangência de usuário e da terceirização cada vez mais ampla. O setor começa a sentir na prática a popularização da demanda por carros alugados, tanto por parte de empresas de menor porte, (as pequenas e médias empresas), como também de usuários pessoas físicas em viagens de lazer ou mesmo na locação de automóveis para suas necessidades urbanas. Segundo a ABLA, o número de empresas que atuam no setor diminuiu nos últimos anos em função de muitas locadoras operarem com valores abaixo da realidade desvirtuando a própria atividade e tiveram que fechar as portas dando prova de que não há espaço para esse tipo de estratégia.

(CONCLUSÃO) A gestão de uma locadora de automóveis exige capital intensivo e nesse sentido, é preciso lembrar que o custo do dinheiro no Brasil ainda é muito alto acentuando-se as dificuldades para obtenção de crédito, o que implica dizer que o empreendedor precisa estar bem preparado e ter um planejamento adequado em relação às reais necessidades de capital. Podemos afirmar com base nos índices alcançados, que o projeto é financeiro e economicamente viável e que os recursos injetados no negócio terá o seu retorno assegurado dentro do prazo estabelecido.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DA CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN.

Autor(es):

Júlio César da Silva: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A controladoria deverá proporcionar segurança a sociedade no aproveitamento dos recursos públicos, bem como a constante aferição da qualidade dos serviços prestados, pois, governar entidades públicas exige de cada administrador atender ao mandamento da divulgação com transparência, requisito de relevante importância na prática da democracia em uma sociedade que busca ser mais inclusiva, respeitando assim o direito de cada cidadão que é afetado pelo ato público de governar. Com o propósito de fortalecer esse pensamento, esta pesquisa buscou conhecer a controladoria aplicada na Prefeitura municipal de Parnamirim e avaliar a sua importância na execução e gestão do orçamento e finanças da referida instituição.

(METODOLOGIA) Elaborada no contexto da linha de pesquisa da graduação de Ciências Contábeis da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – FARN, esta pesquisa é do tipo exploratória baseada na aplicação de um questionário aplicado junto aos funcionários que fazem parte da Controladoria pesquisada, com objetivo de analisar se a Prefeitura Municipal de Parnamirim dispõe de um Controle Interno que contribua para a eficiência e eficácia no uso dos recursos público e a forma como administram e apresentam o desempenho econômico, financeiro e social, no contexto da governança pública.

(RESULTADOS) Constatou-se que a Controladoria intenta a aderência às leis e regulamentos da gestão pública como também, busca o desenvolvimento e manutenção de dados orçamentários e financeiros, revelando-os em forma de relatórios para os usuários internos e externos das informações em momento oportuno. Os resultados da pesquisa demonstram aspectos positivos em relação ao desempenho das atividades exercidas pela controladoria do município de Parnamirim, é notório também a constante atualização da Controladoria nos que diz respeito as legislações pertinentes à área. Portanto, confirmam-se os principais indicadores que viabilizam a ação da Controladoria voltada para obtenção de níveis aceitáveis de eficiência e eficácia na execução orçamentária e financeira da Prefeitura Municipal e Parnamirim. As informações coletadas diretamente junto aos técnicos mostram que, na sua maioria, os processos seguem normas previamente definidas, cujos gestores atendem às diligências emanadas e procuram evitar procedimentos contrários àqueles constantes das normas e da legalidade. A pesquisa revela que, tecnicamente, a Controladoria da Prefeitura Municipal de Parnamirim está sendo conduzida de forma equilibrada, cuja ação assume posição de referência para a condução administrativa da prefeitura. Os técnicos e gestores avaliados confirmam que a Controladoria contribui para a eficiência e eficácia do orçamento e finanças da referida Prefeitura.

(CONCLUSÃO) A pesquisa conclui que a Controladoria constitui um importante instrumento de apoio administrativo e cuja atuação contribui para a obtenção de eficientes resultados da execução orçamentária e financeira da Prefeitura Municipal de Parnamirim. Constata-se ainda que a Controladoria contribui para a obtenção de eficazes resultados da administração do município, considerando que os indicadores de eficiência permite a melhor execução orçamentária e racionalidade na gestão financeira.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO NAS EMPRESAS DE HORTIFRUTIGRANJEIROS –ESTUDO MULTICASOS NA CIDADE DO NATAL

Autor(es):

Janaina Pará Sales de Almeida: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Valderio Freire de Moraes Junior
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O estudo apresentado neste trabalho é uma pesquisa de multicasos que avalia entre três empresas do setor hortifrutigranjeiro com o fim de verificar a execução, viabilidade e dificuldades enfrentadas pelos contabilistas que atuam nestas empresas para realização de um planejamento tributário, uma forma lícita de reduzir a carga fiscal, que exige do profissional da área um conhecimento técnico e bom-senso dos responsáveis pelas decisões estratégicas no meio corporativo. Na pesquisa, é possível verificar quais delas trabalham com o auxílio de um planejamento tributário nas tomadas de decisão. Este trabalho específico realizado com o fim da redução dos custos através da diminuição dos tributos com base legal é chamado de planejamento tributário.

(METODOLOGIA) Através da realização de uma pesquisa de abordagem e entrevista a em três empresas comerciais que trabalham no setor de hortifrutigranjeiros na Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte (Ceasa-RN), o objetivo geral é verificar se há a prestação de um serviço de planejamento tributário nas empresas avaliadas, mostrando o desenvolvimento e aplicabilidade nas empresas contatadas no ramo da atividade. O estudo de “multicasos” deste trabalho científico foi realizado através uma abordagem qualitativa denominada de pesquisa exploratória social, cuja aplicação tem por finalidade a elaboração de instrumento de pesquisa que será adaptado às empresas avaliadas, como as entrevistas. Dando suporte ao assunto apresentado foi feita uma pesquisa documental bibliográfica, desenvolvida através da utilização de estudos feitos sobre o tema, através de livros ou artigos já elaborados.

(RESULTADOS) Na análise de resultados, o estudo deste trabalho observou entre as empresas avaliadas que os contadores responsáveis pela execução dos serviços estudam minuciosamente a atuação das empresas. Verificam o faturamento para ver em qual tipo de tributação ela se adapta. E utilizam todos os instrumentos disponíveis para oferecer o melhor serviço aos seus clientes. Observando a questão do planejamento tributário, a sonegação fiscal, a tributação e a execução do planejamento tributário do setor hortifrutigranjeiro.

(CONCLUSÃO) O planejamento tributário é a economia de impostos, sem infringir a legislação. Dessa forma, o trabalho verificou que os contabilistas que trabalham nas empresas avaliadas executam o planejamento tributário, observam as situações possíveis do crédito tributário, conhecem as situações possíveis do diferimento ou postergação dos recolhimentos dos impostos, permitindo um melhor gerenciamento do fluxo de caixa, o conhecimento das despesas e provisões permitidas pelo fisco como dedutíveis da receita, procurando aproveitar ao máximo as lacunas deixadas pela legislação, além da atenção as mudanças das normas. Na tentativa de um melhor resultado, a opção clara, exata e legal é racionalizar os custos tributários, sem afrontar as diversas legislações que regem os mais diversificados tributos, em todas as fases da cadeia de valores, seja no ciclo produtivo ou comercial.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

RELAÇÃO ENTRE DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA E ÍNDICES DE LIQUIDEZ EM EMPRESAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Autor(es):

Elizeu Dantas de Melo Neto: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Diego Rodrigues Boente
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO)O objetivo principal das divulgações das demonstrações contábeis e de seus índices consiste em fornecer informações úteis para as tomadas de decisões e para análise dos investidores, consistindo em uma das principais fontes de análise da situação econômica financeira de uma empresa. Este estudo teve o objetivo de analisar a Demonstração de Fluxo de caixa, uma nova e importante demonstração contábil, que recentemente se tornou obrigatória no Brasil e também os Índices Contábeis de Liquidez, que também são de extrema importância.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA)Quanto a natureza, esta pesquisa se caracteriza por exploratória, buscando gerar conhecimento para a aplicação prática dirigida a solução de problemas específicos. Realizar-se, também, pesquisa bibliográfica e documental, com consulta ao acervo bibliográfico que dispõem sobre o tema abordado.

(RESULTADOS) (RESULTADOS)A demonstração de fluxo de caixa passou a ser obrigatória no Brasil, apenas no final de 2007, através da publicação de lei 11638/2007 e no primeiro ano somente as companhias fechadas de patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), é que estão obrigadas a divulgar a Demonstração de Fluxo de Caixa. Apesar de ser uma demonstração recente, a DFC é de tão grande importância como as outras, haja em vista ser um dos principais instrumentos de avaliação da capacidade que a organização possui de pagar suas dívidas na data do vencimento. Outra qualidade dessa demonstração está em possibilitar a conciliação entre o regime de caixa e o de competência. A demonstração de Fluxo de Caixa pode ser apresentada em dois modelos o primeiro pelo método direto que é onde as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgados e pode também ser apresentado pelo método indireto que é onde o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado, pelos efeitos das transações que não envolvem caixa. Os índices de liquidez são de extrema importância para a análise da situação da empresa, pois eles demonstram a capacidade que a empresa possui de honrar seus compromissos, se tornando assim uma ferramenta de alta importância para os gestores da empresa. As informações para o cálculo destes índices são retiradas do balanço patrimonial e devem ser atualizadas constantemente para uma análise correta e de maior credibilidade. Os índices de liquidez são: o de liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral. A amostra do objeto de estudo compreende os dados de 20 empresas do segmento de energia elétrica que divulgam as suas demonstrações contábeis no site da BOVESPA, relativos aos anos de 2007 e 2008.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) Os resultados mostram que existe correlação entre os índices de liquidez e a Demonstração de Fluxo de Caixa. No entanto as demonstrações se mostram levemente fracas ou moderadas.

CUSTO DE UM PROJETO DE DRENAGEM

Autor(es):

Marcelo Luiz da Fonseca Rodrigues: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Yara Magaly Albano Soares
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO As políticas públicas estão relacionadas com questões de igualdade, de direito e satisfação das necessidades básicas, entre estas a saúde e o transporte. Neste contexto a drenagem de ruas e avenidas é projeto importante e relevante para toda a sociedade e se encaixa no âmbito de políticas e decisões pública sendo esta segunda parte da primeira. Com o desenvolvimento de uma sociedade as obras urbanas vêm sendo necessárias ano a ano, a medida que as cidades crescem, através dos centros indústrias, comércios e residências, pois as ruas e avenidas vão surgindo e como isto, a importância de seu saneamento e drenagem. Estes são aspectos importantes para a saúde da população assim como na priorização de recursos públicos em virtude sua escassez e necessidades ilimitadas inerentes ao ser humano e conseqüentemente à sociedade. Diante desta preocupação os gestores públicos se deparam com recursos que precisam ser bem alocados muitas vezes através da gestão de custos. Dentro desta gestão a licitação de obras por empresas privadas assumindo a execução de trabalho é uma das medidas do gestor público a fim de melhorar os custos e dar qualidade às obras. Diante deste contexto a pesquisa buscou identificar como é o processo de mensuração e alocação de custos em um projeto de drenagem, para isto utilizou de técnicas sugeridas pela literatura.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA A pesquisa utiliza de procedimentos, exploratórios, descritivos e bibliográficos, além de ser caracterizado com um estudo de caso. Foi feita a coleta de dados numa empresa de construção civil especializada e em projetos de drenagem e pelos órgãos estaduais. Sendo os dados fornecidos diretamente pelos funcionários habilitados através de roteiro de trabalho. Foram feitas também visitas em locais onde já foram executados outros projetos de drenagem. Para melhorar a apresentação dos resultados foram feitas planilhas contendo os custos e gráficos.

(RESULTADOS) DESENVOLVIMENTO Observou durante a pesquisa que a preocupação na mensuração dos custos é primordial para identificação do gasto para o produto final. A licitação feita tem como um dos principais critérios o menor valor a ser recebido pelo órgão público. Daí a importância de monitorar e controlar de forma acirrada todos os processos, a fim de não aumentar o valor total deste, pois assim a empresa apresentará resultados indesejáveis, prejuízo. Observou-se também que é utilizado orçamento padrão para a execução do projeto e que são feitas inserções a todo o momento quando existe uma discrepância entre o orçamento padrão e o real, a fim de diminuir os custos da cadeia de valor. A empresa estuda já participou de vários projetos de execução de drenagem e conseguiu até o momento apresentar resultados voltados para seus objetivos.

(CONCLUSÃO) CONSIDERAÇÕES FINAIS A administração pública de forma eficiente se faz necessária através da iniciativa privada, pois os dois gerindo melhor seus recursos, seja através da redução de custos, seja através de alocação melhor de mão de obra, matéria prima e outros recursos existentes, para isto é importante o uso de mecanismos e técnicas de gestão de custos e muita dedicação de todos que fazem parte do processo. A Gestão de custos não é tarefa fácil, mas com o esforço de todos é essencialmente recompensada.

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL EM UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Autor(es):

Maria Gorete Lopes da Silva Fidelix: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Valderio Freire de Moraes Junior
Instituição de Ensino: FARN
Thereza Angélica Bezerra de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com as constantes mudanças e aumento da concorrência entre as empresas, a acelerada evolução do ambiente econômico e tecnológico tem dificultado o entendimento e a gestão dos negócios, sendo cada vez mais necessário, buscar o maior número de informações que auxiliem os administradores na tomada de decisão. A informação deve surgir no suporte do ciclo de planejamento, execução e controle, que se consubstancia no processo de gestão, daí a necessidade imprescindível da contabilidade gerencial como instrumento de apoio nas tomadas de decisões. Através das informações extraídas das demonstrações contábeis ou relatórios gerenciais podem-se mensurar o desempenho da organização, traçando planejamento estratégico. Para que as organizações, bem como os gestores, aprendam a lidar com as mudanças e os avanços, se faz necessário, a busca de auxílio na contabilidade gerencial, que, de importância relevante para administração da empresa, se encaixa de maneira válida e efetiva na geração de informações para suporte na tomada das decisões, com base no conhecimento das situações passadas ou presentes e constituir-se em estimativa válida daquilo que poderá acontecer no futuro. Os usuários internos, aqueles que estão dentro do âmbito empresarial utilizam destas informações como medidor de desempenho, para assegurar metas e objetivos traçados estrategicamente em um momento anterior, para apresentar novas metas. Dentro deste contexto busca-se então, mostrar até que ponto a informação contábil gerencial seria útil em uma empresa de pequeno porte da cidade de Natal.

(METODOLOGIA) Se caracteriza por ser uma pesquisa descritiva, pois segundo Ching (2003,p.4), “ para poder trabalhar de maneira efetiva, as pessoas em uma organização precisam constantemente de informação a respeito do montante de recursos envolvidos e utilizados”. Caracteriza-se como tal, pois foi o identificado na administração de uma empresa de pequeno porte, objeto de pesquisa. Como é descritiva, também é um estudo de caso, pois trabalhou uma única unidade. Também se caracteriza por um estudo exploratório, restringe-se a definir objetivos buscando informações sobre o determinado assunto. Os dados utilizados foram adquiridos por meio de questionários, os resultados foram tratados após a organização do trabalho utilizado na pesquisa, às informações foram organizadas em gráficos.

(RESULTADOS) Os resultados apontam para uma realidade diferente do esperado, os usuários entrevistados (diretor geral, diretor administrativo e diretor financeiro) todos reconhecem a importância da contabilidade gerencial como uma importante ferramenta na tomada de decisão, mas não a utilizam, pois citam a não existência de apoio contábil em sua administração, já que o contador, apenas cumpre as obrigações fiscais e assessoriais que a legislação impõe e pouco faz para auxiliar os gestores com informações gerenciais úteis ao seu planejamento e tomada de decisões.

(CONCLUSÃO) Apesar de a literatura ser unânime em afirmar e provar a importância da contabilidade gerencial (informações contábeis) para tomada de decisão, os usuários, principalmente o interno, sentem dificuldade em gerir tais informações, pois foi o caso específico da empresa analisada. Tendo sido apontado por várias razões, notou-se a falta de interesse do usuário em saber mais, do contador informar melhor e que a experiência do gestor não se traduz em ferramentas de contabilidade gerencial e sim baseada em intuição. Por tanto é necessário que exista um interesse interdisciplinar entre as informações necessárias e relevantes e como estas são expressas em momento oportuno. Pois caso não exista, a contabilidade gerencial perde sua importância.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UM ESTUDO APLICADO À EMPRESA R & C INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO S/A.

Autor(es):

Rodrigo Alexandre Bezerra Freire: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Tatiana Cristina Leite de Aguiar
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho se propõe a estudar a tributação de uma empresa fictícia R & C INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO S/A, sociedade anônima de capital fechado, enquadrada no regime de tributação pelo Lucro Presumido, com apuração trimestral. Diante das formas de tributação vigente em nosso país, busca-se uma resposta a seguinte interrogação: O Lucro Presumido Trimestral é a forma de tributação mais adequada e menos onerosa para essa empresa? O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as demonstrações contábeis da empresa fictícia R & C INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO S/A, de forma a concluir se o regime de tributação adotado foi realmente mais adequado do ponto de vista econômico. E como objetivos específicos conhecer os tipos e algumas particularidades das Sociedades Empresárias; examinar o Sistema Tributário Nacional, levantando o conceito, as espécies e a classificação dos tributos; pesquisar sobre os regimes tributários vigentes no Brasil; criar uma sociedade industrial sob a forma de uma Sociedade Anônima de capital fechado; identificar qual o regime de tributação é menos oneroso para a empresa em estudo.

(METODOLOGIA) O presente estudo foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas, pois teve seu embasamento em livros de Direito e Contabilidade, de renomados autores, para melhor atender ao problema em questão. Após a coleta dos dados bibliográficos, foi elaborado um estudo de caso, aplicando aqueles a uma situação concreta, de modo a aliar a teoria à prática.

(RESULTADOS) Após apurados os impostos federais tanto pelo Lucro Presumido, quanto pelo Lucro Real Trimestral, têm-se os seguintes dados: Pelo Lucro Real Trimestral a R & C INDÚSTRIA DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO S/A verificamos que o contribuinte teria recolhido por ano com impostos federais R\$ 1.795.675,48 (Hum milhão, setecentos e noventa e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos); Em se tratando de Lucro Presumido a R & C INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO S/A recolheu no ano de 2008 com impostos federais o montante de R\$ 1.888.540,63 (Hum milhão, oitocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e quarenta reais e sessenta e três centavos).

(CONCLUSÃO) Com as análises executadas quanto ao regime de apuração dos impostos federais, objeto da pesquisa em questão, pode-se concluir surpreendentemente, que a R & C INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO S/A não fez a melhor opção ao escolher o Lucro Presumido no ano de 2008, apesar do lucro obtido no final do exercício. Isto porque grande parte desse lucro fora oriundo de dividendos recebidos. Portanto, já vinham tributados. Logo, se houvesse optado pelo Lucro Real – apuração trimestral teria tido uma economia tributária de R\$ 92.865,15 (Noventa e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos). Através do que foi explanado, fica evidente a grande importância do planejamento tributário para as empresas e, indiretamente para a sociedade como um todo. Isto porque essa economia tributária poderia ser revertida para expansão e desenvolvimento da sociedade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Contabilidade

SIMPLES NACIONAL: A IMPORTÂNCIA DE SUAS INOVAÇÕES PARA AS MICROEMPRESAS (ME) E PEQUENAS EMPRESAS (EPP).

Autor(es):

Gabriel Silva Correia Borges: Discente do Curso de Ciências Contábeis da FARN

Orientador(es):

Tatiana Cristina Leite de Aguiar
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As microempresas e pequenas empresas são uma das principais fontes de renda e sustento da família, não só do empresário como de todos os seus colaboradores, influenciando diretamente na redução das taxas de desemprego no país, na arrecadação advinda dessas empresas e movendo o planejamento orçamentário do Governo em benefício de toda a sociedade brasileira. Na medida em que a União promove mudanças nas formas de tributação, as empresas encontram problemas em seu planejamento tributário para a escolha da melhor forma de tributação. A opção pela tributação mais adequada a realidade das empresas vem se tornando uma estratégia primordial para a sobrevivência dos negócios, uma boa gestão começa com um bom planejamento, e o planejamento tributário para a micro e pequena empresa pode acabar tornando-se a escolha pela vida da empresa, ao invés de uma das várias falências que ocorre a cada dia. Muitas das mudanças legislativas tributárias para diminuir os números de falências e informalidades das empresas brasileiras e acompanhar a evolução tecnológica e das informações, mesmo respeitando o princípio constitucional da anterioridade, surpreendem os profissionais como contadores, economistas, administradores, advogados tributaristas e os empresários sem que haja tempo hábil para estudar tais mudanças de forma apurada.

(METODOLOGIA) O tipo de pesquisa utilizada foi à bibliográfica, uma vez que, segundo Bauren (2006), o material consultado neste tipo de pesquisa abrange todo o referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros. Com base nisso é que se pode elaborar o trabalho monográfico, seja ele em uma perspectiva histórica ou com o intuito de reunir diversas publicações isoladas e atribuir-lhes uma nova leitura.

(RESULTADOS) Com o objetivo de unificar a arrecadação dos tributos e contribuições devidos pelas microempresas e pequenas empresas brasileiras, nos âmbitos dos governos federal, estaduais e municipais, o regime especial de arrecadação, denominado Simples Nacional, vem beneficiando as empresas em estudo com uma maior justiça tributária entre as empresas de variados portes em nosso país, além de simplificar o pagamento dos impostos com um programa inovador, que acompanha o processo tecnológico e de inclusão digital, o que contribui para a agilidade do serviço público, e com isso a diminuição da difusão burocrática que tanto complica a prestação de um serviço de qualidade. Desde suas origens a Lei de nº 123/06 estudada demonstra trazer medidas para diminuição da mortalidade das empresas e soluções para incentivar as suas formalidades de modo a evitar falências por causa da carga tributária que acaba se tornando um problema relevante em todo nosso contexto social e econômico. Uma das inovações é a constituição de dois órgãos responsáveis pela gestão da lei geral. São eles: o comitê gestor de tributação que trata dos aspectos tributários e o fórum permanente das micro e pequenas empresas que tratam dos principais aspectos da lei para que na medida em que vão se identificando os problemas, as soluções sejam construídas possam contar com ajuda dos empresários e profissionais da área para benefício de todos.

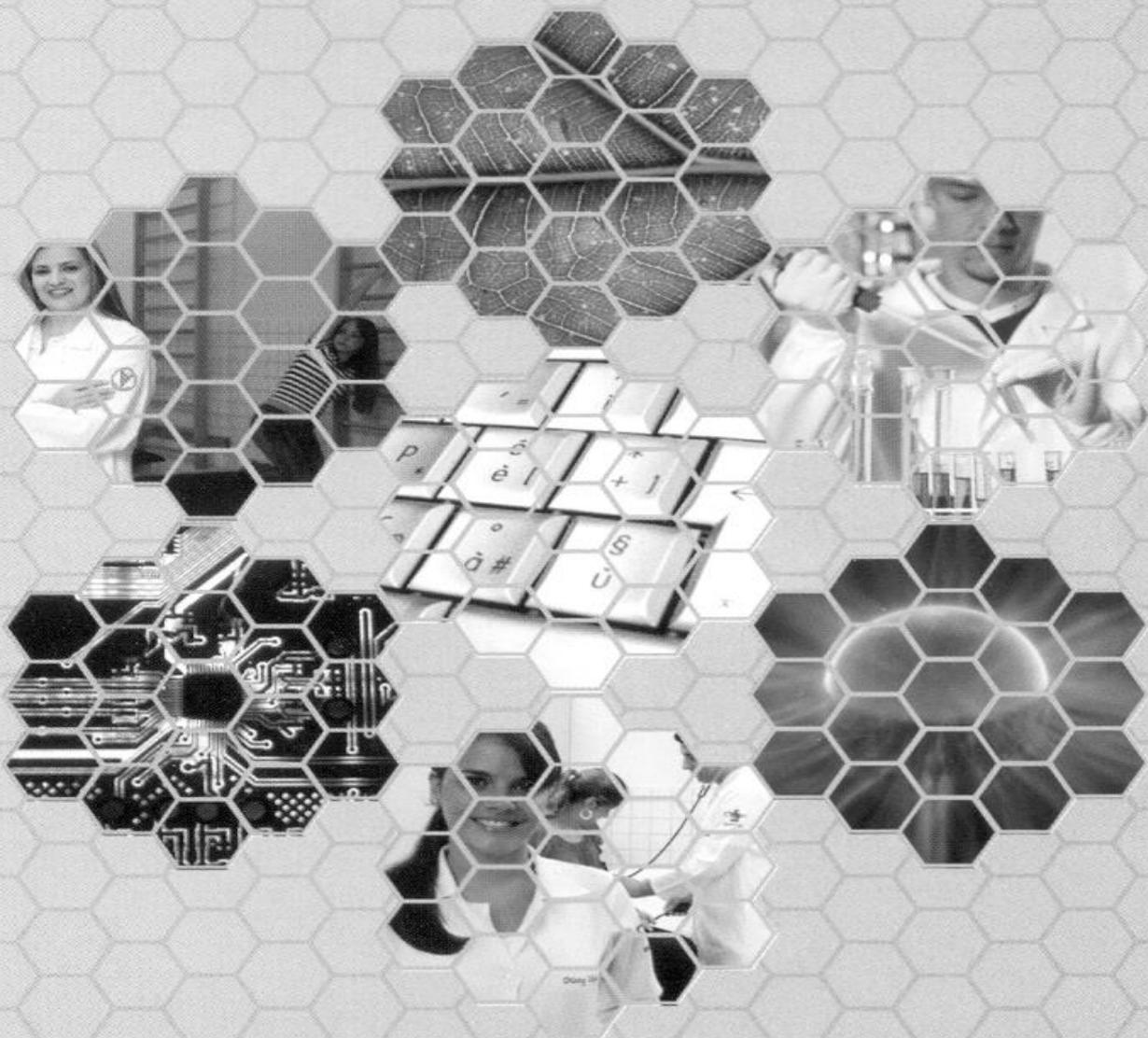
(CONCLUSÃO) Com a unificação de 9 impostos, sendo: 6 federais, 1 estadual, 1 municipal e a contribuição para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, leva aos empresários uma maior facilidade de entendimento da carga tributária que estará pagando.

IX CONIC

Congresso de Iniciação Científica
12 a 14 de novembro de 2009

FARN

FARN: 10 ANOS DE ENSINO E PESQUISA A SERVIÇO DA SOCIEDADE



DIREITO

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

AS PERSPECTIVAS DO RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO ENTIDADE FAMILIAR À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, ISONOMIA E LIBERDADE.

Autor(es):

Anderson Gustavo Lins de Oliveira Cruz: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Emanuel Dhayan Bezerra de Almeida
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A evolução da sociedade no decorrer do tempo, faz surgir, junto ao panorama sócio-jurídico do país, a necessidade de se criar novos institutos do direito com o fim de proporcionar aos novos sujeitos de direito uma maior assistência dos seus interesses junto ao atual cenário jurídico brasileiro. Desta forma, entende-se que, a homoafetividade, resultado da existência de algumas mudanças no comportamento social, necessita, como diversas outras matérias que antes eram tratadas com certo descaso pelo direito e toda a sociedade, da tutela jurídica do estado. Assim sendo, diante da mencionada problemática, o presente projeto de pesquisa visa promover um estudo acadêmico que busca encontrar uma possível solução a exclusão social que recai sobre os homossexuais, dando ênfase aos aspectos relacionados à união homoafetiva e o seu reconhecimento como unidade familiar. Baseando-se nos preceitos constitucionais, instituídos em nosso ordenamento jurídico pela Constituição Federal de 1988, pretende-se promover o embasamento de uma tese que, fundada nos diversos princípios existentes em nossa Magna Carta, venha firmar o entendimento de que é possível o reconhecimento e a tutela jurisdicional do estado frente aos aspectos inerentes à União Homoafetiva.

(METODOLOGIA) Pretende-se desenvolver uma pesquisa baseada em estudos doutrinários do Direito e a análise dos entendimentos jurisprudenciais existentes no atual cenário jurídico do país, buscando estabelecer um estudo sistematizado visando a união entre os aspectos teóricos com a realidade dos fatos, promovendo a interdisciplinariedade dos parâmetros das ciências sócias, como por exemplo, a sociologia e a psicologia, e os aspectos teórico-doutrinários do direito, elaborando, com isso, um estudo de caráter sistemático. Utilizando-se das mencionadas ferramentas, juntamente com uma discussão teórica auxiliada pelo respectivo professor orientador pretende-se chegar aos objetivos descritos.

(RESULTADOS) O resultado inerente ao presente trabalho acadêmico de pesquisa consiste na verificação da necessidade do reconhecimento jurídico, promovido pelo Estado brasileiro, das relações homoafetivas e a sua viabilidade no cenário social brasileiro.

(CONCLUSÃO) Baseando-se nas fundamentações promovidas aos longo do trabalho, conclui-se pela validação do reconhecimento dos homossexuais como novos sujeitos de direitos, inclusos junto ao ordenamento jurídico-social do Brasil. Com isso, entende-se que há a necessidade de se encarar as relações homoafetivas como mais uma nova forma de manifestação da entidade familiar. Desta forma, pode-se colcluir que se faz necessário por em pratica todos os preceitos jurídicos-constitucionais que promovem a inclusão social dos indivíduos - os quais promovem a igualdade entre todos sem distinção de qualquer natureza - vítimas do preconceito, sustentatos nos fundamentos basilares do princípio da dignidade da pessoa humana, com o fim de possibilitar a todos os homossexuais, novos sujeitos de direito, uma vida digna, como todo e qualquer cidadão, haja vista a inserção de tal categoria (classe) social no cenário jurídico brasileiro, necessitando do respaldo e de toda tutela do Estado Democrático de Direito, instituído em nosso país, pela CF/88 .

O DIREITO SOBRE A PROPRIEDADE DA VIDA, UMA ABORDAGEM NIETZSCHEANA

Autor(es):

Raphael José Rodrigues Torres: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Pablo Moreno Paiva Capistrano
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho constitui-se em uma análise do direito à propriedade da vida a partir de um enfoque derivado do pensamento de Nietzsche, atrelando suas principais idéias aos princípios normativos e consuetudinários presentes na atualidade.

(METODOLOGIA) Baseada em uma leitura filosófica de aspectos relativos a apropriação dos direitos individuais com base nas principais obras do autor em questão (Assim falou Zaratustra, Ecce Homo, O anticristo, Para além do bem e do mal, Humano demasiado humano e Crepúsculo dos ídolos).

(RESULTADOS) O direito à vida é um tema bastante controverso na contemporaneidade, sendo até mesmo retratado na nossa constituição no art. 5º, que assegura a inviolabilidade e irrenunciabilidade da vida, assim como defesa da honra e imagem das pessoas. Porém, até que ponto uma sociedade democrata que assegura o direito à liberdade individual deve interceder no exercício do direito à vida? Nietzsche em suas obras aborda a fundo o amor fati, deixando de lado muitos valores que são postos como verdades sociais, principalmente para os cristãos, e que fortalecem o sacrifício da personalidade e deixam de tratar o homem como indivíduo, enfatizando sempre os aspectos morais coletivos, selando a degenerescência e a contradição dos instintos, a perda do equilíbrio e da personalidade. Enfatiza a atitude do fisiólogo, que opta pela amputação de um membro ou órgão quando este está infectado, para não danificar todo o restante, enquanto que os aspectos morais coletivos optam pela defesa deste órgão a qualquer preço, contribuindo para o fortalecimento da visão humanitária em afronte ao individualismo. Em "Humano, demasiado humano", propõe que o suicídio seja considerado uma atitude natural, dando a possibilidade a um homem envelhecido, mas dotado de consciência, de escolher, antes que haja a sua dissolução e esgotamento, o momento louvável de dar termino à sua vida antes que se torne um inválido, para isso a visão imposta à sociedade atualmente, através de princípios morais religiosos, deveria ser colocada de lado. Na sua obra "Crepúsculo dos ídolos" reforça a prática do suicídio, atingindo o ápice argumentativo quando sugere que é melhor "morrer altivamente quando já não é possível viver altivamente".

(CONCLUSÃO) A atitude de Nietzsche, em relação ao direito à vida buscava a destruição de valores sociais de cunho religioso ou derivados da norma, para assim construir novos valores, esquivando-se de situações nas quais estaríamos condenados ao sacrifício da própria iniciativa tornando-nos simples órgãos de reação, e que só através dessa mudança poderíamos vislumbrar o surgimento de um ser humano superior, o Übermensch (Super-Homem), abordado por Zaratustra (Assim falou Zaratustra).

O MUNDO JURÍDICO EM CONTATO COM O ÂMBITO CULTURAL

Autor(es):

Kaline Monteiro Rocha Hassan Elaouar: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Renata Araújo Soares: Discente do Curso de Direito da FARN

João Carvalho Fernandes de Oliveira Filho: Discente do Curso de Direito da FARN

Raphaella Pereira dos Santos Câmara: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Nossa pesquisa foi embasada nas seguintes bibliografias: ROULAND, Norbert. Nos confins do Direito. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2008; SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. Ética, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002. Já que nosso principal objetivo foi fazer uma reflexão a respeito da conexão íntima existente entre o mundo do direito e a esfera cultural, ressaltando os pontos em que estes se contradizem ou se completam. Tal pesquisa tem uma relevância científica bastante significativa, pois em sua essência, procurou abordar questões relacionadas à variedade cultural, aos direitos humanos e aspectos visíveis da realidade brasileira que demonstram essa interligação entre direito e cultura. Além disso, há uma perceptível dependência entre esses dois pólos de controle social que regem a nossa sociedade quanto a os seus comportamentos, condutas e atitudes.

(METODOLOGIA) A estratégia utilizada foi expressar por meios de conceitos morais, exemplos sociais, semelhanças e fatos que ocorrem na cultura e no direito, de modo que se completam e modernizam juntos a sociedade, e ainda do conceito de pluralismo, expondo os principais pontos de interação entre as influências culturais e o próprio direito. Sobre a participação e interesse dos componentes, todos tiveram seu papel e esforço, exprimindo, dessa forma, total responsabilidade para com a pesquisa. Orientadores foram de grande importância para a formação do tema e a finalização do trabalho. As análises foram efetivadas em locais apropriados para o estudo como bibliotecas e laboratórios de informática, tendo como fontes primordiais a rede de internet e livros. Os procedimentos realizados pelo grupo ocorreram através de reuniões semanais, necessárias para o entrosamento dos participantes e fundamental para a coerência do trabalho.

(RESULTADOS) Através da oportunidade que nos foi dada com a Iniciação Científica elaborada pela instituição FARN (Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN), tivemos como resultado a compreensão do direito influenciando a cultura resultando na pluralidade, ou seja, a diversificação e diferenças de costumes, comportamentos éticos e morais, sociais dos indivíduos com a sociedade, assim como reconhecimento da consciência que a pessoa deve agir utilizando as leis, normas enquadradas no direito como forma de conduta a fim de obter a dignidade humana.

(CONCLUSÃO) Podem-se abstrair aspectos fundamentais do livro “Nos Confins do Direito” de Rouland, nos quais tem como objetivo o estudo dos sistemas jurídicos produzidos nas sociedades, embora deixe em evidência que nem todas as sociedades concedem a respeito da regulamentação jurídica baseada na cultura de cada ser humano. Além disso, mostra que as culturas e costumes se apresentam de formas dinâmicas, já que estão sujeitos as mudanças bem como o direito; pois não garante efetividade de uma norma jurídica, colocando que cultura e direito vivem unidos e relacionados, principalmente, quando envolvem leis, comportamentos culturais para com a sociedade a fim de retratar a ética e moral como fatores influenciadores para regular as relações culturais sob normas nas diversas sociedades e autonomia do livre arbítrio, citando algumas exemplificações sobre esses casos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

DIREITO À EDUCAÇÃO: IDEAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Autor(es):

Narayama Henriques Costa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Carlos Thompson Costa Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo deste trabalho é evidenciar que a Constituição assegura o Direito à Educação, e este, é imprescindível para a concretização do princípio maior que é o da dignidade da pessoa humana. Assim sendo, se torna indispensável, para garantir aos cidadãos uma existência digna, na atual conjuntura de mundo globalizado e fundamentado em um sistema de informação e conhecimento, que todos tenham acesso à educação de qualidade e que este direito social fundamental seja efetivado nos moldes da sociedade constitucionalista brasileira.

(METODOLOGIA) Para a realização deste trabalho foi feita uma pesquisa de cunho bibliográfico e caráter teórico, englobada com um levantamento de dados, estatísticas e jurisprudências acerca do assunto.

(RESULTADOS) Este trabalho foi essencial para provar que há certo descaso na tutela dos Direitos sociais, em especial o direito à educação. Percebeu-se que o que falta ao Estado e a própria sociedade brasileira é a consciência de que a educação é um instrumental poderoso para fomentar o desenvolvimento completo da nação, pois a educação é o alicerce de qualquer sociedade que busque se desenvolver e se firmar em um mundo globalizado. Além disso, apurou-se através das pesquisas realizadas, que o aumento da violência e o baixo índice de educação caminham juntos, uma vez que os países com o melhor índice de educação e com o analfabetismo nulo, ou quase nulo, possuem índices de violência muito baixos. Este é o caso da Noruega que possui índice de analfabetismo nulo e alcança a 1ª posição no índice de desenvolvimento humano, tal país ocupa o 3ª lugar nos índices de países com menos violência. Ao contrário, o Brasil que possui quase 30 milhões de analfabetos e a educação é precária, ocupando a 75ª posição no índice de desenvolvimento humano, ocupa o 85º lugar na lista dos países menos violentos.

(CONCLUSÃO) Com o desenvolvimento do referido trabalho, se tornou possível perceber que o Direito à educação é capaz de concretizar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, uma vez que tendo garantido de maneira eficaz tal direito, possibilitando o acesso de todos os cidadãos à educação, será possível a erradicação da pobreza e da marginalização, a construção de uma sociedade igualitária, reduzindo as desigualdades sociais e regionais, alcançando, desta forma, o desenvolvimento nacional. Por fim, constatou-se que o Direito à educação como direito público subjetivo que é, deve ser garantido e efetivado pelo Estado e, diante da sua inércia, cabe ao Supremo Tribunal Federal, como guardião da constituição buscar meios capazes de assegurar tal direito constitucional.

A SUPRALEGALIDADE DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS: UM NOVO PARADIGMA.

Autor(es):

Ítalo Augusto Costa Medeiros de Oliveira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Daniela Carvalho de Lima Nobre: Discente do Curso de Direito da FARN

Rogério Maciel Nobre: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Carlos Thompson Costa Fernandes

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo do presente estudo é abordar os posicionamentos da doutrina e jurisprudência sobre a natureza dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro, expondo as teorias existentes da supralegalidade, Supraconstitucionalidade, Legalidade e Constitucionalidade, bem como seus efeitos dentro do ordenamento Jurídico Brasileiro, apontando-se ainda alguns impasses a respeito da aplicação destas teorias, ainda se faz uma análise do pensamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal no passado e as novas correntes que surgem ali para a definição do tema, sendo relevante a análise deste, por se tratar de matéria intimamente ligada a todos os Cidadãos brasileiros – e por que não falar do mundo –, haja vista que se discutem Direitos Humanos.

(METODOLOGIA) Para os fins deste estudo, realizou-se uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimento bibliográfico, desenvolvido com base em material literário e pesquisa em campo jurisprudencial no Superior Tribunal Federal – STF, em especial o RE. 466.343-SP bem como aprofundada ponderação doutrinária, haja vista o caráter do debate e a ausência de uma definição a cerca do tema.

(RESULTADOS) Percebeu-se que a constância da tese da supralegalidade dos tratados de direitos humanos não aprovados por maioria qualificada peca por diferenciar tais instrumentos em detrimento daqueles internalizados pela maioria do legislativo competente, criando uma "duplicidade de regimes jurídicos" imprópria para o atual sistema (interno e internacional) de proteção de direitos, que se baseia pela promoção irrestrita dos Direitos Humanos. Percebe-se ainda que tal posicionamento adotado acaba por estabelecer "categorias" de tratados que têm o mesmo fundamento ético. E este fundamento ético não lhes pode ser atribuído pelo direito interno ou por qualquer poder do âmbito interno. Encontrou-se também a utilização do vocábulo "supralegal" pelo STF quando da definição destes tratados, ao invés de confirmar o caráter constitucional dos citados tratados.

(CONCLUSÃO) Acreditamos, após reflexão sobre o tema, que o Brasil nas decisões posteriores a modificação do artigo 5º da Constituição Federal, não conseguiu fornecer aos Direitos Humanos garantidos pelos Tratados Internacionais segurança jurídica e tratamento uniforme. Devendo-se uniformizar o entendimento a cerca do assunto, entendemos ainda, que a teoria do Ministro Celso de Mello, defensor da idéia de que os acordos dos quais o Brasil é signatário da proteção aos direitos humanos têm valor constitucional, desde que não contrariem a Constituição Federal, deveria prevalecer frente às outras por estar em consonância com a linha adotada em outros países, e que frutífera se mostrou. Se adotada, atribui-se aos Tratados de Direito Internacionais os mesmos efeitos de Emendas constitucionais, tendo a característica de poder modificar os dispositivos da Constituição desde que não viole as garantias fundamentais por esta prescrita, perecendo assim a tese defendida pelo Min. Gilmar Mendes da supralegalidade dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, já que esta acaba por categorizar tais tratados de mesmo fundamento ético.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

TRABALHO ILÍCITO E SEUS EFEITOS NO DIREITO DO TRABALHO: NOVA PERSPECTIVA EM RELAÇÃO AO JOGO DO BICHO.

Autor(es):

Jacquelline Setúbal Nogueira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Ana Rosa Santos de Azevedo: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Kaleb Campos Freire
Instituição de Ensino: FARN
Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Para a formação de um contrato de trabalho é necessário a observância do art. 104, CC, o qual, estabelece que o objeto daquele deve ser lícito. Sendo o contrato de trabalho formado a partir de um objeto ilícito é negado a sua validade e todos os efeitos decorrentes da sua formação, pois o Estado tutela o interesse coletivo em detrimento do particular. Não podendo produzir efeitos na órbita jurídica em decorrência da sua anulação operar-se ex tunc. De acordo com a teoria trabalhista de nulidades um ato jurídico considerado nulo, apesar de desfeito, produzirá, em regra, todos os efeitos decorrentes do seu surgimento até a decretação da sua nulidade, pois a sua anulação operar-se ex nunc, haja vista que após a realização da prestação as partes não poderiam voltar ao seu estado anterior. Entretanto, em se tratando de contrato formado com objeto ilícito não é possível proteger situações que não são tuteladas pelo Direito e que vão de encontro aos interesses manifestamente aceitos pela sociedade, o que ocasiona a negativa dos efeitos do contrato de trabalho, pois sua anulação opera-se ex tunc. Cabe analisar o contrato de trabalho formado em decorrência da atividade do jogo do bicho. Sendo o jogo do bicho uma contravenção penal, o contrato de trabalho decorrente de tal atividade é nulo e tal anulação produzirá efeitos ex tunc, em virtude do objeto deste ser ilícito. Ocorre que, o jogo do bicho está amplamente disseminado na sociedade, passando a fazer parte dos costumes nacionais. Entretanto, apesar de já está em desuso o artigo referente à mencionada contravenção e da falta de fiscalização do poder público, este mesmo poder vem negando validade ao contrato firmado entre o dono da banca do jogo do bicho e o seu empregado, e por via de consequência negando qualquer direito a este último.

(METODOLOGIA) Foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, artigos e sites. Iniciando-se pela análise dos pressupostos necessários para a formação de um contrato, dos fatos que podem gerar a sua anulação e, por conseguinte, os efeitos desta na órbita jurídica. Após, foram feitos estudos a respeito da realidade social a respeito da prática do jogo do bicho e em seguida fazendo um paralelo com o mundo jurídico.

(RESULTADOS) O empregado que desprende seu esforço e energia para a realização da atividade do jogo do bicho é quem sofre as consequências do não reconhecimento do seu contrato e da sua anulação, permitindo que o grande beneficiário seja acobertado pelo manto da proibição de existência de tal contrato, que além de não ser compelido a cumprir com suas obrigações não sofre qualquer penalidade com sua prática.

(CONCLUSÃO) Apesar da prática do jogo do bicho ser nitidamente aceita e disseminada na sociedade, não existe regulamentação a respeito do tema, o que ocasiona o não reconhecimento de sua legalidade. Assim, o contrato de trabalho é nulo, produzindo efeitos ex tunc. Consequentemente a jurisprudência dominante não reconhece o vínculo de emprego entre o tomador e o prestador de serviços na banca do jogo do bicho, pois considera ilícito o objeto deste, o que torna insuscetível de criar direitos. Assim, o bicheiro não tem o dever de cumprir qualquer obrigação, como regularização do emprego e pagamento de impostos, só acumulando capital ilegalmente.

O INSTITUTO DA DELAÇÃO PREMIADA: CONTROVÉRSIAS E CONSTITUCIONALIDADE

Autor(es):

Vivianne Medeiros Fernandes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Carlos Thompson Costa Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como mérito retratar o instituto da delação premiada, presente no Direito penal brasileiro, investigando a respeito de sua constitucionalidade, verificando, inclusive, o possível ferimento ao princípio da igualdade, princípio da proporcionalidade da pena e princípio da dignidade da pessoa humana. O trabalho em questão visa, ainda, buscar o histórico do instituto e discutir sobre as controvérsias acerca da sua aplicação, mostrando posicionamentos favoráveis e contrários ao instituto da delação. Procura-se evidenciar, ainda, a aplicação do referido instituto no combate às organizações criminosas.

(METODOLOGIA) O material utilizado para a análise do tema em questão, ajudando assim na elaboração do trabalho, constou de um levantamento bibliográfico através de pesquisas feitas em artigos científicos, inclusive em internet, monografias, revistas jurídicas, livros e a própria letra da lei, com a utilização do código penal brasileiro e também da Constituição Federal, além de acórdão do STF posicionando-se a respeito da delação premiada.

(RESULTADOS) Através do estudo aqui elucidado, verificou-se a conformidade da delação premiada com a ordem constitucional vigente e que, para que seja efetivo o instituto é necessário que se tenha uma boa fundamentação com as demais provas que forem coletadas nos autos; e ainda que apesar do instituto em tela estar presente há bastante tempo no ordenamento jurídico brasileiro, ainda carece de legislação específica a fim de que possa viabilizar sua efetiva aplicação.

(CONCLUSÃO) O que norteou este estudo foi a questão de verificar se haveria ferimento a alguns princípios constitucionais como o da proporcionalidade da pena e o da igualdade. Nota-se que a Delação premiada é uma recompensa do Estado ao acusado do crime que, sendo submetido ao processo penal, ajudar, com seu interrogatório, na investigação criminal; E que, apesar da falta de uma sistematização legal que traga boas regras sobre a sua aplicação, é um instrumento eficaz de combate à criminalidade, principalmente a organizada. Percebeu-se ainda que, com relação aos prós e contras da questão, a corrente favorável à delação, defende que a relevância do bem jurídico tutelado pela delação (que no caso é a segurança pública) justifica a sua utilização como recurso eficaz no combate ao crime; Já a posição contrária, destaca que a sua aplicação é contrária à moral, à ética e aos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da proporcionalidade da pena. Enfim, a delação é um instituto que deve ser usado com muita cautela e critério pelo Estado, para que solucione as lides penais.

A IMPORTÂNCIA DO GACC NA TUTELA DOS DIREITOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Autor(es):

Renan Leitão Espíndola Borges: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Juliano Dantas Jerônimo: Discente do Curso de Direito da FARN

Natália Gomes de Sena: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) É triste a realidade social que se encontra hoje das crianças e dos adolescentes quanto ao tratamento e educação que lhes é dado. Sua condição peculiar como pessoa em desenvolvimento não é prelevada pela maioria das pessoas, inclusive família e educadores. A situação se agrava em se tratando de menores com moléstias graves como, por exemplo, o câncer. O GACC (Grupo de Apoio à Criança com Câncer) desempenha relevante função no auxílio a pessoas de 0 a 18 anos que sofrem cedo com doença de tamanha gravidade. Assim, vê-se importante demonstrar no meio acadêmico aspectos práticos de instituições que vem tutelando na prática o Direito da Criança e do Adolescente, articulando ações governamentais e não-governamentais (art. 86, ECA) efetivando a doutrina da proteção integral e o próprio Direito Constitucional (art. 227 da Constituição).

(METODOLOGIA) Foi feita análise de campo na instituição de modo a se verificar "in loco" as condições do local, bem como proceder a colheita de informações acerca do seu método de atuação através de diversas visitas. Nas oportunidades, procederam-se diversas entrevistas não documentadas, ou seja, como forma de conversas informais com dirigentes do GACC, quando também foi possível a obtenção de diversos materiais da instituição. Assim, foram obtidas valiosas informações sobre as formas de custeio da instituição, sua situação atual e suas principais necessidades e próximos passos.

(RESULTADOS) Lá se constatou que é disponibilizada uma equipe composta por pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas etc., além da ajuda de arquitetos (pela campanha "adote um quarto", em que o GACC estimula-os à projeção e custeio voluntário de quartos do local). Há, ainda, locais para serviços de odontologia e pediatria, mas que, pela falta de recursos ou profissionais voluntários, ainda não são fornecidos. O GACC atua como uma espécie de apoio ao jovem que passa por tratamento com a citada doença, pois se encontra em local estratégico, próximo ao Hospital Infantil Varela Santiago, importante centro de tratamento de câncer em Natal/RN. O prédio tem 4 andares e 20 quartos, capacidade para cerca de 60 pessoas. Alguns deles foram "adotados por arquitetos" em razão do que são um verdadeiro espaço lúdico para as crianças, com personagens, super-heróis, criados especialmente para elas. Eles se encontram em vários outros locais do prédio, o que torna o ambiente harmônico às crianças. O GACC se mantém por doações de empresas de médio e grande porte, pessoas físicas, bem como estrangeiros que se sensibilizam com a causa e através do Programa Cidadão Nota 10.

(CONCLUSÃO) Infere-se que o GACC cumpre com todo o disposto na Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando estabelecem que toda a sociedade, de forma prioritária, devem zelar pelas crianças e adolescentes. O GACC também atende ao papel de diminuir a segregação social das populações carentes (e, indiretamente, das crianças e adolescentes), pois todas as famílias de menor condição que são cadastradas e atendidas pela instituição passam a receber mensalmente uma cesta-básica para se manter. Assim, conclui-se que é de grande importância demonstrar esse tipo de ações, seja para a instigação de futura criação de novas outras, seja para estimular na ajuda às que já existem.

DIREITOS DA MULHER: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Autor(es):

Carla Heduarda Oliveira Barbosa: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Cecília Ramalho Dantas Varella: Discente do Curso de Direito da FARN

Daniel Assunção Chacon: Discente do Curso de Direito da FARN

Marianna Miranda da Silva Soares: Discente do Curso de Direito da FARN

Natália Pessoa de Lacerda: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Thadeu de Souza Brandão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A violência doméstica contra a mulher é uma das várias agressões que essa tem sido vítima historicamente, tanto no âmbito nacional como no mundo. Tradicionalmente, vista como ser incapaz e inferior, a violência contra a mulher encontra sua explicação essencial na ilusão da supremacia do gênero masculino sobre o feminino.

(METODOLOGIA) A escolha do tema satisfaz uma vontade íntima de trazer à baila o tema dos direitos da mulher. A intenção da abordagem local é descobrir a extensão da violência doméstica na capital e comparar com os dados da esfera nacional.

(RESULTADOS) A violência contra a mulher reflete a desigualdade entre os gêneros ainda vigorosa na nossa sociedade apesar dos avanços consideráveis na luta pelos direitos da mulher. Essa, por sua vez, pode assumir diversas formas entre as quais está a violência doméstica contra a mulher. No Brasil, hoje, mesmo constituindo a maioria da população do país, a mulher sofre no âmbito da esfera conjugal, desde desqualificações por meio de ameaças e humilhações até espancamentos ou seu próprio assassinato. As freqüentes agressões afetam a percepção da realidade e a memória das vítimas, causando ainda distúrbios como a depressão e a ansiedade. A mulher que sofre violência perde o respeito por ela mesma e passa esta visão aos filhos, criando um círculo vicioso de reprodução da opressão de gênero. À medida que os atos de agressão se repetem, o medo aumenta e se estende para outros aspectos da vida do sujeito. Dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo, demonstram as conseqüências econômicas acarretadas na vida das mulheres vítimas de violência. Antes considerada apenas no âmbito privado, o movimento de mulheres contra a violência no Brasil trouxe a questão para o espaço público, como um tema político, que deve ser tratado pelas políticas públicas. Em 1988, a Constituição brasileira fortaleceu e aprimorou a proteção dos direitos políticos e estabeleceu, pela primeira vez, a igualdade entre os sexos como direito fundamental. Ainda na Constituição Federal de 1988, é reconhecida a violência doméstica em seu parágrafo 8º, art. 226. Três anos antes, em 1985, criou-se em São Paulo, a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à mulher (DEAM) no Brasil. No governo Lula foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e com a Lei Maria da Penha, em 2006, o Brasil passa a ser o 18.º da América latina a contar com uma lei específica para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Em Natal, o combate à violência doméstica também realiza progressos. Foi em 1986, a data da criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, a terceira do país a ser instituída. Em 2006, a OAB/RN instalou a Frente Potiguar contra a Violência Doméstica. Em 2008, o Poder Judiciário do Estado instalou o primeiro Juizado Especial de Violência Doméstica em Natal. Em Agosto de 2009, criou-se o Pacto Nacional de Combate à Violência contra a Mulher e a Central de Atendimento à Mulher.

(CONCLUSÃO) No balanço dos três anos de vigência da lei Maria da Penha, a efetividade da lei está trazendo resultados positivos para as brasileiras vítimas de violência doméstica e familiar. Contudo, é mister ressaltar que a solução para esse problema requer um conjunto de iniciativas que integrem diversos ministérios e que ainda falta muito a ser concretizado.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A VIABILIDADE DA ADOÇÃO HOMOAFETIVA À LUZ DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS: A APLICABILIDADE DA NOVA LEI DE ADOÇÃO DE ACORDO COM O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

Autor(es):

Anderson Gustavo Lins de Oliveira Cruz: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira

Instituição de Ensino: FARN

Emanuel Dhayan Bezerra de Almeida

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O surgimento de inúmeros fenômenos sociais vêm proporcionando, no próprio meio social, o nascimento de novos institutos do direito, ou a adaptação dos dispositivos jurídicos já existentes, com o fim de proporcionar aos novos sujeitos uma maior assistência dos seus interesses e necessidades junto ao atual cenário jurídico brasileiro. Assim, a adoção homoafetiva, resultado da existência de algumas alterações na estrutura da entidade familiar, necessita de uma tutela jurídica e normativa. Necessidade esta, nascida diante da caracterização das modificações do cenário social que fizeram surgir, na sociedade brasileira e mundial, um novo segmento de indivíduos que necessitam do real reconhecimento da sociedade, juntamente como o chancela do direito, para só assim usufruírem de uma vida digna. Desta forma, o presente trabalho visa promover um estudo analítico acerca da viabilidade da adoção realizada por casais homossexuais frente à missão da lei em tutelar tal cenário jurídico, ou seja, a relação de adoção realizada a partir da manifestação de uma família homoafetiva. Sendo assim, baseando-se nos preceitos constitucionais, instituídos em nosso ordenamento jurídico, e na análise da nova lei de adoção, pretende-se promover o embasamento de uma tese que venha firmar a viabilidade da adoção homoafetiva no ordenamento jurídico nacional.

(METODOLOGIA) No que tange aos aspectos metodológicos, pretende-se desenvolver um trabalho baseado em estudos doutrinários do Direito, albergando às áreas do Direito Constitucional, Direito Civil e do Direito da Criança e do Adolescente. Desta forma, utilizando-se das mencionadas ferramentas, juntamente com uma discussão teórica, com o auxílio do respectivo professor orientador, fazendo o uso de obras doutrinárias e da internet, pretende-se chegar aos objetivos descritos ao longo do presente projeto.

(RESULTADOS) Em se tratando do resultado inerente ao descrito trabalho, pode-se verificar que a necessidade de se promover um estudo acadêmico frente a tal problemática se dar pela caracterização, no cenário social brasileiro, da manifestação, intolerável, de certa exclusão social que recai sobre os homossexuais presentes em nossa sociedade. Frente a tal problemática, buscar-se-á o presente trabalho desempenhar um estudo que visa, a partir da análise jurídica do tema em questão, encontrar fundamentos que promovam a viabilidade da adoção homoafetiva junto à ordem jurídica brasileira. Portanto, o que se pretende com o presente trabalho é, com base nos aspectos constitucionais inseridos no ordenamento jurídico brasileiro, encontrar a solução para a problemática que envolve a questão da viabilidade da adoção homoafetiva no Direito brasileiro.

(CONCLUSÃO) Isto posto, a partir das ponderações realizadas, pode-se concluir que a efetividade do reconhecimento das relações homoafetivas que ensejem na concretização de uma adoção é algo possivelmente viável, encontrando respaldo em uma interpretação sistemática do ordenamento normativo brasileiro, com base nos preceitos constitucionais da Magna Carta vigente.

VANTAGENS E DESVANTAGENS DA INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO

Autor(es):

Andressa Solon Borges: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Samuel Germano de Aguiar Júnior: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Trata da apresentação das vantagens e desvantagens ou pontos fortes e fracos percebidos durante a implantação do processo eletrônico em sede de Juizados Especiais, tendo em vista a importância trazida pela informatização através da Lei 11.419/2006, no que se refere aos Princípios Constitucionais da Celeridade e da Economia Processual, objetivos perseguidos pela Justiça Brasileira na tentativa de promover um andamento mais célere aos processos em tramitação. O Processo Eletrônico encontra-se em vigência deste outubro de 2008 e já é possível perceber os inúmeros progressos trazidos, tanto para as partes, como para os procuradores, principalmente para os serventuários da justiça.

(METODOLOGIA) A disciplina de Teoria Geral do Processo, bem como a de Direito Constitucional, possibilitaram a realização de uma pesquisa bibliográfica e campal nos Juizados Especiais da capital e do interior acerca dos Princípios Fundamentais do Livre Acesso à Justiça. Observou-se que a implantação do Processo Eletrônico em varas do interior e da capital traçou um panorama a ser apresentado no presente trabalho em linhas gerais acerca dos dados colhidos referentes às situações encontradas nas varas durante o tempo pouco tempo de sua implantação. Foram verificadas vantagens trazidas pela própria lei de implantação, a Lei 11.419/2006, bem como vantagens práticas quanto ao funcionamento e andamento do processo de acordo com os dados colhidos, tanto na capital quanto no interior. Além disso, também foram percebidas desvantagens comuns em ambas as comarcas, principalmente no que se refere à estrutura de funcionamento vigente nos cartórios.

(RESULTADOS) Ao final das averiguações, observou-se que a implantação do processo eletrônico trouxe melhorias visíveis no que se refere ao livre acesso à justiça no sentido de possibilitar um andamento mais célere, além de uma maior segurança, sigilo às partes e seus procuradores, bem como maior segurança no tocante a fraudes e preservação de documentos, porém o funcionamento não está totalmente otimizado, necessita de mudanças no layout dos cartórios condizentes com a total informatização dos processos.

(CONCLUSÃO) Há uma real e notória preocupação dos órgãos judicantes em garantir a tramitação de um processo dentro de um prazo razoável, já que o meio eletrônico economiza tempo e gastos. Todavia, faz-se necessária a total informatização das varas, bem como a mudança no layout para atender o jurisdicionado e otimizar o funcionamento do processo para a efetiva garantia do Livre Acesso à Justiça, do qual tanto se fala atualmente. As melhoras são patentes. Dentre elas, podemos citar a maior rapidez na tramitação do processo, a real economia de tempo, além de evitar que o processo seja retirado do cartório pelos procuradores das partes, já que estes podem consultá-lo a qualquer tempo do próprio escritório, evitando a perda ou extravio, dos autos, garantindo a conservação dos documentos originais, que ficam em poder das partes, sem correr o risco de perecimento.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

DIREITO PENAL SIMBÓLICO E O AUMENTO DA PENA NOS CRIMES PRATICADOS CONTRA MENORES DECORRENTE DA LEI 12.015/2009

Autor(es):

Ilany Kathariny Costa de Andrade: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Emanuel Dhayan Bezerra de Almeida

Instituição de Ensino: FARN

Lenice Silveira Moreira

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A criança e o adolescente são sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos pela Constituição Federal e pelas leis brasileiras, e que devem ser efetivados pela família, sociedade e pelo Estado. Atualmente, ganhou grande espaço na mídia casos de abusos sexuais envolvendo menores de idade. Tais notícias, mesmo nos veículos midiáticos mais tradicionais, tendem ao sensacionalismo, que envolve uma linguagem que busca envolver o público, fazendo-o se entregar às emoções. Como resposta, a sociedade passou a exigir punições mais severas aos crimes envolvendo menores de idade. Em 7 de agosto de 2009, foi editada a lei 12.015, que trouxe diversas mudanças ao Código Penal, ao ECA e à Lei dos Crimes Hediondos. Tais mudanças teriam como escopo punir com mais vigor aqueles que cometem crimes contra a liberdade sexual, principalmente quando há o envolvimento de menores de idade. Neste contexto, a presente pesquisa visa perfazer uma reflexão crítica acerca do papel da mídia como formadora da opinião pública a elaboração de leis em resposta aos anseios da sociedade.

(METODOLOGIA) Através da Análise de Conteúdo atrelada à visão dialética do conhecimento, foram apreciadas notícias divulgadas nos principais veículos de comunicação do país no primeiro semestre de 2009, utilizando o conceito de sensacionalismo elaborado por Angrimani. Em seguida, foram analisadas as mudanças promovidas pela Lei 12.015/2009, sob enfoque da Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale e do conceito de Direito Penal Simbólico. Trata-se, portanto, de um trabalho transdisciplinar, que agrega conhecimentos da Comunicação Social e do Direito.

(RESULTADOS) O Direito vive da valoração dos fatos sociais, os quais inspiram a criação de normas jurídicas. O Estado não pode legislar arbitrariamente, pois encontra seu fundamento na moral vigente e na vida social. Mirabete cita a “consciência do povo” como fonte remota e originária da norma jurídica. Ultimamente, diversas notícias envolvendo abusos contra menores foram divulgadas na mídia. À medida que foi quebrado o “pacto de silêncio” e os casos de violência contra crianças foram denunciados com frequência, espalhou-se a sensação de insegurança na sociedade. Diante desse quadro, o legislador viu-se compelido a dar uma resposta à sociedade. A Lei 12.015/2009 traz uma forte carga moral e emocional, que evidencia a intenção do legislador de tranquilizar a opinião pública, por meio da criação de novos tipos penais e da majoração de pena aos já existentes.

(CONCLUSÃO) O Direito Penal Simbólico aparece com a edição de leis em resposta ao clamor público quando um fato crime choca o país. Nesses casos, segundo Paulo Queiroz, o legislador não pretende prevenir ou reprimir determinadas condutas, mas difundir na comunidade a impressão de segurança jurídica. O simbolismo se processa quando as classes mais abastadas da sociedade escandalizam-se porque a violência sai da esfera abstrata das periferias e adentra suas realidades. Então esta elite passa a exigir uma atitude firme de repressão ao crime, e o Estado responde com leis ou agravando a sanção do que já é proibido. A Lei 12.015/2009 veio para atender a exigência da sociedade por uma punição mais severa nos casos de crimes contra menores de idade, o que, na prática não resolve o problema da criminalidade.

MANIPULAÇÃO DE IMAGENS E SEUS CONFLITOS COM O DIREITO BRASILEIRO

Autor(es):

Pedro Flávio Cardoso Lucena: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A manipulação de imagens não é algo novo para o homem. Essa prática já era utilizada na antiguidade clássica da Grécia, deixando profundas marcas nas obras artísticas da Idade Média e no Renascimento. Mas por volta de 1839 a fotografia foi inventada causando um grande impacto na sociedade e revolucionando todo um conceito de estética. Como não poderia ser diferente as técnicas de manipulação de fotos também evoluíram e este trabalho tem a intenção de analisar quais os impactos a manipulação de imagens traz na sociedade e os limites que o direito o impõe (e até mesmo deveria impor) para a sua plena regulamentação e uso em nosso dia a dia.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa aplicada a um caso concreto, buscando a elucidação referente ao quadro problema. Tem como fonte a bibliografia, artigos científicos, sites, fontes doutrinárias e a análise de dados oriundos de entrevistas realizadas.

(RESULTADOS) Verificou-se que a sociedade atual é caracterizada pelo consumismo e o emprego do conhecimento científico-tecnológico na produção do mercado econômico, sendo assim a implementação do marketing (com a manipulação de imagens) pode nos influenciar diariamente. Também é inegável o culto narcísico à imagem nos dias de hoje. Manipulação de imagens (especificamente o Photoshop) desenha a cada dia o novo modelo de beleza pelo qual as pessoas “deveriam” se identificar. Alienação política também acontece a partir do uso de tais técnicas e se fazem presentes desde os primórdios da fotografia. Neste âmbito o direito atua com a intenção de coibir práticas comerciais abusivas, alienação em suas mais diferentes formas e na proteção de princípios constitucionais como o direito de imagem. Mas mesmo sendo um tema antigo, o conhecimento da manipulação de imagens só se difundiu em sua plenitude com a internet, por isso em muitos casos o direito ainda não se faz presente ou atua de forma ineficiente. Em estudo de direito comparado percebemos que em países como Inglaterra seu parlamento já aceitou a lei que regulamenta o uso de Photoshop, e na França a lei espera por ser aprovada.

(CONCLUSÃO) Chegamos à conclusão de que a manipulação de imagens exerce de forma atuante uma forte influência na vida das mais diversas sociedades. Seu local de atuação é plural, atingindo a política e a economia de um país, e em relação às pessoas faz uma forte pressão determinando estilos e padrões de vida, que com certeza não podem ser atingidos por todos. Mas mesmo sendo um tema antigo, o conhecimento da manipulação de imagens só se difundiu em sua plenitude com a internet, por isso em muitos casos o direito ainda não se faz presente ou atua de forma ineficiente. Por isso se faz necessário dar maior importância a tal fato, realizando assim um estudo para que se propicie a regulamentação da manipulação de imagens.

BATMAN E JUSTICEIRO: DUAS VERTENTES DA JUSTIÇA.

Autor(es):

David Oscar Macedo de Moura: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Marcelo Henrique de Oliveira Costa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Pablo Moreno Paiva Capistrano
Instituição de Ensino: FARN
Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O trabalho em questão busca analisar por uma perspectiva hobbesiana o Jus Naturalismo e o Jus Positivismo tendo como plano de fundo dessa análise, respectivamente, os personagens centrais das obras cinematográficas: "Justiceiro - Zona de Guerra", por Lexi Alexander e "Batman - Cavaleiro das Trevas", por Christopher Nolan. Enfocando o drama existencial das duas personas das obras, sendo estas: Frank Castle (Justiceiro) e Bruce Wayne (Batman), examinaremos a questão sujeito/cidadão/indivíduo e Estado, investigando a força motriz que leva esses sujeitos atuarem sobre uma sociedade penosa onde o Estado que a organiza encontra-se ora carente, ora ineficaz.

(METODOLOGIA) O trabalho teve como processo metodológico a leitura dos livros "Leviatã" e "Do Cidadão" de Thomas Hobbes, levantando em consideração questões acerca do Jus naturalismo, Jus positivismo assim como a compreensão do conceito de contrato social. Após a exploração dos conceitos e termos acima citados, partimos para as obras cinematográficas "Justiceiro - Zona de Guerra" e "Batman - Cavaleiro das Trevas" com intuito de identificar nas personagens a partir de suas ações os conceitos hobbesianos.

(RESULTADOS) As duas visões hobbesianas serão de valor fundamental para a execução do trabalho, o conceito de estado de natureza onde o indivíduo tem direito a tudo e possui liberdade de usar seu próprio poder da maneira que quiser, seja para a preservação de sua própria vida ou da vida de outrem, será aqui utilizado para explorar o caráter do Justiceiro, que recorre a este estado de natureza para aplicar a punição devida, no caso: a justiça natural. Analisando o termo justiça natural e relacionando ao caráter do personagem citado anteriormente, pode-se afirmar que o Justiceiro retorna ao estado de natureza, quebrando a idéia de contrato social e retomando o poder outrora ofertado ao Estado para lutar de igual para igual com o criminoso, tornando-se assim, também um fora-da-lei. Outra visão que atua sobre um dos personagens é a visão positivista, onde o herói, neste caso o Batman, tenta retomar o poder absoluto do Estado agindo em comunhão com os policiais (representantes do Estado) para conduzir os criminosos à justiça positivista. Batman acredita que a transmissão de poder dos indivíduos ao soberano deve ser total para estabelecer a ordem e não retornar ao estado de barbárie, no caso, o natural.

(CONCLUSÃO) Com base nos dois personagens das respectivas obras podemos compará-los ao pensamento Jus Positivista e a idéia de Jus Naturale de Hobbes, pois embora a experiência de vida dos mesmos sejam parecidas, as suas interpretações de justiça e direito são diferentes e com isso, ambos se situam em pontas distintas do espectro.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA SOB UMA ÓTICA CONSTITUCIONAL

Autor(es):

Fernanda de Fátima Medeiros de Azevedo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Camilla Schultz Bertrand: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Em tempos de avançada globalização econômica, novos questionamentos, decorrentes de alguns interesses, vêm surgindo com relação aos direitos dos trabalhadores, com tendência à flexibilização ou mesmo à desregulamentação do direito do trabalho, com vistas a um menor custo de produção, o que beneficia somente os donos dos meios de produção e possivelmente gera uma maior desigualdade econômica. O que gera uma necessidade de proteção ao trabalhador com objetivo de se alcançar a “justiça social”, por sua condição de hipossuficiência perante o empregador, visando a uma igualdade substancial, uma ficção jurídica que permita a igualdade entre as partes. O passar dos anos acabou testemunhando a crescente e excessiva rigidez das normas de proteção ao trabalhador, porém diante de um ambiente altamente turbulento e cercado por transformações rápidas, a flexibilização das relações trabalhistas surge como uma alternativa para minimizar a crise causadas pelas mudanças econômicas, políticas e culturais. Entretanto, há muitas controvérsias no tema, pois há vários pontos divergentes a respeito, ou seja, correntes a favor e outras contra a flexibilização da CLT, das quais iremos expressar alguns pontos mais diretos, sempre sob a ótica constitucional, onde serão observados até que ponto tais mudanças prejudicam os direitos garantidos pela Constituição Federal.

(METODOLOGIA) O presente projeto será apresentado na forma de comunicação livre. Contaremos com uso de multimídia para apresentação de slides que servirão de orientação para a apresentação. Duas, das quatro componentes do grupo, irão fazer a exposição do tema.

(RESULTADOS) Pudemos observar, através da análise do tema, que a flexibilização trabalhista pode de algum modo beneficiar os trabalhadores, devido a maior facilidade de contratação, entretanto é necessário observar que do mesmo modo que se emprega mais facilmente, se desemprega mais facilmente, resultando em ferimento de princípios trabalhistas e constitucionais. É portanto, nesse aspecto que são observados os resultados dessa flexibilização que na maioria das vezes tende a diminuir os direitos dos trabalhadores sem trazer os benefícios esperados pelos mesmos.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, é possível concluir que as mudanças de leis trabalhistas poderão precarizar a relação de emprego e poderá atingir direitos garantidos pela Constituição. A partir do momento que os trabalhadores abrem mão de suas garantias, contribuem para fortalecer o poder dos empregadores sob os empregados. A sociedade estaria desconsiderando o que muitos no passado, lutaram para conseguir, a estabilidade e segurança no trabalho. Desse modo é necessário que a sociedade não abandone a luta pelo respeito ao trabalhador como ser humano que

SAÚDE: DIREITO E GARANTIA FUNDAMENTAL – NUM CONFLITO ENTRE OS PODERES

Autor(es):

Cassiano Quinino de Medeiros: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente artigo trata da intervenção do Poder Judiciário junto ao Executivo e Legislativo para o cumprimento dos direitos e garantias fundamentais – no caso em estudo, a saúde. Age em defesa da garantia do mínimo existencial, a fim de que se prevaleça sempre a busca pela dignidade da pessoa humana. Traz a defesa dos que apóiam a intervenção embasada nos posicionamentos de Hobbes e Locke, em doutrinas jurídicas diversas que exaltam a lei suprema, que teve, dentre outros para sua formação os teóricos citados, políticas como a das Organizações das Nações Unidas. Age ainda resguardado enquanto ‘Estado’ que é, em práticas de políticas adotadas pelo nosso regime político, como a do Welfare State, além de apontar o chamado abusivo à cláusula da reserva do possível. O presente trabalho traz também posicionamentos contrários a esta atuação que são pautados no perigo de se incorrer na judicialização da política e politização do Judiciário. O Judiciário, assim ocorrendo, invadiria a área de atuação dos outros poderes, afrontaria a prerrogativa constitucional da ortodoxia dos poderes : Executivo, Legislativo e Judiciário, atenta para as injustas concessões individuais, ‘privilégio’ de prestação de atendimento e na cláusula da reserva do possível, que resguarda o direito de tais políticas não serem concretizadas diante da inviabilidade econômica.

(METODOLOGIA) Para sua realização foram feitos estudos através de levantamentos bibliográficos como pesquisas em livros, periódicos e em sítios eletrônicos na rede mundial de computadores – Internet. Foi utilizado um método dialético/histórico direcionado à análise sobre a legalidade da intervenção do Judiciário perante o Executivo e o Legislativo no que se refere a criação/execução de políticas públicas de acesso à saúde.

(RESULTADOS) O Judiciário vem atuando frente ao problema da omissão Executiva/Legislativa em relação à criação/execução de políticas públicas relacionadas à saúde, ao invés de agir contra os princípios democráticos, na verdade, age em favor da soberania do poder popular. É um texto que serve como base de sustentação nas discussões sobre o tema. Numa análise dos argumentos pró e contra a intervenção do Judiciário junto ao Executivo e Legislativo, deduz-se que a garantia do mínimo existencial prevista na Constituição deve sobressair: à falta dos recursos orçamentários, à possível ingerência (quando conflito apenas ideológico) que leve a judicialização da política e politização do Judiciário, à má interpretação em relação à esfera de atuação dos poderes previstos constitucionalmente e à defesa da Cláusula da Reserva do Possível (acionada indevidamente na maioria dos casos).

(CONCLUSÃO) Faltando esta condição mínima de existência, impossibilitará ao homem de sobreviver e assim ocorrerá o não cumprimento dos direitos sociais – acesso à saúde, implica num confronto, ante tudo, com o direito natural: à vida, à liberdade, à propriedade, origem de todo ordenamento jurídico e que assegurado por Locke e Hobbes deu origem aos governos civis.

OS PODERES DA JUREMA NO IMAGINÁRIO POPULAR

Autor(es):

Allyne Dayse Macedo de Moura: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Rasland Costa de Luna Freire
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Presente trabalho consiste em uma análise antropológica acerca da presença da Jurema como elemento constituinte do imaginário do povo potiguar. No Nordeste do Brasil a Jurema (*Mimosa Hostilis*) – planta com propriedades psicoativas – está fortemente ligada às práticas religiosas. O culto a essa planta é um costume tipicamente nordestino, resultado da miscigenação cultural que caracteriza a população do Nordeste brasileiro. A adoração à Jurema teve início com os indígenas e mistura elementos da cultura ibérica recebendo também forte influência dos rituais afro-brasileiros. O culto à Jurema não é uma religião, mas está difuso em alguns rituais religiosos - nos quais exerce função mais ou menos central. O miticismo da jurema ainda é um assunto pouco estudado no mundo acadêmico - e na sociedade de um modo geral - sendo este trabalho, então, uma forma de conhecer e tentar compreender os sentimentos do povo nordestino. É um grave erro tentar entender a Ciência Jurídica, simplesmente, através de sua instrumentalização prática, por se tratar de uma Ciência Social Aplicada faz-se necessário um conhecimento crítico da Cultura e da Sociedade em que a mesma se estrutura, daí a importância cabal do uso da Antropologia, da Sociologia e da Ciência Política, como fontes de fundamentação teórica.

(METODOLOGIA) O trabalho de pesquisa dividiu-se, metodologicamente, em dois eixos: A pesquisa bibliográfica de importantes pesquisadores brasileiros como Câmara Cascudo, Iaperi Araújo e Maria Thereza Lemos, bem como, do pesquisador belga Arnaud Halloy – doutorando da “Université de Nice-Sophia Antipolis”, Nice/França. E, a pesquisa de campo no terreiro “Ylê axé omo ya omi” (casa da força dos filhos das águas), localizado na comunidade Jardim Progresso – Zona Norte de Natal - onde pudemos assistir alguns ritos em torno da Jurema e conhecer os elementos do Catimbó, analisando a relação entre o imaginário e o simbólico dentro do ritual observado, e ainda registramos depoimentos de mestres catimbozeiros e adeptos do culto à Jurema sobre os significados que essa planta representa para eles. Ainda verificamos o cumprimento da legislação brasileira, por parte dos mestres, dentro dos terreiros, como leis ambientais e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

(RESULTADOS) Os resultados desta pesquisa nos levaram à conclusão de que a Jurema tem um papel significativo no imaginário popular, o seu culto segue os parâmetros legais e permanece vivo na cultura potiguar. Para os juremeiros a Jurema é uma planta sagrada que merece respeito e devoção. Neste trabalho identificamos as mitologias que explicam a importância da Jurema para aqueles que a cultuam e buscamos esclarecer acerca dos tabus que envolvem esses rituais. Em torno do culto à jurema – assim como todos os rituais afro-brasileiros – existem diversos preconceitos e pensamentos equivocados, que podem ser observados através da história de perseguições e repressões que esses ritos sofreram ao longo dos tempos. Com esse trabalho conseguimos mostrar a realidade do culto à Jurema, a fim de formar, nos leitores, um senso crítico e uma visão menos deturpada das práticas religiosas alternativas – que não são, de forma alguma, inferiores a quaisquer outras.

(CONCLUSÃO) Concluímos que a devoção à “Jurema Sagrada” faz parte da história nordestina e que está presente no imaginário popular potiguar, merecendo assim, ser fonte de pesquisa dos mais diversos ramos das ciências sociais. Devido à importância desse rito para a cultura do povo nordestino e sua resistência ao longo dos séculos, o culto à Jurema deve, então, ser tratado como patrimônio cultural sendo preservado e respeitado.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A PUBLICIDADE INFANTIL E A (DE)FORMAÇÃO DE VALORES: SOBRE A NECESSIDADE DE UMA REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA

Autor(es):

Bianca de Barros Bezerra: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Michelly Shenna Almeida de Medeiros: Discente do Curso de Direito da FARN
Sílvia Raíssa Belo Torquato: Discente do Curso de Direito da FARN
Taciano José Ferreira de Vasconcelos: Discente do Curso de Direito da FARN
Joanne Nair Alexandre Silva: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ricardo Medeiros Alves de Oliveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A publicidade surgiu na Inglaterra do século XV, através dos primeiros anúncios de livros religiosos. Desde então, ganhou espaço no mundo, consolidando-se principalmente a partir da criação dos meios de comunicação de massa. A expansão publicitária fez necessário seu controle, que no Brasil é feito usando-se tanto as normas estatais quanto as recomendações do Conselho Nacional de Auto-regulamentação da Publicidade. A mídia televisiva é o principal meio pelo qual a publicidade se impregna nas mentes humanas. À medida que a televisão foi tornando-se cada vez mais importante dentro dos lares brasileiros, influenciando a realidade de pais e filhos, o universo publicitário começou a enxergar na criança um consumidor em potencial, passando então a focar-se também neste público. Atualmente, o público infantil é consumidor de produtos/serviços feitos especialmente para si, além de possuir voz ativa nas escolhas de consumo da família como um todo. Entretanto, há de se atentar para a vulnerabilidade da criança consumidora, uma vez que esta tem seu discernimento limitado, atrelado a uma fase em que seus valores ainda estão em formação, podendo então ser facilmente induzidas pela mídia a desejarem determinados produtos, serviços ou marcas.

(METODOLOGIA) Realizou-se um estudo retrospectivo, de caráter qualitativo e nível descritivo, por meio de um levantamento bibliográfico e documental, no qual se constatou a prejudicialidade da publicidade abusiva na formação da identidade da criança, tendo como ponto de partida a análise de diferentes enfoques literários através de uma cronologia histórico-evolutiva.

(RESULTADOS) Realizou-se um estudo retrospectivo, de caráter qualitativo e nível descritivo, através de um levantamento bibliográfico e documental, no qual se constatou a prejudicialidade da publicidade abusiva na formação da identidade da criança, tendo como ponto de partida a análise de diferentes enfoques literários através de uma cronologia histórico-evolutiva.

(CONCLUSÃO) Diante desta realidade, observou-se que a publicidade, em especial nos últimos 50 anos, tornou-se parte inegável do cotidiano contemporâneo. Ela adentra os lares das mais diversas maneiras, seja pela televisão, pela internet, ou pelo rádio, atingindo a todos, sem exceções. As crianças, por sua hipossuficiência acentuada, acabam por ser mais facilmente manipuladas pela mídia, principalmente a televisiva. Não é admissível que se tenha proveito comercial usando-se da ignorância do consumidor, pois as técnicas publicitárias devem conduzir ao convencimento honesto e espontâneo, respeitando-se a liberdade de escolha. Neste contexto, nota-se a necessidade de uma regulamentação específica sobre a publicidade infantil brasileira, para evitar as eventuais dificuldades interpretativas derivadas do uso de regras gerais. Como parâmetro para a criação de tal regramento, destaca-se o Código Deontológico para Publicidade Infantil da Espanha, que prevê a adequação publicitária ao nível de conhecimento e maturidade de seu público. Por fim, conclui-se que, a forma atual de difusão publicitária direcionada às crianças atém-se apenas a divulgação de tendências e modismos, negligenciando sua função e assim deixando de informar conceitos socialmente adequados para (de)formá-los a favor do lucro comercial.

O TRIBUNAL DO JURI EM CASOS DE COMOÇÃO SOCIAL

Autor(es):

Marcy Keveny de Lima Freitas: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Patrícia Melo Ramalho: Discente do Curso de Direito da FARN

Ana Carolina Fernandes de Medeiros: Discente do Curso de Direito da FARN

Lorena de Souza Galvão: Discente do Curso de Direito da FARN

Bianor Francisco de Lima Júnior: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos

Instituição de Ensino: FARN

Anderson Leonardo de Oliveira Brito

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Julgar é a tarefa mais difícil reservada aos homens, sobretudo porque o julgamento não se coaduna com a humanidade do ser, mas com a divindade absoluta. O tribunal do júri introduzido em 1824, é uma das instituições mais antigas e democráticas do sistema judiciário brasileiro. O júri segue o princípio do juiz natural e está ligado à observância dos direitos subjetivos do réu. O desafio do júri, portanto, é julgar. A constituição de 1988 prevê que os crimes dolosos contra a vida, consumados ou não, serão sempre apreciados e decididos pelo tribunal do júri. Quando crimes que causam grande comoção nacional como o assassinato do casal Richthofen ou a morte de Isabella Nardoni são levados a júri popular, o país volta sua atenção aos jurados – as pessoas escolhidas em meio à sociedade para dar um veredicto sobre o caso. O Júri é a expressão da cultura de um povo e uma fonte inesgotável de novas teses e discussões jurídicas, seja no campo do Direito Material, seja no aspecto processual. Desse modo espera-se, que as decisões do conselho de sentença sejam prestigiadas e defendidas pelos formadores de opinião, e devidamente acatadas pelo poder judiciário, pois a confusão, e o circo só favorecem aqueles que não desejam um julgamento correto e justo. A imprensa não deve ser censurada, mas com toda liberdade há de ter limites e responsabilidades. Em que níveis as insatisfações da sociedade, em casos rumorosos que chocam a nação e provocam comoção, podem influenciar na imparcialidade do conselho de justiça, uma vez que a pressão da opinião pública já alcança as esferas mais altas do sistema judiciário brasileiro; tais são as questões que a pesquisa visou responder.

(METODOLOGIA) Este trabalho é resultado de uma pesquisa teórica baseada em pesquisas bibliográficas e documentais que possibilitou o desenvolvimento do Estudo.

(RESULTADOS) O júri assim, entendido, não julga segundo o texto frio da lei, mas decide de acordo com a consciência de cada qual e os ditames da justiça. Evidente que, em todo julgamento a muito do que somos e nossas experiências razão pela qual não se pode alcançar um julgamento isento, do ponto de vista da absoluta imparcialidade. Os fatores mais recorrentes na formação da opinião pública é o status, o nível de escolaridade. De outro lado, a fragilidade da cor da pele, e os olhos da vítima. Quanto mais frágil for a vítima, mais empatia ela conquista da opinião pública. Outro fator fundamental na atualidade é a existência de um familiar da vítima que tenha boa presença midiática, ou seja, que fale em justiça e segurança, critique a justiça e fale da morosidade do judiciário, peça penas duras e endurecimento do sistema penal.

(CONCLUSÃO) A posição do senso comum tem conquistado alguma hegemonia na cabeça do legislador e do juiz. Eles não têm resistido ao clamor das ruas que, de algum modo, a mídia repercute. Com efeito, o Estado tem demonstrado interesses em atender ao clamor público, que se inflamam em retaliação à problemática do crescimento da violência, bem como em atender a pressão que vem da mídia, e dos sentimentos justiceiros de uma sociedade que se sente impotente por não ver resultados práticos no controle da criminalidade.

A CIRURGIA ESTÉTICA NAS OBRIGAÇÕES DE MEIO E RESULTADO NO ÂMBITO CIVIL

Autor(es):

Marcy Keveny de Lima Freitas: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Raissa Gomes Cabral: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Viviane Kely da Silva Moura: Discente do Curso de Direito da FARN

Aline Alves de Barros: Discente do Curso de Direito da FARN

Patrícia Melo Ramalho: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ana Eleonora de Carvalho Freire

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Código Civil não cuidou da responsabilidade indenizatória do médico na parte destinada à regulamentação dos contratos. Este provoca obrigação tipicamente de meio e não de resultado. Em direito nacional e estrangeiro, a responsabilidade civil decorrente da atividade médica vem apresentando uma mesma série de questões para efeito de imputação do dever de indenizar e sua extensão. Primeiro, no que diz respeito ao modo como demonstrar a existência de responsabilidade médica. Já conhecida discussão sobre a natureza de prestação de serviços médicos, se obrigação de meio ou obrigação de resultado. A obrigação de meio é aquela em que o profissional não se obriga a um objetivo específico e determinado. O que o contrato impõe ao devedor é apenas a realização de certa atividade, rumo a um fim, mas sem o compromisso de atingi-lo. O contratado se obriga a emprestar atenção, cuidado, diligência, lisura, dedicação e toda a técnica disponível sem garantir êxito. Na obrigação de resultado há o compromisso do contratado com um resultado específico, que é o ápice da própria obrigação, sem o qual não haverá o cumprimento desta. O contratado compromete-se a atingir objetivo determinado, de forma que quando o fim almejado não é alcançado ou é alcançado de forma parcial, tem-se a inexecução da obrigação.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico, foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais que possibilitou o desenvolvimento do Estudo.

(RESULTADOS) Em geral, na área médica, é adotada a responsabilidade decorrente da Obrigação de Meio, ou seja, o médico não promete curar doenças, mas ele se compromete a utilizar todos os meios possíveis e lícitos para que isto aconteça. Não sendo alcançada a finalidade proposta na Obrigação, o médico só responde se o paciente provar que não houve a utilização de todos os meios para se chegar ao resultado. A cirurgia plástica pode ser dividida em dois tipos, tendo em vista a finalidade a ser alcançada. A cirurgia plástica reparadora ainda que promova melhoria estética, não tem seu objetivo principal no embelezamento do indivíduo, mas sim a resolução de problemas de natureza médica. Enquanto que a cirurgia plástica puramente estética visa unicamente aperfeiçoar o aspecto externo de uma parte do corpo. Em suma, é importante ressaltar que a cirurgia estética, historicamente, se constitui numa exceção à idéia de que a obrigação do médico é apenas de prestar meios adequados, de ser diligente e perito. A sua prestação é maior ao atingir um determinado resultado.

(CONCLUSÃO) A cirurgia plástica é uma obrigação de meio, pois é um ramo da cirurgia geral, estando sujeita aos mesmos imprevistos e insucessos daquela, de modo não ser possível punir mais severamente o cirurgião plástico do que o cirurgião geral, haja vista pertencerem à mesma área. O corpo humano possui características diferenciadas para cada tipo de pessoa, não sendo possível ao médico comprometer-se a resultados diante da diversidade de organismos, reações e complexidade da fisiologia humana. Os médicos não podem prometer resultados aos pacientes, porque não podem garantir elasticidade da pele, cicatrização, fatores hereditários, repouso, alimentação e o pós-operatório.

EUTANÁSIA - ASPECTOS JURÍDICOS DA PRÁTICA DA "BOA MORTE"

Autor(es):

Ernesto Medeiros Teixeira de Araújo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Rodrigo Jasiello Fernandes de Oliveira Corrêa: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ana Eleonora de Carvalho Freire
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Eutanásia, em seu significado etimológico, quer dizer boa-morte (do grego “eu” = bom + thanasia = morte) ou morte sem sofrimento. No entanto, com o passar do tempo, essa concepção mudou um pouco e temos hoje que o significado de tal palavra é o homicídio por compaixão visando libertar o enfermo de dores insuportáveis ou de situações consideradas indignas, contornando sofrimentos inúteis ao mesmo. Com o passar do tempo, o Direito Brasileiro passou a cuidar disso, mesmo sem nunca criar uma legislação específica, muitas vezes condenando aqueles que faziam a Eutanásia como homicidas ou auxiliares no suicídio do paciente. E com o avanço da medicina, e das técnicas para manter alguém vivo numa UTI, ficou ainda mais importante fazer essa abordagem.

(METODOLOGIA) Através de uma exposição sobre a Eutanásia, pretendemos dar foco nas questões polêmicas que envolve a prática da “boa morte” desde os primórdios da humanidade até a atualidade. Vamos fazer aqui uma abordagem não só ético-formal, analisando a Eutanásia diante dos princípios constitucionais, da Constituição e da legislação infra-constitucional, como também tudo que a envolve, desde o suicídio, até questões de ordem moral, filosófica e religiosa. Essa exposição será feita através da comunicação livre, apresentada em forma de seminário com apresentação de “slides” contendo dados históricos e estatísticos, legislações atuais, convenções internacionais, etc.

(RESULTADOS) Pretendemos com nossa exposição, confrontar os princípios constitucionais, sobretudo da vida em frente à da dignidade da pessoa humana e da liberdade, e fazer uma reflexão sobre qual desses deve se valer em frente à uma situação como a da Eutanásia, desmistificando mitos, apresentando propostas de legislação específica e procedimentos a ser tomado no caso concreto e desejando, por que não, um entendimento maior sobre duas situações corriqueiras e inerentes à humanidade, e que nivela ricos e pobres, negros e brancos, um grande paradoxo: a vida e a morte.

(CONCLUSÃO) Dessa forma, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e da liberdade, os quais são fundamentos da Constituição de uma nação democrática, tendo o enfermo ou sua família, a qual sofre imensamente com a situação penosa em que se encontra seu parente, declarado sua intenção de não mais prosseguir com o (s) tratamento (s) ensejado (s) quando este (s) não mais surtirem efeito reversivo ao quadro clínico, sejam atendidos em seu intento, sob pena de negar a existência dos princípios aludidos, os quais são inerentes à criatura humana.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

FLEXIBILIZAÇÃO DAS NORMAS TRABALHISTAS: GARANTIA OU PRECARIZAÇÃO DE DIREITOS DO TRABALHADOR?

Autor(es):

Ana Paula Bezerra Costa: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Lídia Ana Gomes Brito da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Renata Duarte Gabriel: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas
Instituição de Ensino: FARN
Marcelo Alves Dias de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O direito do trabalho é um ramo notadamente dinâmico da Ciência do Direito, sendo modificado constantemente pela tendência crescente da globalização que vem alterando as relações de emprego. Para adaptar esse dinamismo à realidade laboral, surge a tese da flexibilização das normas trabalhistas, a qual sustenta a prevalência da negociação entre empregados e empregadores em relação à legislação protecionista da Consolidação das Leis do Trabalho, com o intuito de adequar seu conteúdo à realidade fática. Destarte, o objetivo da presente pesquisa é definir as medidas flexibilizadoras como fonte de garantias ou de mitigação dos direitos do trabalhador.

(METODOLOGIA) A abrangência do presente estudo dá-se em termo nacional, tendo em vista, a análise da Constituição de 1988 e da CLT de 1943. Seu campo, exploratório-bibliográfico, aborda as principais teorias que tratam da tese da flexibilização.

(RESULTADOS) A problemática da flexibilização das normas trabalhistas é bastante controversa, já que envolve teses antagônicas a serem analisadas: os defensores das medidas flexibilizantes entendem ser a modificação de comandos normativos a melhor forma de compatibilizar o direito laboral às mutações decorrentes da globalização, fundam sua eficácia no fato de a CF/88 ter adotado a tendência flexibilizadora (art.7º, VI,XIII e XIV, e art.8º, VI, da CF), bem como, elencam uma série de medidas tomadas na década de 90 para promover a mediação e conciliação de conflitos individuais e coletivos que flexibilizam a própria CLT, tais como: o trabalho em tempo parcial, o banco de horas, entre outras. Já a corrente doutrinária adversa entende a flexibilização como um movimento de supressão ou mitigação de direitos, que redundaria na precarização das relações de emprego, visto que a adaptação das regras laborativas apenas potencializaria a transferência aos trabalhadores, dos riscos inerentes à atividade empresarial, sem realizar qualquer medida eficaz de função social na redução de taxas de desemprego ou do trabalho informal.

(CONCLUSÃO) Na contextualização geral, a efetiva contribuição da flexibilização no trato das relações trabalhistas é positiva, propiciando um rápido amoldamento do complexo normativo laboral por meio da modificação de comandos legais. No entanto, não se pode admitir que, sob a égide da flexibilização, mascare-se a tentativa de mitigar direitos fundamentais há muito adquiridos mediante a sobreposição do “negociado sobre o legislado”. O que se veda são as medidas de cunho retrocessivo à proteção social, ou seja, não se pode perder de vista os preceitos basilares do direito do trabalho, a saber, o princípio da proteção e a busca da justiça social, consolidados a partir da constatação inexorável da desigualdade fática que permeia as relações trabalhistas. Nesse diapasão, é que o sindicato passa a exercer papel preponderante na contenção dos excessos das medidas flexibilizadoras, ou seja, sua participação buscará permitir a continuidade do emprego e a sobrevivência da empresa, assegurando garantias mínimas ao trabalhador. Portanto, torna-se viável a ocorrência de uma flexibilização capaz de privilegiar a liberdade sindical e o direito coletivo, adequando-se à realidade do caso concreto e atenuando a tendência crescente do desemprego.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A OBRIGATORIEDADE DO USO DO ETILÔMETRO E A MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO NEMO TENETUR SE DETEGERE

Autor(es):

Eduardo de Medeiros Carlos Ferreira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Débora Cristina e Silva Dantas: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Andressa Cabral de Oliveira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Thaiane Aline Cruz Aquino: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como principal finalidade a análise da aplicabilidade do direito fundamental de não produzir provas contra si, em confronto com o Código de Trânsito Brasileiro, no que tange à obrigatoriedade da utilização do etilômetro (bafômetro) ao motorista, solicitado pela autoridade fiscalizadora, com o objetivo de diminuir a quantidade de acidentes de trânsito causados por motoristas embriagados, haja vista ser o consumo de bebidas alcoólicas uma das principais causas de acidentes automobilísticos no Brasil.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo legal e doutrinário, que tem como pressuposto teórico fundamental a análise da aplicabilidade do direito fundamental, implícito no artigo 5º, LXIII, da Constituição Federal (nemo tenetur se detegere), em confronto com o Código de Trânsito Brasileiro, representado pela Lei n.º. 9.503/97, e alterado recentemente pela Lei n.º. 11.705/08.

(RESULTADOS) Analisando em abstrato, não existe na Constituição Federal do Brasil, de forma expressa, dispositivo prevendo que ninguém seja obrigado a produzir provas contra si. Esse direito, decorrente do princípio da presunção da inocência estabelecido no art. 5º, LVII da CF/88, está contido no Pacto de San José da Costa Rica, redigido durante a conferência Especializada interamericana de Direitos Humanos, em 1969, e internalizado no ordenamento jurídico brasileiro através do Decreto n.º. 678, em 1992. O referido tratado aduz que a pessoa tem o direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem confessar-se culpada (Art. 8º, alínea g). Contudo, no art. 32 do Pacto, há alusão no sentido de que Toda pessoa tem deveres para com a família, a comunidade e a humanidade; e que os direitos de cada pessoa são limitados pelos direitos dos demais, pela segurança de todos e pelas justas exigências do bem comum, em uma sociedade democrática. Percebe-se que o próprio Pacto, em seu artigo 32, pôs limitações ao exercício dos direitos por ele assegurado no Art. 8º, alínea g. Como pressupostos constitucionais, o caput do art. 5º, dispõe que é dever do Estado garantir a todos a inviolabilidade de direito à vida e a segurança, e, no art. 144, caput, estabelece-se que a segurança pública é dever não apenas do Estado, mas direito e responsabilidade de todos, devendo ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, fazendo com que se infira, portanto, que é responsabilidade de todos os cidadãos agir de forma a preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas. Nesse contexto, o agente fiscalizador, no desempenho de suas atribuições, ao utilizar o etilômetro, atua vinculado aos direitos fundamentais à vida e à segurança de todos, inclusive do cidadão fiscalizado, pois age na medida necessária a garantir a eficácia de uma lei que tem por pressuposto a incolumidade das pessoas. Sendo assim, o princípio da proporcionalidade, que deve se fazer presente quando do confronto entre normas, e inclusive princípios constitucionais, se propõe a dirimir o conflito, que no caso em tela, sobreleva a vida e a integridade física da sociedade, em detrimento do nemo tenetur se detegere.

(CONCLUSÃO) Conclui-se que a mitigação do princípio nemo tenetur se detegere em razão da proteção a incolumidade física da coletividade não só é razoável e proporcional, mas como legalmente fundada.

EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA EXECUÇÃO PENAL E O MÉTODO APAC

Autor(es):

Igor Leonardo Bandeira Lopes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Karina Cândida Oliveira: Discente do Curso de Direito da FARN

Carlos Eduardo Ferreira de Menezes: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

José Nicolau de Souza

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Pesquisa em andamento, centra-se em uma problemática importante para explicar o objeto de estudo em sua atualidade e tem como objetivo estudar as disfunções do Direito e das Instituições encarregadas de aplicar a lei na efetivação dos direitos humanos na atual fase constitucional do Estado Democrático de Direito, no que tange a execução das penas. A relevância científica dessa investigação se expressa na necessidade de produzir conhecimentos acerca dos direitos humanos destinados socialmente às categorias das pessoas submetidas ao sistema penitenciário, organizadas, ou não, a partir das suas condições de sobrevivência, evidenciando o caráter de cidadania destas. A abordagem histórica se apresentou como a mais adequada possibilidade de nortear o estudo em apreço dadas as conexões necessárias e importantes que ao longo do desenvolvimento da humanidade e das sociedades concretamente existiram, o que nos possibilitou indicarmos um novo meio de cumprimento de pena, o chamado método APAC, que vem trazendo resultados satisfatórios em algumas regiões do nosso país, principalmente em Minas Gerais.

(METODOLOGIA) A investigação está sendo desenvolvida com base em uma perspectiva histórica, utilizando-se como instrumentos de coleta de dados indicações da pesquisa bibliográfica, análise de documentos oficiais e a entrevista junto à pessoas de diversas categorias populacionais, bem como de lideranças, coordenadores e técnicos de organizações oficiais e não-governamentais.

(RESULTADOS) Nesta etapa inicial os resultados obtidos apontam para o esclarecimento de que apesar do Direito servir de instrumento para assegurar e efetivar os direitos fundamentais inerentes ao homem, na prática o que se verifica é um descompasso entre a atuação do judiciário e as necessidades sociais, justamente porque se apresenta uma depauperação na atividade dos operadores do direito; embora o Direito Constitucional ser uma prerrogativa da sociedade capitalista moderna que com o advento da Revolução Francesa se fundamenta no Estado Laico, verifica-se que a fundamentação maior dessa proclamação dos direitos humanos advém da influência sutil da Igreja Católica, ainda reinante; historicamente tem sido afirmado que o Direito tem atuado muito mais para sonegar direitos do cidadão do que para salvaguardá-los.

(CONCLUSÃO) Conclui que os descompassos evidenciados precisam ser devidamente esclarecidos como parte da alardeada crise dos paradigmas do Direito e da Dogmática Jurídica expressos nos obstáculos que impedem a realização plena dos direitos humanos na nossa sociedade; que apesar da Igreja Católica ter perdido o seu privilégio de condutora da sociedade a partir da superação do feudalismo, a compreensão adequada de parcelas desses impasses evidenciados passa pela referência à influência ainda reinante dela na elaboração de alguns institutos jurídicos atinentes à questão; que meios alternativos devem ser criados como forma de fazer valer os direitos fundamentais dos homens nas mais diversas atividades que participem ou que estejam submetidos, ainda mais quando se trata de analisar a vida carcerário brasileira.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA INSISTÊNCIA DOS ÓRGÃOS OFICIAIS PELA CONCILIAÇÃO

Autor(es):

Júlio César Ribeiro Calado: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Valmir Francisco da Silva: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) É inegável que a situação de quase paralisação do Poder Judiciário e seu (des) crédito, levam ao homem médio à sensação de impotência e dá espaço a pensamentos imediatistas que buscam soluções à margem do direito. Devemos levar em conta então, que as relações e os litígios tornaram-se mais complexos e que sociedade de consumo também produziu consumo de massa. Em nosso país, sob a égide da Constituição Federal (CF) de 1988, várias tentativas estão sendo realizadas com o intuito de tornar a prestação jurisdicional acessível e efetiva, combatendo a corrupção e dificultando o acesso à magistratura e a promoção de juízes morosos. Podemos citar como relevantes alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 45, a criação do Conselho Nacional de Justiça, as súmulas vinculantes de iniciativa do Supremo Tribunal Federal e, como coroamento dessas ações e objeto de nossos estudos, a insistência pelos meios alternativos de solução de conflitos como instrumento de pacificação social e acesso à justiça. A conciliação das partes é um instrumento valioso para a conquista de uma prestação jurisdicional efetiva mas, não pode ser ela a principal e nem sobre os reais interesses das partes.

(METODOLOGIA) Para que a problemática da divergência jurisprudencial sobre tal tema fosse compreendida, realizou-se um estudo investigativo, por meio de um levantamento bibliográfico, sites e revistas jurídicas, no qual se buscou ressaltar fundamentos dos posicionamentos acerca do tema, a partir das diferentes disciplinas que comportam seus estudos.

(RESULTADOS) Verificou-se, que a morosidade na prestação jurisdicional não é exclusividade do Brasil e sim um fenômeno mundial. No Brasil várias tentativas estão sendo feitas visando atenuar e algumas até sanar este problema mas, ter uma tutela jurisdicional que a população exige e merece ainda está longe de ser possível.

(CONCLUSÃO) Depois do exposto no presente trabalho, observou-se que há um esforço geral para que os males do tempo não agridam o direito à uma tutela jurisdicional tempestiva, célere e leal. Que os problemas que afetam ao Judiciário nacional é multifacetado e somente com coragem e determinação eles podem ser combatidos. Constatou-se também, que a tentativa de solução passa pela subjetivação dos princípios relativos ao tema tratado e pelo exemplo das altas cortes que podem e devem contribuir com comportamentos probos e dignos. Que a conciliação dos pólos é ilegal quando não leva em consideração o direito de obter do judiciário o que exatamente faz juz em merecer. PALAVRAS-CHAVE: Tutela jurisdicional, morosidade, celeridade, conciliação, conciliadores

A LEI DE BIOSSEGURANÇA E A INEFICÁCIA DAS PENAS NELA COMINADAS

Autor(es):

Ari dos Santos de Azevedo Filho: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Laís Luz de Menezes: Discente do Curso de Direito da FARN

José Rafael de Oliveira Neto: Discente do Curso de Direito da FARN

Max Mullher Barbosa: Discente do Curso de Direito da FARN

Suerda Veríssimo Bezerra: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Após as controversas discussões referentes ao pedido de inconstitucionalidade do art. 5º da Lei Biossegurança (11.105/05), o qual foi negado pelo STF, surgiu uma nova polêmica acerca dessa lei. A lei 11.105/05 trata, entre outros assuntos, da política nacional de biossegurança e sua relação com organismos geneticamente modificados (OGM), disciplinando no mesmo diploma questões polêmicas como células-troco e alimentos transgênicos, o que torna sua aplicabilidade ainda mais complexa. De qualquer forma, trata-se de uma lei de extrema importância em razão da atualidade dos temas nela abordados. Observa-se no capítulo VIII Dos Crimes e das Penas, que o legislador optou, basicamente, por dois tipos de penas, privativas ou restritivas de liberdade: a detenção e a reclusão. Penas privativas ou restritivas de liberdade somente podem ser aplicadas a pessoas físicas, residindo, neste aspecto, o maior problema da lei, que poderá resultar na sua ineficácia.

(METODOLOGIA) Para atingir aos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimentos bibliográfico, buscando as lacunas presentes na lei de Biossegurança, no que diz respeito à ausência de previsão legal no tocante à punição da pessoa jurídica.

(RESULTADOS) Embora a Lei de Biossegurança possua inegável importância no panorama jurídico atual, em razão da grande demanda de pesquisas realizadas no campo da genética, a lei possui lacunas relativas à punição da pessoa jurídica. Numa sociedade capitalista, cuja ordem econômica é fundada na livre iniciativa, os potenciais agentes criminosos são as grandes empresas. E para tal situação, de nada servem as penas privativas ou restritivas de liberdade: a efetividade da pena somente se dará através da perda de bens ou da suspensão ou interdição de direitos, como a suspensão total ou parcial das atividades.

(CONCLUSÃO) O problema maior da Lei de Biossegurança reside no fato de que os crimes nela tipificados são normalmente cometidos por pessoa jurídica, que é a real destinatária daquela lei. Isso fica evidente quando se observa que mesmo as atividades de pesquisas somente podem ser realizadas no âmbito de entidades de direito público ou privado, as quais serão responsáveis pela obediência aos preceitos da Lei e de sua regulamentação e que tais atividades são vedadas a pessoas físicas em atuação autônoma e independente, ainda que mantenham vínculo empregatício ou qualquer outro com pessoas jurídicas. É também importante frisar que os custos para realização de pesquisas ou de produção de organismos geneticamente modificados são altíssimos. Somente grandes empresas estarão possibilitadas a tratar de tais questões de pesquisa. Portanto, o agente dos delitos tipificados na lei em comento será a pessoa jurídica. Assim, tais penas, da forma como se encontram estabelecidas na Lei de Biossegurança, jamais serão efetivadas. De imediato, a solução para contornar o problema será a aplicação analógica, pelo julgador, do disposto no art. 7º da Lei de Crimes Ambientais, que prevê a substituição da pena privativa de liberdade por outras. Porém, isso está longe de ser o ideal. O legislador deveria ter contemplado tais situações na própria lei, para não abrir margem a discussões de toda a sorte, que somente irão postergar a efetividade de sua aplicação.

A INFLUÊNCIA INQUISITORIAL NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Autor(es):

Fernanda Correia Lima Rodrigues de Medeiros: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Kamila Alencar Emerenciano: Discente do Curso de Direito da FARN

Raissa Medeiros Costa: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Pablo Moreno Paiva Capistrano

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho constitui-se em uma análise histórica da influência dos elementos processuais usados pelo Tribunal da Inquisição na formação do direito Processual Penal brasileiro.

(METODOLOGIA) Para atingir os objetivos inicialmente propostos, realizamos uma pesquisa de caráter exploratória, com base em estudos eminentemente bibliográficos, resultando em um trabalho de natureza qualitativa. Nesta tarefa, consultamos o livro *Processo Penal e Cidadania*, da autora Paula Bajer, que trata da conceituação, do desenvolvimento, do atual processo penal e, inclusive, como esse processo se deu no Brasil; utilizamos também como método de pesquisa a Constituição Federal brasileira evidenciando o art.5º, nos incisos III, XLIII, XLIX, os quais garantem os direitos fundamentais, o exercício da cidadania e do devido processo legal. Ainda como reforço, pesquisamos através da Internet.

(RESULTADOS) Em 1500, o Brasil tornou-se colônia portuguesa; em 1536, o Tribunal da Inquisição do Santo Ofício, que era vinculado ao Rei, estabeleceu-se em Portugal. Esse Tribunal de Inquisição consistia em um tribunal eclesiástico criado na Idade Média para combater as heresias e vigiar os judeus e muçulmanos convertidos ao cristianismo, as ações deste tribunal eram coordenadas por um grupo de seis cardeais, denominado o Santo Ofício, que funcionava sob a autoridade direta do Papa. Esse tribunal não se instalou no Brasil, mas atuou no país por meio de enviados de Portugal; os Bispos, embora não pertencessem aos quadros de Santo Ofício, exerciam na colônia função inquisitorial. Ainda reproduzindo as leis canônicas, tinha-se as ordenações do Reino, que eram compilações das leis de Portugal e organizavam a estrutura fundamental do Antigo Regime, adotando elementos judiciais processuais arcaicos. Tendo em vista que o Direito Processual Penal é o conjunto de princípios e normas que regulam a aplicação jurisdicional do Direito Penal, sendo o ramo que define quando, por que e de que forma uma pessoa pode ser presa, entende-se que o Processo Penal brasileiro chegou a configuração atual de maneira gradativa, tendo início no período colonial, esse processo se deu a partir da influência de Portugal, de quem recebeu seus principais institutos jurídicos.

(CONCLUSÃO) Muito do nosso atual sistema Processual Penal teve origem na forma como a Igreja apurava os atos que ofendiam os preceitos da fé. A Igreja, de fato, colaborou com a Inquisição, a qual assumiu papel decisivo na formação do atual do Direito Penal brasileiro. Entretanto, o Processo Penal brasileiro sofreu algumas modificações diante das influências iluministas, tornando o poder punitivo menos injusto.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

PROCESSO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS: UM NOVO PARADIGMA PARA OS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Maria Luiza Castro Maia: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Ives Kleiton da Silveira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Mariana Cruz Firmino: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Rodrigo Barros Mendonça

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Esta pesquisa tem por finalidade analisar o novo status conferido aos tratados internacionais que versam sobre os direitos humanos face à Constituição Federal, decorrente de inovador posicionamento sustentado por ministro do Supremo Tribunal Federal. O novel patamar segrega a possibilidade da prisão do depositário infiel, em virtude do caractere de supralegalidade atribuído aos tratados internacionais de direitos humanos que não forem ratificados pelo quorum de aprovação das emendas constitucionais. Este moderno entendimento, sob a égide do que será abordado em nosso trabalho, se antagoniza com a clássica estrutura de hierarquia das normas jurídicas, uma vez que mitiga a supremacia da Carta Constitucional, diante da aplicabilidade do tratado internacional.

(METODOLOGIA) Nossa investigação tem por alicerce o voto do ministro Gilmar Mendes proferido no julgamento do Recurso Extraordinário de nº. 466.343-1 de São Paulo, que por sua vez se reportou ao Pacto de São José da Costa Rica, o qual somente permite prisão civil para o inadimplente de prestações alimentícias. Ressalte-se a influência dos juristas Luiz Flávio Gomes e Valério Mazzuoli em suas preciosas doutrinas acerca dessa temática.

(RESULTADOS) Verificou-se que há múltiplas correntes que disciplinam em que nível hierárquico se encontram tais tratados: a) equiparados à lei ordinária, via de regra o que ocorre com os tratados internacionais comuns ratificados pelo Brasil; b) possuem caráter constitucional, gozando de aplicabilidade direta, de acordo com a interpretação do art. 5º, §2º da Constituição; c) disposição supralegal, numa dimensão inferior à Carta Magna e superior às leis ordinárias, prevalecendo o dever de efetiva proteção aos direitos humanos de maneira global. Cada uma destas constatações equivalem a momentos de prevalência de instrumentos normativos diversos, quais sejam: o legalismo, em que prioriza-se o positivismo, imperando a vontade do legislador; o constitucionalismo, o qual consolida a supremacia da Constituição; e o internacionalismo, um novo paradigma adotado para confiar aos tratados internacionais caráter supralegal.

(CONCLUSÃO) O que se observa, hodiernamente, é uma mutação no panorama mundial diante da preponderante tendência à abertura do Estado Constitucional às ordens jurídicas supranacionais de proteção aos direitos humanos. Neste diapasão, percebe-se uma maior consistência na hermenêutica que atribui característica de supralegalidade aos tratados e convenções de direitos humanos, os quais ocupam um patamar infraconstitucional, reconhecendo, assim, a supremacia da Carta Magna. O novo paradigma universal aponta para a ascendência do “Estado Constitucional Cooperativo”, como assim considera o jurista Peter Haberle, no qual o Estado não deve ocupar uma posição egocêntrica, mas solidária diante das demais nações, seguindo a proposição da terceira dimensão dos direitos humanos e fundamentais.

PRISÃO CAUTELAR X PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Autor(es):

Emanuel Cavalcanti do Nascimento Barbosa: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Thaís Maria Santos Cabral: Discente do Curso de Direito da FARN

Bianor Francisco de Lima Júnior: Discente do Curso de Direito da FARN

Jéssica Thaís Nascimento Santos Rufino: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes

Instituição de Ensino: FARN

Anderson Leonardo de Oliveira Brito

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A complexa questão que envolve o Princípio da Presunção de Inocência, que prega a prisão somente após o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, conforme preceituado no Art. 5º, LVII da Constituição Federal, e as Prisões Cautelares, que possibilitam a restrição à liberdade de locomoção, ainda no curso processual, abordada, por exemplo, no Art. 312, do CPP (prisão preventiva), permitem a feitura desse trabalho, uma vez que há necessidade de se encontrar ajuste razoável e proporcional para sua devida aplicação, uma vez que são dois institutos importantes para o direito e a sociedade de modo geral e suscitam relevantes discussões na seara jurídica ante o questionamento: a prisão cautelar fere o princípio da presunção da inocência? **(METODOLOGIA)** No presente trabalho, pretendemos refletir acerca do papel de ambos os institutos, para tanto utilizamos o método de leitura e análise de artigos e livros no que tange o embate travado da doutrina, bem como na jurisprudência acerca deles.

(RESULTADOS) Inicialmente é necessário explicitar que o objeto da prisão cautelar não é a culpa e sim a provável periculosidade do acusado/indiciado, e pelo fato desta ser gênero, evidentemente se efetiva por meio de suas espécies: a prisão preventiva e a prisão temporária. Em resumo, a primeira não apresenta muitas controvérsias quanto a sua aplicação, pois é necessário o mínimo de evidências para requerê-la, enquanto a segunda é aplicável mesmo sem o mínimo de evidências, só para possibilitar uma diligência policial em busca de provas, por exemplo, e é exatamente neste ato que se encontra a suspeita de infração ao Princípio da Presunção de Inocência

(CONCLUSÃO) Após a análise dos institutos, pode-se identificar que todos detêm sua importância para o direito com o fim último e mais digno de alcançar a justiça. Não obstante as incansáveis discussões acerca deste tema, é importante salientar que desde que a medida cautelar preserve o seu caráter de excepcionalidade e não perca a sua qualidade instrumental, não é pertinente que se faça referência à possível inconstitucionalidade daquela e, com isso, não há conflito entre os institutos em questão, uma vez que há, na verdade, sempre a necessidade de que um deles tenha que ceder para que o processo tramite rumo à efetivação do direito e isso não significa que haja necessariamente um conflito entre os institutos. Pelo contrário, é fundamental que enxerguemos pelo ângulo que quando qualquer um deles for aplicado de maneira legal em detrimento do outro, significa que o direito estará funcionando. Em outras palavras, a prisão temporária, por exemplo, pode ser muitas vezes um mal necessário para aplicação da lei, mas sempre com as ressalvas, como em tudo no direito, da proporcionalidade e razoabilidade necessárias nas ações, ou seja, a privação da liberdade do indiciado temporariamente, sendo, logicamente, explicitada a necessidade ou conveniência e os fundamentos da medida, é necessária e útil em prol da justiça e do bem estar social. Assim, o princípio constitucional da presunção de inocência reforça a aplicação da prisão antecipada e não a impede.

A IDEOLOGIA DOMINANTE DA CONSTITUINTE DE 1988 E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Autor(es):

Emanuell Cavalcanti do Nascimento Barbosa: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Constituição da República Federativa do Brasil de cinco de outubro 1988 tem como embasamento de conteúdo diversas ideologias sócio-políticas que a fez ser um texto tendente aos anseios da direita, mas salvaguardando os interesses da esquerda tudo isso fruto do período ditatorial que precedeu a instalação da constituinte. Esta questão, hoje, possibilita uma possível indefinição não benéfica para o ordenamento jurídico, onde o que a constituinte escreveu não tem tido efetivação pelo Poder Executivo. Desse modo, o Poder Judiciário é chamado para solucionar as questões entre o que texto constitucional diz e o que efetivamente está, ou pode, ser realizado. Logo, saber quais as razões disso e suas consequências é o intuito no presente trabalho.

(METODOLOGIA) Neste trabalho pretende-se refletir acerca da possível indefinição ideológica da carta magna brasileira e para tanto se fez necessário o método de leitura e análise de artigos e livros para alcançar e entender a opinião de outros autores sobre o tema, bem como de sua real procedência.

(RESULTADOS) É evidente que tentar produzir um perfil político-ideológico de uma constituinte é uma tarefa um tanto difícil e, em se tratando da constituinte brasileira, complexa. Diferentemente do sistema partidário de países como os Estados Unidos da América e da maioria da Europa Ocidental, o sistema brasileiro não detém partidos políticos com ideologia realmente própria e aplicável. Logo, a esquerda brasileira tem sido esquerda somente na oposição e direita no governo e nossa direita tem sido direita no governo e direita também na oposição. Por essa razão, a caracterização torna-se uma tarefa complexa. Para servir de exemplo pode-se dizer que a constituinte de 88 teve uma miscigenação grande no que tange aos partidos políticos, haja vista que do universo de 559 parlamentares, 278 pertenciam a um partido só, o PMDB, conhecido desde sua fundação por ser do “centrão”, dificultando, desse modo, a procura pela ideologia dominante. Por conseguinte, como consequência dessa indecisão tem-se o problema na efetivação dos direitos fundamentais prescritos na carta magna, pois muitas vezes são tachados de utópicos e frutos de uma reação rápida, com muita emoção e pouca razão, perante o fim da Ditadura Militar. O que não passa de uma retórica “baratíssima” da direita brasileira.

(CONCLUSÃO) De fato, fácil não é e nunca foi, nem nunca será, retirar o texto da constituição do papel e colocá-lo nas entranhas das relações sócio-econômicas. Entretanto, usar a indefinição econômica, ou taxar a carta constitucional de utópica em suas aspirações mais sociais não é a melhor saída. É necessário entender que se é difícil efetivar os direitos fundamentais com uma definição expressa na Lei Maior, imagine-se, então, como poderia ficar se não existisse uma defesa mais rígida e expressa dos direitos? Portanto, a questão primordial não é sempre efetivar, mas sempre procurar efetivar tendo ou não uma definição ideológica. Por fim, oficialmente, a Constituição Brasileira de 1988 tem como ideologia dominante o “capitalismo”, entretanto, a defesa dos direitos sociais é muito forte, o que vem gerando todas as controvérsias que necessitam parar, para se poder ter uma base sólida e estável intuitando que o direito prossiga na procura da justiça, seu único e grande fim.

INADEQUAÇÃO DO ARTIGO 28 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL À LUZ DA NOVA ORDEM JURÍDICA.

Autor(es):

Suedja Márcia dos Santos Araújo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Vassili Salomaovitch Barinov Gurgel: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Emanuel Dhayan Bezerra de Almeida
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A Constituição Federal de 1988 entrou em vigor consagrando o princípio clássico de separação de poderes e inaugurou o sistema de freios e contrapesos, o que não era tão evidente na Constituição de 1967, de cunho autoritário. Já a legislação infraconstitucional ainda encerra vários dispositivos que, em teoria, ferem o corpo constitucional. Neste trabalho, discutiremos a inadequação do artigo 28 do Código de Processo Penal, que atenta contra a separação de poderes e autonomia funcional de Ministério Público, já que este é considerado como o órgão autônomo e unitário. Infringe, ainda, o princípio do promotor natural, questionando a sua discricionariedade no exercício do dever de auxiliar da justiça. Ademais, deprecia os princípios da inércia da jurisdição e da presunção de inocência do réu, sendo necessário ressaltar que este último deve sempre nortear toda a persecução penal.

(METODOLOGIA) Trata-se de argumentação predominantemente bibliográfica, ordenada de acordo com análise da legislação vigente, pesquisa doutrinária e levantamento jurisprudencial dos tribunais superiores.

(RESULTADOS) Análise detida da Carta Magna de 1988 remete ao reconhecimento do Ministério público como atividade essencial à justiça, funcionando como instituição independente, de acordo com o artigo 127 da Constituição Federal. A Lei Orgânica do Ministério Público preconiza, em seu artigo 3º, p. único, que “as decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira têm aplicabilidade imediata.” A Lei 8.625 orienta-se no sentido de estabelecer uma hierarquia funcional, disciplinando as promotorias e os órgãos colegiados, assim como a corregedoria. A unidade ministerial é ainda reforçada em sede de Lei Complementar n. 75 de 1993, que disciplina o Ministério Público da União, trazendo no seu artigo 20 a ênfase na autonomia funcional. Do ponto de vista doutrinário, é majoritária a defesa do princípio do promotor natural como corolário da independência funcional, como se observa nas lições de Sérgio Demoro Hamilton, Paulo Rangel, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas e Eugênio Pacelli de Oliveira. O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, já reconheceu nos seus julgados a unidade do Ministério Público, como se observa no HC 67.759-2/RJ- Rel. Min. Celso de Mello.

(CONCLUSÃO) A letra do artigo 28 do Código de Processo Penal contrapõe-se, portanto, a princípios constitucionais e dispositivos de ordem legal contidos na Lei 8.625 de 1993 e Lei Complementar n. 75/93. Deve-se, pois, realizar uma imediata reforma processual pontual, relativa àquela parte aludida, no intuito de que se enumerem os motivos de arquivamento do inquérito policial pelo “Parquet”, o qual deve ficar tão somente a expensas de fiscalização direta da Procuradoria Geral de Justiça nos casos de desobediência àquelas hipóteses. Assim sendo, afasta-se por definitivo a interferência do magistrado quanto às decisões do Ministério Público, atendendo-se à lógica da nova ordem jurídica em vigor.

O TRIBUNAL DO JÚRI EM CASOS DE COMOÇÃO SOCIAL

Autor(es):

Marcy Keveny de Lima Freitas: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Patrícia Melo Ramalho: Discente do Curso de Direito da FARN

Bianor Francisco de Lima Júnior: Discente do Curso de Direito da FARN

Ana Carolina Fernandes de Medeiros: Discente do Curso de Direito da FARN

Lorena de Souza Galvão: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Anderson Leonardo de Oliveira Brito

Instituição de Ensino: FARN

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Julgar é a tarefa mais difícil reservada aos homens, sobretudo porque o julgamento não se coaduna com a humanidade do ser, mas com a divindade absoluta. O tribunal do júri, introduzido em 1824, é uma das instituições mais antigas e democráticas do sistema judiciário brasileiro. O júri segue o princípio do juiz natural e está ligado à observância dos direitos subjetivos do réu. O desafio do júri, portanto, é julgar. A constituição de 1988 prevê que os crimes dolosos contra a vida, consumados ou não, serão apreciados e decididos pelo tribunal do júri. Quando crimes que causam grande comoção nacional, como o assassinato do casal Richthofen ou a morte de Isabella Nardoni, são levados a júri popular, o país volta sua atenção aos jurados – as pessoas escolhidas em meio à sociedade para dar um veredicto sobre o caso. O júri é a expressão da cultura de um povo e uma fonte inesgotável de novas teses e discussões jurídicas, seja no campo do direito material, seja no aspecto processual. Em que níveis as insatisfações da sociedade, em casos rumorosos que chocam a nação e provocam comoção, podem influenciar na imparcialidade do conselho de justiça, uma vez que a pressão da opinião pública já alcança as esferas mais altas do sistema judiciário brasileiro? Eis o questionamento que a pesquisa objetiva responder.

(METODOLOGIA) Este trabalho é resultado de uma pesquisa teórica baseada em análises bibliográficas e documentais que possibilitaram o desenvolvimento do estudo.

(RESULTADOS) O júri não julga segundo o texto frio da lei, mas decide de acordo com a consciência de cada qual e os ditames da justiça. Evidente que em todo julgamento há muito do que somos e de nossas experiências, razão pela qual não se pode alcançar um julgamento isento, do ponto de vista da absoluta imparcialidade. Os fatores mais recorrentes na formação da opinião pública são, de um lado, o status social e o nível de escolaridade do acusado. De outro lado, a fragilidade, a cor da pele, e o olhar da vítima. Quanto mais frágil for a vítima, mais empatia ela conquista da opinião pública. Outro fator fundamental na atualidade é a existência de um familiar da vítima que tenha boa presença midiática, ou seja, que fale em justiça e segurança, critique a morosidade do Poder Judiciário, clame por penas duras e endurecimento do sistema penal.

(CONCLUSÃO) A posição do senso comum tem conquistado alguma hegemonia na cabeça do legislador e do juiz. Eles não têm resistido ao clamor das ruas que, de algum modo, a mídia repercute. A imprensa não deve ser censurada, mas, como toda liberdade, há de ter limites e responsabilidades. Com efeito, o Estado tem demonstrado interesse em atender ao clamor público, que se inflama em retaliação à problemática do crescimento da violência, bem como em atender a pressão que vem da mídia, e dos sentimentos justiceiros de uma sociedade que se sente impotente por não ver resultados práticos no controle da criminalidade. Desse modo, espera-se que as decisões do conselho de sentença sejam prestigiadas e defendidas pelos formadores de opinião, e devidamente acatadas pelo Poder Judiciário, pois a confusão e o circo só favorecem àqueles que não desejam um julgamento correto e justo.

O FIM DAS CONSTITUIÇÕES: MORTE OU MUDANÇA NO ORDENAMENTO JURÍDICO?

Autor(es):

Vassili Salomaovitch Barinov Gurgel: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As constituições, como normas supremas a reger uma nação, são um fenômeno relativamente recente na História do Direito. Desde as civilizações antigas até as Guerras Napoleônicas, o Direito positivo consistia em livros de leis que dificilmente se relacionavam entre si. Mas com o surgimento do Estado Moderno, foi de entendimento dos grandes juristas que notaram que algumas das normas tinham (e têm) o conteúdo mais abrangente que as demais. Foi assim que surgiu a idéia de codificar estas normas, não tão somente para organizar as normas jurídicas de cima para baixo, mas também criar o manifesto máximo de uma nação. No entanto, muitos dos doutrinadores trabalham com estas cartas como se fossem atemporais, que nunca teriam fim. Entretanto ao abrir um livro de Direito Constitucional qualquer, pode-se ler sobre as Cartas que falharam durante o curso da História. Muitos dos juristas sequer atentam para esta parte, então este trabalho será de tentativa de entender os motivos do fracasso constitucional, reacendendo o interesse desse estudo e apresentando sua importância para a compreensão do constitucionalismo moderno.

(METODOLOGIA) Trata-se de trabalho meramente argumentativo, em que se utiliza como base de apoio as doutrinas constitucionais de fontes nacionais e estrangeiras. O trabalho será dividido em duas partes: uma que trata do fim abrupto de uma constituição, tendo como objeto de estudo duas Cartas legais, a Constituição de Weimar de 1919 e Constituição Brasileira de 1934; outra parte que tratará da obsolência constitucional, abordando a Constituição Brasileira de 1967 e Constituição da USRR de 1977.

(RESULTADOS) O fim do ordenamento constitucional pode ser dar por duas vias: com acesso rápido e ilegal de uma parcela da sociedade, geralmente de cunho extremista, que tenta impor a nação a sua ideologia ou com lenta e gradual perda de legitimidade perante a psicologia em massa da sociedade. Nem sempre o fim do ordenamento provoca a deposição da carta magna. No exemplo da Constituição de Weimar de 1919, pôde-se vislumbrar que após a ascensão de Hitler ao poder em 1933, formalmente ela continuava em vigor até 1949, mas existia apenas como "letra morta". Por outro lado a nação pode lentamente retirar a legitimidade de uma constituição tanto em via auto-destrutiva como foi no caso da Constituição soviética de 1977, quanto em via construtiva, trocando o instrumento do regime militar para constituição democrática, exemplificando assim a Constituição Federal brasileira de 1988.

(CONCLUSÃO) A constituição é parte viva de uma nação, e como todo organismo vivo, ela tem seu nascimento, auge e morte. Ao avaliar a Constituição Federal de 1988, é difícil dizer quanto esta tem de vida ainda. Podem ser anos ou séculos, no entanto podemos desde já asseverar que o legado que vai deixar é de verdadeira Carta Magna democrática, com forte espírito republicano e amparo à dignidade dos seus cidadãos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

CONFLITO DE COMPETÊNCIAS: ANÁLISE DAS RELAÇÕES ADVOCATÍCIAS À LUZ DAS ESFERAS CÍVEL, TRABALHISTA E CONSUMERISTA

Autor(es):

Sarah Iduino da Rocha e Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Fernanda Bezerra Coe: Discente do Curso de Direito da FARN

Larissa Nobre Cordeiro de Farias: Discente do Curso de Direito da FARN

Raquel Dantas Revorêdo: Discente do Curso de Direito da FARN

Maria Clara Damião de Negreiros: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ricardo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: FARN

Lenice Silveira Moreira

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo uma análise acerca de qual juízo estaria competente entre os âmbitos cível, trabalhista e consumerista para se dirimir conflitos advocatícios. As relações entre clientes e advogados estariam subordinadas e regulamentadas apenas pelo Estatuto da OAB (Lei nº 8906/94)? Ou seria o cliente alguém hipossuficiente ou vulnerável ao ponto de ser protegido pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90)? Somente um empregado e um empregador? Ou um mandante e um mandatário? Esses questionamentos, e alguns mais, serão apreciados e debatidos em nosso estudo.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa de nível exploratório e descritivo, de caráter teórico e eminentemente bibliográfico, na qual foram levantadas, junto à literatura especializada de livros, como também da Constituição Federal, de páginas eletrônicas jurídicas na rede mundial de computadores, jurisprudências do TST e STJ, das Leis N° 8078/90 e 8906/94, entre outras, buscando-se perfazer uma análise plural da questão em foco.

(RESULTADOS) A investigação realizada demonstrou uma polêmica intensa em relação ao assunto. Opiniões diversas, muitas vezes contraditórias, mas solidamente embasadas, ensejaram uma abordagem dialética dos aspectos controvertidos do tema. Há decisões de tribunais superiores, como também doutrinas e pesquisas científicas com resultados totalmente distintos em relação à temática, objeto deste estudo, o que denota que a problemática da pesquisa encontra-se, ainda, aberta a mudanças e a novos paradigmas. Como exemplo, a possibilidade de serem aplicadas as normas do CDC na relação entre advogado e cliente, que constitui questão controvertida no domínio do Superior Tribunal de Justiça. Com efeito, no julgamento do RESP n.º 532.377/RJ, DJ de 13/10/2003, 4.ª Turma, relator o ministro César Rocha, decidiu pela não incidência do referido Código na relação advogado cliente e apenas do estatuto da OAB. Já a 3.ª Turma tem precedente no sentido contrário, admitindo a incidência do Código de Defesa do Consumidor no RESP n.º 364.168, DJ 21/06/2004.

(CONCLUSÃO) Com o aprofundamento da atividade de pesquisa e a reflexão sobre as questões desenvolvidas, observa-se que a análise das nuances do caso concreto é que irá definir, efetivamente, qual o juízo competente para o caso, não sendo possível determinar de forma taxativa o tribunal ou o ramo do Direito regulamentador da relação entre advogado e cliente. Constata-se, ademais, que, mesmo havendo lei de proteção própria, o advogado é um profissional liberal, prestador de serviços, que detém a técnica e a arte, sendo certo que, através dos honorários, obtém o pagamento pelo serviço realizado. De acordo com o CDC, tais profissionais só se diferenciam dos demais fornecedores em sua responsabilidade civil a qual será subjetiva. Por outro lado, o cliente é quem deve ser considerado vulnerável, por deter dificuldades probatórias e não ter conhecimentos técnicos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

GREENPEACE: MAIS QUE UMA ONG, UM SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO À VIDA.

Autor(es):

Karina Cândida Oliveira: Discente do Curso de Direito da FARN
Igor Leonardo Bandeira Lopes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Pedro Lopes de Lima Neto: Discente do Curso de Direito da FARN
Clésio José de Luna Freire Filho: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Rodrigo Barros Mendonça
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com o advento da globalização, o desenvolvimento latente é observado por todo o mundo. Várias mudanças e ampliações passaram a vigorar no Direito Internacional. Devido às conseqüências que tal desenvolvimento trouxe em âmbito global, faz-se mister focalizar um estudo na análise da importância do Greenpeace mundialmente. Esta ONG atua no mundo todo buscando formas mais equilibradas de convívio do homem com a natureza. Abordar-se-á neste estudo sua atuação de forma a fornecer informações, de natureza exemplificativa, de como se dá sua relevância. Apresentaremos posicionamentos doutrinários sobre o tema, analisando, posteriormente, a conduta do Greenpeace quando entra em ação para expor algum crime ambiental ou para apontar um caminho que garanta a sustentabilidade do planeta. A partir desse entendimento é que podemos compreender como uma ONG pode influenciar o contexto do Direito Internacional. Ao final, apresentaremos a forma como entendemos que a ONG deve ser classificada no contexto internacional.

(METODOLOGIA) Faremos levantamento bibliográfico dos aspectos concernentes ao tema, além de identificar como o Greenpeace avalia seu papel na sociedade global. Outrossim, realizamos uma pesquisa exploratória a fim de identificar, na prática, a atuação capaz de normatizar discrepâncias comportamentais dos Estados em relação ao meio ambiente.

(RESULTADOS) A busca desenfreada pelo desenvolvimento, a qualquer custo, foi condição indispensável para o início dos trabalhos das ONG's pelo mundo. Tornou-se necessário interferir nas ações decorrentes de relações inter-estatais lato sensu, não mais se limitando a dirimir os conflitos decorrentes da relação econômica. Perceber-se-á como o Greenpeace assumiu um papel importante no desenvolvimento do direito internacional ambiental, principalmente, por a ele se atribuir o papel de representante da sociedade civil global, sendo uma das categorias de atores internacionais mais militantes e que mais exercem pressão e influência sobre a elaboração dessas normas internacionais. Tal influência passa a ser evidenciada no momento em que sua atuação passa a ter relevância, o exemplo mais representativo talvez seja o da campanha contra a Shell, criando normas para evitar danos ambientais por poluição de petróleo. Isto prova que o reconhecimento do Greenpeace já é uma realidade que provavelmente ilustra uma tendência mundial no futuro próximo.

(CONCLUSÃO) Verificou-se a relevância que o Greenpeace ganhou em âmbito mundial nos últimos tempos. Utilizando-se de protestos criativos, conseguiu feitos importantes para a preservação do meio ambiente. Ele atua de maneira ofensiva, mas não violenta e acaba por influenciar na elaboração do Direito Internacional ao expor à sociedade detalhes de problemas impactantes que, por vezes, são disfarçados em detrimento de lucros financeiros aos Estados envolvidos. Deste modo, vemos na atuação do Greenpeace em ação direta junto à população para incentivar a produção normativa e a adesão às convenções internacionais, o verdadeiro papel de Sujeito de Direito Internacional, e não mero ator na sociedade global, pois cria a convicção da necessidade de regulação internacional para assuntos determinados. Pelo exposto, seria natural e juridicamente aceitável que o Greenpeace tivesse sua competência abrangida, sendo elevado a Sujeito de Direito, devido a sua importância para o Direito Internacional.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A CONSTITUIÇÃO DIRIGENTE E O NEOLIBERALISMO: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS AVANÇOS E OS RETROCESSOS DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988

Autor(es):

Neyber Auridéia Wanderley Pípolo de Macedo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este estudo trata da concepção teórica da Constituição Dirigente, cuja formulação é de autoria de J. J. Gomes Canotilho. Essa teoria foi exemplar para o processo da Constituinte brasileira, que originou, em 1988, uma Constituição Dirigente, fundada em princípios norteadores para a construção de um Estado de Bem Estar Social. Como consequência da reforma do Estado, promovida pelo Poder constituinte derivado, a proposta da Constituinte originária sofreu profundos abalos em face do projeto neoliberal colocado em prática a partir de 1990, o que comprometeu a implementação do Estado Social de Direito. Não obstante isso, constata-se que a aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana, como fundamento da Constituição Brasileira, vem resistindo duramente ao ideário conservador da política neoliberal no Brasil.

(METODOLOGIA) O delineamento metodológico para a viabilização deste estudo constitui-se numa análise histórica e crítica do processo de redemocratização brasileiro, celebrado no momento da promulgação do texto constitucional de 1988, que desenhava uma Constituição dirigente, ou seja, com normas programáticas em prol da valorização dos direitos sociais que retrocederam na contramão do projeto neoliberal em implementação.

(RESULTADOS) Em 1988, a Constituição Brasileira foi promulgada, garantindo políticas sociais universalizadas e a descentralização do poder do federal, conferindo maior autonomia aos municípios para gerirem seus recursos. A Constituição sinalizou possibilidades de expandir as ações e o alcance das políticas que compõem a Seguridade Social. O governo Collor (1990-1992) não criou um Ministério da Seguridade como estava previsto na Constituição de 1988, pelo contrário, neste governo destacaram-se as iniciativas de desmonte do sistema de seguridade brasileiro, o que foi aprofundado pelos sucessores neoliberais na contramão do que previa a Constituição Dirigente de 1988. A marca desse governo foi o discurso demagógico a favor dos descamisados e a caça aos marajás, mas, em meio à redução do Estado para as políticas sociais e à ampliação para o grande capital internacional, o governante foi afastado do cargo de Presidente da República devido aos escândalos de corrupção, levando o vice Itamar Franco a assumir o cargo, nele permanecendo durante o período de 1992-1995. Itamar não encontrou espaço para consolidar o projeto então iniciado pelo seu antecessor, pois o país vivia uma recessão e havia uma forte pressão social para que fosse promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que estava sinalizada no texto constitucional para, juntamente com a saúde e previdência, formarem o tripé da seguridade social. A LOAS, com base na Constituição Federal, registra a garantia dos mínimos sociais, por meio do benefício de um salário mínimo para a pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não ter meios para prover o seu sustento. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) assume a presidência da República e continua a política de ajuste iniciada por Collor. O que chama a atenção no seu governo é a linha ortodoxa neoliberal superando Hayek, o pai do neoliberalismo.

(CONCLUSÃO) A Constituição Federal de 1988 projetou os anseios da sociedade por um país mais democrático e justo socialmente, mediante a universalização das políticas sociais, mas, na prática, foram efetivadas as políticas de ajustes do Estado Mínimo. Para assegurar à sociedade os direitos fundamentais previstos na Constituição, é preciso que o Direito assumam a função de instrumento de transformação social na garantia dos direitos constitucionais fundamentais.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

O DEPOSITÁRIO INFIEL E SUAS DIVERGÊNCIAS NO QUE TANGE À PRISÃO CIVIL E AO PACTO SAN JOSÉ DA COSTA RICA

Autor(es):

Vivianni de Magalhães Medeiros: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Débora Raíssa Soares Pinheiro: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Pacto São José da Costa Rica determina que não cabe prisão ao depositário infiel; a Emenda Constitucional nº 45/2004 afirma que tratados internacionais que versem sobre direitos humanos terão força de emenda constitucional após a aprovação de 3/5 dos parlamentares nas duas casas do Congresso, em dois turnos. Ambos dispositivos devem ser analisados em toda a sua essência, uma vez que a situação de tal prisão não se encontra pacificada nos tribunais do nosso país – apesar de posicionamento firme do STF –, já que o pacto fere frontalmente o que preleciona o artigo 5º, LXVII da Constituição Federal, que prevê que não haverá prisão civil, salvo o devedor de pensão alimentícia e o depositário infiel. Como as discussões são recentes e a divergência sobre o assunto, de fato, existe, o presente trabalho objetiva expor as diferentes correntes e posicionamentos que este tema carrega e analisar sua relação com os diversos campos do Direito brasileiro.

(METODOLOGIA) Para que tal problemática fosse compreendida, realizou-se um estudo investigativo, por meio de levantamento bibliográfico e revistas jurídicas, no qual se buscou ressaltar fundamentos dos posicionamentos acerca do tema a partir das diferentes disciplinas que comportam seus estudos.

(RESULTADOS) Verificou-se, conforme o pólo da jurisprudência que defende a prisão do depositário infiel, que apesar do Pacto São José da Costa Rica ser um tratado internacional que versa sobre direitos humanos, tal tratado não poderia o mesmo ser recebido pela Constituição vigente com status de emenda constitucional, como se permite desde a Emenda nº 45/2004, posto que tal tratado, especialmente no que tange à prisão do infiel depositário, afronta a Constituição Federal em vigor. Segundo a jurisprudência confrontante, a prisão do depositário infiel não é cabível qualquer que seja o depósito, exceto descumprimento inescusável de pensão alimentícia, sob o entendimento de que os tratados e convenções internacionais que assistam sobre os direitos humanos aos quais o Brasil aderiu têm status de norma supralegal, revogando as normas regulamentadoras do texto constitucional, tendo em vista que essa supralegalidade colocaria esses tratados numa posição intermediária, entre a Constituição Federal e as leis infraconstitucionais.

(CONCLUSÃO) Depois do exposto no presente trabalho, observou-se que a figura do fiel depositário nasce dos contratos de alienação fiduciária, ou seja, no momento em que um réu torna-se depositário infiel. Presume-se, portanto que o mesmo não guardou e não zelou pelo bem que estava responsável, causando prejuízos ao financista da coisa e, sendo assim, os direitos humanos não devem prevalecer para devedores oportunistas que agem de má-fé ou irresponsavelmente. Ademais, mesmo sendo anterior a EC nº 45/2004 e tendo adquirido o status de norma supralegal, conforme o Habeas Corpus (HC) nº 87.585 e os Recursos Extraordinários (RE) nº 466.343 e 349.703, o Pacto de São José da Costa Rica não alterou a Constituição da República, por não ter sido validado por quorum qualificado, o que significa que a prisão civil do depositário infiel não é inconstitucional visto que continua prevista na CF, porém como as leis que regem tal coerção estão abaixo dos tratados internacionais de direitos humanos, na prática, a prisão por dívida é ilegal.

A VISÃO MARXISTA DO DIREITO

Autor(es):

Doralice Tavares Figueiredo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Renata Thalyta Fagundes da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Kení Yudi Sato: Discente do Curso de Direito da FARN
Charles Lindbergh de Souza Costa: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Dinarte Lopes
Instituição de Ensino: FARN
Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O marxismo não pondera direito como uma classe ideal e normativa ou nem mesmo independente. Para o marxismo não existe filosofia ou ciência do direito porque o jurídico não descobre interpretação em si mesmo. O direito só pode ser compreendido através da análise da realidade dos fatos econômico-social de uma coletividade em assentado tempo da história. A chamada normatividade do direito é um reflexo das fases de vida material da sociedade, um modelo que recobre o choque que existente em toda sociedade de classes, entre o modo de produção. O certame de classes é a real mola que estimula, motiva e produz a constituição do direito.

(METODOLOGIA) Este trabalho é concebido através de pesquisas efetuadas em bibliografias de introdução de ciências do direito e filosofia do direito.

(RESULTADOS) Para Marx o direito não progride, o que progride é a forma cultural da sociedade, não se podendo falar em evolução do direito romano, medieval ou moderno, mas tão-somente em preceitos diversos de propriedade: escravidão e capitalismo. As mudanças da sociedade sempre foram continuadas servilmente pela metamorfose do direito. As cizânias doutrinárias entre juristas são insuficientes para a humanidade no caminho de uma justiça perfeita e equitativa e esta deverá ser alcançada com uma sociedade sem hierarquias que o proletariado irá instaurar de futuro. O direito é um meio opressivo socialmente organizado que se revela com toda clareza nos choques entre classes que pretendem o poder. É a ideologia da classe dominante sem nenhum valor transcendental. A impor e determinar uma sociedade de uma assentada forma de produção.

(CONCLUSÃO) Não existe justiça que não seja de classe, porque a fonte de todo direito é a vontade da classe dominante. Apenas em um momento pode o direito representar os interesses de toda a sociedade: é quando a classe revolucionária toma o poder. Mas logo depois da tomada do poder, tanto pela burguesia como pelo proletariado, o direito retoma o seu caráter classicamente costumeiro. Apenas na sociedade socialista do futuro que desaparecerão tanto o Direito como o Estado, passando a haver apenas um gerenciador ou governo das coisas. Direito e Estado surgiram quando a sociedade se dividiu em classes e desaparecerão com a extinção delas. A ditadura do proletariado na revolução socialista, é apenas uma fase transitória que serve ao proletariado para fortificar a sua propriedade mas como ele irá instituir a sociedade sem classes não terá mais sentido a existência do Direito e do Estado que sempre serviram de instrumento de monopólio e privilégio exclusivo de uma classe contra outra, e sendo ele a maioria da nova sociedade, não irá explorar a si mesmo. Não tem sentido a discussão sobre Estado de Polícia e Estado de Direito na sociedade burguesa, porque nesta todo estado é Estado de Polícia. Direito e Estado se coligam de forma absoluta, um não escapa ao outro, não existe destença cronológica entre eles. Pode haver sociedade sem Estado, contudo, o estado só brota onde existem separações de classes: tribunais, corpos legislativos, Juizes e métodos de interpretação da lei, não passam de aparelhos da classe dominante que estão a serviço do mesmo, sendo ilusórias todas as chamadas técnicas jurídicas de aplicação do direito e todas as garantias de estabilidade no cargo para as pessoas encarregadas de dirigir. Palavras-chaves: Direito. Estado. Sociedade. Governos.

HOLDING: ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO SOCIETÁRIO E FISCAL

Autor(es):

Suerda Veríssimo Bezerra: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Ari dos Santos de Azevedo Filho: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Laís Luz de Menezes: Discente do Curso de Direito da FARN
Max Mullher Barbosa: Discente do Curso de Direito da FARN
Max Rocha de Medeiros: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Holding, conceitualmente representa a criação de uma empresa com a finalidade de participar e controlar outras empresas, como sócia ou acionista. Sua constituição não depende da forma societária, podendo, de acordo com a conveniência de seus componentes, terem seu capital dividido em quotas ou em ações. Uma das atitudes mais importante da Holding está voltada para sua lucratividade e produtividade. O seu sucesso é o sucesso de suas controladas. A existência da holding na legislação brasileira pode ser determinado com o § 3º do art. 1º da Lei das S/A ao ser admitida à possibilidade de uma companhia ter por objeto a participação em outras sociedades, ainda que sem previsão estatutária, como meio de realizar o seu objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais.

(METODOLOGIA) Para atingir aos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimentos bibliográfico buscando as lacunas presente na lei de das S/A ao ser admitido à possibilidade de uma companhia ter por objeto a participação em outras sociedades.

(RESULTADOS) A criação de uma holding é interessante, principalmente, para o aspecto fiscal e/ou societário, sendo esses um dos principais objetivos na criação de empresas desse tipo. No aspecto fiscal, os empresários buscam a redução da carga tributária, planejamento sucessório, retorno de capital sob a forma de lucros e dividendos sem tributação. Já sob o aspecto societário, visa solucionar problemas de sucessão administrativa, treinando sucessores, como também profissionais de empresa, para alcançar cargos de direção. Para que uma empresa se torne uma holding, esta deverá receber bens ou direitos para formar o seu capital, e esta integralização poderá ocorrer de duas formas, ou seja, sócio pessoa física e/ou sócio pessoa jurídica.

(CONCLUSÃO) A constituição de uma holding pode ser a solução para as transferências necessárias e a maior longevidade do grupo societário. É a solução da pessoa física, ou seja, a pessoa física é temporária, a pessoa jurídica transcende gerações. Deste modo, as vantagens mais comuns apontadas situam-se em seus aspectos econômico-financeiros, societários, administrativos ou legais, dos quais destacamos os principais pontos: o processo decisório, em que as decisões estarão baseadas em uma estrutura de gestão profissional e de alto nível previsto na holding; o processo de compras de equipamentos, instalações e contratação de projetos de construção civil; os planos táticos e operacionais dos componentes do grupo poderão ser centralizados e executados em conjunto; contribui para a otimização do planejamento fiscal e tributário das afiliadas; nas holdings familiares permite maior facilidade na transmissão de heranças e delimitação ao ambiente da empresa de eventuais conflitos familiares. De igual forma, as desvantagens mais comuns observadas, podemos destacar os seguintes pontos: a centralização excessiva de poderes na holding, na imposição do planejamento estratégico e no setor financeiro pode incomodar os acionistas minoritários nas empresas afiliadas; o planejamento tributário centralizado, se inadequado, pode impactar em maior carga tributária ou tributação incorreta.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

O BRASIL PRÉ-CABRALINO E A DÚVIDA DA EXISTÊNCIA DO DIREITO

Autor(es):

Tháissa Louyse Bezerra da Câmara: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Pablo Moreno Paiva Capistrano
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho trata sobre a questão da existência do direito entre os índios brasileiros antes da colonização, com a finalidade de esclarecer até que ponto é possível se falar na existência de uma organização jurídica entre os povos tradicionais que habitavam o Brasil quando de sua pré-história. Dessa maneira, chegamos a uma problemática central: existia direito entre os índios da pré-história brasileira?

(METODOLOGIA) O presente trabalho aborda questões jurídicas, a partir de perspectivas que envolvem a História e a Antropologia. As questões através das quais chegamos à problemática deste trabalho dependeram, portanto, da aproximação com – e entre – as áreas do Direito, da História e da Antropologia. O instrumental de pesquisa utilizado na elaboração deste trabalho constituiu-se de textos, especialmente na área da Antropologia Jurídica, com ênfase na obra *Nos Confins do Direito* – de Norbert Rouland. Através de uma interpretação crítica sobre conceitos como etnocentrismo e, posteriormente, positivismo jurídico, partimos em uma jornada de pesquisa e de conhecimento, cujo fim – não no sentido do final, mas, sim, no sentido da finalidade – é uma compreensão mais tolerante da relação entre o direito e os povos da pré-história do Brasil.

(RESULTADOS) A busca por uma resposta à nossa problemática nos guiou por caminhos em cuja base estão as fontes de pesquisa, mas nos quais também estão presentes nossa apreciação, nossa opinião sobre o tema, assim como a imaginação indispensável ao trabalho do Historiador – na História do Direito não é diferente. Como fruto dessa busca, encontramos na pré-história do Brasil alguns elementos que nos afastam da visão de que ali não havia direito. A divisão do trabalho e a hierarquização no âmbito do poder político no contexto indígena são alguns exemplos de tais elementos. Para tanto, fomos de encontro à tese de Hegel, cuja opinião é de que só há direito quando há escrita, e fomos ao encontro da tese do muro da escrita, de Norbert Rouland.

(CONCLUSÃO) A pré-história do Brasil é, para esta pesquisa, uma janela que se abriu diante de nossos olhos, os quais puderam não apenas observar, mas analisar e opinar com base no que viram. Seguindo o objetivo de responder à problemática da dúvida da existência do direito entre os povos tradicionais do Brasil pré-histórico, afirmamos que há, sim, nos recortes espacial e temporal em questão, presença de elementos do direito. Acreditamos, assim, que avançamos um pouco no sentido da crítica, deixando de lado os preconceitos e nos aproximando, através de um olhar curioso e disposto, das origens do nosso povo.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A PROTEÇÃO DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL À LUZ DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

Autor(es):

Fernando Antônio Pereira Gomes Júnior: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Bruno Figueiredo Cachoeira Dantas: Discente do Curso de Direito da FARN

Roberta Gomes Barbosa: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Rodrigo Barros Mendonça

Instituição de Ensino: FARN

Ana Mônica Medeiros Ferreira

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O trabalho infantil é tema de grande repercussão a nível internacional, tendo em vista uma maior proteção do menor com o advento, principalmente, da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente de 1989, que consagrou a implementação da Doutrina da Proteção Integral, além das Convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que regulam, respectivamente, a idade mínima para admissão em emprego e a proibição e eliminação das piores condições de trabalho infantil. No âmbito nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), junto com a Constituição Federal de 1988, é responsável pela regulamentação dos direitos à profissionalização e à proteção no trabalho dos menores.

(METODOLOGIA) Através de pesquisas acadêmicas, é possível descobrir como se deu a ratificação, pelo Brasil, das principais Convenções Internacionais que versam sobre os direitos da criança e do adolescente e sua inserção numa relação de emprego, sendo também necessário, por meio de comparações estatísticas dos períodos anteriores aos tratados acima, constatar a efetivação, no Brasil, dos mecanismos trazidos por esses tratados e pelo ECA, dados esses contidos nos órgãos de proteção à criança e ao adolescente, tais como os Conselhos Tutelares e de Direito e o Ministério Público do Trabalho.

(RESULTADOS) Ao tomarmos como base a inserção da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente e das Convenções 138 e 182 da OIT no ordenamento jurídico brasileiro, percebemos que, por força da ratificação dos acordos acima, o índice de trabalho infantil no Brasil vem diminuindo com o passar dos tempos, uma vez que foram criadas medidas coercitivas, fiscalizadoras e protetivas mais eficazes, coibindo a ação dos infratores. Não obstante, é notório que a entrada do Brasil no Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (em inglês, IPEC), regulado pela OIT, teve grande importância para esse resultado, uma vez que o IPEC envolve, em sua dinâmica, órgãos da Administração Pública (Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego), o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e outros como os Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares, reforçando a aplicação dos dispositivos dos tratados. É importante destacar, também, a possibilidade de os Estados signatários dos tratados supracitados aplicarem sanções às nações que não venham a cumprir com os dispositivos elencados nesses documentos internacionais, pois um Estado, quando ratifica um tratado por completo, compromete-se a cumprir com o que foi acordado em seu texto.

(CONCLUSÃO) Assim sendo, pode-se constatar que os dispositivos legais que garantem a efetivação das medidas de proteção do trabalho da criança e do adolescente previstos no ECA devem ser interpretados à luz das Convenções Internacionais anteriormente citadas, uma vez que estas foram ratificadas pelo nosso Estado, inserindo-se no ordenamento jurídico brasileiro, nos moldes da Constituição Federal, além de que a atuação dos órgãos fiscalizadores torna-se imprescindível na luta contra o trabalho irregular da criança e do adolescente, assim como o apoio da sociedade na denúncia dessas práticas.

CRIMES DIGITAIS: PANORAMA ATUAL

Autor(es):

Deborah Vieira de Alencar Maia: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Direito passou por diversas transformações úteis e relevantes ao longo dos séculos. Essas transformações fizeram com que, bom ou mal, o Direito perdurasse. Contudo tais transformações sempre se deram com certo atraso. Hoje vivemos na era da tecnologia. Com o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação, e, principalmente, com o advento da Internet, novas questões surgem, demandando respostas do operador do Direito. Frente a questões como essas o Direito deve se adequar a esta nova realidade. Pois se a sociedade está migrando para o ciberespaço, o Direito deve acompanhar esta migração. “Ubi societas, ibi jus”. Logo, neste novo panorama, existem os crimes digitais e para encaixar estes junto ao contexto atual devem ser considerados alguns pressupostos constitucionais como: Art. 5º, II, X, XII, XXV, XXXIX, CF. Tais incisos destacam a opção do Estado pela diretriz da legalidade e em prol do princípio de inafastabilidade da jurisdição, inclusive na Internet. Ou seja, em havendo lesão ou ameaça a liberdades individuais ou ao interesse público, deve o Estado atuar para coibir práticas violadoras desse regime de proteção, ainda que realizadas por meio de computadores. O Estado deve prever positivamente os mecanismos preventivos e repressivos de práticas ilícitas, nas esferas civil e penal, e os órgãos de persecução criminal (a Polícia Judiciária e Ministério Público) devem passar a organizar setores especializados no combate à criminalidade informática. Nos dias de hoje existe uma lacuna no ordenamento jurídico brasileiro. Diante disto, este trabalho objetiva despertar o interesse, nos operadores do Direito, pelo estudo interdisciplinar das ciências jurídicas e da informática, além, ainda, de apontar que a partir da atual legislação é possível punir os delitos informáticos com algumas adequações na esfera infraconstitucional, porém não se pode esquivar da criação de novas leis para a tipificação dos crimes de informática.

(METODOLOGIA) Buscando alcançar tais metas, foi feito um estudo de caráter qualitativo, através de um levantamento bibliográfico, jurisprudencial e julgados no qual foi buscado por formas atuais de controle da criminalidade informática no contexto brasileiro.

(RESULTADOS) Verificou-se que pela pesquisa efetuada o cenário nacional ainda encontra-se em débito frente aos crimes digitais, ou seja, existe muito pouca legislação específica tratando do tema, porém existem contramedidas para a solução de casos de crimes digitais utilizando os preceitos constitucionais, as leis cíveis, leis penais, lei dos direitos autorais, leis de defesa do consumidor, além de algumas outras leis já aplicadas. Porém, é válido ainda salientar que estas não são suficientes para garantir a inafastabilidade da jurisdição do Estado. Uma vez que no caso em questão tem-se a necessidade de promoção de uma legislação exclusiva para aplicação ao caso concreto.

(CONCLUSÃO) Diante do exposto, percebe-se que a legislação positivada atualmente ainda não confere tratamento a tipificação dos crimes digitais frente ao cenário nacional. A forma como tem se decidido na justiça tem mudado ao longo dos anos, contudo é preciso frisar que a carência na legislação é algo que deve ser preenchido de logo. No Direito Brasileiro observa-se uma tensão entre os crimes digitais e legislação positivada, de modo a haver um reconhecimento ainda tímido e reduzido da criminalidade informática baseando-se principalmente na legislação "atípica", contrariando tendências de outros países onde lei específica já é preocupação constante.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

O PRÉ-SAL BRASILEIRO E A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE: A GUIA DOS DIREITOS HUMANOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

Autor(es):

Jéssica Louise Barata Moura: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Vânia de Vasconcelos Gico
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O tema representa um marco para a sociedade brasileira tanto para sua economia, como para a vida social, o meio ambiente e os direitos humanos e sociais principalmente se levarmos em consideração a principiologia do biodireito. O Pré-sal é uma camada de petróleo, que no caso brasileiro se estende por cerca de 180 km entre os Estados do Espírito Santo e Santa Catarina. Sendo o petróleo um líquido que está confinado em grandes profundidades, no continente e no ambiente marítimo, quando está abaixo de uma extensa camada de sal conserva-se em ótima qualidade: este é o caso do pré-sal. Trata-se de investigação de grande importância para estudo na área do biodireito e sociedade indagando-se como o caso do pré-sal brasileiro pode ser interpretado à luz da principiologia e dos princípios do biodireito, tendo-se como foco o princípio do respeito à dignidade e a cidadania da pessoa humana, e como categoria de análise a teoria, a legislação e a jurisprudência relativas às normas reguladoras da conduta humana em face dos avanços da biotecnologia e da biodiversidade. Têm-se como objetivo verificar a legislação do biodireito referente a proteção dos direitos humanos, sociais e ambientais e a proteção da biodiversidade com relação ao caso do pré-sal brasileiro.

(METODOLOGIA) Discute-se em uma visão transdisciplinar da ciência, a partir do método dialético, o qual possibilita uma visão de processo aos dados da pesquisa, uma NOTA PRÉVIA. O texto é assim denominado, quando contém uma ou várias informações científicas novas, sem, contudo oferecer detalhes suficientes para que o leitor possa comprovar essas informações indicadas anteriormente. Destina-se a garantir a prioridade do trabalho, quando o assunto é de grande interesse e de segura originalidade, como é o caso do estudo sobre o pré-sal e o direito a vida saudável da população brasileira. A autora desta nota prévia compromete-se a publicar posteriormente os resultados do seu trabalho, em forma de artigo, como trabalho de conclusão de curso (TC - Direito), na Revista da FARN.

(RESULTADOS) As análises propostas levam-nos a deduzir que o pré-sal possui uma relação próxima ao tema do biodireito uma vez que se aproxima às normas e leis protetivas aos seres humanos, que devem ser respeitadas preservando o bem mais importante: a vida. É necessário a observação do princípio da precaução com o meio ambiente e com os impactos que o ser humano podem nele causar. O pré-sal é um tema de grande abrangência pois poderá envolver questões muito importantes que permeiam o cotidiano da sociedade, tais como: o meio ambiente, a ética, os direitos humanos, os alimentos, a biodiversidade, entre outros. Por sua vez o “direito deve aceitar as descobertas científicas cuja utilização não se demonstre contrária à natureza do homem e de sua dignidade” (DINIZ, 2009). A necessidade aqui pautada trata-se da racionalização do ser humano enquanto explorador do meio ambiente, que não seja efetuada de forma brutal e devastadora, mas com limites e inteligência.

(CONCLUSÃO) A nota prévia aqui elaborada justifica-se pela originalidade do tema a ser estudado na academia, principalmente em um curso de direito. A pesquisa analisa a importância do pré-sal para o futuro brasileiro e as suas contribuições para a sociedade. Espera-se que com o pré-sal as sociedades mundiais busquem a preservação da biodiversidade, tanto para a sociedade brasileira quanto para as suas economias, vidas sociais, meio ambiente, principalmente no âmbito dos direitos humanos e sociais levando em consideração a principiologia do biodireito.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

LIMITAÇÕES PARA HIPÓTESES DE TRANSFERÊNCIAS ENTRE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.

Autor(es):

Doralice Tavares Figueiredo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Renata Thalyta Fagundes da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Kení Yudi Sato: Discente do Curso de Direito da FARN
Charles Lindbergh de Souza Costa: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Manuel Maia de Vasconcelos Neto
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) De acordo com a lei 9394/96 que estabelece as diretrizes da educação nacional, em conformidade com o art. 49, parágrafo único, desta mesma lei, e com a lei 9536/97 que o regulamenta, as transferências que não sejam de ofício, ou seja, por interesse da administração pública, estão vedadas. E no que tange a transferência entre instituições de ensino superior, a ADIN 3324-7 impetrada pelo Procurador Geral da República que usou como fundamento constitucional o Art. 5, caput, I, o Art. 37, caput – Art. 206, I ao VII – Art. 207, caput – Art. 208, V onde o tribunal julgou por unanimidade procedente em parte. A interpretação do STF foi que: “A constitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 9.536/97, viabilizador da transferência de alunos, pressupõe a observância da natureza jurídica do estabelecimento educacional de origem, a congneridade das instituições envolvidas - de privada para privada, de pública para pública -, mostrando-se inconstitucional interpretação que resulte na mesclagem - de privada para pública.” O princípio da igualdade é prelecionado pelo artigo 5º, caput, da Carta Magna, ao dispor que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:” Já o princípio da proporcionalidade é, então, um princípio constitucional implícito, porque, apesar de derivar da Constituição, não consta nela expressamente. Analisando terminologicamente, a palavra Proporcionalidade dá uma conotação de proporção, adequação, medida justa, prudente e apropriada à necessidade exigida pelo caso concreto.

(METODOLOGIA) Este trabalho é concebido através de pesquisas de bibliográficas do direito, assim como mediante análise da constituição brasileira para efeitos de comparação com institutos positivados e casos concretos atuais.

(RESULTADOS) É possível vislumbrar duas funções distintas desempenhadas pelo referido princípio no sistema normativo. Na primeira delas, o princípio da proporcionalidade configura instrumento de salvaguarda dos direitos fundamentais contra a ação limitativa que o Estado impõe a esses direitos. De outro lado, o princípio em exame também cumpre a relevante missão de funcionar como critério para solução de conflitos de direitos fundamentais, através de juízos comparativos de ponderação dos interesses envolvidos no caso concreto. Esta função é ressaltada por PAULO BONAVIDES (5), in verbis: “Uma das aplicações mais proveitosas contidas potencialmente no princípio da proporcionalidade é aquela que o faz instrumento de interpretação toda vez que ocorre antagonismo entre direitos fundamentais e se busca daí solução conciliatória, para a qual o princípio é indubitavelmente apropriado. As cortes constitucionais européias, nomeadamente o Tribunal de Justiça da Comunidade Européia, já fizeram uso freqüente do princípio para diminuir ou eliminar a colisão de tais direitos.”

(CONCLUSÃO) Concluímos então que o acesso dentro dos ditames da congneridade imposta pelo STF não fere o princípio da igualdade por entendermos que o princípio da proporcionalidade faz o balanço justo do acesso as universidades, principalmente as públicas, onde o seu ingresso é mais difícil e não oneroso, fazendo com que o indivíduo ou seu dependente estudante tenha acesso ao ensino não “burlando” o sistema de acesso, mas fazendo jus a sua condição anterior na entidade de ensino superior a qual cursava. Palavras-chave: Congneridade. Igualdade. Transferência. Instituição.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A TRAGÉDIA HISTÓRICA DE EUCLIDES DA CUNHA: A JUSTIÇA SOB DIFERENTES PONTOS DE VISTA.

Autor(es):

Flávia Moura Marques: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Chiara Xavier Pinheiro: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

João Batista Machado Barbosa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Euclides da Cunha foi protagonista de uma das mais famosas tragédias acontecidas no início do século XX, conhecida como “A Tragédia da Piedade”, onde, para honrar o seu nome, foi de encontro ao amante de sua esposa, Dilermando de Assis, disposto a matar ou morrer. Sua esposa, Anna da Cunha, apaixonou-se por Dilermando, após ter uma vida turbulenta, agressiva, de traição e solidão com Euclides. Pediu, então, o desquite, quando o marido causou a morte de um de seus filhos por inanição, uma vez que a criança era ilegítima. Em uma sociedade moralista ao extremo, Euclides ficou enfurecido, e Anna, assustada, foi morar com Dilermando, deixando para reiterar a sua vontade para Euclides no outro dia, quando este se acalmasse. Porém, Euclides da Cunha não esperou o dia seguinte; armado, descobrindo onde moravam, invadiu a casa aos berros. Morreu em meio a fogo cruzado. Dilermando de Assis sobreviveu, revivendo sete anos depois, a uma segunda tentativa de homicídio, desta vez pelas mãos de Euclides Filho, cujo intuito era vingar a morte do pai. Mesmo pegando-o de surpresa, também não obteve êxito e morreu, e Dilermando sobreviveu a mais essa, conhecida como “A Tragédia do Fórum”. Nas duas vezes, seus advogados alegaram legítima defesa, e Dilermando foi absolvido.

(METODOLOGIA) Através da leitura de livro e artigos destinados ao esclarecimento do caso trágico ocorrido no bairro da Piedade, obtiveram-se dados para um estudo bibliográfico mais confiável, principalmente no que diz respeito se houve ou não justiça em inocentar por duas vezes Dilermando de Assis, se Euclides da Cunha tinha ou não razão para agir daquela forma, e se seu filho, Euclides Filho, o qual deixou um artigo escrito, no *Jornal do Comércio*, teve motivos para declarar ser Dilermando um assassino, e que a Justiça cometeu um erro no tocante à sentença proferida a favor dele. Serão analisados os artigos penais e crimes contidos nesta trágica história.

(RESULTADOS) Por toda a sua vida, mesmo inocentado dos crimes, Dilermando de Assis foi perseguido por toda a sociedade e imprensa, sendo, para eles, culpado pelo crime de “cobiçar a mulher de alguém”. Devido a isso, sua carreira foi influenciada, nunca conseguindo chegar ao generalato. Saiu do Rio de Janeiro e voltou depois, por motivos profissionais, sobre forte oposição de Anna, que, casando-se com Dilermando, teve mais cinco filhos; Ela foi feliz com ele por pouco tempo, pois, após descobrir que ele arranjava uma amante, abandonou-o sem deixar rastros, e, quando Dilermando finalmente descobriu onde eles estavam e a procurou, ela recusou-se a recebê-lo, e ele, frustrado, recusou-se a ajudar os filhos a partir deste momento.

(CONCLUSÃO) Essa foi uma daquelas histórias, onde uma tragédia trouxe outras como consequência: Euclides da Cunha, já mentalmente perturbado, morreu tentando manter um casamento de aparências; seu filho, Euclides Filho, querendo fazer justiça com as próprias mãos, coagido por parentes e amigos a acreditar que esta não tinha sido feita, também morreu ao tentar honrar seu pai; Dilermando, apesar de ter sido inocentado, viveu rechaçado e perseguido pela sociedade, que o condenou por “cobiçar a mulher do próximo”, causando a destruição de uma família; Anna Emília, que sempre acreditou que só existia um amor na vida, nunca conseguiu ser plenamente feliz e viver em paz, nunca perdendo seu grande amor pela traição a ela e aos filhos. Anna Emília morreu de câncer, no mesmo dia e mês de seu casamento com Dilermando.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

OS PARADOXOS DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA COMARCA DE NÍSIA FLORESTA: REFLEXÕES CRÍTICAS

Autor(es):

Liana Ramalho Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Ricardo Augusto da Mata Dias: Discente do Curso de Direito da FARN
Caio César Ferreira Guimarães: Discente do Curso de Direito da FARN
Silvana de Sena Patrício: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A comarca de Nísia Floresta caracteriza-se por ser de vara única, representada pelo Fórum Desembargador Félix Bezerra de Araújo Galvão. A pesquisa buscou a análise das especificidades dessa cidade, mostrando o trabalho realizado no seu Fórum a partir da observação da estrutura organizacional, referente à solução dos conflitos e conclusão dos processos, enfatizando a área da execução penal, a qual foi relacionada aos preceitos constitucionais. Assim, também é objeto de estudo a penitenciária Alcaçuz, de segurança máxima, pertencente à Comarca, apresentando sua estruturação, tratamento destinado aos presos, déficits, entre outros.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico foi baseado em pesquisas de campo com coleta de dados por meio de visitas e entrevistas feitas ao juiz Marcus Vinícius, responsável pelo Fórum, aos servidores que lá trabalham, como também ao diretor da penitenciária Alcaçuz. Além da leitura virtual de textos e artigos que, somados às informações conseguidas com a pesquisa exploratória, possibilitaram o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do trabalho.

(RESULTADOS) Diante do pesquisado, verificou-se que há, atualmente, no Fórum, cerca de cinco mil processos tramitando, sendo dois mil penais, em sua maioria envolvendo crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas. Percebe-se, assim, uma demanda muito elevada para uma comarca de primeira entrância, o que dificulta a celeridade processual, e, assim, abre lacunas para o descumprimento do direito da razoável duração do processo previsto constitucionalmente. A pesquisa sobre o funcionamento do Poder Judiciário de Nísia Floresta revelou inúmeros déficits, tais como a quantidade insuficiente de funcionários, juízes, promotores; sua omissão no tocante à assistência à população e aos presos de Alcaçuz, acarretando iniquidades como manter presos com a pena já cumprida na penitenciária. Como também, a inoperância do Poder Executivo ao permitir a precariedade da defensoria pública, a qual conta apenas com dezenove defensores públicos para uma demanda elevada. A infraestrutura precária da penitenciária é outro grave problema, sendo nítida a falta de segurança e de possibilidade de reabilitar infratores; não raro, essa defasagem torna-os mais cruéis para prática de outros crimes, revelando a banalização da vida humana. Alcaçuz, em princípio, é um presídio cuja estrutura não se coaduna com o princípio da dignidade da pessoa humana por não oferecer condições reais para o cumprimento da pena nem meios que contribuam para a efetiva ressocialização do preso; a capacitação e as atividades são raras e para poucos. Essas iriam, ainda, diminuir o tempo ocioso e as possibilidades de fuga. Ademais, verificou-se a contradição entre o "discurso" do legislativo e o das autoridades constituídas e a realidade absolutamente precária do presídio relatada pelos funcionários.

(CONCLUSÃO) Perante a temática abordada, observa-se a importância imprescindível da concretização do que está previsto pela Constituição e pela Lei de Execução Penal, o que possibilita a melhor compreensão dos motivos e como se manifesta a ineficácia do Judiciário, refletindo na morosidade processual, aumentando a ausência de credibilidade por parte da população nesse órgão. Muitas vezes, como constatado, a prestação jurisdicional se torna lenta por falta de estrutura, profissionais capacitados, investimentos, por falha nas leis, gerando uma sobrecarga nas comarcas, principalmente naquelas que não possuem grande força política e se encontram afastadas da capital.

PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS E DO DEPOSITÁRIO INFIEL

Autor(es):

Andressa Romano Marinho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Carolina de Freitas Sindeaux: Discente do Curso de Direito da FARN
Larissa Soares Albuquerque Bezerra: Discente do Curso de Direito da FARN
Mariana Medeiros de Albuquerque Nobre: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Anderson Leonardo de Oliveira Brito
Instituição de Ensino: FARN
Alan Dias Barros
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O direito à liberdade é um dos direitos humanos fundamentais priorizados pela Constituição Federal, e este só deve ser privado em casos extremos e excepcionais. Porém, essa privação não pode deixar de ser usada como forma de punição, quando necessária. A Constituição Federal prevê em seu art. 5º, inciso LXVII, as possibilidades de prisão civil. Eis a redação do dispositivo constitucional: “não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel”. Apesar de aparentemente simples, esse assunto gera dissenso quanto à prisão civil do depositário infiel, que atualmente resta obstada devido ao Pacto de São José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil. Como objetivo específico, este trabalho visa analisar os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o assunto, a fim de resolver essas possíveis divergências em relação à aplicação dessa norma.

(METODOLOGIA) O trabalho desenvolveu-se a partir da pesquisa acerca do tema nas doutrinas de Processo Civil, Direito Constitucional e Direito Civil, além da jurisprudência pátria. As fontes utilizadas foram bibliográficas e eletrônicas.

(RESULTADOS) No estudo, analisou-se a restrição de liberdade pela prisão civil, que era permitida apenas nos casos de devedor de alimentos e depositário infiel. No primeiro caso, a prisão é um meio coercitivo para o pagamento da dívida de alimentos (tanto provisórios, como definitivos), mas não o substitui, e o cumprimento dela não exime o devedor do pagamento das prestações vincendas, vencidas e não pagas. O juiz mandará citar o devedor para, em três dias, efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo; caso contrário, decretará a prisão pelo prazo de um a três meses, nos termos do art. 733 do CPC. Porém, para a jurisprudência, essa prisão só será utilizada para cobrança das prestações alimentares dos últimos três ou no máximo seis meses. A execução para as demais é feita com base no art. 732 do CPC. Já a situação de depositário infiel configura-se em duas hipóteses: em face de um contrato de depósito, ou em razão de fraude à posição processual do executado, que, tendo sob sua própria guarda os bens que lhe foram penhorados, destes se desfaz indevidamente. Porém, em recente decisão, o Supremo Tribunal Federal reconheceu um novo escalonamento hierárquico para os tratados internacionais assinados pelo Presidente da República. Este escalonamento divide os tratados internacionais em três níveis: o constitucional; o supra legal; e o legal. Essa divisão afetou a prisão civil do depositário infiel, pois para ela os tratados legais estão abaixo dos supra legais, e estes estão abaixo dos constitucionais. Assim, apesar de haver lei permitindo a prisão civil de depositário infiel, esta teve seus efeitos paralisados pelo art. 7º, nº sete, do Pacto de São José da Costa Rica, um tratado supra legal, que só permite a prisão de devedor de alimentos.

(CONCLUSÃO) Em Conclusão, como certifica Pablo Stolze Gagliano, a prisão civil é “uma medida de força, restritiva da liberdade humana, que serve como meio coercitivo para forçar o cumprimento de uma obrigação”. Sendo assim, segundo a jurisprudência atual, a única forma possível de prisão civil é por inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.

A DIFICULDADE DA APLICABILIDADE DA LEI NO ESPAÇO VIRTUAL

Autor(es):

Thabata Regina de Macedo Gomes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Pablo Moreno Paiva Capistrano
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No atual cenário mundial a utilização da internet tem se fortificado exponencialmente. No quesito Brasil, este item, que outrora fora supérfluo e até mesmo inacessível, hoje é tido como algo pertencente à sociedade como um todo. Apesar de seu papel primordial para o avanço tecnológico de uma determinada sociedade, tal crescimento também se tornou algo que gerasse — devido às suas “facilidades” — preocupação e atitudes para sua regulamentação. O nosso país já tem lei para governar sobre esse território, entretanto ainda há muitas lacunas para serem preenchidas nesse âmbito virtual. O grande volume de informações, o uso da privacidade, as brechas digitais e conseqüentemente o uso da má fé por parte dos “hackers”, são só alguns dos muitos perigos que precisam ser prevenidos com uma regulamentação eficaz. Mas o que está sendo feito? Em que se pode melhorar e por que essas mudanças não ocorrem? Este trabalho tentará elucidar as falhas e o porquê do descumprimento, principalmente, dos códigos civil e penal por parte da internet.

(METODOLOGIA) Será apresentado visualmente através de impressão gráfica de forma suscita as principais características das brechas e até que ponto a fragilidade do sistema de leis permitem para que ocorram crimes como pedofilia, difamação, roubos de capital e crimes de natureza prejudicial contra o ser humano em geral. Assim como também será exposto, no banner em questão, algumas sugestões de soluções para o harmônico desenvolvimento da internet e suas subsidiárias.

(RESULTADOS) Como foi notado no decorrer deste trabalho, há falhas da fiscalização no mundo virtual, onde é inevitável a não privacidade da pessoa civil e jurídica, a formação de quadrilhas, a pedofilia, entre outros fatores que dificultam a total harmonia no campo digital. Duas soluções para a referida problemática seria a padronização no conteúdo da internet e o controle no processo de fabricação do computador para que não haja falhas que permitam a ação de lesão a outrem. Um exemplo é o fato de várias empresas de renome optarem por provedores de maior credibilidade, assim como manterem rigorosamente em suas redes plataformas mais seguras.

(CONCLUSÃO) Fica concluído então que, de fato, atualmente, há no mundo a precariedade na prevenção aos direitos humanos, tal como a dificuldade de agir contra a anônima criminalidade. Mas que com o trabalho ativo e unido das autoridades tanto no campo jurídico quanto no âmbito tecnológico é possível sim atuar no real perigo que a internet tem para oferecer.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA COMO DIRETRIZ FLEXIBILIZADORA DO DIREITO DO TRABALHO EM MOMENTOS DE CRISE ECONÔMICA

Autor(es):

Gabriel Seabra de Freitas Medeiros: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

André Machado do Monte: Discente do Curso de Direito da FARN

Danyel Freire Furtado de Mendonça: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Thiago Tavares de Lira de Lima Góes: Discente do Curso de Direito da FARN

Roberio Lima do Nascimento: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Marcelo de Barros Dantas

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo dessa pesquisa é demonstrar, no panorama atual da crise econômica e do combate jurídico ao paternalismo no Direito Laboral, a importância do princípio da Preservação da Empresa e a sua consequente interpretação para a Ciência do Direito do Trabalho em nosso país. Para tanto, discutir-se-á, de maneira preliminar, a relação conceitual entre Empresa e Direito e suas consequências no nosso sistema jurídico contemporâneo. Destacaremos conceitos-base como os de: “abuso de direito”, “função social”, “saúde empresarial”, “princípio da proteção ao trabalhador”, “princípio da preservação da Empresa” e “paternalismo jurídico”, com a finalidade de articular uma melhor solução para os problemas da crise econômica atual, atuando sempre em prol do bem-estar social como um todo, em detrimento de interesses meramente individuais, nos casos em que for possível a flexibilização de direitos, de outros sujeitos de direito interessados em uma resposta judicial. Para tanto, analisaremos o papel da empresa na sociedade e a sua influência na manutenção do welfare social.

(METODOLOGIA) Os procedimentos e estratégias utilizadas na coleta de dados advieram de pesquisas em revistas jurídicas, consultas à jurisprudência do TST e do STF e em suas respectivas revistas eletrônicas. O ambiente do qual provém a pesquisa consiste na própria legislação trabalhista e constitucional, como fontes diretas do tema. O trabalho em questão está em forma de estudo de casos concretos (jurisprudências, súmulas, etc.), assim como análises bibliográficas de livros que, de forma magnífica, abordaram o supracitado tema.

(RESULTADOS) A presente pesquisa teve como resultado principal que, caso não fosse aplicado o princípio ora comentado em momentos de crise econômica, haveria um prejuízo inestimável para toda a sociedade, afetando todo um ciclo socioeconômico e jurídico.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, portanto, que não é razoável a aplicação de medidas paternalistas quando estiver em jogo a “saúde empresarial” e o consequente “desemprego em massa”. Dessa maneira, a presente crise econômica deverá ser efetivamente combatida pela possibilidade de flexibilização de direitos expressamente garantidos pela nossa Carta Magna. De fato, quando essas normas são flexibilizadas, respeitando-se sempre as garantias Constitucionais, atingiremos o objeto do nosso estudo, posto que haverá a estabilidade do empregador na figura da Empresa, estando esta cumprindo sua função social, bem como realizando a manutenção de vagas empregatícias no Estado. Prevalecerão, dessa maneira, emprego e renda, além de outras contribuições para o Estado, podendo citar, por exemplo, fornecimento de bens e serviços à sociedade e, ainda, a evolução tecnológica; tudo isso em prol do cumprimento da função social que a empresa deve objetivar tanto em momentos de pacificação quanto em momentos de crise econômica.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

MOROSIDADE PROCESSUAL NO JUDICIÁRIO: UM ESTUDO SOBRE O CASO DA COMARCA DE GOIANINHA/RN COMPARADO COM AS COMARCAS DE CANGUARETAMA/RN E PEDRO VELHO/RN

Autor(es):

Neyber Auridéia Wanderley Pípolo de Macedo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Djalma da Costa Guimaraes: Discente do Curso de Direito da FARN

Rosa Judith de Medeiros Miranda Lopes: Discente do Curso de Direito da FARN

Roberta Cristina de Souza Soares da Silva: Discente do Curso de Direito da FARN

Danusa Regina Filgueira Bezerra Souza: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A questão da morosidade processual no Judiciário contrapõe-se a previsão constitucional da razoável duração do processo. Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo analisar o problema da morosidade processual na Comarca de Goianinha/RN, comparando os dados adquiridos com os das Comarcas de Canguaretama/RN e Pedro Velho/RN, bem como encontrar soluções para efetivação de tal direito fundamental na comarca pesquisada.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa in loco, onde inicialmente foram realizadas entrevistas com a juíza, o promotor, a diretora de secretaria e servidores da Comarca de Goianinha/RN. A partir daí, sentiu-se a necessidade de fazer um comparativo com duas Comarcas da região: Canguaretama/RN, de segunda entrância e Pedro Velho/RN, de primeira entrância para uma melhor análise da situação.

(RESULTADOS) É importante destacar que a Comarca de Goianinha/RN atende a dois termos: Espírito Santo e Tibau do Sul. Engloba também os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Vara Cível (Justiça comum) e Vara Criminal, além da Justiça Eleitoral – 9.^a Zona, tendo apenas uma juíza e um promotor para atender a um total de 5.750 processos. Verificou-se também que a Comarca de Goianinha/RN engloba 41.438 habitantes e tem 5.750 processos ativos. Canguaretama/RN engloba 39.334 habitantes e dispõe de 3.328 processos, enquanto que a Comarca de Pedro Velho/RN, que não tem termos, dispõe de 13.673 habitantes e tem apenas 800 processos. A pesquisa mostrou que Goianinha/RN autua mensalmente, em média, 110 processos e arquivava 40. Enquanto isso, os processos autuados mensalmente em Canguaretama/RN e Pedro Velho/RN, são em média 90 e 50 respectivamente. Quanto ao arquivamento médio mensal nessas cidades são 50 e 18. Apesar do amplo rol de direitos e princípios fundamentais “garantidos” pela Constituição (Artigos 1º ao 5º), como também nas leis infraconstitucionais, ainda ocorre no cotidiano da Comarca de Goianinha/RN, como a exemplo de todo o país, uma distância entre tais garantias e a sua real aplicabilidade, bem como a dificuldade de se aplicar o Princípio da Razoável Duração do Processo. A pesquisa mostrou que a falta de recursos humanos e materiais, deficiência na estrutura física, dentre outros problemas são apontados como um entrave à celeridade processual. Dentre as comarcas pesquisadas, a de Goianinha/RN apresentou maiores dificuldades na morosidade processual, pois atende a dois termos. Portanto, além do montante de processos autuados e proporcionalmente arquivar menos processos do que as outras comarcas pesquisadas, o que leva ao acúmulo mensal maior.

(CONCLUSÃO) A morosidade processual é um grande problema a ser enfrentado pelo poder Judiciário, que tem um déficit de Juízes, Promotores e servidores para atender a grande demanda de processos que se acumulam a cada dia. É inegável que essa grande procura pelo Judiciário deve-se ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, que possibilitou a construção de espaços democráticos, como o Judiciário, para a efetivação dos direitos de cidadania. Nesse sentido, a população está mais esclarecida e vêm participando dos espaços democráticos, bem como buscando a justiça como espaço garantidor de seus direitos. O diagnóstico preliminar sobre a Comarca de Goianinha/RN mostrou que a situação melhoraria se a comarca fosse dividida em duas novas Varas, uma para Goianinha/RN e Espírito Santo/RN e outra somente para Tibau/RN, esta por ser uma cidade turística tem mais processos no Judiciário, bem como aumentar o número de servidores e qualificá-los para atender melhor a sociedade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

OBRIGAÇÃO DIFERIDA: CHEQUE "PRÉ-DATADO"

Autor(es):

Caio Henrique Bezerra Revorêdo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Diego de Andrade Barbalho: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ana Eleonora de Carvalho Freire
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Adentrar na modalidade do cheque "pré-datado"- tipo de obrigação diferida - evidenciando-o à luz do judiciário brasileiro, no que concerne, respectivamente, ao plano da existência, validade e eficácia da relação jurídica. Mostrar os motivos que pode gerar uma pretensão indenizatória por causa da apresentação antecipada do título de crédito pós-datado, a título de dano moral para o remetente e evidenciar sua natureza contratual.

(METODOLOGIA) Apresentar o trabalho oralmente com o intuito de melhor informar a modalidade do cheque pré-datado, utilizando-se de material visual para facilitar a absorção do conteúdo, através dos 2(dois) autores deste trabalho com a ajuda de equipamentos como retro projetores, computadores etc.

(RESULTADOS) Mostrar de forma clara a utilização do cheque pré-datado no dia-a-dia das pessoas, de sua licitude e em relações comerciais, bem como seu uso interfere na sociedade, que apesar de ser uma modalidade de pagamento à vista, estabeleceu-se o 'costume' de utilizá-lo como modalidade de pagamento à prazo. Assim, sendo este um costume jurídico do tipo 'praeter legem', costume paralelo ao ordenamento, acaba o cheque "pré-datado" se tornando algo amparado pelo direito das obrigações.

(CONCLUSÃO) Evidenciar no trabalho exposto pelo grupo que o cheque pós-datado possui largo uso no comércio, até mais praticado que o chamado "cheque à vista". Pois, seu enorme uso permite ao consumidor a compra instantânea, sendo o pagamento combinado para o futuro, não necessitando, portanto, esperar o dia do pagamento para efetuar a compra, Gera empregos formais e informais por aumentar o fluxo de dinheiro na economia, que conseqüentemente aumenta os lucros dos comerciantes.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, VISTA SOB OS ASPECTOS DA INTEGRAÇÃO DO BRASIL AO ESTATUTO DE ROMA.

Autor(es):

Ralinne Carneiro Mendes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Samela Rayane Marques de Paiva: Discente do Curso de Direito da FARN
Lorena Barreto de Vasconcelos: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO A questão da integração do Brasil ao Tribunal Penal Internacional é alvo de muitas controvérsias visto que o mencionado tribunal tem a possibilidade de aplicar a pena de prisão perpétua, bem como de julgar brasileiros, ainda que natos, em uma possível burla à impossibilidade de extradição de brasileiros natos. Isso vai de encontro ao preceituado na Constituição Federal Brasileira. Mas, por outro lado, é mister não olvidar que a incorporação do Brasil ao referido Tribunal, contribui para uma verdadeira institucionalização dos direitos humanos, os quais são a base dos princípios defendidos e garantidos em nossa Constituição.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA O trabalho traçou-se a partir de uma cronologia histórica de fatos importantes a fim de mostrar a evolução da consciência jurídica internacional da necessidade de se não deixar impune os criminosos que violam princípios fundamentais do Direito e que são de interesse de toda uma ordem internacional. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser classificada como pesquisa bibliográfica, retirando suas fontes da doutrina e de artigos especializados.

(RESULTADOS) RESULTADOS Ao final do trabalho pôde-se constatar que nenhum direito é verdadeiramente protegido se não assegurado por um tribunal competente. O Tribunal Internacional simboliza a idéia de que o sistema internacional dos direitos humanos é um sistema que compreende direitos e obrigações juridicamente e internacionalmente relevantes. Fortalece-se a idéia de que a proteção dos direitos humanos não se deve reduzir ao domínio reservado de um só Estado, desmistificando, assim, um conceito retrógrado de soberania. A soberania consiste, sim, numa cooperação internacional em prol de finalidades comuns.

(CONCLUSÃO) CONCLUSÃO Apesar dos fatos apresentados no trabalho podemos afirmar que a nossa Constituição Federal é bem adequada ao Estatuto do TPI, em especial pela principiologia que a rege e orienta toda a sua estrutura segundo a dignidade humana, paz, direitos humanos e direitos fundamentais. Em geral, o aspecto da extradição pode ser solucionado sob o aspecto de diferenciação de termos. O Estatuto do Tribunal diferencia os termos “entrega” e “extradição”, sendo o primeiro a condução de uma pessoa de um Estado ao Tribunal, o segundo, a condução de uma pessoa de um Estado a outro. Trata-se, portanto de uma entrega sui generis, em que a Constituição brasileira certamente não se refere a esse caso especial. Sobre o problema da prisão perpétua, em linhas gerais, o Estatuto a prevê em casos de extrema gravidade do crime e relevando as características especiais do condenado. A prisão perpétua é a exceção, pois a competência do TPI sempre diz respeito a crimes graves (é uma condição de admissibilidade) e a extrema gravidade deve ser entendida como situação limite. Além disso, a prisão disposta no Estatuto não é perpétua em todos os seus termos, já que revê a revisão da pena após 25 anos de cumprimento, a fim de saber se essa pode ser reduzida. Portanto, compreendemos que o TPI é uma necessidade e não uma sobreposição. PALAVRAS-CHAVES- direitos humanos.prisão perpétua.extradição.soberania.histórico.tribunal penal internacional.

O ABORTO DE FETOS ANENCEFÁLICOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PÓS-POSITIVISMO JURÍDICO

Autor(es):

Neyber Auridéia Wanderley Pípolo de Macedo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Kássio Michel da Silva Bay: Discente do Curso de Direito da FARN

João Antonio Rodrigues de Lima: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Rode de Oliveira França: Discente do Curso de Direito da FARN

Anderson de Carvalho Prudêncio: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Manuel Maia de Vasconcelos Neto

Instituição de Ensino: FARN

Flávio Macedo Freire

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este estudo analisou a questão do aborto de fetos anencefálicos à luz do Pós-positivismo Jurídico. O tema é objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 54, ajuizada junto ao STF – Supremo Tribunal federal pela CNTS (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde), em parceria com o Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – ANIS. "A ação não visa debater o aborto e sim saber se o Estado tem o poder de obrigar uma mulher a manter a gestação do filho que ela não vai ter e, portanto, se é possível o Estado causar este sofrimento involuntário", afirmou o advogado Luís Roberto Barroso, autor da ação. Anencefalia é a má formação do cérebro, resultante de uma falha no desenvolvimento do tubo neural, cujos estudos têm mostrado que aproximadamente 65% dos fetos anencéfalos morrem no útero e os demais sobrevivem até os primeiros dias de vida. O direito deve representar os anseios da sociedade e não ficar engessado ao cumprimento de leis obsoletas. Nesse sentido, à luz pós-positivismo esta pesquisa fincou sua base doutrinária, que segundo Barroso: "O pós-positivismo é a designação provisória e genérica de um ideário difuso, no qual se incluem a definição das relações entre valores, princípios e regras, aspectos da chamada nova hermenêutica e a teoria dos direitos fundamentais. O Direito, a partir da segunda metade do século XX, já não cabia mais no positivismo jurídico. A aproximação quase absoluta entre Direito e norma e sua rígida separação da ética não correspondiam ao estágio do processo civilizatório e às ambições dos que patrocinavam a causa da humanidade. Por outro lado, o discurso científico impregnara o Direito. Seus operadores não desejavam o retorno puro e simples ao jusnaturalismo, aos fundamentos vagos, abstratos ou metafísicos de uma razão subjetiva. Nesse contexto, o pós-positivismo não surge com o ímpeto da desconstrução, mas como uma superação do conhecimento convencional. Ele inicia sua trajetória guardando deferência relativa ao ordenamento positivo, mas nele reintroduzindo as idéias de justiça e legitimidade. O constitucionalismo moderno promove, assim, uma volta aos valores, uma reaproximação entre ética e Direito".

(METODOLOGIA) O delineamento metodológico deste estudo constitui-se numa análise jurídica da questão do aborto em fetos anencefálicos à luz do Pós-positivismo jurídico.

(RESULTADOS) Analisando o aspecto legal da questão em tela, observou-se os fundamentos da Constituição Federal que consagram o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que envolve a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e a propriedade. Portanto, é imprescindível discutir o risco à saúde da mulher grávida de um anencefálico pelo aumento da pressão arterial, infecções, morte intrauterina, depressão, etc. O Art. 128, CP, trata da permissão ao aborto em casos de riscos à vida da mãe, todavia, ignora que a gestação de um anencéfalo coloca em risco a vida da mesma". A proibição do aborto em anencefálicos é ofensa à dignidade da mulher, pois impõe à mulher a um sofrimento injustificável e fere o princípio da Liberdade da mulher de dispor do próprio corpo, diante de casos de fetos anencefálicos, bem como não exigibilidade de conduta diversa.

(CONCLUSÃO) O aborto de fetos anencefálicos, além de ser um problema de saúde pública, também é jurídico. Quando impõe à mulher a continuidade de uma gestação inviável, fere os princípios da dignidade, da liberdade e o direito à saúde. O que deve prevalecer o direito do anencefálico ou o da mãe? E como efetivar direitos que não foram legislados? Com base no Pós-Positivismo Jurídico, esses direitos estão garantidos nos princípios da dignidade da pessoa humana, na liberdade e no direito à saúde da mãe em sentido amplo.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A OMISSÃO INCONSTITUCIONAL ANALISADA NO AMBIENTE DAS AÇÕES DE ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL, DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO E DO MANDADO DE INJUNÇÃO

Autor(es):

Ailton Leandro Martins da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A omissão inconstitucional é uma situação do ordenamento jurídico brasileiro caracterizada pela falta de norma ou mesmo a insuficiência de uma lei para abarcar todas as situações concretas, especialmente no que se refere à regulamentação de matéria constitucional. Primeiramente, é necessário reconhecer a existência de omissões legais e ilegais. As omissões legais dependem da conformidade do Legislativo que promulga leis de acordo com o desenvolvimento da sociedade. As ilegais são o objeto deste estudo. Análise se prenderá às ações de arguição de descumprimento de preceito fundamental, da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e do mandado de injunção. Cada uma, com particularidades e semelhanças, será demonstrada no âmbito de atuação e os possíveis progressos que podem surtir com inovações na utilização desses instrumentos constitucionais.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, assim como a leitura virtual de textos e artigos, que somados a uma base doutrinária, possibilitaram o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento do estudo.

(RESULTADOS) O presente trabalho favorece o incentivo de análise com o texto normativo constitucional. Coloca em confronto os três institutos (já que os fins desejados guardam entre si muita similaridade) para se destacar os pontos comuns e os peculiares. Amplia o foco de pesquisa para outras áreas, como a teoria neoconstitucionalista e a teoria da responsabilidade civil do Estado, diante dessas omissões específicas. Promove questionamentos sociais quanto aos efeitos que uma decisão constitucional pode provocar como retorno para a sociedade. Amplia o foco do aluno, abrindo-lhe a novos horizontes, e desperta a curiosidade dos ouvintes. Qualifica a formação acadêmica, no que se refere à capacidade de expressão e à linguagem técnica. Na ADIM por omissão veremos como resultado as perspectivas quanto a possível responsabilidade civil do Estado. Na ADPF, mostraremos que a mesma veio para colmatar lacunas. No MI, veremos as soluções possíveis que são apresentadas pela doutrina.

(CONCLUSÃO) O trabalho mostra-se satisfatório se dele puder subtrair novos conhecimentos, tanto técnicos quanto de situações jurídicas, para poder antecipar conhecimentos que somente seriam vistos nos semestres seguintes. Também mostra-se satisfatório se dele os ouvintes puderem ter uma visão resumida de todos os horizontes que foram abordados na pesquisa. Por fim, acredito que objetivos maiores poderão ser alcançados com sua exposição.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

"MONITORAMENTO ELETRÔNICO - UMA NOVA SANÇÃO ÚTIL: PORTAS ABERTAS RUMO AO FUTURO DE ESPERANÇAS."

Autor(es):

Glenda Rafaelly Aguiar da Cunha: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Ana Luíza Tinoco Rodrigues do Nascimento: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A prisão hoje em dia ao invés de procurar reinserir o condenado na sociedade, acaba adotando apenas o caráter punitivo da pena, na maioria das vezes estigmatizando e humilhando o preso. A infração penal não deve ser entendida como um fenômeno isolado e fruto de um ser anormal, mas um acontecimento inerente à sociedade. É nessa premissa que surge a proposta do monitoramento eletrônico, não somente como um substitutivo da pena privativa de liberdade, e sim afirmando que o uso da vigilância deve ser precedido de uma análise da finalidade reintegradora, o que vai além do entendimento de um novo modelo executivo da pena. Assim, um dos elementos mais negativos da instituição carcerária, de fato, é o isolamento do microcosmo prisional do macrocosmo social, simbolizado pelos muros e grades. Até que não sejam derrubados, pelo menos simbolicamente, as chances de ressocialização do sentenciado continuam diminutas.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, a qual através da análise de conteúdo atrelada à visão dialética do conhecimento, foi fundamentada em doutrinadores como Edmundo Oliveira, Luis Flavio Gomes e Rogério Greco, bem como em pesquisa desenvolvida pelo Coordenador do Departamento Penitenciário Nacional, Carlos Roberto Mariath, e artigo publicado pelo Procurador de Justiça do MPDFT, Rogério Schiatti.

(RESULTADOS) São inegáveis e significativas as vantagens do monitoramento eletrônico como meio de fiscalização do cumprimento das medidas cautelares e punitivas. A maior delas é a redução da população carcerária e o conseqüente alívio do sistema prisional, além de que quanto mais vagas, mais mandados de prisão poderão ser cumpridos, diminuindo assim a impunidade. Somado a isso, como analisado anteriormente, a adoção dessa tecnologia assegura a possibilidade de o acusado ou condenado manter as principais rotinas e atividades, como o trabalho e o estudo, bem como a oportunidade de permanecer junto a seu grupo familiar e social, de modo a não romper os laços afetivos, reduzindo o grau de sofrimento que o encarceramento produz diminuindo conseqüentemente as chances dele voltar a delinquir. Em contra-partida, alguns alegam, em desfavor desse sistema, o seu elevado custo: nos EUA, em dados de 1999, estimava-se dispêndio de até U\$\$ 25 por dia para cada usuário, o que redundava em gasto anual individual de U\$\$ 9.125. Mas, se levarmos em conta que manter uma pessoa presa no Brasil custa em média R\$ 1 mil por mês, valeria a pena investir um pouco mais com a prisão tecnológica. Os contrários à adoção da medida em pauta alegam também que o monitoramento invade a esfera de intimidade do indivíduo que se submete a esse mecanismo de vigilância, esquecendo-se de que a privação total da liberdade em ambientes insalubres e criminosos e a vigilância pessoal do réu são muito mais constrangedoras e danosas tanto à liberdade ambulatorial quanto à privacidade da pessoa humana.

(CONCLUSÃO) O monitoramento eletrônico não é solução definitiva para todos os males que afligem o sistema carcerário nacional. Porém, merece ter, assim como em outros países de tradição garantista, uma chance em nosso ordenamento, já que poderá aliviar dores, angústias e sofrimentos. Assim, faz-se mister olhar ao redor e verificar, como tal novidade foi enfrentada por outras comunidades, sempre com o fito de aprimorá-la, corrigindo efeitos indesejáveis. Nesse passo, em face das experiências exitosas em outros países, de impedir o ingresso prematuro no sistema; de potencializar o retorno harmônico do condenado à sociedade; e de reforçar a vigilância do Estado quando da imposição de determinadas condições. Logo, enquanto o Estado não proporcionar condições carcerárias adequadas, há que se buscar medidas para minimizar a realidade que nos aflige. Afinal, "a história da pena é a história de sua constante abolição." (Von Ihering).

RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA SOB A ÓTICA DO DIREITO DE FAMÍLIA E A
POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO.

Autor(es):

Adriana Cristina Azevedo de Sousa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Pablo Moreno Paiva Capistrano
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente artigo adentra na questão da adoção, utilizando argumentação jurídica e um pouco de apoio psicológico para trabalhar a idéia de concessão ou não do direito de adotar e, aos direitos da criança citados na Constituição Federal e nos dispositivos do Estatuto da criança e do adolescente. Este trabalho, primeiramente, traça um caminho acerca da concepção de justiça de John Rawls e os principais aspectos do princípio da dignidade humana, ao passo que explana sobre a dignidade humana a partir do pensamento de Kant. Introduz os pressupostos conceituais de ordenamento jurídico, lacuna e analogia, desenvolvendo a questão do uso desta com meio integrativo do ordenamento jurídico e sua possível utilização no caso da união homoafetiva.

(METODOLOGIA) O trabalho foi realizado mediante pesquisa doutrinária, legislativa e jurisprudencial, a fim de responder algumas questões fundamentais: pode ser tratada a união homoafetiva como união estável? A adoção por estes casais homofetivos se justifica com base na dignidade humana?

(RESULTADOS) Há uma relevância em se discutir a questão da justiça, a qual se consolidaria na formulação de uma constituição isonômica, eqüitativa, e que abarque todos. A constituição brasileira traz uma idéia fundamental de justiça que está concentrada no princípio de dignidade humana, que serve como base para a criação de princípios gerais de direito e direitos fundamentais que devem reger a sociedade. Pois é possível organizar uma sociedade baseada em regras que sejam inspiradas numa idéia de justiça com equidade, para que se construa uma ordem social mais justa, na qual todos são iguais e livres numa sociedade democrática. Quando surgem novos contextos sociais, ainda que não estejam previstos na legislação, eles devem ser considerados e solucionados no que diz respeito à justiça. A necessidade de renovação aposenta preceitos arcaicos, modificando conceitos que visam assegurar a tão almejada busca da felicidade, direito de todos. O respeito do reconhecimento das relações entre pessoas do mesmo sexo, estáveis e monogâmicas, oferece uma perspectiva jurídica acerca da possibilidade de adoção por casais homoafetivos, considerando os interesses e direitos da criança, no tocante às reais vantagens de uma adoção desse tipo.

(CONCLUSÃO) Quando novos contextos se apresentam na realidade social, o operador jurídico estando diante de uma lacuna legal e um direito fundamental, deve privilegiar este último, pois está mais vinculado à idéia de dignidade humana. Todos os nossos direitos foram conquistados com muita luta, como nos movimentos sociais e as lutas de classes, e esta luta deve ser incessante para que se forme uma sociedade mais justa e avançada na história da humanidade. Portanto, como disse Maria Berenice Dias (TJRS/ N°. 7009950070) “a ausência de lei específica sobre o tema não implica ausência de direito, pois existem mecanismos para suprir as lacunas legais, citados no art.4 do LICC.”

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: SUA IMPORTÂNCIA PARA A PROTEÇÃO DA PESSOA HUMANA, CONTRA A IMPUNIDADE.

Autor(es):

Nalison Magnus da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Renata Nascimento Nobre de Amorim: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho tem por objetivo o estudo de um órgão que tem como função trazer para a humanidade respeito, maior garantia de segurança na preservação dos direitos humanos, a busca pela consolidação da paz mundial e principalmente que permite uma maior contribuição contra a impunidade. Assim sendo, tentaremos evidenciar as origens, motivos e conseqüências da criação do Tribunal Penal Internacional tratando da previsão de direitos fundamentais em tratados internacionais e suas influências tanto no âmbito individual e coletivo quanto moral e ético das soberanias estatais, uma vez que, torna-se necessário o entendimento de questões relacionadas ao que possa proteger a humanidade da omissão e irresponsabilidades cometidas por governantes e que resultem em impunidade.

(METODOLOGIA) A pesquisa realizada foi eminentemente bibliográfica, em doutrina especializada, notadamente relacionada ao Direito Internacional, Penal e Constitucional.

(RESULTADOS) Observamos que no contexto histórico da humanidade, muito se vivencia a impunidade. Mais precisamente na Segunda Guerra Mundial se observou a falta de meios institucionais e legais que impedissem genocídios, mutilações, massacres, torturas, assassinatos, e outras formas de ofensas aos direitos humanos em grandes dimensões. Desta forma, partindo de uma perspectiva histórica, ao analisar a existência do comportamento esquivante dos governantes que agiam legitimados em nome do exercício e cumprimento da soberania estatal, sendo, assim, irresponsabilizados por barbaridades cometidas em guerras declaradas e não-declaradas até a atualidade, um questionamento se faz necessário: diante de tantos avanços para o desenvolvimento que busca a humanidade e diante de tantas experiências negativas sofridas decorrentes desta busca, é justo que ainda estejamos sujeitos à impunidade? O Tribunal Penal Internacional, sediado em Haia, na Holanda, estabelecido pelo Estatuto de Roma e instituído em 17 de julho de 1998, possui atuação subsidiária (princípio da complementariedade), agindo, sobretudo diante da omissão ou incapacidade das instituições estatais, com competência para julgar os crimes contra a humanidade, crimes de guerra, genocídio, de agressão. É uma soma importante, no que se refere ao julgamento e punição de gestores, chefes militares e de qualquer cidadão pela prática desumana de delitos da mais alta gravidade impunes em razão de discutível soberania.

(CONCLUSÃO) Percebemos mediante a pesquisa que a atuação do Tribunal Penal Internacional está em plena sintonia com a defesa da paz nas relações internacionais, dos princípios da prevalência dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado, inscritos na Constituição. Sua instituição não deve ser considerada, apenas, como uma oportunidade para compensar as vítimas de crimes bárbaros, mas também é uma forma fundamental de evitar futuras atrocidades. Foi dado um grande passo em direção à universalidade dos Direitos Humanos, possibilitando, por conseguinte, o respeito ao Direito Internacional, considerando que os Estados-partes ficam obrigados à plena cooperação no exercício de suas funções, exercendo uma interpretação harmônica de suas leis para adequar as incompatibilidades e inconstitucionalidades, garantindo assim uma maior proteção contra a impunidade em favor da humanidade. PALAVRAS-CHAVE: Tribunal Internacional Penal, Direitos Humanos, Impunidade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

TEORIA GERAL DAS PROVAS: UMA ANÁLISE DO USO DE PROVAS ILÍCITAS PONDERADAS À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.

Autor(es):

Benedita Liduína Loiola Rêgo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Esse trabalho teve como objetivo discutir a ponderação das provas no processo adquiridas ilicitamente à luz da Constituição Federal de 1988. Para nortear a pesquisa foi levantada a seguinte questão: o que é uma prova ilícita? Verificaram-se divergências doutrinárias acerca do conceito, devido a uma imprecisão aos termos, quais sejam: Prova ilegal, prova ilegítima, prova ilícita, prova ilegitimamente admitida, prova obtida ilegalmente. A prova será ilegal quando violar o ordenamento como um todo, e ilícita, quando afronta o direito processual. A Jurisprudência tem aplicado o Princípio da Proporcionalidade quanto ao assunto em razão dos valores constitucionais em conflito. Para efeito de licitude de provas tem-se, por exemplo: 1) Ilícita a prova obtida por meio de gravação de conversa própria, feita por um dos interlocutores, se quem está gravando está sendo vítima de proposta criminoso do outro; 2) A gravação de conversa realizada por terceiro, com a autorização de um dos interlocutores, sem o consentimento do outro, desde que seja utilizada para legítima defesa. No mesmo sentido acórdão do TJRJ; 3) Prova obtida por meio de interceptação e gravação de conversas telefônicas do cônjuge suspeito de adultério: não é ilegal; 4) As cartas poderão ser exibidas pelo respectivo destinatário, para a defesa de seu direito, ainda que não haja consentimento do remetente; 5) A prova de conversa telefônica obtida licitamente, por autorização judicial na instrução criminal, pode ser utilizada como prova emprestada no processo civil. A verticalização de tais licitudes à luz da Constituição Federal de 1988 estão com Ponderação de Valores Constitucionais em Conflito, no, art. 5º, inciso XII, CF. Vê-se claramente que o próprio inciso está em conflito. Portanto, há a necessidade de uma Razoabilidade na análise, tendo em vista que não há regra constitucional absoluta.

(METODOLOGIA) A metodologia deste estudo constitui-se numa análise de natureza bibliográfica sobre a Teoria Geral da Prova e, como foco principal à licitude da Prova, e os valores constitucionais em conflito na mesma.

(RESULTADOS) Reza a Constituição Federal em seu art. 5º, LVI, o seguinte: “ São inadmissíveis, no processo (o preceito é válido para o processo civil, penal e administrativo), as provas admitidas por meios ilícitos.” Mas, no inciso XII, já diz que é admissível a violação das comunicações telefônicas, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal. Temos então, uma Ponderação de Valores constitucionais em conflito. E, aumentará mais ainda o problema quando, se utilizar essa prova do Processo Penal, dentro do Processo Civil, como prova emprestada. O disposto no inciso XII é direcionado ao Juiz Criminal, e não, ao Juiz Civil. Daí, como fica este último Magistrado. Ele não poderá solicitar a violação das comunicações telefônicas para efeito de provas porque o inciso XII é restrito à área penal. Conforme Nelson Nery Jr. O Princípio da Proporcionalidade foi aplicado recentemente pelo STJ, em caso de discussão sobre a licitude ou ilicitude do meio de prova. E, foi admitida como válida e eficaz no processo a prova obtida mediante interceptação telefônica autorizada judicialmente, violando a comunicação telefônica de preso que cumpria pena em Penitenciária.

(CONCLUSÃO) A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, LVI, não admite, no processo, as provas emitidas por meios ilícitos. Mas, há de se observar o Princípio da Razoabilidade e o da Proporcionalidade, quanto a essa inadmissibilidade, porque nenhuma regra constitucional é absoluta, uma vez que convive com outras regras ou princípios constitucionais. E, com efeito, haverá sempre a Ponderação de Valores Constitucionais em Conflito.

AS REPERCUSSÕES SOCIAIS DA MOROSIDADE PROCESSUAL

Autor(es):

Raíssa de Magalhães Vieira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Magali Rossana Fernandes de Araújo: Discente do Curso de Direito da FARN
Lara Mirian Costa Vieira: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Anderson Leonardo de Oliveira Brito
Instituição de Ensino: FARN
Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A morosidade processual é um problema que atinge todos os países de formas diversificadas. No Brasil, o fenômeno foi detectado há várias décadas, passando a ser uma preocupação permanente. Essa problemática é produto de um Judiciário detentor de uma estrutura orgânico-administrativa anacrônica e regulamentada por procedimentos que não acompanharam as mudanças ocorridas na sociedade.

(METODOLOGIA) O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo, instrumentalizada através da realização de entrevistas às autoridades locais, realizada no dia 24 de abril de 2009, na cidade de São Gonçalo do Amarante, com o intuito de compor com maior veracidade a realidade tratada. Fora isso, uma prévia revisão bibliográfica foi feita, com o levantamento dos autores mais consagrados sobre o assunto, de modo que o estudo pudesse se inserir dentro do debate sobre o tema, não constituindo-se em apenas um superficial relatório sobre assuntos há muito conhecidos.

(RESULTADOS) A morosidade e ociosidade do Judiciário é fato notório em nosso país, gerando constante descrédito da população. É certo que este Poder é vital para a ordem de qualquer sociedade, mas quando se torna obsoleto e não concede a tutela jurisdicional com celeridade, demonstra-se ineficaz, trazendo, deste modo, problemas gravíssimos à população. Com isso, criou-se um ciclo vicioso: as obrigações não são cumpridas porque a prestação jurisdicional tarda. Esta, por sua vez, é tardia porque o volume de processos é desproporcional à capacidade de julgar. Para que tal ciclo seja quebrado, é preciso não só facilitar o acesso à Justiça, como também atingir o seu término. Buscou-se aqui apontar as causas da morosidade processual e suas respectivas soluções. Dentre elas destacamos: o difícil acesso à Justiça por parte da população, que teria como possíveis soluções a atenuação das desigualdades socioeconômico-culturais e a implantação de unidades móveis; o excesso de leis, que teria como solução a sua simplificação em número e conteúdo; a falta de informatização, que requer a criação de programas com base em sistemas abertos e, junto a isto, permitir que cada Corte aperfeiçoe e adapte seu conteúdo; além do quadro reduzido e má formação de magistrados, os quais devem priorizar os processos mais urgentes, sejam pelo clamor ou para não causar prescrição. Permanecendo alheio às transformações sociais e aos novos conflitos, é inconcebível que o Poder Judiciário mantenha sua estrutura atual. Por isso, os três poderes, os juristas e a sociedade, a qual é interessada em uma prestação jurisdicional célere e eficiente, passaram a discutir abertamente a questão.

(CONCLUSÃO) Com esta pesquisa, concluiu-se que, caso algumas medidas sejam efetivadas, ainda que isoladamente, certamente amenizariam a problemática ocasionada pela morosidade processual. É necessário pensar em mudanças na estrutura do próprio Sistema, a fim de adaptá-lo à realidade social e econômica brasileira. O Judiciário deve buscar soluções práticas para fazer com que a Justiça não tarde para que também não falhe. Indubitavelmente, a morosidade do Judiciário é uma realidade e a necessidade de combatê-la é vontade de todos. Recorda-se, para tanto, o antigo bordão do renomado jurista Ruy Barbosa: "Justiça tardia não é justiça, senão injusta qualificada e manifesta". (PALAVRA-CHAVE) Poder Judiciário. Morosidade. Causas. Soluções.

O ACESSO À JUSTIÇA NA COMARCA DE JOÃO CÂMARA

Autor(es):

Kayo César Alves dos Santos: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Raquel Andreia de Souza: Discente do Curso de Direito da FARN

Marcel Fernandes de Oliveira Rocha: Discente do Curso de Direito da FARN

Anderson de Carvalho Prudêncio: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra

Instituição de Ensino: FARN

Anderson Leonardo de Oliveira Brito

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O acesso à justiça é preocupação constante da sociedade que busca de forma contínua o ajuizamento de demandas a serem apreciadas pelos órgãos do Poder Judiciário estatal. Na verdade, a plena capacidade civil e o exercício de direitos sociais e individuais assegurados na Carta da República encontram óbice na desigualdade sócio-econômica, a qual, dia após dia, se distancia da igualdade jurídico-formal prevista constitucionalmente. Nesse contexto, nosso trabalho não visa abordar todos os obstáculos e fatores que dificultam o acesso à justiça. Limitamos, inicialmente, nosso universo, na reflexão de alguns fatores que dificultam o acesso à ordem jurídica, a saber: o desconhecimento do direito pelo cidadão à justiça gratuita e a morosidade do Poder Judiciário na solução dos conflitos, decorrente da deficiência no número de servidores, do excesso de trabalho, dentre outros fatores, notadamente observados na Comarca de João Câmara.

(METODOLOGIA) Para a realização do trabalho em apreço, necessária se fez uma pesquisa de campo na qual foram entrevistados funcionários do Fórum da Comarca de João Câmara e jurisdicionados na respectiva unidade judiciária para identificar quais as circunstâncias do cenário atual que condizem com o que é previsto em lei, destacando o tema acesso à justiça.

(RESULTADOS) Foi constatado na pesquisa realizada que o acesso à justiça não se concretiza exatamente como o que é previsto na Constituição Republicana de 1988. Em relação ao problema político, foi observado que as partes litigantes necessitam da contratação de um advogado, de peritos, assistentes, entre outros profissionais, já que não há Defensoria Pública na Comarca. Além disso, diversos outros fatores práticos dificultam um julgamento definitivo e rápido pelo Poder judiciário: necessidade de aprimoramento nos procedimentos administrativos e judiciais dos tribunais, excesso de formalismo e ritualismo descrito na legislação processual pátria, deficiência na quantidade de servidores concursados na serventia judicial, inexistência de cursos de reciclagem periódicos para servidores, conhecimento jurídico deficitário dos advogados. etc.

(CONCLUSÃO) A sociedade deve exigir que o Estado promova a proteção dos direitos e o acesso aos tribunais. Com efeito, cabe ao Estado aperfeiçoar e modernizar a ordem jurídica, de forma justa, célere e eficiente, com apoio e participação de todos os cidadãos. Em suma, a sociedade exige transformações que possibilitem o acesso à ordem jurídica justa. É a consciência dos órgãos públicos, da magistratura, do Executivo, do Legislativo e da sociedade com um todo, ou seja, o clamor nacional contra a negação de acesso à justiça da população. Nesse contexto, lembramos da conhecida frase de Marx e Engels: "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência".

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Autor(es):

Angélica Alves de Medeiros: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Thaís de Oliveira Vieira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Aderson de Freitas Barros

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A pesquisa consiste em tratar sobre a violência doméstica, tema bastante abrangente, que por sua vez envolve vários tipos de vítimas, sejam elas mulheres, homens, idosos, crianças ou adolescentes. Na nossa pesquisa trataremos especificamente da violência aplicada às crianças e adolescentes, tema que gera muita polêmica por apresentar altos índices de casos na nossa sociedade. A pretensão desse trabalho é exibir as modificações dos direitos da criança e do adolescente que houveram ao longo do tempo, com a implantação da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, à proteção à criança e ao adolescente passou a ser integral e não somente a situação irregular que rezava o art. 227 da Constituição Federal. E, além disso, o objetivo foi fornecer esclarecimentos para as pessoas sobre como prosseguirem diante de uma situação de violência doméstica. A violência contra crianças e adolescentes lidera o ranking de violência doméstica, ela pode ser caracterizada de diversas maneiras dentre elas: a violência física, violência psicológica, negligência ou violência sexual.

(METODOLOGIA) Para desenvolver o tema abordado foram utilizados principalmente pesquisas na internet, com livros disponíveis na forma virtual, como o título “Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes” reimpressa pelo Ministério da Saúde com autorização da Universidade de Pernambuco. Além disso, também foram feitas consultas à Constituição Federal, ao Código Penal, Código Civil e Estatuto da Criança e do Adolescente.

(RESULTADOS) Através da pesquisa realizada, revelou-se que a violência doméstica contra crianças e adolescentes é um problema que está introduzido em nossa sociedade e que apresenta números agravantes, porém com o avanço sócio-intelectual está sendo possível haver uma maior conscientização por parte da sociedade e isso vem possibilitando a criação de novos dispositivos legais a fim de proteger crianças e adolescentes vítimas de violência, dispositivos estes que irão juntamente com o ECA, incorporar o papel de garantias, asseguradas pela Constituição Federal, diminuindo esses altos índices de violência. Dados recentes mostram que até maio deste ano, o número de ligações anônimas apontando todos os tipos de violência contra menores foi de 13.945, um pouco superior ao total de 2006, de 13.830. À média de denúncias deste ano já é maior que a de toda a série histórica nacional desde maio de 2003, quando o Disque Denúncia Nacional de Proteção contra Abuso e Exploração contra Crianças e Adolescentes foi criado. São 92 denúncias por dia. No ano passado, a média diária foi de 89 denúncias. Boa parte do crescimento desse número pode ser creditada à maior divulgação do serviço de informação confidencial. Ao mesmo tempo, também significa que o Brasil superou aspectos tolerantes em relação à violência doméstica. A nível regional usando Natal como exemplo a Delegacia Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente (DCA) registrou em 2001, ano em foi implantada, 276 denúncias, destas 146 de crimes sexuais. Em 2008 o número quadruplicou. Das 1293 denúncias, 530 se referiam a crimes sexuais contra Crianças e Adolescentes.

(CONCLUSÃO) No decorrer dessa pesquisa foi possível traçar um parâmetro sobre como a violência doméstica contra crianças e adolescentes vêm sendo tratada. Foi possível perceber que aos poucos as vítimas desse tipo de violência doméstica passam a ter maior proteção e respaldo legal, é notório como o retrocesso em que se encontrava a sociedade no que diz respeito à proteção dessas vítimas vem dando passos e evoluindo no longo desses 19 anos desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e recebendo uma maior atenção no que diz respeito também ao: Código civil, Código penal, Conselhos Tutelares, Constituição Federal, ONG'S e tudo que vem sendo criado afim de erradicar esse tipo de violência doméstica.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

PRINCÍPIO DA ISONOMIA, SUA LIGAÇÃO COM O DEVIDO PROCESSO LEGAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ NA SEARA DO DIREITO CIVIL

Autor(es):

Carlos Luiz Ferreira Mendes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Cristoph Xavier Maciel: Discente do Curso de Direito da FARN

Jefferson Pereira da Silva: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra

Instituição de Ensino: FARN

Ana Eleonora de Carvalho Freire

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como escopo a observação da necessidade da harmonização entre os princípios da isonomia, do devido processo legal e o livre convencimento do juiz na seara do Direito Civil. No tocante aos direitos pleiteados por aqueles menos favorecidos economicamente, em busca do que lhe é devido em uma ação contra os de categoria econômica mais favorecida. Destarte, buscamos apresentar um trabalho baseado na impossibilidade de um juiz fazer um julgamento imparcial, justo e socialmente eficaz, sem esgotar todas as formas possíveis e “justas” de provas.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho eminentemente acadêmico, foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, assim como a leitura virtual de textos e artigos, além de discussões entre seus componentes.

(RESULTADOS) O princípio da Igualdade ou da Isonomia, insculpido no art. 5º, caput, da Constituição Federal, apregoa que “todos são iguais perante a lei”, clarificando suas intenções quanto a não diferenciar ninguém em relação a sua cor, credo, raça, situação financeira, opção sexual ou qualquer outro critério classificatório. Este princípio visto de forma fechada visa meramente formalizar a igualdade perante a lei e assim garantir substancialmente as diversidades existentes entre todas as pessoas. Porém, dessa forma, não estaremos respeitando a desigualdade existente entre as pessoas no tocante à situação financeira, pois o princípio da isonomia que no campo processual dita as regras relativas aos prazos processuais como os previstos no art. 508, do CPC, que garantem os mesmos para quem interpõe recurso ou para quem impugna o mesmo recurso interposto. Já no art. 188 do mesmo CPC, é criado o chamado “benefício de prazo” em que a Fazenda Pública e o Ministério Público são diretamente e amplamente beneficiados com prazos maiores - quádruplo para contestar e dobro para apelação, sendo estes explicados pela necessidade em se observar o interesse público envolvido. No entanto, os cidadãos menos favorecidos também precisam enfrentar muitos obstáculos, como falta de dinheiro que por sua vez prejudica a feitura de provas, pois muitas destas demandam custos altos, com isso, o tempo que a legislação dispõe para o cidadão de poucos recursos, torna-se curto provocando diretamente um prejuízo na sua defesa. Se utilizássemos o princípio da isonomia com o devido processo legal e aplicássemos o art. 188 do CPC, nos casos da seara civil, onde comprovadamente uma das partes fosse considerada pobre, estas teriam mais meios para buscar a verdade e assim os juízes teriam mais ferramentas para o seu julgamento. Pois trata-se do acesso verdadeiro material a justiça como preconiza a doutrina mais moderna.

(CONCLUSÃO) Os princípios da isonomia, do devido processo legal juntamente ao do livre convencimento do juiz, estão teoricamente presos a todo um sistema de regras já preestabelecidas pelo nosso ordenamento jurídico. Com isso, ficam as decisões do magistrado amarradas aos fatos que, dependendo da situação podem favorecer ao autor ou ao réu. Por isso, defendemos a aplicação do art. 188 do CPC, em favor das partes do processo reconhecidamente pobres, buscando assim uma visão mais ampla e justa da verdade para que assim possa o juiz conduzir os trabalhos, na busca do seu livre convencimento dando a todos um direito verdadeiramente isonômico. Ou seja, “tratar os iguais igualmente na medida de suas desigualdades”: isonomia substancial.

JUSTIÇA ARBITRAL, UM NOVO CAMINHO

Autor(es):

Isabele Ferreira da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Thaís Ramos de Barros Cavalcanti: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Juliana Dantas Rocha: Discente do Curso de Direito da FARN
Flávio Miranda Rocha: Discente do Curso de Direito da FARN
Filipe Ribeiro Carlos: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A análise histórica e conceitual da arbitragem deve ter antes de tudo, uma visão de sua prática pelos povos antigos. Essa prática era usada pelos povos desde a mais remota antiguidade, quando a desconfiança recíproca e as diferenças de raça e religião tornavam precárias as relações entre os povos. A arbitragem é um instituto que existiu e produziu efeitos mesmo antes que existisse o legislador e o juiz estatal. Por exemplo, em Roma era uma modalidade obrigatória antecedeu à própria solução estatal jurisdicionalizada. Esse instrumento não foi muito observado durante o transcorrer dos Séculos XVI e XVII. Todavia, retornou seu prestígio no Século XVIII para finalmente, ter sofrido restrições no Século XIX. Isso em decorrência das reformas legais instituídas por Napoleão, forma burocratizada exagerada. Na era contemporânea, a arbitragem é utilizada em diversos países, como Argentina, Paraguai, Uruguai, representando importância na solução dos conflitos, o que justifica o culto que está sendo devotado por quase todas as nações. A doutrina brasileira identifica a presença da arbitragem em nosso sistema jurídico desde a época em que o País estava submetido à colonização portuguesa. Surgiu pela primeira vez, na Constituição do Império de 1924 em seu art. 60. A Carta de 1988 já faz menção no seu preâmbulo a nível do princípio fundamental, à solução dos conflitos por meio da arbitragem.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com caráter exploratório, para a realização de uma análise histórica e conceitual da arbitragem no Brasil, fundamentando-se em autores como José Augusto Delgado, Pedro A. Batista Martins e as nossas Constituições até hoje.

(RESULTADOS) Perante a falta de conhecimento acerca do que seria o tribunal arbitral e quais seus efeitos para a sociedade, procuramos conceituar e buscar sua fundamentação histórica, sem deixar de analisar sua eficácia prática. A arbitragem, instituto ainda tímido em muitos países, apresenta-se como mais capaz de proporcionar a tutela jurisdicional que o próprio meio judicial estatal, por ser simples, menos custoso, eficaz e célere. A prestação jurisdicional arbitral é uma alternativa ao direito fundamental ao acesso à Justiça e ganhou dimensões significativas a partir do avanço do processo de globalização.

(CONCLUSÃO) A partir da análise de todos os dados a respeito do tema, observamos a necessidade de se encontrar novas alternativas para a resolução dos conflitos. O Poder judiciário, responsável pelo exercício estatal da jurisdição encontra-se afogado de processos mostrando-se atualmente, burocrático e ineficaz. A arbitragem pode desempenhar importante papel na resolução mais rápida de demandas a serem solucionadas, não atendidas antes, a tempo pela jurisdição estatal.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A PROGRESSÃO DA PENA PARA CRIMES HEDIONDOS

Autor(es):

Roberta Cristina de Souza Soares da Silva: Discente do Curso de Direito da FARN

Danusa Regina Filgueira Bezerra Souza: Discente do Curso de Direito da FARN

Djalma da Costa Guimaraes: Discente do Curso de Direito da FARN

Niederland de Araújo e Silva: Discente do Curso de Direito da FARN

Rosa Judith de Medeiros Miranda Lopes: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos

Instituição de Ensino: FARN

Assis Rogério Maia Fernandes

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Estudo sobre os requisitos e efeitos da progressão de pena para os condenados por crimes hediondos, que foram transferidos do regime fechado para o semi-aberto. Será feita uma análise dos benefícios e malefícios que podem ser trazidos tanto para os condenados, como também para a sociedade em geral.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa feita com dados obtidos através de jornais, revistas, livros, sites, entrevistas, etc.

(RESULTADOS) Num breve relato sobre o contexto histórico, é importante lembrar que desde 1984 todo condenado que cumprisse 1/6 da pena, podia pedir progressão e cumprir o resto da pena em regime aberto ou semi-aberto, independente do tipo de crime que tivesse cometido. A Constituição Federal de 1988 estipulou o tratamento mais severo para os crimes hediondos, para tentar evitá-los. Em 1990 houve a promulgação da Lei 8.072, que em seu Art. 1º, determina: São considerados hediondos os seguintes crimes, tentados ou consumados: homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado; latrocínio; extorsão qualificada pela morte; extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada; estupro; estupro de vulnerável; epidemia com resultado morte; falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais; como também o genocídio. Com esta Lei surgiu uma mudança com relação à progressão de pena, pois no seu parágrafo 2º rezava que a pena para os crimes considerados hediondos seria cumprida integralmente em regime fechado. Com base no Princípio da Individualização da Pena, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de tal parágrafo, que proibia a progressão de regime para crimes hediondos (HC 82.959 STF). Diante de tantas divergências entre a lei, a doutrina e o STF, houve necessidade de uma nova redação para a Lei de Crimes Hediondos, o que se fez através da Lei 11.464/07. Com tais alterações, a progressão para crimes hediondos é possível desde que cumprido de 2/5 da pena, se o apenado for primário, e de 3/5, se reincidente. O que inicialmente parecia um endurecimento da Lei, na realidade continua a beneficiar os condenados perigosos e a inquietar a sociedade, pois de cada 10 criminosos que voltam às ruas com o beneficiam da progressão de regime, aproximadamente 08 não retornam à prisão e voltam a cometer crimes hediondos enquanto estão foragidos. Ou seja, os beneficiados voltam a cometer crimes hediondos em quase 80% dos casos.

(CONCLUSÃO) A progressão da pena visa evitar os malefícios do sistema carcerário, tendo em vista a realidade dos presídios brasileiros, que não atendem às exigências previstas na Constituição Federal nem no Código Penal, com relação aos princípios fundamentais dos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana. O benefício da progressão de regime, garantido por lei, obriga o juiz a colocar nas ruas os criminosos que demonstraram bom comportamento e que cumpriram a pena em 2/5 para primários e 3/5 para reincidentes. A lei está beneficiando os condenados e colocando em risco a sociedade. Conclui-se afirmando a necessidade de acrescentar aos requisitos para a progressão de regime para crimes hediondos, um exame criminológico avaliando a conduta psicológica, emocional e comportamental do condenado, como também se observa a importância da obrigatoriedade de análise das circunstâncias judiciais constantes no Artigo 59 do Código Penal, que são: culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstância e conseqüências do crime. Analisando tais informações o juiz deveria ter a liberdade, e não a obrigatoriedade, de colocar nas ruas os criminosos que julgasse ter condições de retornar ao convívio da sociedade sem colocá-la em risco, trazendo justiça para o condenado sem prejudicar a sociedade.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

O CORRETO E EFETIVO PREENCHIMENTO DO PRONTUÁRIO MÉDICO COMO GARANTIA MAXIMIZADORA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO.

Autor(es):

Ítalo Augusto Costa Medeiros de Oliveira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

André Luiz Galvão de Aguiar: Discente do Curso de Direito da FARN

Nayara Galvão Maia: Discente do Curso de Direito da FARN

Fernanda Tavares Barreto: Discente do Curso de Direito da FARN

Víctor Hackradt Dias: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ricardo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: FARN

Gilmar dos Santos Melo

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No atual panorama jurídico, o crescente número de casos de processos judiciais relacionados a atos médicos em questionamento traz à tona as discussões a cerca dos meios probatórios utilizados no processamento da ação que busca apurar a responsabilidade do médico, caso essa exista. O prontuário médico ou acervo documental do paciente é uma das mais relevantes formas de se provar quais foram as ações dispensadas ao paciente durante seu tratamento médico, cabendo então o prontuário médico como prova cabal para se apurar a responsabilidade pelo resultado de um ato ou da universalidade dos atos que produziram algum dano ao indivíduo do paciente, e caso exista dolo, ainda caberá a cabível ação penal. Conforme exposto, se busca avaliar como o prontuário médico deve ser utilizado e preenchido para que possa ser admitido como prova em uma ação judicial, a fim de se satisfazer os princípios da Ampla Defesa e do Contraditório.

(METODOLOGIA) Para os fins deste estudo, realizou-se uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e de procedimento bibliográfico, desenvolvido com base em material literário e pesquisa em campo jurisprudencial, bem como aprofundada ponderação doutrinária.

(RESULTADOS) Percebe-se que os grandes empecilhos para a utilização do prontuário médico ainda são vícios característicos e históricos relacionados à atividade médica, a falta de instrução quanto do correto preenchimento do prontuário, a sobrecarga dos profissionais médicos dentro dos hospitais e a elegibilidade da letra. Ainda se percebeu que tal documento é largamente utilizado em procedimentos judiciais, atuando como prova tanto para a inocência do médico, quanto para a caracterização do erro médico, sendo muitas vezes a prova cabal para a formação da convicção do juiz. O prontuário médico ainda é utilizado nas ações penais como prova para que se configurem os crimes, quando dolosos, sendo muitas vezes a prova necessária para o indiciamento do médico. Por reflexo a essa relevância, o Conselho Federal de Medicina publicou uma Resolução, a 1.638/02, que define prontuário e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários Médicos nas instituições de saúde.

(CONCLUSÃO) Neste estudo, ficou evidenciado a relevância dos prontuários como prova em processos de apuração da responsabilidade médica, quanto aos atos por ele prescritos. O nosso sistema jurídico, ao adotar a teoria subjetiva para a responsabilidade médica, trouxe a prerrogativa de que a culpa do médico deve ser demonstrada e provada, ou seja, o único instrumento capaz para efetivamente responder tal questionamento é o Prontuário médico, acreditamos então, após análise mais profunda, a clara importância dos documentos médicos, de seu arquivamento adequado bem como devido preenchimento e de sua importância como prova judicial. Percebemos que também é direito do defensor, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados para que possa utilizar-se de todos os meios para garantir a defesa dos interesses do seu cliente, ou seja, é cabível a utilização do prontuário médico como prova judicial, e ainda, este deve ser sempre preenchido da forma mais clara e concisa possível a fim de sanar toda e qualquer dúvida relativa ao tratamento médico utilizado.

LEGALIZAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO OU INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCRAVATURA SEXUAL?

Autor(es):

Isabelle de Carvalho Rodrigues: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Thaís Cruz Silva de Andrade: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra

Instituição de Ensino: FARN

Marcelo Alves Dias de Souza

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem por finalidade esclarecer os efeitos que a prática da prostituição como profissão, ou seja, a legalização desta pode trazer. Observaremos se essa legalização trará dignidade à prostituta ou se ela continuará sendo reduzida à condição de objeto, de instrumento de prazer sexual, que pode ser vendido, comercializado, assim como a extrema relevância social de que a legalização não acabará com o preconceito existente na sociedade. A prostituição não é crime e, portanto não é ilegal, mas é vista como uma mancha vergonhosa em nossa civilização.

(METODOLOGIA) Este trabalho terá como base uma pesquisa bibliográfica e documental fundamentada em informações de países onde a prática da prostituição já foi legalizada. Buscaremos os variados conceitos dados por doutrinadores, e dessa forma, analisaremos no contexto em que se insere a prostituição, avaliando se o exercício dessa profissão, se legalizada, trará benefícios ou não a prostituta.

(RESULTADOS) Através dos meios descritos vemos que, a legalização concede direitos, mas não dignifica as prostitutas. É o ser humano sendo trocado por uma carteira de trabalho, FGTS, etc. Além disso, ocorre um aumento exponencial no tráfico de mulheres. Os grandes “empresários do sexo” usufruiriam do privilégio de sua função para explorar ainda mais estas. A legalização não melhora as condições de escolha da prostituta nem lhes garante uma boa saúde. Outro ponto importante diz respeito ao nível de escolaridade dessas mulheres, pois a legalização será um obstáculo para a educação já que para essa atividade não é preciso curso superior nem médio, aliás, não é preciso ao menos ser alfabetizada. O número de bordéis, clubes de sexo, casas de massagem e outros lugares de prostituição em locais legítimos aumenta e como é oferecido aos homens um excesso de serviços sexuais, as mulheres teriam de competir entre si, oferecendo sexo anal, sexo sem preservativos, práticas sado-masoquistas e atender outras exigências feitas pelos clientes. Algumas prostitutas não querem a profissão “legalizada” uma vez que ficariam mais vulneráveis pois perderiam o anonimato.

(CONCLUSÃO) Sendo assim, teremos que nenhum ser humano deve ser considerado mercadoria e a regulamentação dessa prostituição fere o direito humano fundamental da dignidade e da autonomia sobre o próprio corpo. Muitas jovens são abusadas e se prostituem por falta de emprego, então o problema não é a legalização ou não da prostituição. Tanto a legalização não deve ser permitida, como a proibição da prática da prostituição deve ser implementada. Os homens que compram as mulheres para a atividade sexual, seriam, então, aceitos como legítimos consumidores de sexo e os que antes que não compravam, agora poderiam fazê-lo já que se tornou uma prática aceitável pela sociedade. Supostamente tiraria as mulheres das ruas, mas nos países onde tal prática é legalizada, muitas delas não querem se registrar por achar que será um trabalho temporário, por não quererem se submeter aos exames de saúde, para escapar do controle e exploração de novos “empresários do sexo”, etc. Em síntese, a legalização significa a descriminalização de toda a indústria sexual.

CIRÚRGIA PLÁSTICA: QUAL SUA OBRIGAÇÃO?

Autor(es):

Beatriz de Souza Fernandes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Luciene de Melo Santana: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ana Eleonora de Carvalho Freire
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho visa explorar um assunto amplamente discutido no direito civil, pelos juristas da área, que é o fato de classificar a cirurgia plástica em algum tipo de obrigação. Para o estudo do tema é fundamental, primeiramente, a correta distinção entre a cirurgia plástica estética propriamente dita e a cirurgia plástica reparadora. Pretende-se mostrar a opinião da parcela predominante e os seus devidos argumentos, além de mostrar como ela se encaixaria melhor juntamente com as leis que já existem e também porque esse assunto gera tanto debate, mostrando para isso a opinião divergente. Incluímos também a proposta de explanar sobre inadimplemento do contrato da cirurgia plástica, explicando e trazendo a mostra casos em que isso pode ocorrer.

(METODOLOGIA) Apresentaremos o tema em pauta a partir da comunicação livre dos componentes do grupo, os quais estarão embasados em pesquisas efetuadas em livros e na internet. Utilizaremos como auxílio técnico “data show” com exibição de imagens, além de distribuir panfletos para os que forem assistir a apresentação, a fim de ajudar em uma melhor compreensão do assunto.

(RESULTADOS) A cirurgia plástica estética tem seu objetivo limitado ao resultado puramente estético, visando unicamente aperfeiçoar o aspecto externo de uma parte do corpo. Neste tipo de cirurgia o paciente busca o cirurgião sem apresentar qualquer patologia, visa, apenas, o puro embelezamento. Por isso a maioria concorda que esta seria apenas uma obrigação de resultado. Já na cirurgia plástica reparadora, a intervenção cirúrgica, ainda que promova melhoria estética, não tem neste seu objetivo principal, mas sim a resolução de problemas de natureza médica, como a correção de defeitos congênitos e outros traumas decorrentes de acidentes de qualquer natureza, de forma que não é garantido ao paciente a melhoria, sendo então classificado pela doutrina predominante como uma obrigação de meio. Em alguns casos pode ocorrer que os pacientes entrem com ação para conversão de perdas e danos, e para isso se baseiam no artigo 461 do Código de Processo Civil.

(CONCLUSÃO) Ao término deste trabalho pudemos concluir que muito embora a questão ainda esteja em aberto, já há tendência jurisprudencial no sentido de inserir a obrigação do médico na cirurgia plástica estética numa posição intermediária. Nesse norte, há uma importante decisão do Superior Tribunal de Justiça que assim dispôs. “O profissional que se propõe a realizar cirurgia, visando a melhorar a aparência física do paciente, assume o compromisso de que, no mínimo, não lhe resultarão danos estéticos, cabendo ao cirurgião a avaliação dos riscos.” Assim nos inclinamos a concordar com a decisão do STJ como também com a doutrina majoritária de que a cirurgia plástica estética é uma obrigação de resultado, ou seja, o médico se obriga não apenas a empreender a sua atividade, mas, principalmente, a produzir o resultado esperado pelo paciente. Por outro lado, a obrigação de meio seria aquele em que o profissional não se obriga a um objetivo específico e determinado, apesar de utilizar as melhores técnicas disponíveis, podendo assim ter a sua responsabilidade excluída, sendo, portanto compatível com a cirurgia plástica reparadora.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

DIREITO A TER DIREITO: UM ESTUDO SOBRE OS CASOS DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR NA 2ª VARA DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE, EM NATAL/RN

Autor(es):

Barbara Gabriele Santos Frota: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Neyber Auridéia Wanderley Pípolo de Macedo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Vânia Vaz Barbosa Cela
Instituição de Ensino: FARN
Pablo Moreno Paiva Capistrano
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este estudo teve como objetivo analisar as causas da perda do poder familiar. Em uma análise da temática construiu-se como hipótese norteadora, que o âmbito de desestruturação familiar reproduz a violência praticada contra a criança e o adolescente, que se revela também pela omissão do Estado em garantir os direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente, que ratificou esses direitos e assegura a proteção integral a esse público. A convivência familiar é salutar para o desenvolvimento da criança e do adolescente, que necessitam de toda proteção da família. O problema se constitui quando a família, o Estado e a sociedade não conseguem assegurar a proteção e as condições adequadas para o desenvolvimento desses sujeitos em formação e os tornam excluídos socialmente.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada na 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Natal/RN, com a análise processual de uma mostra 24 casos ajuizados no ano de 2008, que foi financiada pela FARN. O estudo foi centrado nos casos de destituições do poder familiar processados por essa vara.

(RESULTADOS) A pesquisa revelou em um primeiro momento que a vasta maioria dos pais (96%) apresenta um comportamento de dependência química e que a minoria dos pais são doentes mentais (8%), estando essa doença associada à dependência química. Como um efeito colateral da alta taxa de dependência, um número significativo deles não possui um emprego (92%) ou residência (75%). Este fator não parece estar atrelado à situação de prisão (21%), já que acabam possuindo um comportamento de mendicância e muitas vezes envolvendo seus filhos nessa mesma situação ou em exploração sexual. Toda essa situação gera um desequilíbrio familiar envolvendo a criança em uma situação de violência, onde ele é comumente abandonado e negligenciado e é demonstrado pelo alto índice de destituições (79%). Vale ressaltar que apesar de destituídas, a maioria dessas crianças continua a espera de uma nova família (63%) que o acolha e lhe devolva os direitos previstos pelo ECA.

(CONCLUSÃO) A pesquisa mostrou uma relação entre a taxa de dependência química (96%), sugerindo que esta poderia ser a causa do desequilíbrio familiar. Deve-se destacar que apesar da maior parte das sentenças (79%) conceder a destituição, na prática não se observou a efetivação dos direitos previstos no ECA. O que se verificou foi que as crianças destituídas acabaram permanecendo abrigadas (63%) e isso não contribuiu para dar a elas a base familiar necessária. Outro ponto observado na pesquisa é que a falta de celeridade processual provocou essa situação, pois as crianças que não têm o perfil desejado para a adoção (brancas, do sexo feminino e com menos de um ano de idade) são as que acabam permanecendo em situação de abrigamento. Dessa forma o objetivo da própria destituição não é alcançado, que é proteger a criança do dano da violência, e a demora acaba reproduzindo a própria violência. Conclui-se que apesar do ECA ser uma legislação moderna na garantia de direitos à criança e ao adolescente, na prática sua efetivação esbarra na ineficácia do Estado, da Família e da Sociedade em tornar esses direitos efetivos na vida de todas as crianças e adolescentes brasileiros.

PRINCÍPIOS COMO ARGUMENTOS: O CONSTITUCIONALISMO ARGUMENTATIVO

Autor(es):

Barbara Gabriele Santos Frota: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura

Instituição de Ensino: FARN

Pablo Moreno Paiva Capistrano

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O constitucionalismo moderno remete-se à Constituição Americana de 1787, e à Revolução Francesa de 1789, sendo esta a que espalhou as ideias que muitas outras constituições tomaram como base. Nessa perspectiva, nasce: (1) a universalização dos direitos; (2) a divisão dos poderes; (3) o princípio da soberania nacional; (4) o princípio da igualdade. Os direitos individuais nascem de determinados princípios constitucionais que consolidam-se na noção de isonomia, uma das bases dos “direitos fundamentais”. Isto posto, o objetivo fundamental desse trabalho é o de compreender como, em meio às mudanças paradigmáticas que nos levam a um pós-positivismo, esses princípios são definidos e como são utilizados na fundamentação das decisões judiciais.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica no meio da doutrina jurídica e da teoria da argumentação e filosofia do direito. Partiu-se da hipótese que, em uma lógica constitucional principal, é necessário um sofisticado aparato linguístico, para cobrir a indagação que partiu daí, em dois sentidos: (1) como são definidos esses princípios; (2) como se dá a argumentação, com base neles, levando-se em conta essas definições.

(RESULTADOS) Uma pesquisa mais acurada na doutrina sobre o que são princípios esbarra em uma indeterminação do conceito, tentativas que os delinham pelo que os princípios não são, e comparações entre leis e princípios. Um ponto de acordo entre os juristas é sobre as situações curiosas que a abrangência dos princípios os faz protagonizar, como disposições opostas (contrárias e contraditórias) originadas pelo mesmo princípio. Esse fato por si só poderia significar que os princípios, na verdade, não podem ser operados sob a perspectiva da racionalidade da lógica clássica. No entanto, tal linha de pensamento é falha, pois levando em consideração textos do Wittengstein da II fase, sobre a linguagem como um contexto de ação, uma forma de vida, as tentativas de definição em abstrato dos princípios é que são falhas e são elas que são encontradas na maior parte na doutrina. Para que haja a uma definição de um princípio, é necessário um esforço interpretativo que, demonstrado e justificado na linguagem, manifesta-se na argumentação. A argumentação seria, então, a forma de demonstrar que os princípios têm uma definição e podem ser operados com racionalidade.

(CONCLUSÃO) Uma forma de operação racional dos princípios é apresentada por Neil MacCormick. Ele mostra que os casos difíceis (Hard Cases) são as situações que envolvem princípios, pois, nelas, o juiz é incapaz de usar um raciocínio do tipo “modus ponens” porque os princípios gerais não têm a forma dos enunciados hipotéticos ou condicionais que têm as regras e normas que deles decorrem. Parece que MacCormick se vale do modelo (layout) de Stephen Toulmin para esquematizar como essa situação se dá. Ele mostra, nesses casos, que esses argumentos principais submetem-se ao requisito de “exigência de justiça formal”, mesmo utilizando-se um respaldo que permite passar dos dados a conclusão, no lugar em que Toulmin utiliza uma garantia. Tendo estabelecido o formato em que os argumentos são organizados, ele busca dar elementos que permitam operar com os princípios. Estes elementos são quatro: (1) Universalidade; (2) Consistência; (3) Coerência; (4) Aceitação das consequências. Para o autor, seguindo esses elementos pode-se argumentar bem e com base no que ele chama de “equilíbrio reflexivo” que é o meio termo que a Constituição de 1988 também busca por meio do uso de princípios e da lei positiva em conjunto.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

O AVANÇO DA CIÊNCIA E SEUS CONFLITOS CONSTITUCIONAIS: A UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS TRONCO EMBRIONÁRIAS EM PESQUISAS CIENTÍFICAS

Autor(es):

Andressa Cabral de Oliveira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Eduardo de Medeiros Carlos Ferreira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Débora Cristina e Silva Dantas: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Thaiane Aline Cruz Aquino: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ana Eleonora de Carvalho Freire
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como principal finalidade a análise, da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI n° 3510) no Supremo Tribunal Federal, referente ao artigo 5° da Lei 11.105/05 (Lei de Biossegurança), que versa sobre a utilização de Células Tronco Embrionárias (CTEs) em pesquisas científicas.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo legal e doutrinário, que tem como pressuposto teórico principal a violação, pelo artigo 5° da Lei de Biossegurança, do direito fundamental à vida, garantido no caput do artigo 5° da Constituição da República Federativa do Brasil apoiado no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana exposto no artigo 1°, inciso III do mesmo diploma legal.

(RESULTADOS) Diante das graves doenças incuráveis que perseguem a humanidade, a ciência tem buscado soluções de tratamento, através da utilização de Células Tronco Embrionárias (CTEs). A Lei de Biossegurança (Lei n° 11.105/05), em seu artigo 5°, permite a utilização das CTEs em pesquisas científicas. Além de outros requisitos, a lei exige que os embriões sejam inviáveis à implantação, estejam congelados há mais de três anos e se tenha o consentimento dos genitores. O conflito se instala quanto à utilização da atual técnica para manejo dessas células, que termina por provocar a morte do embrião. Para cientistas como Jérôme Lejeune, descobridor da Síndrome de Down e referência no campo da genética, a vida inicia-se a partir da fecundação, ou seja, o embrião é um ser que já apresenta vida e que passará apenas por modificações quantitativas e não qualitativas, já sendo o que é desde o momento da fusão do óvulo com o espermatozóide. Portanto, se o embrião apresenta vida e as técnicas de manipulação das CTEs provocam sua destruição (morte), tal fato caracteriza um ato que fere a inviolabilidade do direito à vida e à dignidade da pessoa humana, princípios fundamentais do nosso ordenamento jurídico. Reforça tal fundamentação o fato de que a utilização, em pesquisas, de Células Tronco Adultas (CTAs) - que são encontradas na medula óssea e no cordão umbilical, apresentam resultados mais eficazes do que as com Células Tronco Embrionárias, segundo o pesquisador japonês Shinya Yamanaka e o norte-americano James Thompson, pioneiros em tais pesquisas. Tornando-se, portanto, desnecessária a destruição de embriões para utilização em pesquisas que não apresentam resultados satisfatórios.

(CONCLUSÃO) Estabelecidas tais premissas, o artigo 5° e parágrafos, da Lei n° 11.105, de 24 de março de 2005, por certo inobserva a inviolabilidade do direito à vida, porque o embrião humano é vida humana, e faz ruir o fundamento maior do Estado Democrático de Direito, que radica-se na preservação da dignidade da pessoa humana.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

**A PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À JUVENTUDE E A (IR)RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO
BRASILEIRO: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL**

Autor(es):

Celso Arnaldo de Medeiros: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Anita Conceição de Alvarenga e Sousa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Maria Célia Gouveia de Souza: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Luciano Silva Costa Ramos
Instituição de Ensino: FARN
Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A presente pesquisa levanta questões cruciais em relação à efetivação de normas programáticas estatais que cuidam da criança e do adolescente. É preocupante o descaso e a banalização com que o assunto vem sendo tratado. Embora o campo de discussão sobre a violação aos direitos da criança e do adolescente, e suas repercussões negativas para toda a sociedade, há muito vem sendo alvo de estudos e propostas para novas diretrizes de Políticas Públicas, o elenco de prestações que compõem o mínimo existencial comporta enorme variação - inclusive, essa diversidade se dá, conforme a visão subjetiva de quem o elabora. Esse tema é bastante atual e importante, uma vez que a proteção à criança e ao adolescente é prerrogativa constitucional indisponível, assegurando a todos eles desenvolvimento integral, e, assim sendo, essa concessão jurídica impõe ao Estado brasileiro a obrigação constitucional de não só criar condições objetivas, mas, sobretudo, de efetivá-las. Portanto, torna-se inaceitável a omissão governamental frente a implementação das medidas necessárias para que as crianças e os adolescentes fiquem protegidos de situações que os coloquem em risco, seja sob a forma de negligência, de discriminação, de exploração, de violência, de crueldade ou de opressão, situações essas que negam o mínimo existencial sem o qual a dignidade da pessoa humana é mera utopia. Importante ressaltar ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente, no rastro da Carta Política Maior, garante proteção integral a todas as crianças e adolescentes, assegurando-lhes o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Outrossim, vale destacar o entendimento jurisprudencial que assegura ao cidadão o direito constitucional para cobrar do Estado seus deveres, de forma que, a ação omissiva do Estado constitui na espécie, o fator determinante que propicia ao infrator a oportunidade para praticar o crime

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa bibliográfica, baseada em referencial teórico bastante rico, sustentado pelos autores: Vicente de Paula Faleiros, Ministro Celso de Mello, Débora Bontempo, tendo como pilares estruturais a Constituição Federal do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente e jurisprudência, e sendo apresentado através de comunicação livre

(RESULTADOS)) Vários crimes ocorrem envolvendo toda a espécie de violência contra a criança e o adolescente demonstrando que as Políticas Públicas elaboradas até o momento, não conseguem atingir o dever-ser no âmbito das Instituições governamentais, tanto nas medidas de proteção quanto para as sócio educativas, motivando desta forma, uma efetiva tutela dos interesses das pessoas envolvidas nesta "complexa" relação jurídica. Pesquisas recentes, confirmam o corte nas verbas orçamentárias governamentais direcionadas à execução e manutenção de programas tais como o de Ações Integradas de Enfrentamento ao Abuso, Tráfico e Exploração Sexual de Criança e Adolescentes - PAIR" que deteve menos 55,2%, e o Apoio a Comitês de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, com perda de 85,3%.

(CONCLUSÃO) Face ao exposto, e considerando os danos causados à sociedade pela omissão do Poder Público no não cumprimento dos direitos sociais, torna-se possível exigí-lo judicialmente, cabendo ao Judiciário, diante da inércia governamental, a realização de um dever imposto constitucionalmente, exigindo as medidas necessárias ao cumprimento do direito fundamental em jogo, com vistas à máxima efetividade da Constituição

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

REINTEGRAÇÃO POSSESSÓRIA: QUANDO SE FAZ NECESSÁRIO E QUANDO PODE SER INTERPOSTA CONTRA PARTICULARES E O ESTADO.

Autor(es):

Roberta Gomes Barbosa: Discente do Curso de Direito da FARN
Renato Pinho de Souza: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Débora Guedes de Carvalho Soares: Discente do Curso de Direito da FARN
Clésio José de Luna Freire Filho: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Leonardo Medeiros Júnior
Instituição de Ensino: FARN
Anderson Leonardo de Oliveira Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Ao nos referirmos às ações possessórias, encontramos três modelos distintos: reintegração de posse, manutenção de posse e interdito proibitório, todas constantes no Código de Processo Civil. A ação de reintegração de posse é um desses modelos. Ela surge quando o possuidor sofre agressão à posse, chamada de esbulho, dando-lhe legitimidade ativa para ingressar com tal ação, objetivando que seja recuperada a posse de que foi privado pelo esbulhador. No decorrer do Trabalho fica explícito o conceito dado por doutrinadores, como de fato ocorre essa reivindicação e quando se torna cabível contra particulares e o Estado.

(METODOLOGIA) Através de pesquisas acadêmicas, onde buscamos auxílio de vários Doutrinadores, é possível entender como se dá a reivindicação de um bem imóvel, pelo seu proprietário, através da ajuda do Poder Judiciário, sendo também necessário, por meio de conhecimento passado nos períodos acadêmicos anteriores, constatar a efetivação dos mecanismos trazidos por esses modelos de ações possessórias.

(RESULTADOS) O autor Ovídio Baptista da Silva em seu livro “Comentários ao código de processo civil”, distingue as ações de manutenção e reintegração de posse, utilizando para isto o critério da intensidade da agressão à posse. Outro autor a se manifestar sobre o tema é Luiz Guilherme Marinoni, o qual se baseia no art. 1.124 do CC ao afirmar que o possuidor apenas perderá a posse quando ausente, tendo notícia da agressão, se abstém de retornar a coisa, ou tentando recuperá-la é violentamente repellido. Para que o autor da ação de reintegração de posse tenha direito ao procedimento especial dos arts. 926 e seguintes do CPC, deverá demonstrar que o esbulho data de menos de um ano e dia, considerando-se que este prazo somente pode incidir após o conhecimento do esbulho. Tomando por base o artigo 921 do CPC, pode-se perceber que é possível a cumulação de pedido possessório aos de perdas e danos, inibição de novo esbulho ou turbação e desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento da posse. Ao se tratar de reintegração de posse movida contra o ESTADO, há de se perceber que a doutrina diverge entre se isso é possível ou não. Parte da doutrina aceita que, em casos de desapropriação indireta em que o Estado ainda não deu determinado fim a propriedade, é possível que o possuidor ingresse com ação de reintegração de posse. Entretanto, parte da doutrina se manifesta contrária, afirmando que mesmo que não tenha sido dada a devida finalidade à propriedade, o possuidor não poderá ingressar com ação de reintegração de posse, podendo apenas requerer judicialmente indenização pela perda do bem.

(CONCLUSÃO) Assim sendo, pode-se constatar que os dispositivos legais que garantem a efetivação das ações possessórias, constantes no Código de Processo Civil e Código Civil de 2002, fazendo-se estas necessárias às situações onde há grave ameaça, por parte de terceiros ao possuidor, de exercer sua posse de determinado bem.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

COMARCA TRABALHISTA DE CEARÁ-MIRIM: CELERIDADE PROCESSUAL E ASPECTOS DA JUSTIÇA

Autor(es):

Gabriela Laís Pires Teixeira: Discente do Curso de Direito da FARN
Ana Flávia Saldanha Crispim: Discente do Curso de Direito da FARN
Renata Barros Gomes Netto: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Amanda Melina Lima de Carvalho: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho científico tem como finalidade analisar a única Comarca Trabalhista do município de Ceará – Mirim/RN nos aspectos que contribuem para a celeridade processual, e também os que dificultam a sua celeridade tornando-a morosa. Bem como, verificar os principais pontos da mesma que sejam importantes para o conhecimento dos acadêmicos do curso de Direito, pessoas da área e interessados no assunto.

(METODOLOGIA) A pesquisa construída foi realizada em campo, no município de Ceará – Mirim/RN através de perguntas feitas à própria população presente na Comarca do município, a advogados, a servidores, ao oficial de justiça Pedro Pinto Paiva e ao juiz Gustavo Muniz Nunes, buscando assim, um maior colhimento de dados para análise e exposição do tema proposto. Também foram feitas pesquisas bibliográficas em obras de Direito Constitucional, Direito Processual Civil e Direito Trabalhista com a finalidade de obter acréscimo de informações para o enriquecimento do trabalho em questão.

(RESULTADOS) Com a pesquisa realizada foi constatado que a Comarca Trabalhista de Ceará - Mirim se trata de um local bem estruturado fisicamente para atender aos que dela precisam. O tratamento dos funcionários com o grupo foi excelente, desde os servidores até o juiz. A Comarca referida tem grande número de processos para julgar devido a grande jurisdição da mesma, que abrange catorze municípios. Os processos ali armazenados encontram-se em bom estado de conservação. A pouca quantidade de servidores (treze no total), dificulta o andamento dos processos. Contudo, em face aos outros ramos do Direito, pode ser considerada célere já que os processos passam em média três meses para serem julgados, se não houver imprevistos, diferentemente de outras comarcas, que seguem o padrão da maioria da justiça brasileira, onde os processos duram em média 10 anos (Segundo dados do IBGE) para serem analisados por completo. Embora não haja peticionamento eletrônico na mesma, o controle dos atos administrativos já é feito virtualmente.

(CONCLUSÃO) Do modo que está disposto no artigo 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal, que diz: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”, verifica-se que, ainda assim são necessárias algumas melhorias para que a Comarca estudada se torne mais célere. São exemplos dessas melhorias: o aumento do número de servidores; a criação de novas Varas do Trabalho na região; o recrutamento de juízes conciliadores e a virtualização do sistema no que diz respeito ao peticionamento eletrônico.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO ATENDENDO A REALIDADE CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Autor(es):

Kayo César Alves dos Santos: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Raquel Andreia de Souza: Discente do Curso de Direito da FARN

Marcel Fernandes de Oliveira Rocha: Discente do Curso de Direito da FARN

Anderson de Carvalho Prudêncio: Discente do Curso de Direito da FARN

Clea Câmara Aby Faraj: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes

Instituição de Ensino: FARN

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) É consensual, tanto pela opinião pública, quanto pelos estudiosos, a concepção de que a situação atual do sistema carcerário brasileiro se apresenta como um dos mais relevantes complexos problemas sociais contemporâneos. Como se sabe, a pena de prisão busca a ressocialização do indivíduo, para que este encontre-se em condições de ser reinserido na sociedade, não voltando a delinquir. Para alcançar esse objetivo, é necessário que a permanência no estabelecimento carcerário seja adequada à esta reabilitação. Porém, as condições políticas, econômicas, sociais e culturais do nosso país dificultam a transmissão de recurso para estas instituições. Logo, é bem-vinda a privatização do sistema penitenciário como forma de atender os anseios constitucionalmente previstos na Carta de 1988.

(METODOLOGIA) Para a realização da devida pesquisa, necessário se fez um levantamento através de artigos em revistas, jornais e afins. Do mesmo modo, realizamos uma pesquisa documental legislativa para identificar a constitucionalidade do objeto de estudo.

(RESULTADOS) A crise por que passa o sistema penitenciário nacional nos últimos tempos demanda a adoção urgente de medidas alternativas para a pena de prisão. Assim, só se deve manter preso o indivíduo cuja segregação se mostre necessária e indispensável, pois a grande maioria dos estabelecimentos prisionais não está preparada para a tarefa de reabilitação e devolução do delinqüente ao seio social para ter uma convivência harmônica com os demais cidadãos. À primeira vista, a expressão "privatização de presídios" dá a idéia de transferência do poder estatal para a iniciativa privada, que, visando ao lucro utilizaria a mão-de-obra dos encarcerados. Mas é possível a transferência da administração das prisões sem que isto implique a retirada da função jurisdicional do Estado, a qual é indelegável. Nesse sistema a iniciativa privada se encarrega apenas da execução das atividades-meio como fornecimento de alimentação, vestuário, limpeza, etc.

(CONCLUSÃO) No modelo penitenciário tradicional impera, sobremaneira, o ócio e a corrupção. Isso, por si só, deixa clara a sua falência. Resta, doravante, a busca de novas alternativas que efetivem uma punição construtiva, buscando de fato a recuperação do indivíduo para a sociedade. Com efeito, resta claro e inequívoco que a falta de vontade política aliada a existência de uma enorme máquina burocrática do Estado, contribuem para a construção da teoria que propugna pela terceirização de presídios.

INOVAÇÕES DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 45/2004 À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Sarah Melo Rodrigues de Souza: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN
Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O atual trabalho tem por finalidade a análise firmada, sobretudo através dos direitos humanos, em face de algumas das mudanças trazidas pela EC N. 45/2004 (Reforma do Judiciário). Após treze anos de tramitação, no dia 17 de novembro de 2004 foi aprovada a Emenda Constitucional n. 45/2004, que trouxe consigo alterações motivadoras de diversos debates de natureza constitucional. Estas se observam, em especial no trato da prisão civil, mais especificamente do depositário infiel, a submissão do Brasil à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, bem como a equivalência de Tratados Internacionais, obedecidos requisitos específicos, às emendas constitucionais. Tais modificações provocaram a elaboração de novas teses doutrinárias e jurisprudenciais, ensejando uma releitura de variados direitos fundamentais elencados na nossa Carta.

(METODOLOGIA) Este trabalho, foi fundamentado em pesquisas bibliográficas e documentais, bem como na leitura virtual de textos e artigos, possibilitando, com tais recursos, o aperfeiçoamento do Estudo.

(RESULTADOS) As mudanças provenientes da EC n.45/2004 provocaram conflitos perante a Constituição de 1988. O primeiro relevante impasse relaciona-se à subordinação do Brasil à jurisdição do Tribunal Penal Internacional, a cuja criação tenha manifestado adesão, já que o mesmo admite diversas condutas reprovadas em nossa Carta Magna, como a prisão perpétua, expressamente proibida através do inciso XLVII, “b” do Art. 5º. A prisão perpétua é uma afronta aos direitos humanos e às garantias fundamentais, já que priva eternamente a liberdade de um cidadão, sem possibilitar sua ressocialização. Outra relevante mudança se deu em relação aos Tratados e Convenções Internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo Congresso Nacional em dois turnos de votação em cada casa e aprovação por maioria de 3/5. Tais acordos se equiparam às Emendas Constitucionais. Em face dessas “novas” regras, o STF decidiu que o Pacto de São José da Costa Rica (tratado que não aceita a prisão civil do depositário infiel), deve ser recepcionado com nível supralegal já que, mesmo versando sobre direitos humanos, não tem nível de emenda, por não ter sido submetido ao rito do art. 5º, § 3º, CF. Dessa forma, segundo o Pretório, é descabida a prisão do depositário infiel em razão da derrogação da legislação regulamentadora da citada prisão.

(CONCLUSÃO) A principal conclusão é a de que algumas alterações trazidas pela Emenda n.45/2004 geraram impasses diante da própria Constituição Federal. Tal fato mostra que o pós EC 45 deve ser melhor analisado, como forma de conferir efetividade aos preceitos da Lei Maior sem subverter, todavia, a máxima do respeito aos direitos fundamentais.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

O PRINCÍPIO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO NA ESFERA PENAL: UM ENFOQUE NA COMARCA DE MACAÍBA/RN.

Autor(es):

Fernanda Colanzi da Cruz: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Rebeca Passos de Albuquerque: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Marília Rangel Alves de Sousa: Discente do Curso de Direito da FARN
Kamila de França Queiroz: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Pedro Henrique dos Santos Fernandes Barbalho: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN
Anderson Leonardo de Oliveira Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A conjuntura penal processual brasileira tem sido alvo de constantes modificações em virtude da razoável duração do processo. Assim, a presente abordagem tem como foco principal o processo penal, objetivando mostrar os principais entraves que permeiam a celeridade processual do Município de Macaíba/ RN.

(METODOLOGIA) Para analisar a situação do processo penal da Vara de Macaíba/RN foi desenvolvida uma pesquisa de caráter bibliográfico e in loco. Desse modo, abordar-se-á em um primeiro momento a teoria do direito, visando o caráter constitucional e processual, para demonstrar as diferenças existentes entre a realidade e a prática. Em seguida, irá se desenvolver um apanhado a respeito da realidade da comarca, bem como será elucidado aspectos identificados na Delegacia Municipal de Macaíba/RN.

(RESULTADOS) Há uma grande preocupação em melhorar o funcionamento do sistema jurídico, tornando-o mais eficiente e eficaz. Porém, em razão do grande acúmulo de processos, da falta de material, do excesso de formalismo das regras processuais e da lentidão dos julgamentos, há tanta morosidade no processo quanto descrédito da população em relação ao poder judiciário. Alguns conceitos se mostram basilares para a análise precisa da realidade vivenciada na Comarca de Macaíba/RN e na Delegacia Municipal. Diferentemente do que está exposto no ordenamento jurídico brasileiro, a prestação jurisdicional, no caso específico do Município de Macaíba/RN, encontra-se defasada; alguns motivos proporcionam esse retardamento. O primeiro aspecto detectado, na referida Comarca, que dificulta em muito a atividade jurisdicional, foi a atuação de somente um Magistrado para todas as varas relacionadas a essa Comarca. Posteriormente, como o processo penal constitui o foco principal deste trabalho é sine qua non recorreremos aos presos, partes do processo penal, para ouvir suas observações, tendo como resultado a presença da violação de direitos dos detentos. O mais gritante de todos é a reclusão destes em delegacias, quando deveriam ser em estabelecimentos de segurança máxima. Os problemas não se encontram apenas nas condições físicas a que estão submetidos os presos, existe ainda uma precariedade na assistência jurisdicional. A falta de defensores públicos merece destaque mais uma vez, além de mencionada pelo juiz, foi aludida pelos próprios presos que afirmaram ter renda insuficiente para contratar advogados e ficam relegados à inércia dos defensores. Observou-se ainda, que a Polícia Civil atuante no Município não possui condições necessárias para o cumprimento de todas as suas obrigações, permitido assim que fiquem soltos possíveis criminosos por falta de estrutura. Portanto, a situação dos reclusos não os capacita para serem reeducados para o estabelecimento de convivência em sociedade, tendo em vista que não há o mínimo de reabilitação na pena, deixando de lado o principal fundamento para estabelecimento de punições por parte do Estado. Abre-se, assim, espaço para discussão sobre a capacidade do sistema penitenciário brasileiro.

(CONCLUSÃO) Diante do que foi exposto, observou-se que o processo caminha vagarosamente em virtude da falta de juízes e de defensores públicos. Além disso, não há uma estrutura carcerária decente para abrigar tantos delituosos, nem uma quantidade razoável de agentes policiais, o que impossibilita aos presos ter acesso a condições básicas de saúde, higiene, educação e o que mais for necessário para garantir uma vida digna. É, portanto, imprescindível que a legislação e o Estado saiam de sua inércia e se amoldem à realidade brasileira, proporcionando mais segurança jurídica, permitindo, assim, que os infratores sejam punidos, mas que sejam respeitados todos os seus direitos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A RESERVA DO POSSÍVEL E O CAOS CARCERÁRIO NO BRASIL: A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA ÓTICA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Autor(es):

Lucas Augusto Lopes Viégas Câmara: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Laís de Carvalho Pinheiro: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Luciano Silva Costa Ramos
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem como principal função analisar as decisões dos tribunais brasileiros em questões relativas a lesões sofridas por detentos em virtude das más-condições e precariedade do sistema carcerário em nosso país, especificamente nos casos em que o Estado tenta eximir-se de sua responsabilidade sob o argumento da reserva do possível. Busca-se entender se o direito dos detentos em viver numa situação digna pode ser suprimido pelo princípio da reserva do possível, e também se a aplicação deste pode interferir na efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana. Hodiernamente, vem-se percebendo um aumento no número de demandas judiciais reivindicando indenizações por parte do Estado àqueles que sofreram algum tipo de lesão durante a sua estada numa penitenciária em más-condições, incluindo até mesmo os casos de óbito do detento. No estágio que se encontra a segurança pública, é evidente a escassez de recursos para manter e adequar os presídios àquilo que se considera minimamente digno, razão pela qual o Estado comumente invoca a reserva do possível, alegando tal impossibilidade financeira. Todavia, as condições de vida dos detentos nas cadeias vão de encontro ao princípio da dignidade humana, consagrado no art. 5º de nossa Carta Magna. Dessa forma, faz-se necessário entender como a jurisprudência brasileira vem se posicionando acerca da responsabilidade civil do Estado nestas hipóteses, com o objetivo de dar uma solução a esse embate entre reserva do possível e dignidade da pessoa humana.

(METODOLOGIA) Neste estudo foi empregado o método dedutivo, com a utilização de pesquisa bibliográfica de artigos científicos e obras doutrinárias de autores especializados no assunto, bem como revisão da jurisprudência pátria.

(RESULTADOS) A partir do estudo realizado percebemos que a questão ainda está longe de ser pacífica na jurisprudência. Mas algumas conclusões puderam ser extraídas durante o processo de análise. A primeira é que o Poder Judiciário vem se utilizando da política do caso concreto para tomar suas decisões. Não há uma decisão vinculante e generalizada; o Judiciário analisa o caso a caso e assim, com o auxílio dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, emite sua decisão. Em casos analisados, foi possível perceber que quanto maior o gravame sofrido pela vítima (morte ou invalidez, por exemplo), mais comum seria a responsabilização do Estado, já que estas conseqüências, por sua gravidade, poderiam (e deveriam) ter sido evitadas. Outro resultado encontrado foi a impossibilidade do Estado em cumprir o mínimo existencial. Este está previsto no art. 7º de nossa Constituição, e é imperativo que o Estado trabalhe para buscar seu cumprimento. Portanto, pode ser que o ente estatal, por razões de escassez financeiras, não atinja o resultado vislumbrado, mas só o fato do Estado estar agindo e despendendo recursos para seu cumprimento já dá margem à isenção de sua responsabilidade civil. Por fim, deve-se ponderar se a realização do direito de um cidadão poderia cercear o direito dos outros. Por isso, se para garantir este direito houver um dispêndio excessivo de recursos que prejudique a efetivação de outros, é comum que os tribunais pátrios neguem o direito do impetrante.

(CONCLUSÃO) Concluimos que seria injusto responsabilizar o Estado por determinadas situações que sabemos ser impossível alcançar o resultado tido como ideal; mas por outro lado, a reserva do possível não deve ser utilizada pelo ente estatal para exonerar-se do cumprimento de suas obrigações, quando resultar de uma conduta dolosa, principalmente quando se há um prejuízo a um direito fundamental. Dessa forma, constatamos a extrema delicadeza da questão, e entendemos o porquê de ainda existir tanta divergência jurisprudencial nas decisões nesse sentido.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROPRIEDADE ATRAVÉS DA AÇÃO DE USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO SOB A ÓTICA JURISPRUDENCIAL BRASILEIRA.

Autor(es):

Lucas Augusto Lopes Viégas Câmara: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Laís de Carvalho Pinheiro: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Anderson Leonardo de Oliveira Brito
Instituição de Ensino: FARN
Luciana Flávia Nunes Casimiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem como principal função analisar a eficácia e repercussão da Ação de Usucapião Extraordinário através da atuação jurisprudencial dos tribunais nacionais. Sob a ótica dos ditames do Código de Processo Civil e do Código Civil de 2002, pelo que prevê o seu artigo 1.238, parágrafo único, que seja “O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo”, esse trabalho pauta o alcance de conhecimento sobre o conceito, conveniência, requisitos, legitimidade, competência, lapso temporal e, ainda, a adequação da usucapião iniciada anteriormente ao Código Civil de 2002 nos termos do artigo 2.029, do Livro Complementar, Das Disposições Finais e Transitórias, emanando que “Até dois anos após a entrada em vigor deste Código, os prazos estabelecidos no parágrafo único do art. 1.238 (...) serão acrescidos de dois anos, qualquer que seja o tempo transcorrido na vigência do anterior, Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916”

(METODOLOGIA) Neste estudo foi empregado o método dedutivo, com a utilização de pesquisa bibliográfica de artigos científicos e obras doutrinárias de autores especializados no assunto, bem como revisão da jurisprudência e da legislação pátria.

(RESULTADOS) A partir do estudo realizado verifica-se a real importância da Ação de Usucapião Extraordinário na efetivação do artigo 5º da Constituição Federal, no que concerne o direito à propriedade, pelo sistema jurídico brasileiro. Há forte ligação ao provimento dessas ações com o preenchimento dos requisitos necessários à configuração da prescrição aquisitiva, ou seja, sem interrupção ou oposição, independentemente de justo título e de boa-fé. Isto posto, o disposto no parágrafo único do artigo 1.238 do Código Civil prevê que o prazo será reduzido para 10 anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo. Vincula-se, também, a esta ação a capacidade probatória da existência do lapso temporal, além da unicidade desta ação no que diz respeito a legitimidade para mover diante do termo “moradia habitual” previsto na letra da Lei. No tocante ao artigo 2.029, do Livro Complementar, Das Disposições Finais e Transitórias, a adequação de usucapião anterior ao Código Civil de 2002 faz-se por quando já passados dois anos da entrada em vigor do atual Código Civil, portanto o prazo a ser considerado para apreciação do pedido de declaração de domínio é o de dez anos.

(CONCLUSÃO) Concluímos, assim, que a efetivação do Direito Fundamental à Propriedade vem sendo realizada satisfatoriamente, no que atinge a usucapião, pelo Poder Judiciário. A importância aplicada neste instituto pelos membros do Judiciário suprime, mesmo que parcialmente, a precariedade legal que, ainda, enfrentamos no que diz respeito à usucapião extraordinário.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

ANÁLISE SÓCIO-JURÍDICA DA PENA DE MORTE E SEUS DESDOBRAMENTOS À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL

Autor(es):

Israel Diogenes Dumaresq de Souza: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Henio Ferreira de Miranda Júnior: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Marcos Eduardo de Almeida Brasil: Discente do Curso de Direito da FARN

Bruno Henrique Cortêz de Paula: Discente do Curso de Direito da FARN

Leonardo Moreira Lisboa: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Emanuel Dhayan Bezerra de Almeida

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo aborda de forma crítica a celeuma dogmática que abrange a Pena de Morte no contexto da sociedade brasileira, em consonância com os Princípios da Execução Penal, analisando pela ótica de cada realidade sócio-econômica. Trata-se de um tema bastante polêmico, que causa discussões em todos os setores da sociedade, e que vem ganhando força graças ao aumento da violência. Objetiva o esclarecimento dos argumentos, favoráveis e contrários, relativos à pena de morte, verificando sua aplicabilidade em nosso contexto social, sua possibilidade jurídica, além de uma comparação com outros países que adotaram tal medida. Tais questionamentos serão analisados dentro dos Princípios da Execução Penal dentre os itens inerentes à pena de morte. Desta feita o este trabalho explora como esta sanção penal se insere no âmbito do Direito, caracterizando em que sentido ela contradiz os direitos humanos consagrados na constituição federal.

(METODOLOGIA) A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica de caráter descritivo e explicativo em fontes online, livros que tratam da temática da Pena de Morte e Execução Penal, assim como foi pesquisado o Manual de Direito Penal e o Manual de Direito Processual Penal, acrescido de Artigos sobre o assunto. Além das referências bibliográficas supracitadas, também foi aplicado questionário opinativo, com caráter estatístico, visando conhecer o posicionamento da sociedade, em seus diversos níveis, analisando os resultados de acordo com a realidade de cada indivíduo entrevistado.

(RESULTADOS) Após uma análise dos resultados obtidos, pode-se verificar que, em linhas gerais, a população de classes sociais D e E apresentaram opiniões majoritariamente favoráveis a da pena capital, enquanto que nas classes sociais mais altas o resultado colhido foi deveras equilibrado. A doutrina apresentou embasamentos bastante divergentes. A linha que se posiciona a favor argumenta que a pena de morte coibiria o aumento da criminalidade e em curto prazo seria possível reduzir drasticamente a prática de delitos específicos, além de gerar economia aos cofres públicos que não mais teria que despender altas quantias com a manutenção de presos de alta periculosidade. Aqueles que se posicionam contrariamente argumentam que tal medida não foi eficaz em outros países, e que o problema a ser solucionado não é a sanção penal strictu sensu, mas a eficácia da execução das sanções já existentes.

(CONCLUSÃO) O trabalho foi realizado com o intento de informar e esclarecer a sociedade acerca da pena de morte e seus desdobramentos, a partir da discussão de argumentos, fatos e dados estatísticos, à luz dos princípios da execução penal e os princípios consagrados na constituição federal, visando à formação de uma consciência crítica, alvitando um questionamento primário sobre a moralidade da pena capital e validade do “matar em detrimento da segurança e redução da criminalidade”. Conclui-se então que a pena de morte não é meio eficaz de redução da criminalidade, está em dissonância com os direitos humanos, os princípios da execução penal e princípios constitucionais brasileiros.

LEI 10.671/03 - ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR – A LUZ DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

Autor(es):

Glicério Edwges da Silva Júnior: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

João Victor de Macêdo Marinho: Discente do Curso de Direito da FARN

Airton Soares Costa Neto: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Marcel Soares Abdon: Discente do Curso de Direito da FARN

Ramon Cavalcanti Asfora Alves: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Alan Dias Barros

Instituição de Ensino: FARN

Assis Rogério Maia Fernandes

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) o trabalho em epígrafe tem por objetivo tratar da Lei nº 10.671/03 que discorre acerca do Estatuto de Defesa do Torcedor, que estabelece normas de proteção e defesa de toda pessoa que aprecie, apóie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do país. Analisa a situação pela ótica da responsabilidade objetiva, a respeito de quem deve indenizar o torcedor pelos possíveis danos que ele venha a sofrer na sua pessoa de torcedor. O Estatuto trouxe novas regras, bem mais específicas, e definiu algumas responsabilidades, prevendo penalidades caso elas venham a ser descumpridas.

(METODOLOGIA) Realizamos uma pesquisa de natureza teórica, no qual nos utilizamos de investigações bibliográficas e documentais, textos e artigos virtuais, que possibilitam o entendimento e a produção desse trabalho.

(RESULTADOS) O Estatuto surgiu com a intenção de assegurar um maior respeito ao torcedor, definindo responsabilidades para as entidades responsáveis pela organização da competição, bem como seus dirigentes, respondendo, portanto, de forma solidária com as entidades desportiva detentora do mando de jogo. O estatuto prevê uma nova modalidade de responsabilidade objetiva, consagrada no Código Civil de 2002, obrigando à reparação dano moral ou patrimonial causado a terceiros, como único fundamento a relação de causalidade entre a conduta culposa do agente e o dano sofrido pela vítima. Em alguns casos para se garantir de modo mais efetivo a reparação do dano, é necessário que se desprestigie o elemento culpa, esse elemento subjetivo deve ser afastado para se garantir a pacificação social, surgindo assim, a responsabilidade objetiva. Na responsabilidade objetiva, a atitude dolosa ou culposa do agente causador do dano é de menor relevância, desde que haja relação de causalidade entre o dano da vítima e o ato do agente, surge o dever de indenizar. O Estatuto do Torcedor cria uma nova hipótese de responsabilidade objetiva, com o objetivo de facilitar a reparação de danos sofridos pelo torcedor em certas ocasiões. O torcedor deve se encaixar no conceito de consumidor e as entidades responsáveis pela organização bem como as desportivas devem ser equiparadas a fornecedores. O Estatuto prever garantias a pessoas que não estavam contidas no conceito de consumidor, mas que agora se encaixam no conceito de torcedor. O artigo 14 e 19 do Estatuto do Torcedor acabaram por estabelecer, então, em certos casos, uma espécie de responsabilidade civil por fato de outrem. Os dirigentes e entidades organizadoras se responsabilizarão pelos danos ocorridos em tais hipóteses, ainda que tenham sido extremamente diligentes. Não é qualquer dano sofrido pelo torcedor que acarreta a responsabilização das entidades organizadoras e dos seus dirigentes, se assim fosse, o Estatuto estaria criando uma espécie de responsabilidade ilimitada, ou seja, sem relação de causalidade. Faz-se necessário, porém, a prova, pela vítima, de que o dano decorreu da não observância das regras contidas no Capítulo IV do Estatuto. Feita essa prova, a vítima poderá acionar qualquer um dos responsáveis, em virtude da responsabilidade solidária. O Estatuto também legitimou penalidades para caso venha alguma norma a ser descumprida.

(CONCLUSÃO) Conclui-se, então, que o Estatuto de Defesa do Torcedor trouxe mudanças inovadoras, muitas vezes incompreensíveis por determinados segmentos da sociedade. Ressalte-se, porém, que tais inovações significam o respeito e o resguardo à cidadania e dignidade da pessoa humana; já assegurados pela Constituição Federal de 1988.

LEI 11.705/2008: ASPECTOS JURÍDICOS E PRÁTICOS

Autor(es):

Arthur Luini Damasceno Alexandre: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Hugo Martins de Menezes: Discente do Curso de Direito da FARN

Artur Max da Silva Pereira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

Assis Rogério Maia Fernandes

Instituição de Ensino: FARN

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A violência no trânsito é a segunda maior causa de mortes por fatores externos no Brasil, perdendo apenas para o homicídio. Diante deste quadro o legislador pátrio tem procurado recrudescer a legislação objetivando conter esse alarmante índice. Dentre as restrições estabelecidas, analisaremos a Lei nº 11.705/2008, mais conhecida como “lei seca”, que alterou a Lei nº 9.503/97 – o Código de Transito Brasileiro. No trabalho apontaremos suas divergências jurídicas e práticas.

(METODOLOGIA) O presente trabalho foi elaborado recorrendo a pesquisas virtuais e doutrinárias, com o objetivo de estabelecer conexão entre os pensamentos mais atuais e inovadores sem que cometa-se o erro de ignorar o pensamento majoritário, destacando sempre a importância dos princípios fundamentais.

(RESULTADOS) A nova lei passou a penalizar criminalmente motoristas que conduzirem veículos automotores sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência. Um levantamento da Polícia Rodoviária no Rio Grande do Norte, tendo como base o segundo semestre de 2007 e o mesmo período de 2008, apontou para uma redução de 22% no número de acidentes, 51% de feridos e 27% nas mortes. Com a redução de acidentes nota-se uma diminuição nos gastos públicos em hospitais e atendimentos emergenciais. Apesar dos resultados positivos há grande divergência na doutrina acerca da constitucionalidade dessa lei. A inovação legislativa nesse sentido não pode prosperar, uma vez que o Art. 306 do CTB, como está redigido, não é compatível com o sistema penal e os princípios constitucionais vigentes. A norma, como está redigida, fere o princípio da lesividade, como bem expõe o penalista Rogério Greco: “O Direito Penal só pode, de acordo com o princípio da lesividade, proibir comportamentos que extrapolem o âmbito do próprio agente, que venham atingir bens de terceiros, (In: Direito Penal do Equilíbrio. Niterói/RJ: Impetus, 2005, p. 90). No caso da conduta descrita no artigo 306 do CTB é evidente que a infração administrativa prevista no artigo 165 do mesmo diploma legal já é suficientemente dura na repressão contra quem dirigir alcoolizado. A lei 11.705/2008 é uma tentativa do legislador, frente ao assustador número de vítimas fatais no transito, o que causa grande perturbação social, em garantir o Direito à vida, previsto em Constituição, contudo, a inclusão na esfera penal vai de encontro a vários outros princípios também previstos no texto constitucional, tais como a razoabilidade, a proporcionalidade, bem como o direito a liberdade, e que ninguém é obrigado a produzir provas contra si.

(CONCLUSÃO) É inegável a contribuição prática da lei em comento . Todavia, em um estado de direito o benefício, por si só, não é suficiente. A necessidade de adequação aos direitos e garantias fundamentais é ponto nuclear e imprescindível. Diante de tudo isso, resta claro a incompatibilidade material da “lei seca”.

A ESTRUTURA ARGUMENTATIVA DE SENTENÇAS JUDICIAIS

Autor(es):

Heloísa Pessoa Teles de Oliveira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Orientador(es):

José Eduardo de Almeida Moura
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) Esse trabalho apresenta resultados da pesquisa A Prática da Argumentação no Direito desenvolvida desde 2006 na FARN. Para avaliação da prática argumentativa, utiliza-se o modelo de análise de Toulmin, visto que o tradicional, oferecido pela lógica formal, mostra-se insuficiente para dar conta das peculiaridades da argumentação jurídica. Assim, esse trabalho estuda sentenças de juízes da comarca de Natal sob o ponto de vista de Toulmin, posto que as decisões dos magistrados só são conhecidas ao mesmo tempo em que é apresentada a argumentação que a fundamenta, sendo a análise dos modelos argumentativos utilizados, fundamental para avaliar a objetividade/razionalidade dessas decisões.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA) Trata-se de um estudo bibliográfico e empírico, que aplica os resultados da análise da obra: Os usos do argumento, de S. Toulmin, a sentenças de juízes da comarca de Natal e orienta-se para a identificação das estruturas argumentativas que norteiam a fundamentação das decisões jurídicas. A base empírica é formada por sentenças de juízes da Comarca de Natal colhidas, sem orientação adicional, por alunos do segundo período de Direito do semestre 2008.2. Depois de cadastradas, foram colhidas aleatoriamente 80 sentenças e submetidas a leitura e diagramação de seus argumentos conforme o layout de Toulmin.

(RESULTADOS) (RESULTADO) O modelo de Toulmin apresenta as relações entre os vários elementos de um argumento: a alegação, a Conclusão (C), justificada pelos Dados (D), que contém a informação capaz de mostrar ao interlocutor o que sustenta aquilo que é afirmado e a Garantia (W), que é a regra de inferência ou a licença para ir de D a C, são os elementos fundamentais presentes em quase todos os argumentos. O esquema D, W, logo C é o padrão de um argumento com todos os elementos essenciais apresentados. O Qualificador Modal (Q), que expressa a força da relação entre D e C pode ser, diretamente, confrontado com um elemento de Refutação (R). Para a Garantia (W) pode ser solicitada uma Fundamentação ou Respaldo (B). A aplicação desse modelo para a análise das sentenças destaca a presença de dois esquemas argumentativos, quais sejam, o esquema 1 que usa uma regra como garantia (W) e como respaldo (B), uma lei; e o esquema 2 que usa uma lei, que tem características de respaldo, no lugar da garantia. O esquema 1, que corresponde ao padrão do layout para esses termos, representa as inferências sancionadas por uma regra explicitamente posta (W), apoiada por um respaldo (B) que a justifica. O esquema 2, reduzido a três termos, sanciona a inferência através de um enunciado que não tem a forma de uma regra, mas subsume a relação entre dados e conclusão. Este é o esquema de maior incidência no acervo analisado.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO) Conclui-se que o esquema 1 oferece maior flexibilidade, porque permite que se retire do respaldo (B), uma garantia (W) que é especificação do que ele contém para o caso particular, isto é, permite retirar da lei, a regra que a individualiza para o caso concreto. O esquema 2, que é o mais utilizado, mostra o uso extensivo da lei como elemento básico da fundamentação, fazendo uma aplicação estrita do que está disposto no artigo 126 do CPC, artigo 93, IX da CF e o artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil, que obrigam o juiz a sempre decidir o caso concreto, não podendo alegar lacuna ou obscuridade na lei, fundamentando sempre suas decisões em leis, ou, no caso em que a lei for omissa, em analogia, costume e princípios gerais de direito, o que lembra a presença maciça do normativismo positivista no processo decisório judicial.

INCONGRUÊNCIAS DA LEI 12.016/09 EM FACE DA DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.

Autor(es):

Suedja Márcia dos Santos Araújo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marcelo Alves Dias de Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Os direitos fundamentais previstos na Carta Magna brasileira podem ser reclamados na via processual através de quatro remédios constitucionais, quais sejam: “habeas corpus”, “habeas data”, mandado de injunção e mandado de segurança. Este último, funcionando de maneira residual, quando do não cabimento de “habeas corpus” e “habeas data”, relaciona-se à garantia de direito líquido e certo. Considerado uma autêntica invenção do ordenamento brasileiro segundo Alfredo Buzaid, surgiu na Constituição de 1934, inspirado no “juicio de amparo” mexicano. O “mandamus” regulava-se pela lei 1.533/51, que foi revogada pela lei 12.016/09, no intuito de melhor adequar a legislação ordinária aos princípios previstos no texto constitucional de 1988. Assim sendo, a nova lei será avaliada no presente trabalho à luz dos princípios constitucionais vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, sendo considerada como parâmetro a previsão do artigo 5º, LXIX e LXX.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se uma pesquisa de caráter teórico, qualitativo e eminentemente bibliográfico, com fins de diagnosticar os pontos positivos e negativos da Lei 12.016/09, tendo-se em vista o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, Lei 1.533/51, Lei 4.348/64 e a jurisprudência sumulada dos tribunais superiores sobre o assunto.

(RESULTADOS) O dispositivo da nova lei do mandado de segurança veio suprir algumas lacunas até então existentes, constatando-se um considerável avanço na disciplina do mandado de segurança coletivo, o qual se encontrava carente de previsão legal na forma de Lei revogada 1.533/51. O segundo aspecto relevante reside na incorporação de matéria processual relacionada em um só texto legal, dispensando consulta à antiga Lei 4.348/64, a qual tratava de aspectos puramente formais. Outro avanço deve ser visualizado na medida em que foram incorporados ao novo texto de lei os entendimentos já consolidados em sede de tribunais. Entretanto, alguns aspectos controversos merecem destaque, em virtude do perigo que podem oferecer àqueles que buscam a via do mandado de segurança. Uma análise detalhada permite visualizar incongruências na exclusão de legitimação passiva de autoridades de empresas públicas, sociedades de economia mista e concessionárias. Em matéria de liminar, atrelou-se a concessão da medida ao depósito ou caução efetuados pela impetrante, e ainda limitou o alcance da antecipação da tutela, conforme o artigo 7º, §2º. Além disso, a Lei 12.016/09 persistiu lacunosa quanto ao mandado de segurança coletivo, uma vez que não menciona os direitos difusos; e cometeu ainda uma afronta à nomenclatura jurídica no artigo 26, sobre crime de desobediência do funcionário público, ao contrário da tipificação do artigo 330 do Código Penal, que se refere a crimes cometidos por particular.

(CONCLUSÃO) Há muito tempo esperava-se pela revogação da lei 1.533/51, que não atendia aos anseios da nova ordem constitucional de 1988. Este desejo de adequação do sistema jurídico deu ensejo à elaboração da Lei 12.016/09, que trouxe a previsão do mandado de segurança coletivo como novidade mais expressiva. Entretanto, a lei ordinária que deveria regulamentar o uso de um remédio constitucional de grande importância apresenta muitos equívocos no sentido de tolher ou limitar os direitos previstos no artigo 5º da Constituição. Apresenta-se, pois, inconstitucional, conforme argumentos suscitados pela Ordem dos Advogados do Brasil em sede de ADI 4.296, cujo ministro relator é Marco Aurélio de Melo.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

TEORIA DA PENA, SUA APLICAÇÃO NA REALIDADE E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Autor(es):

Renan Santana da Silveira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Ronaldo Alencar dos Santos
Instituição de Ensino: FARN
Manuel Maia de Vasconcelos Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O código penal brasileiro, elaborado na década de 40 adota no seu art. 59 a teoria da pena onde a mesma deverá ter a dupla função de punir e prevenir o crime, se enquadrando perfeitamente nas necessidades reais. Do outro lado, ao observar a realidade da aplicação no meio carcerário, pode-se perceber o quanto permanece distante do que o nosso ordenamento jurídico prevê, diante disso, da maneira em que é implementada chega a violar o princípio da dignidade da pessoa humana, tanto do preso como até mesmo dos servidores que atuam no sistema penitenciário. O foco do trabalho é apresentar a teoria da pena adotada pela nossa legislação e a sua aplicação no cotidiano, através de uma maneira imparcial e relacioná-la com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico, foi baseado em pesquisas bibliográficas, assim como a leitura virtual de textos e artigos, além de uma pesquisa de campo, realizada dia 28.10.09 no Sindicato dos Policiais Cíveis e Servidores da Segurança Pública do Rio Grande do Norte (SINPOL – RN), onde foi colhido depoimento do membro do sindicato que expôs a realidade dos servidores e dos presos através de um documentário e uma revista elaborada pelo sindicato, que somados, possibilitou um importante desenvolvimento do estudo que está sendo realizado.

(RESULTADOS) Diante de um quadro caótico nacional, resolvi analisar o cenário local em que se encontra a aplicação da pena relacionada ao princípio da dignidade da pessoa humana, diante disso constatei que a aplicação da pena na realidade está totalmente oposta da sua finalidade teórica, onde não há prevenção e reprovação do crime, pois do modo que está sendo aplicada além de não cumprir sua função social, a mesma ainda atinge a dignidade de todos os apenados, os mesmos estão em verdadeiros depósitos humanos que é algo bastante constrangedor e humilhante, sendo tratados de forma degradante pela falta de estrutura que se encontra o atual sistema penitenciário, servindo para agravar a situação, os funcionários públicos do sistema também têm sua dignidade abalada, já que são postos em desvio de função, falta de condições de trabalho, tornando-se uma atividade insalubre e vergonhosa.

(CONCLUSÃO) A partir de todo apanhado bibliográfico e do depoimento colhido sobre o que ocorre na situação real, chego à conclusão de que primeiramente a teoria da pena adotada pelo código penal é a ideal, porém analisando o caso concreto constata-se que a sua aplicação está sendo desvirtuada. O motivo da desarmonia entre a teoria e a prática ocorre devido à falta de estrutura, planejamento, investimento e de demais circunstâncias que evidenciam o quanto é desprezado pelas autoridades competentes, o código penal, a constituição e acima de tudo a dignidade da pessoa humana.

A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS NOS TRATADOS INTERNACIONAIS VIOLADOS PELA FLEXIBILIZAÇÃO LEGISLATIVA(OU POLÍTICA), ANÁLISE DE UM CASO CONCRETO

Autor(es):

Celso Arnaldo de Medeiros: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Anita Conceição de Alvarenga e Sousa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Maria Célia Gouveia de Souza: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Rodrigo Barros Mendonça
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O princípio da defesa dos direitos humanos” sempre em debate nos tempos atuais, é visivelmente violado em toda parte. O mesmo pode ser dito sobre o direito das crianças. Asseguradas por um princípio que as protegem de toda espécie de abuso e exploração sexual é indiscutivelmente aceito por todos, e dificilmente se encontraria alguém que se declare a favor da pornografia, prostituição e turismo sexual infantil. Nesta perspectiva, proteger crianças da exploração sexual comercial é de interesse para as políticas públicas nos governos em todo o mundo. Neste ponto, encontramos uma razão para o otimismo. Entretanto, há muitas evidências que mostram que este princípio vem sendo violado rotineiramente, pela existência de pessoas com idade inferior a 18 anos inseridas no comércio do sexo em várias partes do mundo. A oscilação entre a esperança e o desespero, fere a credibilidade dos direitos humanos, centrada fortemente e respaldada por um discurso legal, focado na coerência interna da lei, na sua extensão e significado. Isto nos dá a falsa impressão de que a proteção dos direitos humanos pode ser garantida, e nos leva a ser cuidadosos e racionais ao esboçar e ao interpretar uma lei internacional. Diante do exposto, esta pesquisa tem como escopo a demonstração das tênues linhas entre as análises muito detalhadas e técnicas de como a violação dos princípios dos direitos humanos entram em conflito com as normas estabelecidas em convenções internacionais, e os ajustes diplomáticos necessários ou não que realizados em nome dos “direitos humanos

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa bibliográfica, baseada em referencial teórico, sustentado pelos autores: Boaventura de Souza Santos, Maria Lúcia Pinto Leal e Maria de Fátima Pinto Leal, Norberto Bobbio, Ministra Ellen Gracie, Ministro Ilmar Galvão (Habeas Corpus, nº 81158-2 Rio de Janeiro).

(RESULTADOS) Mesmo diante de solenes declarações, os direitos humanos continuam sendo constantemente violados, e as lesões sofridas atingem a sociedade que padece de volumoso crescimento de violência à criança e ao adolescente. A Constituição Federal de 1988 defende Princípios ao afirmar “a República Federativa do Brasil, em suas relações internacionais deve seguir os princípios da independência nacional, ou seja, prevalência dos Direitos Humanos”. Questionamos tais afirmativas diante do posicionamento do Ministro Ilmar Galvão, ao evocar a legislação, o respaldo doutrinário e a Convenção de Viena de 1963, para defender a suspensão do processo contra o paciente ARIE SCHER acusado de violar artigos do Código Penal brasileiro e dos diplomas protetivas da infância subscritos pelo Brasil.

(CONCLUSÃO) Atos do cotidiano entram em conflito com as normas estabelecidas em convenções internacionais, declarações e protocolos sem a devida atenção ao contexto social, econômico e político em que essa violação dos direitos ocorreu. Há profundas contradições históricas da relação dos homens entre si, com a natureza, com a produção e a ética. As pessoas são exploradas não somente para atividades sexuais comerciais (prostituição, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais), mas principalmente quando não conseguem imaginar que há leis que as protegem. Todavia, isso não ficou demonstrado na retórica do Ministrollmar Galvão no teor do Hábeas Corpus analisado, pois mais do que uma grave violação da lei, foi uma afronta à dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES SOBRE RESERVAS AOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

Autor(es):

Anita do Vale Palmeira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Este trabalho visa a definir o que são as reservas aos tratados internacionais de direitos humanos e sua viabilidade em uma comunidade internacional na qual as preocupações humanitárias se fazem cada vez mais presentes, partindo das seguintes problemáticas: 1) Há a possibilidade de se estabelecer reservas nos tratados internacionais de direitos humanos? 2) Em caso positivo, partindo da premissa que os direitos humanos são indivisíveis, então como permitir essas reservas? 3) Em que condições são admissíveis as reservas nos tratados em estudo? Para responder os questionamentos elencados, peremptório se fez a análise dos conceitos basilares a pesquisa, como o de Direito Internacional, Direitos Humanos, tratados e reservas. No que tange ao último conceito, verificamos as condições de sua admissibilidade no plano internacional, bem como a sua importância. O presente estudo busca analisar de forma detida a aceitação de reservas nos tratados quanto à sua posição sobre os direitos intangíveis da pessoa humana. O trabalho dispõe também sobre a situação particular de cada Estado perante um tratado multilateral, sobre a posição do Brasil quanto aos tratados internacionais de direitos humanos e também sobre exemplos reais de reservas a tratados internacionais de direitos humanos existentes atualmente.

(METODOLOGIA) O presente trabalho aborda questões nas áreas do Direito Internacional e dos Direitos Humanos. Ao embasar uma análise das problemáticas expostas, os estudos foram organizados a partir de discussões sobre o tema com especialistas no assunto, a despeito de membros do Conselho de Direitos Humanos da OAB/RN; bem como a leitura de manuais de Direito Internacional Público e de Direitos Humanos, trabalhos monográficos sobre o assunto e a análise de tratados de Direitos Humanos, com especial atenção para sua estruturação no que tange as reservas dos mesmos e a leitura da Convenção de Viena acerca dos Tratados Internacionais; ademais, complementamos o estudo com a leitura da Constituição Federal de 1988, bem como sua interpretação a partir de julgados do Supremo Tribunal Federal e da doutrina, em especial, a de livros de Direito Constitucional e Direitos Fundamentais.

(RESULTADOS) Posteriormente às pesquisas feitas, obtiveram-se os resultados de que as reservas são reguladas de acordo com cada tratado, que pode ou não permiti-las. Apesar de poderem ser assinadas por vários países, a definição de reservas na Convenção de Viena exprime que as reservas são consideradas como posição unilateral de cada Estado, já que seus efeitos jurídicos assim também o são. Quanto ao Brasil, o artigo 5º, § 2º da Constituição Federal de 1988 confere grau supraconstitucional aos tratados internacionais sobre Direitos Humanos, bem como a mesma traz em sua sistemática o princípio da irretroatividade em Direitos Humanos, no qual não permite o Brasil retroceder legalmente nesta matéria. Quanto aos tratados em geral, a doutrina e a jurisprudência entendem que o tratado e a lei encontram-se no mesmo nível hierárquico, ou seja, há uma "paridade", que funciona a favor da lei.

(CONCLUSÃO) Diante de todo o exposto, se concluiu que a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais de 21 de março de 1986 expõe em seu artigo 19º que um Estado ou organização internacional pode formular uma reserva a menos que: a reserva seja proibida pelo tratado; o tratado apenas autorize determinadas reservas entre as quais não figura a reservar em questão; ou no caso de a reserva ser incompatível com o objeto e o fim do tratado, sendo este último apontado pela doutrina humanitária como fundamento legal para não permitir a reserva nos tratados de direitos humanos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

O ACESSO GRATUITO À DEFESA, UM DIREITO POUCO RESPEITADO NA CIDADE DE JOÃO CÂMARA

Autor(es):

Artur Max da Silva Pereira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Arthur Luini Damasceno Alexandre: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Hugo Martins de Menezes: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O acesso à justiça é Direito previsto em Constituição, direcionado às pessoas que não tenham condições financeiras de prosseguir em um processo judicial. Na verdade, a plena capacidade civil e o exercício de direitos sociais e individuais assegurados na Carta da República encontram óbice na desigualdade sócio-econômica, a qual dia após dia se distancia da igualdade jurídico-formal prevista constitucionalmente. Nesse contexto, nosso trabalho não visa abordar todos os obstáculos e fatores que dificultam o acesso à justiça. Limitamos, inicialmente, nosso universo, na reflexão de alguns fatores que dificultam o acesso à ordem jurídica, a saber: o desconhecimento do direito pelo cidadão à justiça gratuita e a lentidão da justiça na solução dos conflitos decorrente da deficiência no número de servidores na comarca de João Câmara.

(METODOLOGIA) Para a realização do trabalho em apreço, necessária se fez uma pesquisa de campo na qual foram entrevistados funcionários do Fórum da cidade de João Câmara e populares do respectivo município para identificar quais as circunstâncias do cenário atual que condizem com o que é previsto em lei, destacando o tema: acesso à justiça.

(RESULTADOS) Na pesquisa realizada constatou-se que o acesso à justiça não se concretiza exatamente como o que é previsto na constituição. Em relação ao problema político foi observado que as partes litigantes necessitam da contratação de um advogado, de peritos, assistentes, entre outros profissionais, já que não há defensoria pública na comarca. Além disso, diversos outros fatores práticos dificultam um julgamento definitivo e rápido pelo Poder judiciário: aprimoramento nos procedimentos administrativos e legais dos tribunais, excesso de formalismo e ritualismo descrito em nossos códigos.

(CONCLUSÃO) A sociedade deve exigir que o Estado promova a proteção dos direitos e o acesso aos tribunais. Com efeito, cabe ao Estado aperfeiçoar e modernizar a ordem jurídica, de forma justa, célere e eficiente, com apoio e participação de todos os cidadãos. Em suma, a sociedade exige transformações que possibilitem o acesso à ordem jurídica justa.

DESAPROPRIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS

Autor(es):

Ana Paula Mariz Medeiros: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Laura Nataly da Silveira Barbosa Soares: Discente do Curso de Direito da FARN
Raphael Barbalho Penha Álvares: Discente do Curso de Direito da FARN
Ana Cláudia Lima da Silva: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Luciano Silva Costa Ramos
Instituição de Ensino: FARN
Anderson Leonardo de Oliveira Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objeto de estudo a intervenção do Estado na propriedade, comumente chamado de desapropriação. Tal instituto ocorre quando o Poder Público ou seus delegados, usando como argumento o interesse social, a utilidade pública ou ainda a necessidade pública, adquirem bem que originalmente estava sob o domínio de outrem, mediante justa indenização. Nesse sentido, se destaca a análise de uma das modalidades de desapropriação, a qual seja de bem público, em que apenas as entidades federativas de hierarquia superior podem desapropriar bens de entidades de hierarquia inferior, ou seja, os bens da União são inexpropriáveis, os estados só podem desapropriar bens dos municípios, e os Municípios não podem desapropriar bens dos entes federativos maiores. Vale ressaltar que no ajuizamento da ação de desapropriação deve respeitar algumas especificidades previstas na Lei 3.365/41.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa bibliográfica, fundada em informações colhidas em livros, códigos e acórdãos referentes a casos envolvendo desapropriação de bens públicos. Ao refletir sobre esses ensinamentos, pretende-se investigar em quais ocasiões vai ser devida e quem terá competência para tanto. Também se questiona a possibilidade de desapropriação de bens da administração indireta realizada por entes federativos menores sobre bens que pertençam a entidades administrativas, tais como autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

(RESULTADOS) A leitura dos fundamentos jurídicos da desapropriação de bens públicos mostra que apesar de haver a possibilidade de ocorrência, há alguns limites e condições impostas pela lei. A prática da desapropriação só pode ocorrer se realizada pelos entes maiores sobre bens de entes federativos menores tendo como argumento a preponderância do interesse. Ainda deve ser considerada a impossibilidade de desapropriação por iniciativa apenas do executivo, tendo como condição inafastável a autorização do Poder Legislativo de seu âmbito, sendo assim necessária autorização por lei específica para que tal desapropriação seja legitimada. Há ainda de ser considerada a desapropriação de bens da Administração Indireta, havendo divergência se um ente menor pode desapropriar os bens de uma autarquia ou empresa pública que estejam ligadas a ente federativo superior.

(CONCLUSÃO) Os bens públicos podem ser desapropriados se forem bens de um ente federativo menor ao que está expropriando. Ao tratar dos bens de entidades da Administração Indireta há uma falta de disposição legal que acaba por gerar controvérsias. No que consiste na desapropriação dessas entidades pelas maiores há compatibilidade, porém, quando analisado a possibilidade de desapropriação de um bem vinculado a uma entidade maior que a expropriante, há discussão. Alguns estudiosos defendem que sempre vai ser possível desapropriar, outros que só será possível se o bem não for vinculado ao objetivo institucional da pessoa administrativa, ou ainda, que deve ser respeitada a hierarquia das pessoas federativas tendo por base sua extensão territorial. É de se notar que esta última é a que deve ser adotada tendo como argumento que a natureza do serviço executado é de competência da União, assim os bens da entidade a ela vinculada também merecem tal proteção, ressaltando ainda que se deve respeitar a estruturação hierárquica do Estado, posição essa adotada pelo STJ.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

PROPRIEDADE INDUSTRIAL: ANÁLISE DA PATENTEABILIDADE DOS MEDICAMENTOS E SUA RESPONSABILIDADE CIVIL

Autor(es):

Roochelly Hellyzia Moura Gomes de Lima Rodrigues: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Julyana da Silva Ramalho: Discente do Curso de Direito da FARN

Ewerton Henrique de Macedo Viana: Discente do Curso de Direito da FARN

Camilla Pereira de Santana: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ricardo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Tendo em vista a influência do Direito na sociedade é de fundamental importância o estudo sobre a propriedade industrial e sua responsabilidade civil, pois a necessidade de crescimento econômico leva a sociedade a criar proteção para suas invenções, asseguradas pelos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) e pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). A livre iniciativa e a concorrência empresarial dão o suporte a este direito, firmando o autor como titular dos direitos patrimoniais e morais da sua invenção. Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo analisar os aspectos legais constantes no direito do consumidor que asseguram a liberdade de mercado e a ética econômica beneficiando empresários e consumidores. Assim, justifica-se a pesquisa considerando que é relevante questionar a propriedade industrial, sobretudo no que se refere às indústrias farmacêuticas, pois tal propriedade garante privilégios de exploração em contraponto ao direito de concorrência, gerando conseqüentemente, desigualdades econômicas e dificuldades no acesso aos medicamentos, produtos esses essenciais a saúde e ao bem estar do paciente.

(METODOLOGIA) Realizou-se uma investigação de caráter teórico, qualitativo, com procedimento histórico-bibliográfico, que possibilitou o levantamento de dados importantes para o desenvolvimento da pesquisa a fim de identificar os aspectos concernentes a propriedade industrial e sua responsabilidade civil através de uma visão atualizada sobre esta propriedade no que concerne ao aspecto econômico e a finalidade social. Realizada em literatura especializada, bem como em levantamento baseado na Lei n.º 9.279, de 14-5-1996, a pesquisa visa mostrar que a propriedade industrial vai além das patentes e engloba inclusive o direito do consumidor.

(RESULTADOS) Até 1996, o Brasil não possuía patentes de medicamentos, contudo, depois dos acordos internacionais firmados pelos Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS) tornou-se necessária a criação da propriedade intelectual para todos os campos tecnológicos, incluindo a produção de fármacos. Tal medida foi de grande importância por incentivar o desenvolvimento tecnológico e científico, porém, vem gerando discussões quanto à patenteabilidade de medicamentos por criar uma visão mercantilista de um produto que é direito humano fundamental. Os grandes laboratórios têm elevado os preços dos medicamentos e colocado em risco a sustentabilidade dos programas públicos de saúde, assim, o governo brasileiro passou a decretar o licenciamento compulsório, previsto na Lei n.º 9.279/96, reduzindo os custos dos medicamentos. Além disso, a venda de medicamentos envolve uma relação de cidadania protegida pela Constituição Federal nos artigos 196, 197 e 198, dispendo sobre o direito à saúde e estabelecendo que o sistema de saúde brasileiro deve ser único, universal, integral, com equidade, descentralizado, regionalizado e hierarquizado, eficaz e eficiente, devendo promover a participação da sociedade. Ocorre que ainda há uma falta de informação da população acerca de seus direitos, inclusive no tocante às peculiaridades da relação de consumo de medicamentos. Nesse ponto o CDC prevê a reparação patrimonial dos prejuízos sofrido pelo consumidor e afirma que nunca é tarde para que ocorra uma relação jurídica de consumo justa.

(CONCLUSÃO) O Brasil tem conseguido discutir os temas prioritários da propriedade industrial graças ao posicionamento governamental adotado interna e externamente. A proteção que a Lei n.º 9.279/96 em seu capítulo VIII, seção III e a que as normas da Organização Mundial de Saúde asseguram, visa mostrar que saúde é um direito do cidadão e um dever do estado, assim, caso haja abuso de direito, a intervenção é legítima. Para tanto, a efetividade exige uma atuação rigorosa do Estado, das Secretarias de Saúde, das Procuradorias e, inclusive, do consumidor, devendo o Estado, além de tudo, atuar como agente planejador e submisso ao império da lei.

OBRIGAÇÕES CONJUNTAS, DISJUNTIVAS E SOLIDARIEDADE PASSIVA

Autor(es):

Vitor Lopes D: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Carlos Gomes de Melo: Discente do Curso de Direito da FARN
Gontran Costa de Azevedo Júnior: Discente do Curso de Direito da FARN
Iulius Araújo Panucci: Discente do Curso de Direito da FARN
Thales Marques da Silva: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ana Eleonora de Carvalho Freire
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No trabalho que será apresentado, temos como objetivo mostrar as funções das obrigações disjuntivas, conjuntas e da solidariedade passiva, dando como exemplo algumas sentenças proferidas onde mostrem casos que ocorreu alguma das seguintes obrigações. Vale lembrar que as obrigações são de fundamental importância não só na parte jurídica, mas principalmente para o convívio civil. Dentre os exemplos que serão mostrados, podemos citar o do prefeito do município de governador dix -sept rosado, onde, através de um enriquecimento ilícito, foi comprovado que houve solidariedade passiva. Ao decorrer de todo o trabalho iremos explicar detalhadamente como cada obrigação dessas é definida, segundo as nossas bases de pesquisa. O trabalho visa mostrar como age a jurisprudência brasileira perante as obrigações, a cima especificadas, e temos como proposta falar desde a criação das obrigações em geral e como elas são aplicadas perante as leis ditadas pelo código civil de 2002 como também o Código de Processo Civil.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico, consiste em um estudo teórico fundamentado em pesquisas bibliográficas e documentais, bem como a leitura virtual de textos e artigos, buscas em sites da justiça brasileira como o Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal entre outros para achar casos onde foi comprovada a existência de solidariedade passiva, obrigações conjuntas e disjuntivas, possibilitando, através de tais recursos, seu aperfeiçoamento.

(RESULTADOS) As obrigações é um assunto que se torna obrigatoriamente necessário para que haja uma convivência natural entre a sociedade. Temos como idéia do trabalho mostrar a importância das obrigações, sendo trabalhada, a solidariedade passiva, obrigações conjuntas e disjuntivas na vida civil. Nos exemplos que serão demonstrados temos como finalidade mostrar o sentido das obrigações no convívio civil. Serão mostrados exemplos de sentenças e jurisprudências que tratam sobre o assunto das obrigações. Serão também mostradas o que prevê o código civil. Mostraremos como o código de civil de 1916 tratava a respeito dessas obrigações, para a sociedade da época, e como hoje em dia, segundo o código civil de 2002, é definido o conceito das obrigações.

(CONCLUSÃO) A principal conclusão é a de que as obrigações são de fundamental importância para todo o convívio da sociedade, pois, podemos dizer que sem elas, atos muito importantes, como os contratos, não poderiam ser confiáveis, pois não teria nada que assegurasse uma obrigação perante a parte que descumpre o acordo feito. Com isso mostramos o quão são importantes as obrigações para as pessoas, pois desta forma temos como assegurar que uma parte não será prejudicada por causa do outro indivíduo.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO COMERCIANTE

Autor(es):

Alexandre Montenegro de Sousa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Rodrigo Monteiro de Vasconcelos: Discente do Curso de Direito da FARN

Allysson Brunno Morais Avelino: Discente do Curso de Direito da FARN

André Benedito Gomes: Discente do Curso de Direito da FARN

Bruno Trigueiro Lopes: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ricardo Medeiros Alves de Oliveira

Instituição de Ensino: FARN

Gilmar dos Santos Melo

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo específico do presente trabalho refere-se ao estudo aprofundado na questão da responsabilidade civil do comerciante diante da relação de consumo entre o comerciante e o cliente, como também, das relações com fabricantes, construtores, produtores e importadores, demonstrando todos os tipos de responsabilidades, subjetiva (subsidiária) e objetiva (solidária), bem como o procedimento que cada relação requer diante do caso concreto.

(METODOLOGIA) A Metodologia utilizada nos estudos é baseada nas obras de RIZZATO NUNES e outros, bem como, em decisões jurisprudenciais a respeito do assunto em questão, embasados no Código de Defesa do Consumidor, na Constituição Federal, bem como no Código Civil Brasileiro e Código de Processo Civil.

(RESULTADOS) De acordo com o estudo perante o código de defesa do consumidor, assim como diante das decisões dos tribunais e até mesmo do código civil no quesito da responsabilidade civil, percebemos a divisão da responsabilidade civil do comerciante em duas esferas, que são a subjetiva ou subsidiária, sendo esta, em regra, a do comerciante, disciplinada pelo Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 13, versando que esse tipo de responsabilidade advém do fato de o fabricante e o produtor serem os reais introdutores do risco no mercado ao inserirem produtos com vícios e defeitos em circulação, cabendo ao comerciante a avaliação da qualidade dos produtos que dispõe em seu estabelecimento. A exceção se torna em responsabilidade objetiva por parte do comerciante quando não preenchidos os requisitos do mesmo artigo, cabendo ao consumidor exigir a reparação do bem ou produto diretamente ao comerciante. Ao mesmo, caberá ação de regresso, constante no artigo 88, do Código de Defesa do Consumidor, contra o fornecedor, ficando vedada a denúncia da lide. Existe ainda, parte da doutrina que defende que a responsabilidade civil do comerciante é objetiva por entender que o mesmo se torna fornecedor aparente em uma relação de consumo, baseada no artigo 25, do mesmo código.

(CONCLUSÃO) Podemos concluir que o comerciante é uma espécie de fornecedor com tratamento diferenciado quanto à responsabilidade por falhas e vícios diante de uma relação de consumo, sendo subsidiariamente responsável com os demais fornecedores, constantes no artigo 12, do Código de Defesa do Consumidor, apesar de entendimentos doutrinários no sentido de que a responsabilidade civil do comerciante é solidária, reconhecendo de forma aparente, diante do fornecimento do produto nas relações de consumo, cabendo ação de regresso e sendo vedada a denúncia da lide em ação de reparação de dano causado por acidente de consumo.

ADOÇÃO POR HOMENS SOLTEIROS: UM DIREITO JUSTO A UMA LICENÇA-ADOÇÃO.

Autor(es):

Aline Mabel Barbosa Ramos Teixeira: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
André Pereira de Medeiros Cunha: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ana Eleonora de Carvalho Freire
Instituição de Ensino: FARN
Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O conceito de família tem evoluído desde o advento da Constituição Federal de 1988. Hoje, família não se confunde mais com o conceito de casamento. A nova família está interligada por laços biológicos, afetivos ou afinidade, por exemplo, a adoção, que segundo Wald (2009, pág. 315), “é uma ficção jurídica que cria o parentesco civil. É um ato jurídico bilateral que gera laços de paternidade e filiação entre pessoas para as quais tal relação inexistente naturalmente”. O direito à adoção está além do que apresenta a jurisprudência (Constituição Federal, Código Civil e Estatuto da Criança e do Adolescente), os dogmas, e os preconceitos. O que se busca é dar à criança o direito à afetividade. Homens e mulheres possuem os mesmos direitos quando se trata de adoção, o que distingue nessa relação é o tempo de licença-adoção e para a concretização desse direito, nada mais justo do que dar aos homens os mesmos direitos concebidos às mulheres adotantes. O direito à licença maternidade, seja em razão de parto e aborto não criminoso, seja em razão de adoção, há tempos é reconhecido em nosso ordenamento jurídico. Não há motivos para negar o mesmo direito ao pai.

(METODOLOGIA) Os recursos metodológicos utilizados foram pesquisas bibliográficas em livros e internet, sendo a pesquisa teórica aplicada a resolução do problema prático.

(RESULTADOS) No que diz respeito à licença-adoção para homens, a CF no seu art. 5º veda a discriminação em razão do sexo; em consonância com os mandamentos constitucionais nos seus art. 1630 e 1631, o CC não fala mais em pátrio poder, e sim poder familiar, igualando pai e mãe e direitos e deveres. Assim, se pai e mãe possuem os mesmos deveres em relação aos filhos, também merecem ter os mesmos direitos, sob pena de se discriminar situações idênticas. A licença paternidade é um direito previsto em seu art. 7º da CF inciso XIX, porém, ainda não há a lei que regulamente este direito, de modo que enquanto esta não for editada, aplica-se por analogia o art. 10, § 1º, do ADCT. Há um projeto de lei da senadora Patrícia Saboya (PL nº 666 de 2007) no sentido de regulamentar o artigo 7º, inciso XIX, ampliando a licença paternidade para 15 dias, e estendendo ao homem que adota, tendo em vista que toda criança e adolescente tem direito a convivência familiar. Nesse sentido, devemos ter em mente que a CF ampliou o conceito de família, sendo esta considerada aquela formada por pai, mãe e filhos, como também a família monoparental. Uma decisão que pode ser levada em consideração é a do CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho) que reconheceu o direito à licença de 90 dias pela adoção de uma criança a um servidor da Justiça do Trabalho. De acordo com o advogado do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região, Mário Trígilho, o exemplo servirá como precedente para outros casos. O relator do processo, conselheiro do CSJT, Carlos Alberto Reis de Paula, reconheceu o direito com base no ECA e na CF, que garantem à criança ter um período de adaptação à nova família.

(CONCLUSÃO) A não concessão de licença paternidade ao homem adotante significaria um retrocesso social, na medida em que, de um lado milhares de crianças estão abandonadas, esperando pelo amor de um pai ou uma mãe, e de outro há também homens e mulheres com vontade de ser pais, de constituir família, dispostos adotar uma criança, criar, educar, em fim, dar amor.

INTERPOSIÇÃO DE AÇÕES POSSESSÓRIAS CONTRA AS INTERVENÇÕES ADMINISTRATIVAS

Autor(es):

Philippe Carlos Macedo da Fonseca: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Fernando Souza Wanderley da Silva: Discente do Curso de Direito da FARN

Roberto Vinícius Maciel de Araújo Cruz: Discente do Curso de Direito da FARN

Rodrigo de Souza Camargos: Discente do Curso de Direito da FARN

Felippe Filgueira Fernandes: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Luciano Silva Costa Ramos

Instituição de Ensino: FARN

Luciana Flávia Nunes Casimiro

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente estudo tem por objetivo analisar as relações jurídicas que envolvem o campo das ações possessórias, na seara dos direitos reais e dos procedimentos especiais, em face das intervenções administrativas sobre a propriedade privada, como: servidão, ocupação, requisição... Atingindo diretamente na garantia do possuidor e/ou proprietário em usar, dispor, fruir, o bem móvel. Já que a intervenção administrativa incide diretamente na propriedade privada tem-se então a possibilidade de se interpor uma ação no âmbito do direito civil. Para restaurar a propriedade ou a posse, que de certa forma, foi atingido incidentalmente pelo Estado, levando em conta a não utilização o bem de acordo com os fins propostos pelo estado, ou seja, a não obediência a utilidade pública da intervenção administrativa.

(METODOLOGIA) Com a finalidade de dinamizar e permitir a atual discussão do tema proposto, a pesquisa para o desenvolvimento do presente trabalho é baseada basicamente em pesquisas bibliográficas em livros de doutrinadores da área do Direito Civil, inerente ao direito das coisas, do Direito Processual Civil no que tange acerca dos procedimentos especiais e, do Direito Administrativo, acerca da intervenção administrativa. Além de casos concretos e julgados dos tribunais superiores, inerentes ao caso de interposição da ação possessória em face de uma intervenção administrativa em uma propriedade privada. Levando em conta principalmente a condição de possuidor e/ou proprietário da coisa que foi passiva de intervenção administrativa.

(RESULTADOS) Esboçar acerca da possibilidade de defesa do proprietário particular, que sofreu a intervenção, em defender-se na área do direito civil, interpondo uma ação de reintegração de posse ou manutenção de posse, uma vez que, a intervenção administrativa turba ou esbulha a propriedade privada, ou seja, paralelamente ao procedimento de defesa na área administrativa, pode-se defender-se junto à justiça comum, em detrimento ao direito civil, especificamente no direito das coisas. Assim, propõe este trabalho desenvolver uma análise no que tange a cada intervenção administrativa, classificando cada uma das modalidades de intervenção administrativa como um esbulho ou uma turbação e, dessa forma, encontrando a forma de defesa, ou seja, a ação possessória mais adequada para desenvolver a defesa, acerca da intervenção administrativa sofrida. É evidente que o direito particular não tem poder sobre o direito coletivo, uma vez que o Estado apenas intervém na propriedade privada se houver uma necessidade e/ou utilidade pública, mas, queremos levar ao ponto de que utilizaremos a seara do Direito Civil e do Processo Civil, se o Estado não cumprir com o que era previsto para aplicação da intervenção administrativa, e assim, ter o condão de usurpar o direito do possuidor e/ou proprietário sobre a coisa privada, levando em conta que estava agindo por necessidade e utilidade pública. Só assim o possuidor e/ou proprietário poderia utilizar o Direito Civil e Processual Civil, para defender-se do esbulho ou turbação a qual classificaremos e explicaremos em nossa apresentação.

(CONCLUSÃO) Havendo a intervenção administrativa sobre a coisa privada, pode o possuidor interpor uma ação possessória para reaver seu direito sobre a coisa, no entanto, deve-se atentar para o fato de que a intervenção tem em sua retaguarda a presunção da utilidade pública, onde garante a sua aplicação. Ocorre que nem sempre o Estado cumpre a intervenção para o fim que propôs e, é nesse caso, que pode aplicar as ações possessórias, para manter ou reintegrar a posse ao proprietário particular, para que desta forma, através do princípio do contraditório e da ampla defesa, a pessoa privada possa encontrar uma saída frente a atitudes arbitrárias da Administração Pública, quando estas são justificadas por falso moralismo e são simplesmente direcionadas ao ganho de poucos em detrimentos de muitos.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

A MAJORAÇÃO E EFETIVA APLICAÇÃO DE OFÍCIO DA MULTA DO ART. 18 DO CPC COMO FORMA DE EVITAR LIDES TEMERÁRIAS

Autor(es):

Arthur Paiva Alexandre: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Sueldo Viturino Barbosa: Discente do Curso de Direito da FARN
Marcus Vinícius de Carvalho Praxedes: Discente do Curso de Direito da FARN
Fabiana Marcelino da Costa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Rebeca Tindô Ferreira da Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Carlos Thompson Costa Fernandes
Instituição de Ensino: FARN
Luciana Flávia Nunes Casimiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho tratará de algumas reflexões acerca da forma como é tratada a litigância de má fé, abordando aspectos do direito comparado e também como tal previsão tem sido vista e aplicada no meio forense nacional, trazendo a lume discussão sobre a aplicação de ofício do instituto e também uma possível reforma legislativa visando a majoração da multa atualmente aplicada que está no patamar máximo de 1% (um por cento) calculado sobre o valor da causa, sendo previsto no artigo 18 do Código de Processo Civil, bem como avaliando as inovações trazidas a partir da promulgação da EC 45/2004 que trouxe a figura da razoável duração do processo.

(METODOLOGIA) Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico, jurisprudencial e bibliográfico, no qual foram levantadas, junto à literatura e à jurisprudência, referências teóricas a respeito do tema proposto.

(RESULTADOS) Do estudo realizado, constatou-se que raramente os magistrados do nosso país têm aplicado a multa prevista no art. 18 do Código de Processo Civil, sendo como principais motivos para isso a dificuldade que alegam em se constatar a litigância de má fé e ainda sua inutilidade prática, pois, quando o valor da causa de determinadas lides alcança pequena monta, ao ser aplicada a multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, não é trazido qualquer resultado que imponha o mínimo de punição à parte que agiu de forma desleal na demanda com sua conduta temerária. Os julgadores tratam com desdém o instituto, motivando dessa forma as partes mal intencionadas a se aventurarem em lides mal intencionadas. Assim, torna-se necessária a construção de um novo paradigma de análise e compreensão do tema, que possa melhor solucionar a questão causando reflexão entre os magistrados e motivando-os a aplicarem de ofício a multa quando constatada violação à lealdade e boa fé processuais, devendo ser caracterizada então a litigância de má fé em uma das hipóteses previstas nos incisos do artigo 17 do Código de Processo Civil. Além disso, após o nascimento na CF/88, surgiu a EC 45/2004 que trouxe a figura da razoável duração do processo, trazendo a possibilidade de instituir mais um critério de admissibilidade dos recursos, qual seja, a coerência do recurso, impedindo aqueles que tenham sido condenados por litigância de má fé em terem suas teses submetidas ao exame de mérito junto ao 2º grau de jurisdição.

(CONCLUSÃO) Do que foi analisado, pode-se concluir que, para a aplicação da multa por litigância de má fé, é necessária apenas uma visão mais crítica dos magistrados sobre a composição das lides, podendo eles sem demasiados entraves e dificuldades, localizarem e constatarem as práticas temerárias praticadas por qualquer das partes que de qualquer forma participem do processo, e, quando verificada a conduta maléfica, aplicar de ofício a multa atualmente prevista, devendo ainda iniciar-se um movimento no intuito de que a penalidade do art., 18 do Código de Processo Civil seja aplicada com mais frequência do que tem sido hodiernamente. Ainda se constata a necessidade de uma reforma legislativa que majore a multa atualmente aplicada a patamares mais consideráveis que provoque entre as partes o temor em promover qualquer conduta que interfira no direito de outrem. Não obstante torna-se ainda possível o juízo de segundo grau não conhecer de recursos temerários sem haver necessidade portanto de analisar o mérito de causas que tenham sido postas sob sua análise quando constatada for a litigância de má fé.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

ANÁLISE DA PLAUSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE LIMINAR NO QUE TANGE À POSSE NOVA E À POSSE VELHA

Autor(es):

Ana Paula Mariz Medeiros: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Karoline Dantas Farias: Discente do Curso de Direito da FARN
Murillo Victor Umbelino Machado: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Natália Vila Melo: Discente do Curso de Direito da FARN
Talita Motta Meira Pires: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Anderson Leonardo de Oliveira Brito
Instituição de Ensino: FARN
Luciana Flávia Nunes Casimiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho trata sobre a posse nova e a posse velha. Prefacialmente, pontua-se que ambas devem ser entendidas sob o prisma da idade da posse, ao passo que a ação de força nova e ação de força velha correspondem ao tempo decorrido após a prática da turbação ou do esbulho. A importância da referida proposição, na prática, é que quando uma ação for intentada dentro de ano e dia, contadas da data da moléstia da posse, será a mesma considerada ação de força nova e o autor terá direito a concessão de medida liminar. Ademais, se intentada somente após o referido lapso temporal, será a ação considerada de força velha, com a conseqüente perda da prerrogativa de se obter, liminarmente, o resultado almejado.

(METODOLOGIA) O trabalho fora estruturado segundo um procedimento teórico-reflexivo a partir de uma pesquisa bibliográfica de obras jurídicas, como também extrajurídicas, sobretudo aquelas relacionadas ao Direito Civil e ao Direito Processualista Civil. Destaca-se, de qualquer sorte, a exploração de doutrinas, legislações, além de pesquisas bibliográficas e divergências jurisprudenciais. Por conseguinte, realizou-se um filtro das referidas informações para compor uma base teórica capaz de analisar as premissas referentes à possibilidade de antecipação da pretensão buscada através da medida liminar.

(RESULTADOS) Pode-se aferir que, nas ações possessórias de força nova, o magistrado poderá conceder, inaudita altera parte ou após audiência de justificação, e desde que seja provável a existência do direito do demandante, medida liminar, deferindo a reintegração ou a manutenção de posse. Há de se frisar que a concessão da referida medida pressupõe o preenchimento de dois requisitos: um de ordem temporal, outro ligado à cognição judicial, que deverá ser sumária. O que se pretende com isto é afirmar que bastará a provável existência do direito deduzido pelo demandante em sua petição inicial (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*). No que tange às ações possessórias de força velha, destaca-se a plausibilidade de pleitear-se tutela antecipada em razão do abuso de direito de defesa por parte do demandado ou ainda caso evidencie-se estado de perigo cujo surgimento se deu após o decurso de prazo de ano e dia.

(CONCLUSÃO) A liminar possessória surgiu no afã de ampliar os meios processuais de defesa da posse, representando a possibilidade de antecipação de tutela quando isto não for possível, demonstrando, assim, o valor da posse no ordenamento pátrio. Destarte, não se pode conceber como conseqüência exatamente o contrário, ou seja, impedir a antecipação de tutela, caso em que se estaria prestigiando o esbulhador ou turbador. Sendo assim, até um ano e dia da turbação ou esbulho, mostra-se plausível invocar a liminar possessória, de cunho objetivo, bastando provar a posse anterior e o lapso de tempo inferior a ano e dia entre o fato que caracteriza o esbulho ou turbação e o pedido. Pontua-se, igualmente, a possibilidade de pleitear-se a antecipação de tutela, desde que preenchidos os requisitos necessários. Após ano e dia, poderá invocar somente a antecipação de tutela, devendo provar o preenchimento dos seus requisitos, não significando a passagem de tempo motivo suficiente, per se, para afastar o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Ademais, se invocar o provável ou comprovado propósito protelatório do réu como fundamento da pretensão antecipatória, o fator tempo em nada afetará a postulação, devendo-se medir em cada caso se o lapso temporal da posse do mesmo deve ou não ser protegido pelo Direito.

ASPECTOS CIVIS E PROCESSUAIS CIVIS DO ERRO MÉDICO

Autor(es):

Thairine Costa Gois de Oliveira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Avner Alexander Costa da Câmara: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Gabriela Aracy Linhares Ferreira: Discente do Curso de Direito da FARN
Larissa Gomes de Melo: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Alan Dias Barros
Instituição de Ensino: FARN
Anderson Leonardo de Oliveira Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O direito é uma ciência essencial à vida em sociedade, ao definir direitos e obrigações entre as pessoas e ao resolver os conflitos de interesse. As pessoas como agentes de direito tem direitos garantidos como: o direito a vida, a integridade humana, etc. Mas nos dias de hoje esses direitos que nos são garantidos vem sendo interferidos por uma série de fatores, um desses fatores é o erro médico que é o objeto de estudo dessa pesquisa.

(METODOLOGIA) A presente pesquisa foi elaborada através de matéria publicada em revista e de artigos publicados em internet sobre o tema, com a ajuda do Código Civil e o Código de Processo Civil, e também com base na doutrina e na jurisprudência. Tendo como objetivo esclarecer o que é o erro médico e como devemos nos portar diante desses.

(RESULTADOS) O erro médico é o mau resultado ou resultado adverso decorrente de ação ou da omissão do médico, por inobservância de conduta técnica, estando o profissional no pleno exercício de suas faculdades mentais. Esse erro pode verificar-se por três vias principais: a imperícia, a imprudência e negligência. O médico que por ação ou omissão cometer erro pode ser responsabilizado profissionalmente, civilmente e penalmente. No Brasil, atualmente, vêm aumentando as demandas jurídicas impetradas por paciente contra os seus médicos. A legislação empregada tem sido a mesma que a utilizada para os casos de responsabilidade civil em geral, no Código Civil os artigos que tratam desse assunto são os artigos 927 a 954, mas principalmente os artigos 948, 949 e 950. A doutrina tradicional ainda é considerada insuficiente para aborda o tema, mas já há casos de jurisprudência, onde podemos encontrar casos iguais, podendo se esperar decisões judiciais diferentes, reformadas ou não, nas instâncias superiores. Devemos lembrar que não é apenas o médico que pode responder ao processo, mas, dependendo da situação podem-se encontrar casos de responsabilidade subjetiva onde quem responderá a o processo seja da equipe médica ou a própria equipe medica (ex.: Falha do anestesista durante uma cirurgia). Em casos de responsabilidade objetiva e solidaria poderão ser processados a clinica, a operadora de saúde e o Poder Público (ex.: Erro de diagnostico em um exame de HIV ou problemas que se agravaram devido a demora no atendimento).

(CONCLUSÃO) Apesar de o assunto ser bastante discutido atualmente, a maioria da população brasileira ainda não tem noção de como proceder diante de um erro médico, a quem recorrer quais os procedimentos usar e o que adotar ao se deparar com tal situação, sendo é esse o objetivo do trabalho o de esclarecimento, para que as pessoas façam valer seus direito que estão garantidos na Constituição Federal e das disposições do Código Civil e no Código de Processo Civil.

ASPECTOS CONSTITUCIONAIS E PENAIS DO ERRO MÉDICO

Autor(es):

Thairine Costa Gois de Oliveira: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Avner Alexander Costa da Câmara: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Gabriela Aracy Linhares Ferreira: Discente do Curso de Direito da FARN
Larissa Gomes de Melo: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Alexandro Gomes Bezerra dos Santos
Instituição de Ensino: FARN
Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O direito é uma ciência essencial à vida em sociedade, ao definir direitos e obrigações entre as pessoas e ao resolver os conflitos de interesse. As pessoas como agentes de direito tem direitos garantidos como: o direito a vida, a integridade humana, etc. Mas nos dias de hoje esses direitos que nos são garantidos vem sendo interferidos por uma série de fatores, um desses fatores é o erro médico que é o objeto de estudo dessa pesquisa.

(METODOLOGIA) A presente pesquisa foi elaborada através de matéria publicada em revista e de artigos publicados em internet sobre o tema, com a ajuda da Constituição Federal e do Código Penal, e também com base na doutrina e na jurisprudência. Tendo como objetivo esclarecer o que é o erro médico e como devemos nos portar diante desses.

(RESULTADOS) O erro médico é o mau resultado ou resultado adverso decorrente de ação ou da omissão do médico, por inobservância de conduta técnica, estando o profissional no pleno exercício de suas faculdades mentais. Esse erro pode verificar-se por três vias principais: a imperícia, a imprudência e negligência. O médico que por ação ou omissão cometer erro pode ser responsabilizado profissionalmente, civilmente e penalmente. No caso da responsabilidade penal que é considerada a mais grave neste âmbito, se a culpa for comprovada a responsabilização criminal do médico pode resultar em condenação do acusado, de acordo com alguns artigos do Código Penal, como o artigo 18, I e II, artigo 121, § 4º. Os efeitos jurídicos da condenação podem ser: reclusão, detenção, multa, prestação de serviços à comunidade, interdição de direitos, limitação de finais de semana ou imposição de medidas de segurança. Quanto ao âmbito constitucional, os valores que compõem à dignidade humana são exatamente aqueles que dizem respeito aos valores íntimos da pessoa, tais como o direito à vida, à integridade física, à intimidade, à privacidade, à honra, ao bom nome e outros inerentes à dignidade humana que, se violados, devem ser reparados pela via da indenização por danos morais.

(CONCLUSÃO) Apesar de o assunto ser bastante discutido atualmente, a maioria da população brasileira ainda não tem noção de como se agir diante de um erro médico, a quem recorrer quais os procedimentos usar e o que adotar ao se deparar com tal situação e é esse o objetivo do trabalho o de esclarecimento, para que as pessoas façam valer seus direito que estão garantidos na Constituição Federal e das disposições do Código Penal.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

ABORDAGEM ACERCA DA APLICAÇÃO DA SINDICÂNCIA NOS PROCESSOS DISCIPLINARES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Autor(es):

Murillo Victor Umbelino Machado: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Natália Vila Melo: Discente do Curso de Direito da FARN

Karoline Dantas Farias: Discente do Curso de Direito da FARN

Ana Valeska de Araújo Guedes: Discente do Curso de Direito da FARN

Talita Motta Meira Pires: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Luciano Silva Costa Ramos

Instituição de Ensino: FARN

Micheline Cachina Cavalcanti Faheina de Souza

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Com base na Lei nº 9.784/99 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a sindicância é o expediente pelo qual a Administração apura preliminarmente as irregularidades em torno do serviço público e delibera, a partir do esclarecimento sobre a existência do ilícito funcional, pela tomada das providências sancionatórias resultantes do processo administrativo disciplinar. Refere-se, pois, o instituto, à fase preparatória onde não incide a ampla defesa e o contraditório. Estes, afetos ao processo disciplinar principal, cujo objeto é a apuração principal e a aplicação de sanção, motivo pelo qual a objeção à aplicabilidade do princípio constitucional do devido processo legal enseja a nulidade absoluta da decisão proferida. Nesse contexto, o presente trabalho tem o objetivo de esclarecer a utilização da Sindicância como meio de investigação dos fatos ocorridos na seara laboral pública, apresentando-se perfeitamente viável a sua aplicação, razão pela qual o Poder Público deve disseminar sua utilização em todas as esferas governamentais.

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo de caráter qualitativo e em nível descritivo, por meio de um levantamento bibliográfico de obras jurídicas e extrajurídicas, sobretudo aquelas relacionadas ao Direito do Trabalho e ao Direito Administrativo, sempre atentando para o instituto da sindicância e culminando na sua correspondência com o processo administrativo disciplinar, cuja análise discorreu sobre aplicação da sindicância nos processos disciplinares, de modo que fosse clarificada a real importância daquele instituto no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, regulado pela Lei nº 9.784/99.

(RESULTADOS) Pode-se aferir que a investigação compreende o esclarecimento dos fatos, sua materialidade e sua autoria, decorrentes da dissonância com o estabelecido pelo Poder Público. Desta feita, não há necessidade de criar um sindicato, na acepção representativa da palavra, para promover um processo administrativo capaz de impor uma decisão justa, embasada em indícios enaltecidos pelo relatório da sindicância. Posto isso, frisa-se que a aplicação da sindicância possui relevância em duas vertentes, a priori, face a capacidade de individualizar o agente público que incorreu em desacordo com a regulamentação vigente, através da investigação do exercício regular das competências inerentes a cada agente, e ainda, pela investigação acerca da capacidade de outro agente praticar ato administrativo inerente a outrem, com escopo de beneficiar a si próprio, ou apenas ensejar prejuízo àquele responsável pelo ato erroneamente praticado. Ademais, pode-se ainda angariar indícios suficientes à percepção do grau de afronta ao regulamento interno do órgão público em que ocorreu o fato.

(CONCLUSÃO) No setor público, é necessário que uma autoridade delegante, por meio de ato administrativo formal, instaure o procedimento em comento, definindo uma comissão responsável pelas investigações, que serão registradas pelos meios pertinentes a cada caso. Nesse ínterim, salienta-se que os documentos da investigação podem ser mantidos em sigilo, se houver necessidade para tanto, ou publicados a todos interessados. Por conseguinte, tem-se necessidade de inferir sobre a decisão do processo administrativo, face à consequência na vida funcional do servidor, mesmo sendo garantidos a ampla defesa e o contraditório. Afere-se que a previsão constitucional abrange qualquer processo administrativo, logo, a sindicância se consubstancia num próprio processo administrativo, regularmente desenvolvido pela inteligência da Carta Magna. Isto posto, frisa-se que todos os mecanismos inerentes aos direitos constitucionais ora abordados podem ser invocados no processo administrativo em tela, a saber: apresentação de defesa, técnica ou não, oferecimento de qualquer meio de prova admitido em direito, como a oitiva de testemunhas de defesa, quesitos para perícias, dentre outras.

BIODIREITO E O PROJETO-LEI DE CASTRAÇÃO QUÍMICA: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL

Autor(es):

Barbara Gabriele Santos Frota: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Cláudia Rayanne Miranda Bernardo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Walber Cunha Lima
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O avanço tecnológico trouxe outras técnicas menos agressivas de esterilização humana, tais como a vasectomia e a histerectomia, eliminando a capacidade de gerar filhos, mas mantendo a de ter relações sexuais. A castração química consiste na utilização de medicamentos hormonais, como a Depo-Provera que tem como princípio ativo o acetato de medroxiprogesterona. Nesse sentido, o presente estudo discute a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 552/07 de autoria do Senador Gerson Camata, que inseriria a castração química como punição para pedófilos, destacando ainda a sua necessidade e aplicação.

(METODOLOGIA) A partir de uma visão dialética da ciência buscou-se as fontes bibliográficas do assunto, tendo-se como principais indicadores os autores Maria Helena Diniz, com a obra intitulada “O Estado Atual do Biodireito”, Manuel Atienza com o livro “As Razões do Direito” e Michel Foucault com “Vigiar e Punir”. As estratégias de pesquisa foram complementadas pela consulta aos sites especializados sobre o tema e informações atualizadas sobre o PLS, além do estudo da legislação brasileira e da situação do problema em outros países, como Estados Unidos e Polônia, onde o tema vem sendo debatido.

(RESULTADOS) As discussões iniciaram-se em face da tramitação na câmara do projeto de lei (PLS 552/07), que acrescenta o Art. 226-A ao Código Penal e prevê a castração química nas hipóteses dos crimes sexuais. O critério de aplicação seria diagnóstico de pedófilo pelo CID. O projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça e atualmente encontra-se em votação na Câmara dos Deputados. O relator do projeto na CCJ, Marcelo Crivella, modificou o projeto especificando uma idade a vítima (menor ou igual a 14 anos) que delimita o conceito de pedófilo, tornou a pena facultativa e diferenciou melhor o que seria castração química em oposição a cirúrgica.

(CONCLUSÃO) Nessa perspectiva, cria-se um conflito normativo, face o Princípio da Dignidade Humana, previsto na CF, respaldar o apenado e a vítima. Utilizando-se o modelo para “Hard Cases” preconizado por MacCormick, teríamos um esquema de layout de Toulmin, em que o respaldo seria o Princípio supracitado. A conclusão seria a constitucionalidade, ou não, do projeto e os dados seriam resultado da análise feita com os seguintes elementos operadores: (1) Universalidade; (2) Consistência; (3) Coerência; (4) Consequências. Analisando a universalidade, percebe-se que esta é possível em ambos os casos, posto que eles podem vir a ser leis gerais. A consistência também se encontra nos dois casos, por se tratar de um princípio. A coerência se divide em duas partes: a narrativa e a normativa. A primeira se faz presente tomando-se como referencial tanto o apenado quanto a vítima visto que tais referenciais estão de acordo com a realidade. Entretanto, a normativa não é verificada quando se tem a vítima como referência, visto que ao aplicar ao condenado a castração química estar-se-ia violando os preceitos constitucionais previstos nos incisos III, XLVII e XLIX do art. 5º. Porém, o que de fato decide a questão são as consequências. Pois, relativamente à vítima a punição ao criminoso ocorrerá independente da castração, para o apenado esta pena tem efeitos colaterais gravíssimos. O Depo-Provera, em sua bula, coloca como efeitos colaterais, paralisia, esterilidade permanente, entre outros. Sendo assim, a punição deixa de atingir seu objetivo que é a diminuição da libido promovendo uma pena perpétua, com a esterilidade definitiva, o que é proibido pela CF. Outro motivo é denunciado por Foucault, que é a inserção do sistema penal numa lógica dos discursos de poder e da criação de corpos dóceis. Segundo a visão dele, admitir tal pena seria aumentar o aparato da sociedade disciplinar, que já não funciona. Desse modo, a inconstitucionalidade é a melhor consequência possível.

A PROTEÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL DO SISTEMA PENAL

Autor(es):

Aline Alves de Barros: Discente do Curso de Direito da FARN
Laís Azevedo de Brito: Discente do Curso de Direito da FARN
Raíssa Gomes Cabral: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN
Viviane Kely da Silva Moura: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Lenice Silveira Moreira
Instituição de Ensino: FARN
Assis Rogério Maia Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O princípio constitucional da proteção e da promoção da dignidade da pessoa humana deve influenciar o sistema penal (amplamente considerado) para que ele funcione com respeito aos direitos humanos fundamentais e para que se baseie, precipuamente, no paradigma humanitário. No Brasil, país cuja trajetória constitucional foi bastante conturbada e cuja realidade política esteve sempre sob o jugo de períodos ditatoriais, poucas vezes atenuados, foi inserido pela primeira vez no seu ordenamento jurídico o princípio protetivo como preceito fundamental da República Federativa, conferindo-lhe supremacia constitucional.

(METODOLOGIA) Este trabalho de cunho acadêmico, foi baseado em pesquisas bibliográficas e documentais, fundado na análise de artigos e matérias acerca da proteção da dignidade da pessoa humana no âmbito penal, garantido pela Constituição Federal.

(RESULTADOS) A dignidade da pessoa humana é a base sobre a qual deve ser construído todo o monumento do sistema penal. O princípio constitucional da proteção e da promoção da dignidade do homem é a célula-mãe desse sistema e, por isso, também seu fundamento máximo. O sistema penal pode ser concebido como a complexa estrutura punitiva existente em determinada sociedade e derivada de um modelo jurídico-político de Estado que, em âmbito penal, manifesta-se por meio de uma opção de política criminal. Tal sistema adquire uma feição instrumental na medida que funciona como um mecanismo de proteção de bens jurídicos essenciais e de garantia da obediência a um modelo de política criminal adotado. A primeira função (função protetiva) esboça uma finalidade de conservação dos bens jurídicos essenciais contra sua degradação pelo delito. Ocorre por meio da reprovação ao ato lesivo e da prevenção contra o crime, e – após a aplicação da pena – deve proporcionar a estabilização do ordenamento violado, a disciplina penal pedagógica pelo Estado, a intimidação ao potencial agente e o desestímulo à prática delitiva. A segunda função (função garantista) diz respeito à observância da conformidade entre a prática da função protetiva e o padrão de política criminal, tanto na aplicação da norma penal em defesa da sociedade quanto na preservação da dignidade do agente do delito com propósito de sua inclusão social. Executar este propósito também é promover a dignidade humana. Dignidade do homem e direito humanos não são contrapontos de sistema penal. É um equívoco colocar o paradigma humanitário como inimigo da persecução punitiva, já que essa função do Estado pode se realizar plenamente, e alcançar sua finalidade, sem ofensa aos valores jurídico-políticos máximos que são sua base.

(CONCLUSÃO) Considerado um escopo da Constituição brasileira, o princípio da dignidade humana vincula toda a dinâmica do sistema penal e nele deve se realizar concretamente. O sistema penal é, portanto, um dos ambientes de concretização desses escopos da Constituição e, especificamente, do princípio da dignidade da pessoa humana. É com fundamento nesse princípio que todo o sistema deve ser formulado. Finalmente, um sistema penal plasmado na dignidade do homem deixa de ser apenas um mero mecanismo estatal de estabilização política e de repressão da sociedade (amiúde de repressão do pobre marginalizado) para se tornar tanto um instrumento de lapidação do indivíduo e de proteção da comunidade quanto um instrumento de inclusão social.

O SISTEMA DE VÍDIOCONFERÊNCIA A PARTIR DO FUNDAMENTO DA CONSTITUCIONALIDADE

Autor(es):

Matheus Felipe Martins Feitosa: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Marco Túlio Medeiros da Silva Júnior: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Alan Rodrigo do Nascimento Silva: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Carlos Thompson Costa Fernandes
Instituição de Ensino: FARN
Pedro de Souto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A3 O SISTEMA DE VÍDIOCONFERÊNCIA A PARTIR DO FUNDAMENTO DA CONSTITUCIONALIDADE Alunos Alan Rodrigo do Nascimento Marco Túlio Medeiros da Silva Junior Matheus Felipe Martins Feitosa Orientadores Carlos Thompson Pedro Souto O Superior Tribunal de Justiça reacendeu, recentemente, com a legalidade do emprego do sistema de videoconferência para a realização de interrogatório judicial, nos autos do Recurso em Habeas Corpus n. 15.558/SP, publicado no Diário da Justiça da União de 11 de outubro de 2004, sendo relator o Min. José Arnaldo da Fonseca. Visando o fundamento da constitucionalidade da participação a distância no processo penal, notadamente nos atos de interrogatório e na audiência para oitiva de testemunhas. O surgimento de um avanço tecnológico deve ser utilizado nos procedimentos jurídicos, desde que não ofendam os primados constitucionais. A lei 11.800/2009 que prevê a possibilidade de realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência, mal foi sancionada e já sofre duras críticas sobre a sua constitucionalidade. O fundamento da inconstitucionalidade está presente na violação ao princípio constitucional da ampla defesa, que prevê o direito à prova, à auto defesa, garantindo assim ao réu o direito de ter interrogatório pessoalmente com o Juiz de Direito, de estar presente nos atos processuais e de participar ativamente de sua realização, mas mesmo com as críticas o fundamento da constitucionalidade apresenta-se altamente necessário, sendo aprovado pela maioria que nele enxerga uma moderna modificação no direito brasileiro. Portanto, o referido trabalho pretende demonstrar a constitucionalidade. Tratando-se de um tratamento processual diferenciado, não aplicável indiscriminadamente, mas aos casos que exijam procedimento especial.

(METODOLOGIA) O referido trabalho será elaborado de forma dissertativa e explanatória, como forma de se demonstrar com a utilização de argumentos a constitucionalidade da videoconferência. Serão utilizados artigos e livros da doutrina como fonte de pesquisa e estudo sobre o tema.

(RESULTADOS) A lei da videoconferência tem como principal fundamento acelerar a demanda processual e ao nosso ver, traz mais benefícios do que malefícios, já que o uso da técnica é de extrema importância para o fundado receio de comprometimento da eficiência do processo, seja por razões de segurança ou de ordem pública, seja porque o processo guarde certa complexidade, e a participação a distância resulte necessária para evitar o atraso no seu andamento. Apesar de a participação a distância acarretar evidente mitigação do princípio da ampla defesa, notadamente do direito de presença, não haverá a inviabilização nesse caso, pois o núcleo essencial está preservado pelo princípio da proporcionalidade, diante da possibilidade de o acusado intervir no ato processual por meio da tecnologia, mas não fisicamente, resguardado o contato com o defensor. Logicamente, que sempre haverá certo receio em qualquer processo com relação a essa nova técnica, mas, acredito que, se posta em prática desafogará muito o poder judiciário, no tocante a diversos aspectos, como a celeridade processual.

(CONCLUSÃO) A partir do recurso ao princípio da proporcionalidade, fica visível uma solução de compromisso em relação à admissibilidade constitucional do sistema de videoconferência, onde resguarda e aplica-se ao conteúdo essencial da dignidade da pessoa humana e do devido processo legal, na proporção que se acomoda os princípios da eficiência do processo e da ampla defesa, não podendo ser feito o uso desta técnica aleatoriamente, onde se julga necessário a decisão judicial nos casos especiais.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Direito

MOROSIDADE PROCESSUAL: AS METAS ESTABELECIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Autor(es):

Roberta Cristina de Souza Soares da Silva: Discente do Curso de Direito da FARN
Danusa Regina Filgueira Bezerra Souza: Discente do Curso de Direito da FARN
Djalma da Costa Guimaraes: Discente do Curso de Direito da FARN
Niederland de Araújo e Silva: Discente do Curso de Direito da FARN
Rosa Judith de Medeiros Miranda Lopes: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Anderson Leonardo de Oliveira Brito
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O Poder Judiciário brasileiro não se aparelhou o suficiente para enfrentar a enorme demanda processual dos últimos tempos, o que contribuiu para ampliação da morosidade processual, a qual se afigura como um dos maiores problemas enfrentados pelo Poder Judiciário, fazendo do nossa Justiça a 30ª mais lenta do mundo e acarretando crescente descrédito dos jurisdicionados. Pensando nisso, através da Emenda Constitucional nº 45/2004, foi criado o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, instituído em obediência aos termos do art. 103-B da Constituição Federal.

(METODOLOGIA) Trata-se de pesquisa feita com dados obtidos através de publicidade, consultas bibliográficas, a Constituição Federal de 1988 e legislação processual.

(RESULTADOS) O CNJ integra o Poder Judiciário e possui funções de: planejamento estratégico e proposição de políticas judiciárias; modernização tecnológica do Judiciário; ampliação do acesso à justiça, pacificação e responsabilidade social; garantia de efetivo respeito às liberdades públicas e execuções penais. Sua missão é de contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade. O Judiciário, com a intenção de ganhar credibilidade da população, vem tentando mudar a visão dos jurisdicionados a seu respeito, de modo a ser reconhecido como um Poder célere, acessível, efetivo e justo, em busca da paz social e garantindo o exercício pleno dos direitos do cidadão. Em 18/03/2009, pensando em atender a estes requisitos, o CNJ traçou um plano de gestão estratégica, editando a Resolução nº 70, que estabelece 10 metas nacionais de nivelamento a serem alcançadas pelo Poder Judiciário. São elas: Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial; Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005; Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores; Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos; Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias; Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas; Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores, com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça; Cadastrar todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais; Implantar núcleo de controle interno; Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias. Contudo, identifica-se que a falta de estrutura física, o número defasado de servidores e o crescente aumento na demanda processual são apenas alguns problemas enfrentados que dificultam o cumprimento das metas estabelecidas.

(CONCLUSÃO) Por iniciativa do CNJ, estabeleceram-se metas para se alcançar celeridade processual. Porém, o problema da morosidade processual vai muito além, e não será resolvido enquanto não houver uma reestruturação no Poder Judiciário, que vai desde a organização da estrutura física, qualificação de servidores e magistrados, até a modificação da legislação processual.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PEDOFILIA: UMA ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR

Autor(es):

Miriam de Araújo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Ana Mônica Medeiros Ferreira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) (INTRODUÇÃO) Este trabalho visa refletir sobre a pedofilia no âmbito do direito material e o seu disciplinamento no ordenamento jurídico brasileiro, objetivando igualmente, compreendê-lo numa perspectiva psicológica e educacional. Perfazemos a abordagem sob a luz de alguns conceitos desenvolvidos pela doutrina, visando compreender a pedofilia em seus vários aspectos e sensibilizar a sociedade para cumprimento de seu papel.

(METODOLOGIA) (METODOLOGIA): O estudo foi fundamentado na Doutrina do Direito da Criança e do Adolescente e no Direito Penal e, ainda com o fito de desenvolver o tema foram realizadas pesquisas exploratórias com o apoio de fontes documentais indiretas secundárias, ou seja, livros, revistas e artigos científicos de outras áreas do conhecimento, tais como a psicologia e a medicina.

(RESULTADOS) (RESULTADOS): Segundo Silva Fortes a palavra pedofilia é formada pelos vocábulos gregos “pedos” e “filia” que significam, respectivamente, criança ou menino e inclinação, afinidade. Do ponto de vista da psicologia a palavra “pedofilia” é usada para denominar o distúrbio da sexualidade caracterizado pela predileção de adultos pela prática de ato sexual com crianças, consideradas pessoas que ainda não desenvolveram os caracteres sexuais secundários, considerado um transtorno mental pelo Código Internacional de Doenças da 10ª Conferência de Genebra (CID-10, F65.4). Ainda de acordo com a literatura médica, a pedofilia decorre de traumas sexuais da infância não resolvidos. Ratificando esse entendimento a Organização Mundial de Saúde – OMS – estabelece como pedofilia a ocorrência de “práticas sexuais” entre um indivíduo mais de 16 anos com uma criança na pré-puberdade, ou seja, que se encontra na faixa etária de 13 anos ou menos. Do ponto de vista jurídico afirma Silva Fortes (2009) que “a pedofilia pode ser definida como o abuso de natureza sexual cometido contra criança, mas atualmente não existe na legislação brasileira tipificação específica de um delito que tenha o nomen jûris de “pedofilia”, embora o termo já tenha sido usado em documentos oficiais”. O nosso ordenamento jurídico brasileiro em seu artigo 227 assegura às crianças e adolescentes os direitos fundamentais preconizados em sua Carta Magna. Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente consolida em nosso ordenamento jurídico a Doutrina da Proteção Integral. Ressalte-se os recentes avanços significativos da legislação brasileira com aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 234/2009 que modifica as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Ainda neste sentido, foi sancionada a Lei 11.829/2008 e a Lei 12015/2009, que modificou o Estatuto da Criança e do Adolescente, criando novos tipos de crime para combate à pornografia e ao abuso sexual.

(CONCLUSÃO) (CONCLUSÃO): Constata-se, a partir da análise do tema abordado a gravidade da situação no que diz respeito a quantidade de denúncias e grau de perversidade dos agentes praticantes do crime e os efeitos produzidos nas vítimas, crianças que tem a auto-estima atacada e que, via de regra, se tornam depressivas. Ademais, as estatísticas comprovam uma grande probabilidade de se tornarem abusadores na fase adulta, reproduzindo-se o ciclo de violência, o que impõe a toda a sociedade o dever de participar no combate e prevenção dessa prática. Para tanto, faz-se necessário ampliar os espaços de discussão, envolvendo famílias, escolas e demais segmentos da sociedade e, sobretudo, que o Poder Público, de fato, em cumprimento a observância do preceito constitucional da “prioridade absoluta” e da “proteção integral”, defina estratégias visando uma maior conscientização e participação da sociedade brasileira, bem como estratégias educacionais com enfoque para a educação emocional e de saúde, visando a prevenção e o tratamento das vítimas e dos “doentes”, como já referido, uma minoria. PALAVRAS-CHAVE: Pedofilia. Direitos da Criança e do Adolescente. Doutrina da Proteção Integral.

A INSTABILIDADE BOLIVARIANA NO MERCOSUL

Autor(es):

Gabriela Régis Fernandes da Rocha: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN
Juan Carlos de Sousa Cabral: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Marco Aurelio de Medeiros Jordão
Instituição de Ensino: FARN
Thadeu de Souza Brandão
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A integração econômica por meio de blocos supranacionais de comércio é um meio vital de organização para a economia globalizada. O volume de capitais, originados da centralização econômica, permitiu a criação de negócios em escalas planetárias, o que coagiu os Estados Nacionais a se fortalecerem em escala global e de, alguma forma, estabelecerem uma relação mais isonômica com as empresas transnacionais. Em 1991, no Paraguai, foi assinado o Tratado de Assunção, dando origem ao Mercado Comum do Sul – Mercosul, bloco integrado pelo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. A entrada da Venezuela nesse bloco está gerando grandes divergências na área política, por se creditar a esse ingresso o surgimento de arranhaduras no desenvolvimento do citado bloco econômico, situação que foi gerada por um acordo firmado sem negociação adequada entre as partes contratantes: o bloco e a Venezuela. Este trabalho propõe analisar a conjuntura atual do Mercosul e os aspectos negativos da entrada da Venezuela no referido bloco.

(METODOLOGIA) O trabalho foi desenvolvido através da leitura de artigos de cientistas políticos, de entrevistas de embaixadores, de doutrinas de Direito Internacional Público e de posicionamento de geógrafos brasileiros.

(RESULTADOS) Durante a elaboração do trabalho foi constatada a má formação do Mercosul, evidenciada pela ausência da fase do livre comércio. Por já haver nascido como união aduaneira, o Mercosul possui problemas para continuar com o desenvolvimento do bloco, impedindo-o de englobar todas as nações do cone sul. Associada a essa questão, existe a eminente entrada da Venezuela naquele bloco, que por suas diferenças com os países-membros dificultaria ainda mais o desenvolvimento do bloco. Durante a pesquisa, foi constatada a má negociação da inserção da República Bolivariana ao Mercado Comum do Sul, tornando o processo de integração, do possível novo membro, ainda mais difícil.

(CONCLUSÃO) Durante a elaboração do trabalho foi constatada a má formação do Mercosul, evidenciada pela ausência da fase do livre comércio. Por já haver nascido como união aduaneira, o Mercosul possui problemas para continuar com o desenvolvimento do bloco, impedindo-o de englobar todas as nações do cone sul. Associada a essa questão, existe a eminente entrada da Venezuela naquele bloco, que por suas diferenças com os países-membros dificultaria ainda mais o desenvolvimento do bloco. Durante a pesquisa, foi constatada a má negociação da inserção da República Bolivariana ao Mercado Comum do Sul, tornando o processo de integração, do possível novo membro, ainda mais difícil.

PSICOPATAS E SUA PUNIBILIDADE NO ATUAL SISTEMA PENAL

Autor(es):

Ithamara de Oliveira Vasconcellos Gomes: Discente do Curso de Nutrição da FARN

Kelly Cristina de Paiva Souza: Discente do Curso de Nutrição da FARN

Athos Fernandes de Queiroz: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Édesio Delano Farias Diógenes: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Marco Antonio Fontoura de Albuquerque

Instituição de Ensino: FARN

Marco Aurelio de Medeiros Jordão

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) No Brasil, embora a constituição federal estabeleça o princípio da individualização das penas, na prática o sistema penitenciário vigente dá aos criminosos psicopatas o mesmo tratamento aplicado aos presos comuns. A crença na reabilitação do indivíduo gerou uma série de aberturas no código penal que afetam diretamente à segurança social. É importante observar que o psicopata, por causas não exatamente esclarecidas, é portador de insanidade moral, não existindo tratamento reconhecidamente eficaz contra a psicopatia. Quando postos em liberdade, é certo que irão reincidir em virtude de sua falta de aprendizado com a punição. Faz-se necessário, portanto, um estudo mais avançado no tocante às medidas de segurança adotadas pelo atual sistema penal brasileiro, a fim de evitar certas aberturas existentes que possam vir a ameaçar a boa estrutura social. Diante da relevância do tema, o presente trabalho teve como objetivo gerar uma reflexão por parte dos alunos do curso de direito sobre esta questão.

(METODOLOGIA) Foram entrevistados 45 discentes do segundo período do curso de direito, submetidos a questionário de caráter reflexivo, visando averiguar a opinião e conhecimento dos alunos a cerca do tema. O questionário foi previamente elaborado, contemplando questões relativas à punibilidade aplicada atualmente aos psicopatas. Foi ressaltado o caráter anônimo do mesmo e o sigilo das informações prestadas em relação às seguintes perguntas: Você considera satisfatórias as ações adotadas pelo atual sistema penal? É favorável a um estudo mais aprofundado relativo às medidas de segurança adotadas atualmente? Você acredita que o atual sistema penal é negligente em relação aos criminosos psicopatas? A medida de segurança pode ser considerada mais eficaz que a pena retributiva- preventiva?

(RESULTADOS) Relativo às medidas adotadas pelo atual sistema penal e a um estudo mais profundo a respeito, a resposta positiva foi majoritária, tendo alguns deles citando o estudo como urgente. Os discentes em sua maioria também relataram acreditar que o sistema muitas vezes é negligente em relação ao criminoso psicopata e que outras medidas poderiam ser tomadas a fim de preservar a ordem social. Certamente a questão mais divergente foi relacionada à medida mais eficaz, sendo tanto a pena retributiva preventiva como a medida de segurança preteridas.

(CONCLUSÃO) O psicopata, ou seja, o agente que tem personalidade psicopática embora muitas vezes aparente ter conduta considerada como sendo equilibrada, na verdade trás consigo perfil de um ser humano sem sentimento, pois seu comportamento visa sempre à reafirmação do seu auto ego, razão pela qual ultrapassa todos os limites por convenções sociais dominantes do meio em que vivem para satisfazer os seus interesses que, uma vez não alcançados, leva-o para o mundo da criminalidade sem dó ou piedade de suas vítimas. Esta breve reflexão relativa ao universo da interessante psicopatologia denominada “distúrbio da personalidade anti-social” e sua punibilidade no atual sistema, nos leva a considerar de total importância a utilização de métodos diferenciados diante de sua captura.

RECLAMAÇÕES CONSTITUCIONAIS E SUAS APLICAÇÕES

Autor(es):

Anália Rachel Dantas Cirilo: Discente do Curso de Direito Noturno da FARN

Orientador(es):

Paulo Renato Guedes Bezerra
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho pretende demonstrar que a Reclamação Constitucional configura-se como instituto processual-constitucional, cuja competência é exclusiva dos Tribunais Superiores brasileiros. Para tanto, mister se faz tecer algumas considerações sobre o instituto em apreço. A Constituição Federal traz no seu bojo o instituto da Reclamação Constitucional. Os seus dispositivos, art.102, inciso I, alínea "l", art. 105, inciso I, alínea "f" e art. 103-A, retratam a sua tríplice função: garantir a imposição das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, preservar a competência destes Tribunais Superiores, assim como assegurar o respeito e adequada aplicação das Súmulas Vinculantes.

(METODOLOGIA) Com a temática em questão, buscou-se a produção de resultados através de um apanhado bibliográfico, com intuito de satisfazer o conhecimento sobre o instrumento jurídico e sua aplicabilidade perante ao poder dos tribunais. Existe uma controvérsia doutrinária acerca da natureza jurídica do referido instituto, se é recurso, manifestação do direito de petição, incidente processual ou ação e, conforme adoção de algumas dessas, muitos operadores do direito terminam por admitir a dilatação da previsão da Reclamação Constitucional no âmbito dos Regimentos Interno dos Tribunais de Justiça e a sua aplicabilidade.

(RESULTADOS) A Reclamação Constitucional é o instituto processual pelo qual se busca preservar a competência do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, assim como garantir a autoridade das decisões emanadas por estes e, por fim, proteger a devida aplicação das Súmulas Vinculantes. Esta tríplice função está insculpida na Carta Magna brasileira, nos seguintes artigos 102, 105 e 103-A, trata-se de um mecanismo de tutela de dois dos mais relevantes princípios do direito processual: o da efetividade e o do juiz natural. Demonstrando a competência exclusiva dos Tribunais Superiores para a aplicabilidade da reclamação constitucional, pretende-se dirimir as eventuais controvérsias acerca da utilização deste instituto, contribuindo para a expurgação das eventuais instabilidades que poderão surgir no ordenamento jurídico pátrio acerca dos conflitos de competência sobre a propositura desta ação constitucional. Neste contexto, também é necessário vislumbrar a lei 8.038/1990 que regulamenta o procedimento do mencionado instituto processual-constitucional, enfatizando a posição que o considera como ação, matéria processual, tendo em vista as suas peculiaridades, à exemplo da presença das partes, pedido e causa de pedir, pagamento das custas processuais e exercício do contraditório da parte adversa na sua formação. Com efeito, diante da sua previsão constitucional, que pressupõe estrita obediência, e considerando que dentre as diversas naturezas jurídicas apontadas pela doutrina, a reclamatória tem o cunho jurisdicional de ação, o referido instituto só pode ser utilizado no âmbito dos Tribunais Superiores, quais sejam STJ e STF.

(CONCLUSÃO) Em verdade, compreende-se por ser um remédio processual de que todos devem se valer para defender seus interesses, sem prejuízo da utilização dos demais recursos existentes no ordenamento jurídico pátrio

A EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO ALIMENTÍCIA E A SUA NATUREZA DIVISÍVEL

Autor(es):

Eduarda Bernardino Correa Sobral: Discente do Curso de Direito Matutino da FARN

Shandra Lucena Marques: Discente do Curso de Direito da FARN

Anna Virginia Shelman de Souza Galindo: Discente do Curso de Direito da FARN

Orientador(es):

Ana Eleonora de Carvalho Freire

Instituição de Ensino: FARN

Anderson Leonardo de Oliveira Brito

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O princípio da dignidade humana, um dos pilares da Constituição Federal brasileira de 1988, abrange os mais diversos temas devido à vastidão de possibilidades em que pode ser utilizado. A prestação alimentícia se apresenta como a obrigação de dar alimentos, compreendendo, lato sensu, educação, habitação, vestuário, saúde e lazer. Ao contrário do que se pensa usualmente, alimentos não são pagos apenas de pais para filhos, mas parentes, cônjuges e companheiros também podem requerer a prestação uns dos outros – não podendo ser, esta, desmedida - de acordo com a previsão do artigo 1.694 do Código Civil. Desse modo, o presente estudo objetiva esclarecer as circunstâncias e especialidades do já citado tipo de obrigação e evidenciar a importância do seu conhecimento para a devida efetivação desse direito assegurado pela Carta Magna brasileira.

(METODOLOGIA) Esta pesquisa tem característica exploratória devido à sua finalidade de apresentar informações mais aprofundadas sobre a obrigação de dar alimentos, a sua natureza e as implicações nas relações jurídicas pertinentes ao assunto. Desse modo, para desenvolver o tema abordado analisou-se a legislação vigente, jurisprudência, doutrina e artigos jurídicos relacionados à questão, além de pesquisas na internet.

(RESULTADOS) A partir da análise feita sobre o assunto pesquisado, constatou-se que as prestações de dar alimentos devem ser fixadas com base no princípio da proporcionalidade, ou seja, cabe ao magistrado fixar um valor que seja proporcional tanto às necessidades do alimentando quanto aos recursos econômicos do alimentante, obedecendo assim ao binômio necessidade/possibilidade. Foram encontradas, também, as implicações decorrentes da prestação de dar alimentos e do seu não adimplemento: quem deve e quem não deve arcar com tal ônus e a partir de quando - desde o momento da proposição da ação ou se retroagirá ao tempo da concepção; além do porque desses credores existirem no campo civil dessa obrigação. Nessa pesquisa, o tema também foi abordado no âmbito da divisibilidade do objeto; assim, deu-se destaque à formação do litisconsórcio passivo na ação eventualmente proposta. Ainda quanto aos credores, foi possível observar que a obrigação alimentar sempre foi entendida como não solidária, porquanto conjunta e divisível. Identificaram-se os instrumentos que a lei confere para que seja possível o auxílio na defesa do bem da vida. A Lei de Alimentos (Lei nº 5.478/68), responsável por regular tais atos, apresenta-se bastante clara e eficaz, ainda que antiga; mostrando-se capaz de conceder às ações agilidade, e, para aqueles que a propuserem, facilidade.

(CONCLUSÃO) Com vista ao que foi exposto anteriormente, conclui-se que a obrigação alimentícia tem como objetivo norteador o pagamento de prestações que visam atender às necessidades básicas do alimentando. Constata-se também a natureza divisível dessa obrigação no momento em que se verifica a possibilidade de outros parentes próximos se obrigarem juntamente com aquele indicado inicialmente para o pagamento de alimentos, tendo tal procedimento, como finalidade maior, a garantia da subsistência do demandante. É notória a discussão acerca de quando se deve iniciar o pagamento de alimentos, se deve ou não retroagir ao tempo da concepção; para a resolução de discussões como essa, faz-se necessário dar maior relevância aos princípios constitucionais tais como a dignidade da pessoa humana e o da paternidade responsável, dando a eles real efetividade e mostrando que o genitor é pai desde o momento da concepção e está obrigado para com o nascituro desde então. Logo, cabe ao judiciário resolver questões dessa natureza da maneira mais conivente com a realidade e com os princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro, almejando com isso a garantia da cidadania de todos, em especial às crianças e aos adolescentes.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO EDUCACIONAL UTILILANDO A TV DIGITAL COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO À DISTÂNCIA

Autor(es):

Adriana Alves de Oliveira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Raphaela Galhardo Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O impacto da TV Digital é muito mais significativo do que a simples troca de um sistema de transmissão analógico para digital. Mais do que uma melhora de qualidade de imagem e som isso, permite um nível de flexibilidade inatingível com a difusão analógica, permite o surgimento de uma vasta gama de novos serviços, como a oferta de guias eletrônicos de programas, acesso a serviços educacionais (T-learnig), entre outros. Este trabalho tem como objetivo principal desenvolver uma aplicação educacional utilizando a TV Digital como ferramenta para auxílio no processo de ensino à distância.

(METODOLOGIA) Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, quanto aos procedimentos, bibliográfica. Tem a finalidade de desenvolver uma e aplicações inserida no contexto voltado para a TV Digital, e avaliar os benefícios que ela pode proporcionar na alfabetização de alunos. Quanto as fontes de pesquisas, foram consultado artigos, livros e também profissionais da área de Tecnologia de Informação.

(RESULTADOS) A tecnologia de televisão digital veio para mudar o cenário do objetivo principal que ela esteve atrelada: exibir o conteúdo de uma emissora de televisão. Ela também proporciona melhor qualidade de áudio e vídeo, introduz complementaridade a programação e permite interação, que é a participação do telespectador com o conteúdo apresentado. Com a TV Digital, novos serviços poderão ser criados, por exemplo, acesso a serviços eletrônicos através da televisão digital, como T-learnig, que é semelhante a educação à distância interativa através da internet, só que através da televisão. O problema da educação à distância interativa através da internet é a acessibilidade que os usuários têm a tecnologia utilizada. O que não será um problema para o T-Learnig, já que a televisão está presente em 96% dos domicílios brasileiros. Com o potencial dos recursos da TV digital, a criação de um aplicativo educacional para a disciplina de matemática, voltado para crianças do 5º ano do ensino fundamental utilizando os recursos da TV digital, de fato proporciona as crianças a possibilidade de reforçar seus conhecimentos e trabalhar o raciocínio lógico, possibilitando assim a complementaridade a uma programação específica de T-Learning, apoiando e incentivando assim a aprendizagem em casa. Para o desenvolvimento da aplicação foi utilizado a plataforma declarativa disponibilizado pelo Ginga NCL, junto ao Middleware que é uma camada de software posicionada entre o código da aplicação e a infra-estrutura de execução (plataforma de hardware e sistema operacional) onde foi possível implementar uma aplicação que pode ser executada paralela a programação exibida.

(CONCLUSÃO) Este trabalho traz o desenvolvimento de um sistema que aproxima as características inerentes à mídia televisiva, como o aspecto lúdico e informal, ao contexto educacional. Isto é alcançado através da integração do conteúdo apresentado com a aplicação educacional, onde, a aplicação deixa sua contribuição não apenas pelos componentes de software desenvolvidos, mas pela inclusão digital, que é a idéia central do governo para o Sistema Brasileiro de TV Digital e também pela preocupação com os aspectos humanos e sociais que proporciona interação intuitiva e atraente, educação para as crianças e contribuição pedagógica.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

ANÁLISE DE DESEMPENHO DE ALGORITMOS DE BUSCA NA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA DO CAIXEIRO VIAJANTE

Autor(es):

Tarso Nunes Aires: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O objetivo deste trabalho é realizar um estudo que permita apresentar dados relativos ao desempenho dos seguintes algoritmos na resolução do Problema do Caixeiro Viajante: Busca A*, Simulated Annealing e Algoritmos Genéticos. Os resultados desse estudo poderão ser usados como base empírica para tomar decisões de implementação durante o desenvolvimento de um software que precise determinar a melhor rota entre dois pontos distintos.

(METODOLOGIA) Inicialmente fez-se um levantamento bibliográfico com leitura, análise e triagem do material que compõe as referências, com o objetivo de dar suporte à definição do problema de pesquisa, à determinação dos objetivos e à construção do referencial teórico. Em seguida, determinou-se o conjunto de instâncias do Problema do Caixeiro Viajante que serão resolvidas; cada instância difere uma da outra pela quantidade de cidades a serem visitadas, contendo a mais simples 51 cidades e a mais complexa 2392, num total de 68 instâncias. No momento atual realiza-se uma pesquisa experimental laboratorial, com a construção de um software que processa as instâncias e executa os algoritmos. Ao término dessa etapa, os dados da execução serão por fim analisados e organizados em forma de gráficos e tabelas que ilustram o desempenho de cada um dos algoritmos referente às instâncias selecionadas. O ambiente de execução dos algoritmos consiste em um computador com a seguinte configuração de hardware e software: processador Intel Core 2 Duo 2.80 GHz; 2 GB de memória RAM; Sistema Operacional Linux Ubuntu 9.04; Java Standard Edition v. 6u16.

(RESULTADOS) Atualmente foram colhidos apenas dados resultantes do processamento do Algoritmo Genético, executado 3 vezes para cada uma das instâncias selecionadas com os seguintes parâmetros: população inicial de 50 indivíduos, probabilidade de mutação de 5% e quantidade de iterações por execução igual a 100. Considerando que o valor ótimo para cada instância é definido pela distância da menor rota possível que passa por todas as cidades, nenhuma das execuções do Algoritmo Genético, processados com os parâmetros acima, atingiu esse valor. Para fins de ilustração, seguem os dados provenientes do processamento da menor e da maior instância: I=eil51, SO=426, TE1=1802, E1=2.629, TE2=1798, E2=2.474, TE3=1763, E3=2.296 I=pr2392, SO=378032, TE1=165138, E1=38.85, TE2=160194, E2=39.46, TE3=160322, E3=39.59 Onde: I=Instância, SO=Solução ótima, TE1=Tempo da primeira execução (ms), E1=erro da primeira execução, TE2=Tempo da segunda execução, E2=erro da segunda execução, TE3=Tempo da terceira execução, E3=erro da terceira execução. O erro é uma medida do quão longe a solução encontrada é da solução ótima: se o erro é zero, a solução ótima foi encontrada.

(CONCLUSÃO) Os dados apresentados podem levar à conclusão de que o grau de erro do Algoritmo Genético cresce proporcionalmente ao número de cidades do problema. Entretanto, os algoritmos ainda estão em fase de ajuste. No caso do Algoritmo Genético, os indivíduos gerados para a população inicial apresentam alta redundância, pois a implementação ainda não faz distinção de rotas iguais com ordens distintas de visita às cidades. Possivelmente, após a realização dessa otimização, os resultados obtidos terão significativa melhora.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

TERCEIRA GERAÇÃO DE TELEFONIA MÓVEL CELULAR (3G) - WCDMA

Autor(es):

Tiago dos Santos Bezerra: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Aluizio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: FARN
Gleydson de Azevedo Ferreira Lima
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Em paralelo ao grande crescimento da internet, a rede mundial de computadores que se apresenta hoje como uma ferramenta bastante difundida, as redes celulares também apresentaram um grande crescimento e evolução neste cenário onde as pessoas já sentiam a necessidade de aumento das taxas de velocidade para navegação na internet. O foco da Telefonia Celular até o momento, era prover serviço apenas de voz. No primeiro momento a telefonia fixa foi primeiro quem proporcionou as maiores taxas de navegação na internet para atender a esse grande crescimento de navegadores na internet, em seguida com o aumento do número de usuários utilizando Terminais Móveis (Notebooks, iPhones, Smart Phones etc.), logo veio a necessidade do uso da mobilidade com a altas taxas de navegação e tem como suporte em Telefonia Celular a transmissões de dados por pacotes. Tendo em vista este cenário, surgem as Redes de Telefonia Celular de terceira geração (3G) que chegam com transmissão de dados por pacotes de alta velocidade, garantia da qualidade de serviço (QoS) e suas aplicabilidades.

(METODOLOGIA) -Pesquisa Aplicada, com a finalidade de gerar conhecimentos para utilização da tecnologia 3G como uma ferramenta para buscar rapidez em solução de problemas específicos e de interesses dos usuários das redes de terceira geração. -Pesquisa exploratória, que tem por finalidade descrever as características de uma rede 3G WCDMA.

(RESULTADOS) O estudo da evolução da tecnologia móvel possibilita uma boa visão sistêmica desde o início das comunicações sem fio até as redes de tecnologia 3G. Alguns serviços que a rede WCDMA pode oferecer, assim como uma explanação dos requisitos que estes precisam serem providos com qualidade.

(CONCLUSÃO) A convergência de serviços de voz e dados com transmissão em alta velocidade nas redes de 3ª Geração, fez com que os fabricantes de dispositivos móveis evoluíssem produzindo com maior sofisticação. Processadores cada vez melhores, telas sensíveis ao toque humano, capacidade de executar diversas aplicações e sistemas operacionais, memórias com grande capacidade de armazenamento, câmeras fotográficas e de vídeos de alta definição, que suportam o serviço de vídeo chamada e envio e recebimento de mensagens multimídias. Grandes mudanças e benefícios surgiram para os usuários de serviços de dados que utilizam serviços de entretenimentos. As corporações integram estes novos serviços às atividades rotineiras. A alta velocidade na transmissão de dados e a mobilidade contribuem significativamente para uma melhor comodidade e rapidez nas transações diárias. Temos inúmeras aplicações que utilizam a rede de telefonia móvel 3G, e a partir destas, já podemos imaginar outras atividades que podem ter suporte da rede móvel de alta velocidade e os dispositivos computacionais.

SISTEMA ESPECIALISTA NO AMBITO DA SEGURANÇA PUBLICA

Autor(es):

Rivaldo Xavier da Silva Júnior: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Raphaela Galhardo Fernandes
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Hoje sabemos que o tema da segurança pública tem tomado grande ênfase em todos os meios, seja como problema ou como solução. O governo tem dado uma maior importância a esta questão, investindo de maneira efetiva em equipamentos e pessoal e, dessa forma, promovendo uma melhor qualificação do profissional de segurança pública, o que reflete em um melhor atendimento ao cidadão. Tomando como base este cenário nacional, verificou-se a necessidade de organizar e melhor utilizar as informações provenientes das ocorrências policiais produzidas no Estado do Rio Grande do Norte, procurando analisar de que maneira essas informações estão sendo armazenadas. Este estudo seria realizado através do desenvolvimento de um sistema de informação, que teria como função facilitar a extração de informações pelos gestores de segurança pública no Rio Grande do Norte. Atualmente as informações provenientes das ocorrências policiais são apenas armazenadas no Centro Integrado de Operações de Defesa Social – CIOSP, em uma base de dados, não havendo a possibilidade da geração de relatórios para uma possível análise, gerenciamento e planejamento. Dessa maneira, fica um pouco mais difícil planejar ações que auxiliem um combate a criminalidade, tão crescente em nosso país, de forma mais eficaz. O CIOSP é o órgão de maior importância para a Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Norte. Fundado no ano de 2006 para centralizar todas as informações referentes a ocorrências policiais, e também integrando as policias existente, encontra-se localizado no Quartel Geral da Policia Militar da capital, na Av. Rodrigues Alves. Um cidadão, ao telefonar para um número de emergência - seja ele 190, 193, 911, entre outros - é atendido por um agente de segurança. Este, por sua vez, dá início a uma ocorrência policial, a qual é coletada com o interessado os principais dados referente ao fato relatado. Todas as ocorrências policiais são registradas e armazenadas por meio do Intergraph's Computer-Aided Dispatch - I/CAD, um sistema de informação adquirido pelo governo do Rio Grande do Norte para gerenciar as ocorrências policiais detectadas através do número de emergência, de modo que o operador, em tempo real, tenha uma visão macro da situação exposta. Estas ocorrências são armazenadas em uma base de dados ORACLE 10G, instalado em dois servidores DELL. No entanto, para uma maior efetivação desse sistema, surgiu a necessidade de que esses dados sejam utilizados de forma interativa, a fim de ajudar na tomada de decisões dos gestores de segurança pública do Estado.

(METODOLOGIA) Será realizada uma pesquisa exploratória nas bases de dados, no qual serão colhidos informações e posteriormente analisados a melhor forma de organização e apresentação dessas informações.

(RESULTADOS) A possível construção e treinamento de uma RNA - REDE NEURAL ARTIFICIAL com as informações coletadas na base de dados.

(CONCLUSÃO) Construir e Treinar uma RNA - REDE NEURAL ARTIFICIAL em JAVA.

ANÁLISE DE USABILIDADE EM SITES DE E-COMMERCE

Autor(es):

Bruno Matheus Oliveira Cavalcante Antunes: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Eduardo Thales Pereira da Silva: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

José Lucas de Paiva Victor: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Wellington Nascimento Dantas: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Júlio Santos da Silva: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Diante da expansão do acesso à internet uma nova forma de compra e venda tem se tornado cada vez mais presente em boa parte do mundo, o e-commerce (comércio eletrônico). Essa nova modalidade de comércio se tornou uma opção muito promissora no atual cenário de globalização mundial. Consumidores e empresas têm “encurtado” distâncias e facilitado a comunicação através da internet, entretanto muitas empresas não estão preparadas para esse novo modelo de interação com os seus consumidores. A usabilidade - que pode ser definida como a qualidade da interação entre o usuário e uma interface - é um critério que deve ser observado pelas empresas que pretendem ter ou já possuem algum site de e-commerce, pois trata-se de um elemento importante no desempenho de vendas de uma empresa que busque investir nessa área.

(METODOLOGIA) Foi realizada uma pesquisa quantitativa com cinco participantes com idades entre 15 a 44 anos. Cada participante deveria simular uma compra nos cinco maiores sites de comércio eletrônico - considerando o critério de número de acesso por brasileiros. O produto a ser comprado era uma câmera digital da marca Samsung com as seguintes especificações: entre 10.0 a 10.9 Mega Pixels e com custo inferior ou igual R\$1.000,00. Após a simulação no primeiro site o participante respondia a um questionário escrito em que o mesmo atribuía uma nota de 0 a 5 para cada um destes itens: facilidade de compra, facilidade de utilização, organização das informações e nomenclatura utilizada nos botões e no menu do site. O participante repetiu esse processo para todos os sites. Os participantes verbalizavam as suas dificuldades aos pesquisadores durante a simulação o que foi levado em conta na análise dos dados. A etapa seguinte consistia na compilação e análise desses dados resultando numa classificação dos sites.

(RESULTADOS) A média final dada aos sites foi calculada somando-se as médias de cada um dos itens e dividindo o resultado pelo número de itens. Os sites foram classificados de acordo com a usabilidade do mais usável ao de menor qualidade de interação. O site “americanas.com” foi o que recebeu a melhor colocação em termo de usabilidade (média 4.1), em segundo lugar ficou o site “submarino.com.br” (média 3.8), em terceiro o site “pontofrio.com.br” (média 3.4), em quarto o “magazineluiza.com.br” (média 3.15) e em quinto o “saraiva.com.br” (média 2.2). Esses resultados foram comparados à classificação quanto ao número de acesso por brasileiros e foi constatada uma relevante concordância entre esses dois sistemas classificatórios (o de números de acessos por brasileiros e o de “usabilidade”), pois o primeiro, segundo e quarto lugar estão nas mesmas posições nas duas pesquisas.

(CONCLUSÃO) Um dos bons indicativos da quantidade de acessos que um site terá, principalmente quando o seu público é muito variado, é a usabilidade. Observar a usabilidade de um site de e-commerce é muito relevante para uma empresa, pois ainda que a empresa satisfaça condições como preços competitivos, pontualidade na entrega do produto, confiabilidade esses “pontos-fortes” acabam sendo minimizados, ou mesmo anulados, caso o cliente não consiga interagir amigavelmente com o site, pois assim ele não comprará, nem o indicará a alguém.

CRIPTOGRAFIA : DECIFRANDO CÓDIGOS

Autor(es):

Vinicius Araujo Silva: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Clean Cordeiro de Lima: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Eltton Maximiano Tavora: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
José Martinelle Freire de Almeida: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Thiago Henriques Pessoa: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: FARN
Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Desde a antiguidade, o homem sente a necessidade de proteger suas informações, seja em tempos de guerra para evitar que o inimigo saiba o que planeja, ou não. A partir desta necessidade, começaram a surgir métodos pra dificultar a leitura da mensagem, que podiam ser simplesmente um rearranjo das letras de uma forma que não fosse possível entede-la (transposição), ou criando códigos e inserindo-os na mensagem, mudando totalmente o seu conteúdo (substituição), sendo somente possível entede-la quem souber o método utilizado na codificação, assim surgiu a criptografia. Segundo CARVALHO, "Criptografia é composta dos termos gregos *kryptos* (segredo, oculto, ininteligível) e *grapho* (escrita, escrever), consiste na ciência e na arte de se comunicar secretamente." A criptografia tem dos métodos, o da substituição e o da transposição, que são métodos bastante simples de cifrar a mensagem para evitar que seja entendida com facilidade, mas também possuem mais modernos e robustos métodos de cifragem, como os métodos de chaves simétrica e assimétrica, que ao longo desta pesquisa será detalhado suas particularidades, vantagens, desvantagens e exemplos que são ou já foram utilizados.

(METODOLOGIA) Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, diante das informações obtidas, foi desenvolvida uma pesquisa experimental para a implementação de um algoritmo criptográfico, para ser apresentado na prática.

(RESULTADOS) No decorrer desta pesquisa, foi obtido um algoritmo que funciona através do método da substituição para cifragem da mensagem, implementado na linguagem de programação JAVA, apesar do mesmo trabalhar utilizando um dos métodos mais simples da criptografia, pode-se observar de forma prática que aspecto tem uma informação cifrada, e logo em seguida a mesma será decifrada. Também observamos que, à medida que surgiam exemplos de algoritmos mais e mais complexos de criptografia (alguns algoritmos de chave assimétrica), tornavam-se inviáveis devido a quantidade de recursos computacionais e tempo necessário para sua execução

(CONCLUSÃO) A criptografia talvez seja tão antiga quanto à escrita, porém talvez não tenha sido tão estudada quanto é nos dias de hoje, quando temos um foco cada vez maior na segurança de informações que circulam na internet. Muitas pessoas utilizam a internet diariamente e o fluxo de dados que circulam pela mesma é imenso, estas pessoas, na grande maioria, nem sabem que criptografia existe e está ajudando na segurança de seus dados, assim, concluímos que a criptografia e o aperfeiçoamento de seus métodos é indispensável para o futuro da segurança de dados.

REDES 4G - O FUTURO DA TELEFONIA MÓVEL

Autor(es):

Paulo César Carvalho de Medeiros: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Gleydson de Azevedo Ferreira Lima
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As comunicações móveis têm representado um importante papel no cenário de desenvolvimento econômico global. Os sistemas de redes móveis colaboram de forma decisiva para reduzir a distância tecnológica que existe entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento e isso representa uma quase liberdade oferecendo ao usuário banda larga, tendo acesso a informações de diversos veículos de comunicação, vídeo conferência, entretenimento, multimídia. Como não bastasse agora a ideologia já é a Quarta Geração (4G) que irá dar muito mais praticidade, padrões de velocidade e qualidade mais altos e muito mais integração entre os dispositivos eletrônicos com capacidade para comunicação sem fio.

(METODOLOGIA) A metodologia a ser utilizada será a coleta de dados e informações acerca da tecnologia, utilizando da pesquisa qualitativa onde as fontes de dados foram livros, artigos científicos e sites da internet que permitem que se tome conhecimento de material relevante, tomando-se por base o que já foi publicado em relação ao tema.

(RESULTADOS) Mostrar dados, aparelhos, aplicações em uso, custos que virá com a implantação dessa nova forma de tecnologia na área da telefonia móvel.

(CONCLUSÃO) Concluir que a quarta geração de telefonia móvel mudará muito o cenário atual que vive as rede móveis em funcionamento, contribuindo para um melhor funcionamento futuro.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

ESTUDO DE APLICAÇÃO DE TÉCNICAS EM AUTOMAÇÃO DE TESTES FUNCIONAIS DE SOFTWARE

Autor(es):

Bruno Vinicius Moura dos Reis: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ricardo Wendell Rodrigues da Silveira
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Nos dias de hoje, com a crescente concorrência entre as empresas de software e o aumento no nível de exigência de seus usuários, tem-se exigido um processo de teste de software cada vez mais aprimorado e bem definido. Desta forma essas empresas vêm constantemente buscando alternativas no processo de teste para revelar erros na fase de desenvolvimento, reduzindo custos na sua correção e agregando qualidade ao produto final. Dependendo do nível de complexidade do software a dificuldade aumenta e torna-se trabalhoso testar todo o sistema para liberar uma nova versão. Diante disto empresas têm visto a necessidade de investir em automação de teste com o uso de ferramentas, visando uma verificação mais rápida e eficiente das falhas no software e não conformidades com os requisitos expressados pelos clientes, em alguns casos essa verificação é exigida nos modelos de referência em processo de desenvolvimento de software como CMMI e MPS-BR.

(METODOLOGIA) O estudo foi aplicado em uma de desenvolvimento de software para automação comercial, como o processo de teste na empresa era pouco definido e não possuía nenhum tipo automação, criamos um projeto para a concepção do processo de automação de teste dividido em cinco etapas: identificação dos casos de testes, construção, execução e verificação. Identificação dos Casos de Teste: Identificação dos casos de teste possíveis e viáveis de ser automatizados. Os principais fatores considerados para a escolha foram o nível de complexidade da regra de negócio do caso de teste e nível o de incidência de erros reportados, com o auxílio de relatórios disponíveis pela ferramenta de gerência de defeitos utilizada na empresa. Construção: Definição das técnicas utilizadas com base na teoria estudada e como essas serão aplicadas com base nos casos de testes. Execução: Desenvolver os scripts de teste. Verificação: executar os casos de teste e verificar se o resultado com a automação foi o esperado. Para o estudo foi selecionados os casos de teste do módulo de cadastro que correspondem a 15% do ciclo do teste de regressão, com objetivo de liberar os testadores da tarefa monótona de aproximadamente 4 horas e iniciar uma cultura de automação de teste nos projetos da empresa.

(RESULTADOS) O tempo total da execução dos testes de forma manual era de 3,5 Horas ou 12.600 segundos. Fazendo um comparativo com a execução da suíte com os 70 casos de testes de forma automatizada que levaram em média 32,66 minutos ou 1.959,60 segundos chegamos a uma melhoria de 84,45% no tempo de execução. É possível chegar ao valor correspondente a melhoria dos custos de execução dos testes apenas diminuindo o custo da execução manual pelo custo da execução automatizada e dividir pelo custo da execução automatizada. Sabendo que o custo da execução manual equivale à R\$ 28,00 e o custo da execução automatizada à R\$ 18,32, observamos uma melhoria de 68,18% nos custos com a execução. Para o retorno do investimento seria necessária a execução de 395,12 ciclos de forma automatizada, o equivalente à aproximadamente dezesseis anos e meio que pode ser considerado absurdo se forem executados duas vezes a cada mês como a execução manual, mas tendo a possibilidade de se executar todos os dias do ano esse numero cairia para aproximadamente um ano e um mês.

(CONCLUSÃO) Os números devem-se ao fato de que para o investimento inicial alto com a ferramenta e a infra-estrutura da automação e a discrepante quantidade de casos de teste utilizados no estudo pode se tornar inviável se adotar um processo de automação, mas que para empresa serviu para alcançar seu objetivo de iniciar o processo de automação e ter utilizar sua força de trabalho para aplicar outros tipos de teste não apenas o funcional.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

PROJETO DE INTEGRAÇÃO DAS UNIDADES DO MPRN ATRAVÉS DE UMA REDE DE DADOS ÚNICA

Autor(es):

ErasmO Claret Fernandes Souza: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

AluÍzio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O presente trabalho destina-se a apresentar a topologia do projeto de redes, com uma estrutura técnica planejada para interligar todas as unidades do órgão. Seu planejamento deve levar em consideração o tráfego de informações sigilosas e a necessidade de transmissão ininterrupta de dados bem como sua constância quanto a velocidade. Outro aspecto analisado foi o financeiro, pois limitações de orçamento impedem projetos que impactem a economia do órgão. Espera-se que a implantação desta interligação favoreça o processo de comunicação, aumentando a eficiência do órgão e principalmente melhore a atuação do MPRN para a sociedade que ele atende.

(METODOLOGIA) Para realização desse trabalho será estudado um modelo de conectividade da atual administração do Ministério Público como seus órgãos de apoio. Depois de definido um modelo, será realizado um planejamento de como será o projeto das interligações físicas e lógicas dos computadores, além de especificar o tipo de cabeamento, nos seguintes aspectos básicos, como por exemplo, desempenho de comunicação, facilidade de manutenção, possibilidade de expansão e segurança das informações. Além do mais, será realizado um estudo de todos os acessórios utilizados na conectividade de uma rede de dados, na distribuição corretamente dos 'nós', para que a rede tenha o melhor desempenho possível.

(RESULTADOS) Esse projeto de interligação das unidades do MPRN, através de uma VPN, é uma solução vantajosa, pois promete diminuir os custos de comunicação substituindo uma infra-estrutura de Rede privada pelo uso de uma Rede pública, mantendo os mesmos requisitos de segurança. Normalmente é mais barato pagar pelo uso de uma Rede pública de comunicação de dados do que partir para a implantação de uma Rede própria. Usando uma VPN, podemos obter todos os benefícios de ter uma conexão dedicada entre dois pontos usando conexões via ADSL, cabo e etc., que são muito mais baratos. Em último caso, podemos utilizar a linha privada.

(CONCLUSÃO) A realização desse projeto possibilitou algumas conclusões, são elas: escolha de um Layout que atendesse ao critério custo-benefício do MPRN; O uso da VPN definido como melhor Layout que se adapta as condições e aos critérios pré-estabelecidos; A vantagem desse definido Layout que utiliza a mesma infraestrutura da Internet, e que a VPN permite que os dados sejam enviados de forma criptografada, garantindo sigilo e segurança

MICROBLOG TWITTER: APOIO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Autor(es):

Wesley Steverson Santos de Azevedo: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Cristiane Clebia Barbosa
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A educação como sempre um processo evolutivo, está diante do que pode ser mais um recurso de apoio no processo ensino-aprendizagem. O objetivo desse estudo é contribuir através de uma reflexão sobre a possibilidade do uso do microblog Twitter como uma extensão da sala de aula, pois “aprender” é um ato constante que pode acontecer dentro e fora dos muros da escola. O Twitter foi criado em 1992 por Jack Dorsey como um aplicativo para rastrear motoristas de taxi. Somente em 2006 ganhou popularidade em todo mundo como uma rede social. Atualmente, é uma das redes mais utilizadas, oferecendo conteúdo de forma imediata, permitindo aos usuários que enviem e leiam atualizações expostas em textos curtos com até 140 caracteres, conhecidos como tweets. A utilização do Twitter poderá ser um aliado no método construtivista e oferecer ao aluno uma aprendizagem ainda mais interessante antes e depois da aula presencial, podendo ser utilizado como um local para divulgar e debater ideias em tempo real. O mesmo força a síntese, resultando em um conteúdo enxuto, porém relevante, dessa maneira facilitará a absorção do conteúdo, já que a informação sintetizada é mais objetiva.

(METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em artigos publicados em revistas e na Internet, embasado em livros interdisciplinares, além de análise de relatos de experiências de professores no uso desse novo recurso.

(RESULTADOS) Para atingir o objetivo, é necessário que o Professor seja capaz de aplicar e adequar atividades de discussões após suas aulas e em classe concluir o que foi discutido na rede, coerente com seus objetivos, e que o aluno esteja focado na aprendizagem. O Twitter é uma grande fonte de notícias e troca de informações e experiências de forma rápida e eficiente. O acesso é gratuito e se dá a partir da criação de uma conta no site www.twitter.com. Em 140 caracteres o Professor pode compartilhar links, propor atividades, comentar sobre Educação e sugerir leituras, mas cabe aos professores utilizar as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC's) não só para transmitir conhecimento, mas também ensinar aos alunos como usá-las, modificá-las e até mesmo discordar delas. Alunos e Professores passam de consumidores da informação para produtores, numa interação com os demais. O interessante do surgimento de novos recursos tecnológicos é que professores, sejam através das redes sociais ou não, estão buscando se apropriar das inovações tecnológicas em favor da educação.

(CONCLUSÃO) Assim, se o estudo de utilização do Twitter como recurso de apoio no processo ensino-aprendizagem, conseguir atingir os objetivos propostos, será um instrumento de grande utilidade, para todos que o utilizarem. O estudo encontra-se em desenvolvimento, a pesquisa continua em busca de contribuições para um melhor uso do Twitter na educação, pois, embora seja uma das redes sociais mais utilizadas para a comunicação, ainda é pouco utilizada pelos educadores. Para que isto aconteça é preciso da legitimação epistemológica do Professor. Não existe fórmula mágica, nem receita pronta para utilização das Redes Sociais na Educação, mas por ser a rede um espaço social, é também um espaço de Educação e aprendizado, mas cabe ao Professor explorar as potencialidades do Twitter ou de outros recursos tecnológicos, com criatividade, procurando propor atividades que possam ser inseridas no contexto das suas aulas, mas nunca esquecendo que a tecnologia é um meio e não um fim.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

JANELAS PARA O MUNDO: A INCLUSÃO DIGITAL EM UMA UNIDADE PEDIÁTRICA

Autor(es):

Wagner Tomaz dos Santos Barros: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Fernanda Fernandes Gurgel
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Nos dias atuais a informática está presente nos locais mais diversos, sendo considerada uma ferramenta para a formação de um cidadão. Na área da interação/comunicação/inclusão, os ambientes virtuais podem constituir-se como um recurso fundamental, como “janelas para o mundo” para indivíduos hospitalizados, embora existam outras possibilidades. O Hospital Universitário Ana Bezerra (HUAB), situado no município de Santa Cruz-RN, a cerca de 120 quilômetros da capital, implantou em sua unidade de pediatria um programa de inclusão digital, por meio de uma parceria entre o HUAB e a International Business Machines (IBM), essa pesquisa tem como objetivo relatar a experiência da implantação desse programa de inclusão digital no setor pediátrico do HUAB

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, realizado no HUAB. O programa de inclusão digital teve como público-alvo crianças e adolescentes internados no HUAB e seus acompanhantes. Como instrumentos e materiais, foram utilizados computadores projetados ergonomicamente para atender a crianças em idade escolar, além da utilização de material escolar (papel, lápis, canetas, quadro). As estratégias utilizadas foram: aulas expositivas; tarefas práticas, jogos educativos e contínua avaliação do projeto e de seus participantes.

(RESULTADOS) : Para que o programa de inclusão digital fosse iniciado, a IBM doou dois computadores desenvolvidos especificamente para utilização em ambientes pediátricos, buscando oferecer aos pacientes/clientes e seus acompanhantes o aprendizado computacional, e a quebra do isolamento social causado pela internação. Para isto, são realizadas aulas expositivas e tarefas práticas que lhe proporcionam noções básicas de computação, que visam não apenas a inclusão digital, mas também a socialização dessas crianças e adolescentes. As atividades de inclusão digital funcionam de segunda-feira à sexta-feira, alternando os turnos matutino e vespertino, com duração de uma hora por dia, contando com monitores voluntários, coordenados pelo Serviço de Psicologia, com assessoria do Serviço de Tecnologia da Informação. Essas atividades oportunizam momentos de interação, de construção de conhecimentos e estímulo à segurança, à auto-estima, ao bom humor e à alegria, entre outros aspectos sócio-afetivos positivos, minimizando o sentimento de isolamento, de solidão e de exclusão que um ambiente adverso pode desencadear.

(CONCLUSÃO) O desenvolvimento de atividade de inclusão digital, em um ambiente pediátrico, possibilita o contato com pessoas que estão fora do hospital, transpondo as barreiras físicas impostas pelo mesmo, proporcionando assim a melhoria de qualidade de vida e conseqüentemente a inclusão social dos indivíduos envolvidos. Isso porque usufruir das tecnologias de informação é um direito inalienável à toda criança hospitalizada, sendo uma questão de cidadania a disponibilização desses recursos durante o período de sua permanência no hospital, não devendo a mesma deixar de vivenciar essa possibilidade, mesmo que temporariamente.

VIDEOCONFERÊNCIA: APROXIMANDO REALIDADES

Autor(es):

Wagner Tomaz dos Santos Barros: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Aluizio Ferreira da Rocha Neto
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A comunicação é uma das maiores necessidades dos seres humanos desde os tempos mais remotos. Nos dias atuais, com o avanço tecnológico, a comunicação nos proporciona acesso a informações que até poucos anos pareciam distantes. Nesse contexto, a informática vem adquirindo cada vez mais importância na vida cotidiana, como um suporte significativo para a comunicação. No setor educacional, a informática vem impondo mudanças contínuas e conseqüentes questionamentos acerca dos tradicionais métodos de ensino-aprendizagem. No setor saúde, tem promovido a troca de informações entre profissionais da área, pesquisadores e pacientes. Uma das ferramentas utilizadas para a troca de informações e aproximação de realidades é a videoconferência, definida por Seixas et al (2002) como uma conexão entre pessoas em tempo real em diferentes localidades com a finalidade de comunicação, geralmente envolvendo áudio, texto, assim como o vídeo. Nesse contexto, esse estudo tem como objetivo relatar a experiência da implantação de um sistema de videoconferência no Hospital Universitário Ana Bezerra (HUAB).

(METODOLOGIA) Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, realizado no HUAB. O projeto de videoconferência, tem como público-alvo todos os funcionários do referido hospital. Como instrumentos e materiais, foram utilizados computadores, equipamentos de videoconferência fixos e móveis, software de videoconferência, projetor multimídia, máquina fotográfica digital, scanner de documentos, câmera filmadoras, sala apropriada (iluminação, acústica), quadro inteligente e poltrona. As estratégias utilizadas foram: reuniões, aulas expositivas, debates e ciclos de palestras.

(RESULTADOS) para darmos início ao sistema de videoconferência foi preciso a aquisição de equipamentos, financiados pelo projeto Rede Universitária de Telemedicina – RUTE, que é uma iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, apoiada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pela Associação Brasileira de Hospitais Universitários (Abrahue), sob a coordenação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Atualmente, o sistema de vídeo conferencia é utilizado para as reuniões da Rede Sentinela (projeto da Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde) que ocorrem às terças-feiras sob tutela do Hospital Sírio Libanês, onde são discutidos temas previamente definidos. Nas quartas e quintas-feiras, ocorre o atendimento clínico entre pacientes, médicos e residentes do HUAB e médicos e residentes do Hospital Universitário Onofre Lopes das seguintes especialidades: dermatologia, reumatologia, endocrinologia, neurologia e psiquiatria.

(CONCLUSÃO) O sistema de videoconferência permite a troca de conhecimento entre instituições distantes geograficamente, mas próximas virtualmente. O ganho de aprendizagem e a economia financeira e de tempo são alguns dos fatores que contribuem para a sua disseminação. Assim, a videoconferência aproxima saberes, faz com que a educação e a saúde cheguem aos locais menos favorecidos, fazendo com que realidades distintas possam juntas gerar um aprendizado mútuo.

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (TI) NAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO DO PORTAL CORPORATIVO DA EMPRESA LOCALIZA

Autor(es):

Joelma Targino de Alencar: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Patrick Reinecke de Alverga
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A competitividade está exigindo das empresas, a cada dia que passa novas maneiras de relacionar-se com o concorrente, o consumidor e o fornecedor. A globalização dos negócios e as rápidas mudanças requerem constantes adaptações para a manutenção das empresas no mercado, sendo o acesso à informação um das razões dessas mudanças. O avanços da TI (Tecnologia da Informação), a larga utilização das redes de computadores, a Internet sendo utilizada comercialmente e o desenvolvimento das Intranet's nas empresas permitiram uma maior interação e integração entre colaboradores dessas empresas com a propagação de informação e conhecimento. Esses fatos inspirou e motivou o desenvolvimento do Portal Corporativo da Localiza. Este estudo tem como objetivo apresentar uma visão geral sobre a importância da Tecnologia da Informação nas organizações e um estudo de caso do portal corporativo da Empresa Localiza Rent a Car S/A.

(METODOLOGIA) A pesquisa bibliográfica, onde se foi consultado a bibliografia disponível a respeito do assunto proposto, e a pesquisa qualitativa, que ajudou a identificar a importância do portal corporativo da Localiza

(RESULTADOS) Em 2004 foi selecionado uma ferramenta para gestão de conteúdo de intranet. Foi escolhida o SharePoint 2003 da Microsoft para essa finalidade, com a implantação dessa ferramenta (Portal Localiza), grande parte das informações da empresa estão disponíveis nela, cujo objetivo é disseminar o conhecimento necessário a aprendizagem organizacional e ao sucesso da empresa. Nesse portal o funcionário tem um único ponto para acesso a todas as informações relevantes que ele precisa pra fazer o seu trabalho, como por exemplo: o aumento da produtividade individual pelo menor tempo de busca de informação, as informações e conhecimentos compartilhados em tempo real etc. Permite que cada funcionário passe a ter um seu desktop, uma janela única que agrupa todas as informações necessárias a execução do trabalho diário. Além disso, oferecem considerável independência de lugar, pois através de conexão com dispositivos móveis é possível aos funcionários acessar o portal e sua riqueza de informação, onde quer que eles estejam, permite uma gestão eficaz do conteúdo, uma efetiva comunicação e interação interna da organização Após entrevista realizada com alguns colaboradores, verificou-se que o portal oferece muitos benefícios: todas as informações e aplicações necessárias pra execução de tarefas do dia a dia permite o compartilhamento do conhecimento, maior mobilidade, Integrar pessoas que estão geograficamente distribuídas, capacita trabalhar com a informação certa na hora certa, redução do tempo de respostas e resolução de problemas etc. Do ponto de vista do gerente da área de TI da empresa, representa economia e mais produtividade. Essa ferramenta veio sem dúvida para ficar e promover uma poderosa transformação no trabalho e na empresa.

(CONCLUSÃO) A implementação do Portal Corporativo da Localiza causou mudança fundamental no modo como a empresa funciona, ao contrário de muitos outros investimentos em Tecnologia da Informação, a implementação do Portal Corporativo vem sendo executada para servir, principalmente, às necessidades de funcionários, que passa menos tempo em busca de informação e documentos, com isso sobra mais tempo para o trabalho efetivo. Com os benefícios apresentados, é fácil ver que um Portal Corporativo não apenas reduz custos, mas agrega valor ao negócio e torna uma organização mais preparada para os novos desafios que surgem a cada dia.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

UMA INTRODUÇÃO A ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE PRONTUARIO UNICO PARA O PROGRAMA FARN COM SAÚDE

Autor(es):

Vandson Santos de Lima: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Álisson Daniel Saraiva Dantas: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Aluzyio Gondim de Freitas Júnior: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Joaz da Silva Vieira: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Romulo Fagundes Cantanhede
Instituição de Ensino: FARN
Alexandre Luiz Galvão Damasceno
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A tecnologia da informação atualmente está presente em todas as áreas e podemos observar grandes resultados, como a rapidez e a acessibilidade das informações de forma a facilitar os processos de decisões de um determinado fim. O foco do nosso trabalho abrange a área biomédica, especificamente em relação ao projeto FARN COM SAÚDE, onde podemos utilizar os conhecimentos tecnológicos nas tarefas desenvolvidas na área da saúde, por meio do desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica, que coleta e integra as informações dos pacientes das clínicas integradas, reunindo informações de todas as áreas, sendo elas de nutrição, enfermagem, fisioterapia, psicologia e educação física.

(METODOLOGIA) Inicialmente utilizamos pesquisa qualitativa, pois utilizamos o ambiente como fonte direta dos dados acerca do projeto FARN COM SAÚDE, projeto esse que visa realizar avaliações clínicas e funcionais gratuitas e desenvolver atividades físicas a baixo custo. A pesquisa exploratória foi utilizada para melhor conhecermos o projeto, e levantarmos informações suficientes para atuarmos na proposta de desenvolvimento da ferramenta de otimização. Por meio de visitas ao local, e entrevistas com os coordenadores dos cursos de Educação física e de Psicologia. Com base nos dados obtidos, utilizamos a pesquisa-ação, onde pretendemos desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados.

(RESULTADOS) Após a realização da pesquisa, começamos um projeto de desenvolvimento de um sistema que viabilize a manipulação de todas as informações dos pacientes, e que esses possam possuir um prontuário único, onde constem todas as informações nutricionais, físicas, psicológicas, e das demais áreas participantes do projeto. Para tal, utilizamos uma metodologia de desenvolvimento de software conhecida como RUP (Rational Unified Process) juntamente com os documentos e diagramas utilizados e descritos na UML (Unified Modeling Language). Como resultado, obtivemos a criação dos documentos de visão, que informa o objetivo geral do projeto, o documento de casos de uso, que consiste em um estudo específico, das interações dos usuários com o sistema, e do documento de regras de negócios, onde informamos às regras que manipulam o processo utilizado nas clínicas integradas. Além dos documentos, criamos também diagramas de casos de uso, diagramas de entidades, diagrama de classes e diagrama de sequência, cada diagrama tem seu objetivo específico, e visa em termos gerais, facilitar a visualização do projeto tanto por parte do cliente como também pelo programador, que irá codificar a solução utilizando uma linguagem de programação de computadores. Desenvolvemos também um protótipo inicial da interface gráfica, que será utilizada pelos usuários para a manipulação da ferramenta.

(CONCLUSÃO) Concluímos que podemos utilizar a tecnologia da informação para diversas áreas, entre elas, a área biomédica, que lida com informações importantes, de dados pessoais, históricos de doenças, análise de possibilidades de soluções médicas, baseadas no conjunto de informações coletadas, entre outras coisas. Por tanto, entendemos que é de suma importância o desenvolvimento dessa ferramenta e que nossa intenção é aprimorá-la a partir de um projeto inicial.

TECNOLOGIA 4G

Autor(es):

Daniel Franklin Lima e Silva: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Iarisson de Araújo Dantas Lima de Almeida: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Diego Ranyeres Silva Correia: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Sidiney Ricardo Xavier: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Francisco Nilson de Carvalho: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Objetiva-se de mostrar e/ou esclarecer algumas dúvidas e curiosidade sobre a mais recente tecnologia móvel, a 4G, que veio ao mercado com muitas inovações e diferenciais das anteriores. Já mesmo antes de ter sido lançada oficialmente no mundo, já se encontra em um lugar de destaque, promovendo um avanço considerável na tecnologia de informação móvel, e facilitando muito a interação entre qualquer tipo de classe social, com eficiência e rapidez.

(METODOLOGIA) Foi-se utilizado pesquisa de interesses gerais a respeito das configurações e utilizações da nova tecnologia, onde foram obtidos resultados satisfatórios, apesar do pouco tempo de existência dessa tecnologia, já se pode observar notoriamente que realmente é uma grande evolução nessa área. Foram tentadas algumas simulações, de comparações entre essa tecnologia, e outras mais antigas, mostrando já diferenças surpreendentes, onde são analisados diferenças de velocidades e na dificuldade no uso.

(RESULTADOS) Primeiramente, o termo 4G, que vem de quarta geração de telefonia móvel, não foi encontrado ainda nenhuma definição própria, mas nos baseamos no já estabelecido. A 4G estará baseada totalmente em IP, sendo um sistema de sistemas e uma rede de redes, facilitando muito a interação entre todo tipo de máquinas. Nas pesquisas comparativas realizadas, o que mais surpreende a todos na nova tecnologia, é a velocidade de acesso, que está sendo trabalhada para alcançar 100Mbps em movimento e 5Gb em repouso, e tudo isso com uma estabilidade bem estruturada, superando de maneira incomparável qualquer outra tecnologia anterior. As duas tecnologias exploradas no mercado atualmente são: Wimax e LTE (Long Term Evolution), ambas ainda em fase de estruturação. Fazendo uma análise temporal, esperamos a aceitação do Brasil a 4G, por volta de 2015, e quem sabe até muito depois, devido o custo e a adequada estruturação para o mercado.

(CONCLUSÃO) Podemos concluir, que mesmo apesar do grande esforço e desenvolvimento dessa nova tecnologia para o mercado, ela com certeza vai se tornar, ou já vem se tornando um grande marco na história da tecnologia móvel, onde mesmo sendo uma área que tem inovações a cada instante, ela se colocou num lugar de muita observação e mérito, devido as surpreendentes mudanças e melhorias. Por enquanto só o que resta a maioria da população, e aguardar que seja completa a implementação da 4G, e torcer para que ela alcance logo, todos os pontos do mundo, pois com certeza, será algo que facilitará muito a condição de vida das pessoas, tornando em muitas áreas, mais simples, eficiente e ágil.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Informática

SISTEMAS EMBARCADOS: APLICABILIDADE NA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA E AERONÁUTICA

Autor(es):

Jefferson Bruno Fernandes Lemos: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Daniel Morais de Almeida: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Gilson Correia Vasconcelos: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Diego Brenno Régo Freire: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Ytalo Rosendo do Amaral
Instituição de Ensino: FARN
Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Um sistema embarcado pode ser basicamente definido como a integração de hardware e software em qualquer dispositivo que processe dados, e que não seja um computador. A embarcação de sistemas vem sendo utilizada desde a década de 60, tendo sua primeira aplicação no Apollo Guidance Computer, um computador guia que operava em tempo real, até os dias de hoje, sendo incorporada em praticamente todos os dispositivos eletrônicos.

(METODOLOGIA) O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e explanatória que consistiu na busca da visão de diversos autores sobre o tema abordado.

(RESULTADOS) Diariamente fazemos o uso de equipamentos eletrônicos, e nem ao menos percebemos que os mesmos possuem internamente sistemas embarcados que realizam e controlam a maioria de suas funções. Estes diferenciam-se de um computador pelo fato de possuírem um baixo poder de processamento e limitarem-se a executar muito bem uma única tarefa. São largamente utilizados em equipamentos eletro portáteis, tendo atualmente uma grande ênfase na indústria automotiva e aeronáutica. Nos automóveis, os sistemas embutidos estão presentes no sistema ABS (sistema anti-bloqueio para freios), GPS (sistema de posicionamento global), e são responsáveis pelo controle da temperatura interna do motor e também pelo sistemas de travas do veículo. Estes recursos são mantidos por microcontroladores ou microprocessadores que realizam milhões de cálculos em tempo real, e controlados através de softwares específicos, comumente chamados de firmwares. Na indústria aeronáutica, o uso de sistemas embutidos é ainda maior. Para se ter uma idéia, geralmente, somente os sistemas eletrônicos de um avião representam 30% do custo do mesmo, uma vez que a união de hardware e software representam 40% do valor dos sistemas. A aplicação de um sistema embarcado de maior destaque na aeronáutica é o piloto automático. Para que este controle o avião automaticamente, é necessário o uso de um software, placa-mãe, giroscópios, acelerômetros (utilizados para medir a força aplicada sobre a aeronave), medidor de pressão, um módulo GPS para informar a localização da aeronave e outro módulo para estabelecer a comunicação com a estação terrestre.

(CONCLUSÃO) Enfim, embora os computadores roubem a cena, os sistemas embarcados marcam forte presença no nosso cotidiano, e em maior número. Atualmente são de grande relevância e sua implementação na indústria automotiva, aeronáutica e em dispositivos eletrônicos tornou-se quase que indispensável. Portanto, faz-se necessária a criação de novas pesquisas com o objetivo de ampliar e otimizar os sistemas automotivos e aeronáuticos, para que em um futuro não muito distante, seja possível viajar em transportes completamente sistematizados e capazes de serem pilotados automaticamente ou remotamente.

DATA MINING

Autor(es):

Jean Guerethes Fernandes Guedes: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Gleydson de Azevedo Ferreira Lima
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) As duas últimas décadas acompanharam um aumento dramático na quantidade de informações ou dados que são armazenadas em formato eletrônico. Esta acumulação de dados aconteceu a uma taxa explosiva. Foi calculado que a quantidade de informação no mundo dobra a cada 20 meses e o tamanho e número de bancos de dados estão aumentando ainda mais rapidamente. O valor destes dados armazenados está tipicamente ligado à capacidade de extrair informações de mais alto nível que se encontra subjacente a estes dados, ou seja, informação útil que sirva para dar suporte a decisões, e para exploração e melhor entendimento do fenômeno gerador dos dados. Podem existir padrões ou tendências úteis interessantes que, se descobertos, podem ser utilizados, por exemplo, para otimizar um processo de negócio em uma empresa, ajudar no entendimento dos resultados de um experimento científico, ajudar médicos a entender efeitos de um tratamento entre outros. Dentro deste contexto, data mining (mineração dos dados - extração de informações implícitas, padrões ocultos em bases de dados) tem ganhado muita atenção de diversas áreas de interesse. Elas o consideram como um campo crítico para seus negócios. O uso de informações valiosas obtidas por mineração dos dados é necessário para manter a competitividade no ambiente comercial atual. Com o advento do "data warehousing" que faz a armazenagem de grandes quantidades de dados em um local comum e do contínuo avanço no aumento do poder de processamento dos computadores, os empresários procuram por tecnologias e ferramentas para extrair informações úteis dos dados.

(METODOLOGIA) Inicialmente executa-se a fase do processo de KDD, iniciando com o pré-processamento (seleção, limpeza, codificação, e enriquecimento). Em seguida, são aplicadas regras de associação e por intermédio de algoritmos de detecção do conhecimento desejado.

(RESULTADOS) Nos dias atuais com a grande concorrência existe e para que os dados não sejam só para armazenar dados e sim, para determinar, influir dados ou conhecimento até então implícito.

(CONCLUSÃO) Filtrar Bases de Dados é um processo muito complexo, mas que ao mesmo tempo é uma ferramenta de grande utilidade para as corporações que desejam explorar melhor as informações que estão implícitas nas suas bases de dados. As técnicas e as ferramentas do Data Mining permitem obter uma visão melhor e amplificada do negócio em causa, simplificando o processo de exploração de dados, auxiliando a tomada de decisão e o uso da inteligência competitiva nas estratégias de negócios. O objetivo deste trabalho, é apresentar as regras de associação e também mostrar apenas uma pequena parte do que constitui e o que vem a ser o Data Mining com alguns conceitos básicos, esclarecendo a importância desta técnica e em que situações utilizá-la. As regras de associação representam apenas um tipo de conhecimento que é possível se obter com a utilização do Datamining, e este trabalho apresenta uma das suas formas de descoberta através do algoritmo "APRIORI".

PIPELINE: DIVIDINDO TARAFAS PARA UM MELHOR DESEMPENHO

Autor(es):

Pedro Thiago Pinheiro de Freitas: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Renato Lopes de Luna Freire: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Antonio Yuri Lulini de Assis: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Thiago Franklin da Silva: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN
Nelson Peixoto Teixeira Filho: Discente do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação da FARN

Orientador(es):

Joseane Alves Pinheiro
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Os computadores de antigamente (décadas de 60-80) eram dotados de processadores que não aproveitavam muito eficientemente a quantidade de hardware disponível durante a execução das instruções. Posteriormente, com a divisão da execução das instruções em estágios, onde a finalização de um estágio por uma instrução permite que uma nova instrução utilize aquele estágio, tornou-se possível executar com uma certa sobreposição várias instruções no mesmo ciclo do processador. Esta técnica foi chamada de pipeline e talvez tenha sido o maior passo na evolução arquitetural dos processadores.

(METODOLOGIA) Foram efetuadas pesquisas bibliográficas em livros de organização de computadores e sites relacionados ao assunto, com o objetivo exploratório.

(RESULTADOS) Pipeline é o nome dado a técnica utilizada em alguns processadores para obter um melhor desempenho, que foi implementado inicialmente no Intel 80486 no ano de 1989. Ela organiza e divide as tarefas de forma que seja obtido melhor desempenho, implementando várias instruções que são sobrepostas na execução. Consiste em dividir o processamento em vários estágios simultaneamente, tendo assim um ganho significativo no desempenho, os processadores atuais possuem um maior número de estágios do Pipeline, como por exemplo o Pentium 4 que tem 20 estágios.

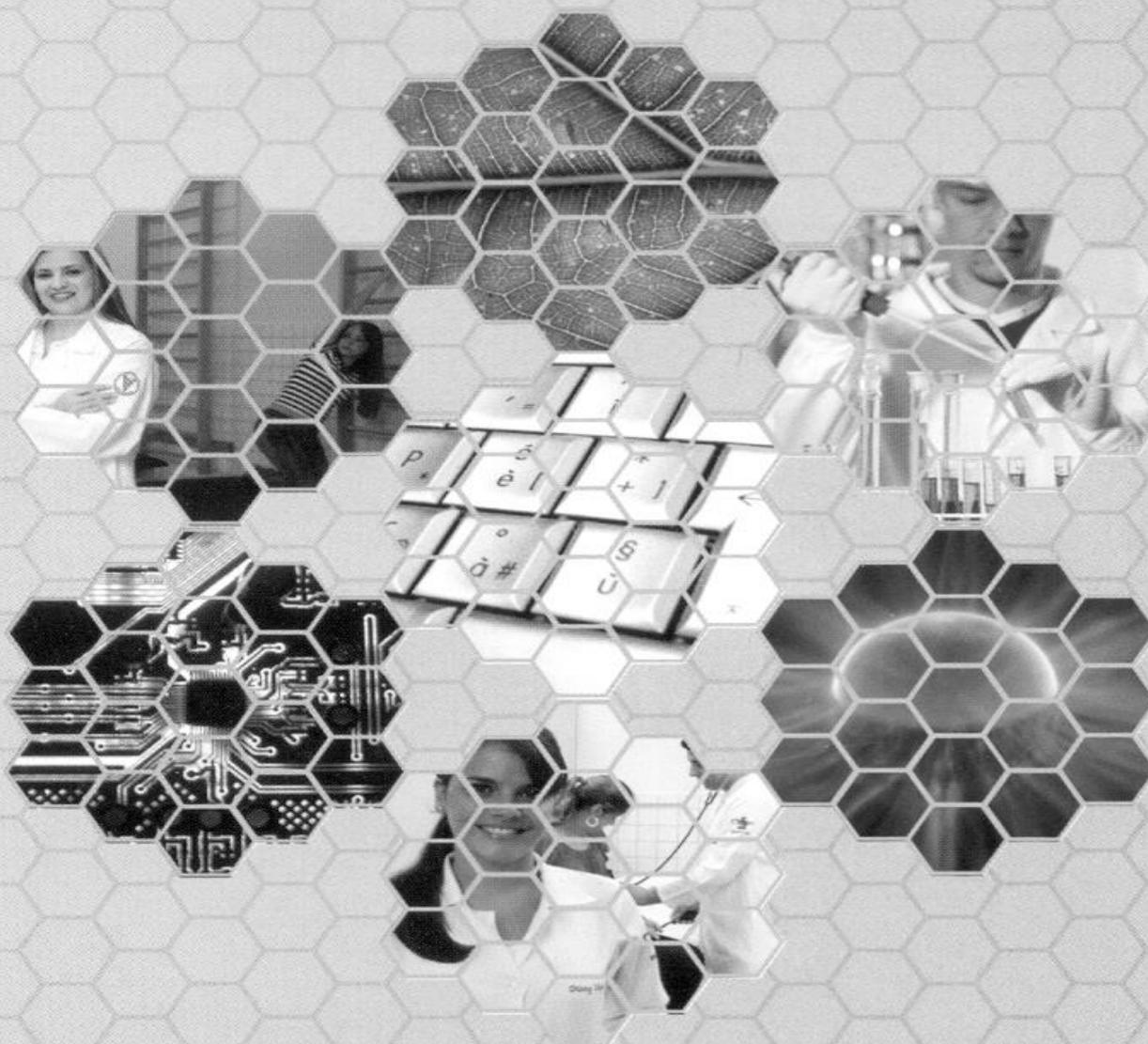
(CONCLUSÃO) Apesar de não ser uma técnica mas utilizada nos processadores atuais, o pipeline foi um grande avanço em processadores trazendo uma grande base para tecnologias mas modernas e ainda pode ser encontrado em várias placas gráficas.

IX NIC

Congresso de Iniciação Científica
12 a 14 de novembro de 2009

FARN

FARN: 10 ANOS DE ENSINO E PESQUISA A SERVIÇO DA SOCIEDADE



PÓS-GRADUAÇÃO

ÁREA DO CONHECIMENTO: Pós-Graduação

ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ESTUDO DE CASO EMPRESA KLABIN S/A

Autor(es):

Íris Linhares Pimenta: Discente do Curso de MBA em Administração Financeira da FARN
Leandro Nantes Ferreira de França: Discente do Curso de MBA em Administração Financeira da FARN
Matheus Jaques de Castro Ribeiro Duarte: Discente do Curso de MBA em Administração Financeira da FARN
Artur César Mafra Campelo: Discente do Curso de MBA em Administração Financeira da FARN

Orientador(es):

Jesus Leodaly Salazar Aramayo
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) INTRODUÇÃO: Essa pesquisa tenta mostrar a situação financeira da empresa Klabin S/A, através de índices financeiros calculados a partir das demonstrações financeiras.

(METODOLOGIA) METODOLOGIA Para o presente estudo foi utilizada as demonstrações financeiras da empresa Klabin S/A nos anos de 2005, 2006 e 2007.

(RESULTADOS) 1- Estrutura Financeira: 1.1- Independência Financeira Aumento no endividamento da empresa supracitado, tendo que sua natureza é de longo prazo. 1.2- Segurança Financeira O endividamento da empresa é predominante de fontes de longo prazo. A participação entre fontes de financiamento de longo prazo sobre o total da dívida foi de 76,41% em 2005 para 86,48% em 2007. 1.3- Estrutura de Investimentos Em 2005, 52,57% do total de aplicações da empresa estava em sua estrutura operacional.. Em 2006, esse percentual foi reduzido para 48,68% e, em 2007, subiu para 60,77%. 1.4- Estrutura de Financiamento dos Investimentos Os índices 1,49, 1,69 e 1,45, em, respectivamente, 2005, 2006 e 2007. Isso significa dizer que para cada R\$ 1,00 aplicado, a entidade possui R\$ 0,49 de sobra para aplicar em capital de giro. Nos anos posteriores, essa folga varia em R\$ 0,69 em 2006 e R\$ 0,45 em 2007. 2- Índices de Liquidez: 2.1- Liquidez Corrente: em 2005, a empresa dispunha de R\$ 2,20 para cada R\$ 1,00 da dívida exigível no decorrer do próximo exercício existente e em 2007 para R\$ 3,30. 2.2- Liquidez reduzida: temos que para cada R\$ 1,00 do passivo circulante, a empresa dispunha de R\$ 1,95 em 2005, e em R\$ 2,94 em 2007. 2.3- Liquidez Imediata: a empresa possuía R\$ 0,10 em 2005, que reduziu para R\$ 0,03 em 2006 e subiu para R\$ 0,24 em 2007. 3- Índices de Ciclo Operacional Em 2005, o giro de fornecedores era de 37 dias, chegou a 73 em 2007. Para a empresa, é bom postergar o pagamento de suas dívidas. Giro de estoques, verificou-se uma elevação de 55 dias em 2005 para 66 em 2007. isso implica maiores quantias em estoques, o que reduz a liquidez da empresa e forma capital parado. Giro de clientes variou pouco, passando de 56 dias em 2005 para 59 em 2007. Também não é bom para a empresa, pois significa que ela aumentou o financiamento de suas vendas. Redução do ciclo operacional de 74 dias para 51. Isso graças ao financiamento de suas atividades por conta de seus fornecedores, que aumentaram o prazo de recebimento em 35 dias. 4- Índices de Rentabilidade Verifica-se o aumento do ROE e a Diminuição do ROI no período. O que significa dizer que a empresa maximizou a utilização dos recursos para geração de riqueza, através de uma alavancagem financeira positiva.

(CONCLUSÃO) - A empresa passou a financiar suas atividades com capital de terceiros sendo, esses, predominantemente, de longo prazo. A maturidade dessas fontes de financiamento aumenta o capital de giro disponível da empresa. - A liquidez da empresa cresceu em todos os indicadores. - Tratando-se de ciclo operacional, a organização passou de uma situação não tão favorável para uma bastante positiva, já que passou a pagar seus fornecedores após o recebimento de mercadorias. - O ciclo financeiro da empresa foi reduzido, o que afeta na necessidade de capital de giro da empresa. Ela reduziu sua necessidade de investimento em giro e aumentou seu saldo em tesouraria. - Já nos índices de rentabilidade, percebe-se que houve uma alavancagem financeira positiva, pois a utilização eficiente dos recursos de terceiros gerou um ROE superior ao ROI.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Pós-Graduação

ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: ESTUDO DE CASO EMPRESA GUARARAPES S/A

Autor(es):

Íris Linhares Pimenta: Discente do Curso de MBA em Administração Financeira da FARN

Leandro Nantes Ferreira de França: Discente do Curso de MBA em Administração Financeira da FARN

Matheus Jaques de Castro Ribeiro Duarte: Discente do Curso de MBA em Administração Financeira da FARN

Artur César Mafra Campelo: Discente do Curso de MBA em Administração Financeira da FARN

Orientador(es):

Joana Darc Medeiros Martins

Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Essa pesquisa tenta mostrar a situação financeira da empresa Guararapes Confeções S/A, através de índices financeiros calculados a partir das demonstrações financeiras.

(METODOLOGIA) Para o presente estudo foi realizado de uma pesquisa bibliográfica seguida de um estudo documental, onde utilizou as demonstrações financeiras da empresa Guararapes Confeções Ltda, nos anos de 2006, 2007 e 2008, disponíveis no site da CVM.

(RESULTADOS) 1. Índices de Lucratividade 1.1. Rotação do Ativo Percebe-se que a empresa está conseguindo gerar mais vendas com o total investido em ativos. Ou seja: em 2006, o ativo foi responsável por R\$ 0,41 de venda. Em 2007 por R\$ 0,44 e, em 2008, para R\$ 0,61. 1.2. Margem de Lucro Apesar do Giro do ativo ter aumentado, a margem de lucro da empresa reduziu no período. Esse índice reduziu de 37,30% em 2006 para 18,10% em 2008, o que representa um decréscimo de 51,48%. 1.3. Alavancagem Financeira Foi reduzido de 1,24 em 2006, para 1,21 em 2007 e 1,14 em 2008. Verifica-se, portanto, a redução de capital de terceiros. 1.4. Alavancagem dos Lucros para Acionistas Ordinários Observa-se uma elevação neste índice, que partiu de 0,916, em 2006, para 0,958 em 2008. Esse crescimento de 4,58% é ruim para a empresa, pois afirma que cada vez mais os lucros antes dos financiamentos estão diminuindo. 1.5. Retorno sobre o Ativo x Retorno Sobre o Patrimônio Líquido dos Acionistas Ordinários Com relação ao retorno sobre ativos, verificou-se uma queda de 15,53% em 2006 para 11,83% em 2007 e 11,08% em 2008. Tal redução está relacionada ao decréscimo verificado na Margem de Lucro. No geral, houve uma redução percentual de 27,67% no período. O Retorno Sobre o Patrimônio Líquido dos Acionistas Ordinários, por conseguinte, também reduziu. Tal indicador era de 17,45% em 2006, passando a 13,24% em 2007 e 12,12% em 2008. No período, significa uma redução de 30,58%. Ou seja, a empresa está deixando de ser um investimento tão rentável quanto antes. 2. Índices de Ciclo Operacional Observa-se a redução na rotação de contas a pagar de 32 dias para 31, a empresa perdeu um dia de prazo de pagamento para seus fornecedores. A rotação de estoques, percebe-se que o tempo de estoque aumentou de 76 dias para 82. Já o contas a receber, tal período aumentou de 98 para 143 dias. Isso resulta em maiores investimentos em contas a receber, além de provisões para devedores duvidosos maiores, o que impacta diretamente no Lucro Líquido. Percebe-se aumento na necessidade de capital de giro da empresa, uma vez que ela passou a pagar um dia mais cedo pelas mercadorias que entraram na empresa e passou a receber 143 dias depois. Esse aumento de 45 dias na concessão de crédito fez com que também fosse elevado o seu ciclo operacional bruto. 3. Índices de Liquidez Pela Liquidez Corrente, a empresa dispunha de R\$ 3,48 para cada R\$ 1,00 da dívida exigível no decorrer do próximo exercício existente. Em 2007, valor se reduziu para R\$ 3,00 e em 2008 subiu para R\$ 3,38. Já na liquidez seca para cada R\$ 1,00 do passivo circulante, a empresa dispunha de R\$ 2,99 em 2006, R\$ 2,46 em 2007 e R\$ 2,61 em 2008.

(CONCLUSÃO) Evidenciamos a importância da análise de balanço, pois ao extrair informações sobre a situação financeira da empresa temos condições de melhor avaliá-la.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Pós-Graduação

ATENDIMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO: UMA PERCEPÇÃO DOS CLIENTES DA CAERN – REGIONAL NATAL SUL

Autor(es):

Fábio Augusto Pinto da Costa: Discente do Curso de MBA em Gestão Estratégica de Pessoas da FARN

Orientador(es):

Jannes de Freitas Valente
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) A CAERN, Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, sofre com frequência acusações de insatisfação de seus clientes com os serviços prestados pela empresa. Não é incomum presenciar pessoas afirmando que a companhia tem uma resposta deficitária em relação às solicitações de serviços, o que seria uma grande fonte de insatisfação em relação ao atendimento oferecido. De fato, a empresa parece apresentar uma estrutura precária para responder de forma eficaz às reclamações de avarias na rede de esgoto que serve a cidade do Natal. Mas se faz oportuno indagar se essa dificuldade representa um obstáculo para a satisfação de seus consumidores com o atendimento oferecido. O trabalho da CAERN tem apresentado intercorrências no seu desenvolvido, enfrentando inúmeros momentos de paralisação das atividades. Nesse contexto, começam a surgir manifestações de insatisfação promovendo por vezes comportamentos negativos nos consumidores. Diante disso, o presente artigo objetiva investigar a satisfação dos clientes da CAERN – Regional Natal Sul – em relação ao atendimento oferecido pela empresa. Para tanto, foi realizada uma investigação da percepção dos consumidores da CAERN quanto ao serviço prestado pela empresa.

(METODOLOGIA) O estudo constitui-se de métodos exploratório-descritivos, objetivando a exploração profunda e exaustiva da realidade específica da CAERN – Regional Natal Sul – quanto ao atendimento oferecido pela empresa. Assumindo a forma de estudo de caso, a pesquisa é também caracterizada como quantitativa. O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário. Em um universo composto por 1.133 usuários da CAERN/RNS, foi pesquisada uma amostra aleatória com 137 clientes da companhia, apresentando um índice de 8% de possibilidade de erros e 95% de nível de confiabilidade. Todos os pesquisados eram clientes dos da CAERN/RNS. Após a elaboração e aplicação do instrumento de pesquisa, deu-se a construção de gráficos ilustrativos com suas respectivas análises.

(RESULTADOS) A CAERN encontra dificuldades em oferecer um pronto atendimento uma vez que 52% dos seus usuários precisam reclamar pelo menos duas vezes e 26 % precisam reclamar pelo menos 3 vezes para que seus problemas sejam resolvidos. A pesquisa revela que 53% da amostra indicam que a empresa necessita de 7 dias para atender as reclamações dos seus consumidores, enquanto 31% indicam que a empresa não excede 15 dias para atender a uma queixa. Nota-se que 74% dos usuários da CAERN avaliam o serviço prestado como ótimo ou bom. Vale destacar que apenas 11% classificam a qualidade do serviço como ruim ou péssima. 95% dos usuários da CAERN/RNS classificam o atendimento oferecido como ótimo ou bom. 89% das respostas refletem consumidores muito satisfeitos ou satisfeitos com as soluções dadas pela empresa e somente 4% se sentem insatisfeitos ou muito insatisfeitos.

(CONCLUSÃO) Pôde-se constatar que o grau de satisfação do usuário da CAERN - Regional Natal Sul - em relação ao atendimento prestado pode ser considerado alto. Apesar de eventuais rumores populares de haver um baixo índice de satisfação por parte da população, os resultados revelam que a satisfação dos seus clientes é, em verdade, alta. Portanto, os consumidores da CAERN/RNS avaliam a qualidade do serviço prestado de forma muito positiva. De fato, os usuários entrevistados denotam um alto índice de satisfação com o atendimento prestado pelos funcionários da empresa. No entanto, a CAERN sofre as conseqüências da falta de divulgação do alto índice de satisfação de seus clientes. Por tanto, se torna imprescindível investimentos e esforços em propaganda e publicidade para esclarecer a real percepção do atendimento oferecido pela CAERN – Regional Natal Sul.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Pós-Graduação

A INFLUÊNCIA DO FATOR SUSTENTABILIDADE NAS AÇÕES DE MARKETING DAS ORGANIZAÇÕES

Autor(es):

Wilton Alves Pequeno: Discente do Curso de MBA em Marketing Estratégico da FARN
César Augusto Barreto da Silva: Discente do Curso de MBA em Marketing Estratégico da FARN

Orientador(es):

Catarina da Silva Souza
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) Frente à mobilização em torno da atuação sustentável das organizações, vê-se que a necessidade de mudança na forma de praticar sua comunicação, em decorrência das iniciativas sociais em favor do meio ambiente, torna-se cada vez mais urgente. Entretanto, a visão participativa – que permeia o modelo de gestão, considerando com maior amplitude os interesses e a participação dos stakeholders – apresenta-se como um paradigma nas organizações que possuem uma forte visão para a governança corporativa com interesses prioritariamente voltados aos acionistas. Contudo, cabe salientar que o maior desafio para as organizações atuais dá-se na busca pelo equilíbrio entre essas duas óticas de gestão, uma vez que o consumidor contemporâneo, em virtude do seu grande acesso à informação, passa a apresentar um conhecimento mais profundo dos processos produtivos e a cadeia pela qual passam os bens de consumo (duráveis ou não), até que a experiência de consumo se efetive. Diante desse contexto, essa pesquisa empreende-se a fim de verificar a influência do fator sustentabilidade nas ações de marketing das organizações.

(METODOLOGIA) Consiste em uma pesquisa qualitativa em nível exploratório, visto que não foram encontrados registros de pesquisas semelhantes. Para tanto se fez necessário a utilização de pesquisa bibliográfica, documental e de campo para o levantamento dos dados. Utilizou-se o confronto entre os dados dos periódicos pesquisados com dados anteriormente coletados para a verificação da autenticidade dos dados e embasamento teórico consistente.

(RESULTADOS) As iniciativas sociais estão cada vez mais modificando as formas de comunicação das organizações. Embora se verifique que as ações de consumo consciente possuem um grau especialmente relevante nos países europeus, e que no Brasil ainda são poucos os consumidores dispostos a pagar por um “produto verde” ou com selo fair trade, seja pela variável preço, ou porque a dimensão sustentabilidade passou a ser entendida com atributo de valor há pouco tempo, já foram registrados inúmeros casos na história onde o consumidor conseguiu intervir nas ações de marketing de grandes companhias, quando estes sentiram seus direitos violados ou mesmo verificam a incoerência nas formas de comunicação das organizações. Toma-se como exemplo o CONAR, que no Brasil atua defendendo as prerrogativas constitucionais da propaganda comercial, funcionando não apenas como um instrumento de regulamentação para as organizações, mas também como espaço para denúncia de ações empresariais consideradas incoerentes pela sociedade. Ilustra-se esta afirmação com a retirada de um VT da Petrobrás que demonstrava seu posicionamento como empresa ambiental e socialmente responsável, confrontando-o com seus altos índices de emissão de enxofre, ao longo de seu processo produtivo.

(CONCLUSÃO) A presente pesquisa demonstrou o desafio que os profissionais de marketing precisam enfrentar no sentido de, não apenas repensarem as estratégias concebidas diante do novo paradigma de consumo, como também os modelos mentais sob o qual se desenvolve a construção dos discursos empresariais. Observou-se também a influência da sustentabilidade e importância da atuação da sociedade civil organizada, frente às ações de marketing das organizações, que passam a direcionar suas ações para um consumidor mais consciente de suas atitudes de consumo, bem como atentos às iniciativas mercadológicas das organizações. Constatou-se ainda, a importância de um órgão regulamentador que possibilite a sociedade o amparo quanto à execução de medidas que possam coibir a atuação caluniosa das organizações. Contudo, acredita-se que o fator sustentabilidade, a partir da sua entrada definitiva no cenário empresarial, passou a representar uma variável estratégica dentro das organizações que vislumbram o crescimento no cenário econômico atual, uma vez que o volume e as especificidades das informações que hoje são adquiridas pelos consumidores tornarão suas ações de consumo mais conscientes, e logo passarão a definir o sucesso ou o fracasso das organizações.

ÁREA DO CONHECIMENTO: Pós-Graduação

PERSPECTIVA ECONÔMICA: O MINÉRIO DE FERRO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autor(es):

Daniel Macedo Tapajós: Discente do Curso de MBA em Marketing Estratégico da FARN

Orientador(es):

Alúcio Alberto Dantas
Instituição de Ensino: FARN

(INTRODUÇÃO) O potencial mineral do Estado do Rio Grande do Norte tornou-se conhecido por ser o primeiro Estado produtor de gipsita, o maior produtor nacional de concentrado de scheelita e de sal marinho e o maior produtor nordestino de caulim primário. Essa participação na história da indústria extrativa mineral do país, levou a descoberta várias ocorrências, minerais metálicos, gemas, rochas e minerais industriais. Ao final da década de 1970, este desempenho tornou o Rio Grande do Norte o segundo centro de produção mineral do Nordeste, superado apenas pelo estado da Bahia. A partir da década de 1980, o Rio Grande do Norte passou a ser o primeiro produtor do Nordeste e o quarto produtor de bens minerais e energéticos do país, ficando atrás dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pará. Apresenta-se neste trabalho, um estudo de caráter sócio-econômico da exploração do minério de ferro no município de Jucurutu, cerca de 300 quilômetros da capital Natal.

(METODOLOGIA) A metodologia de pesquisa deste trabalho é de caráter exploratório, com o objetivo de apresentar uma perspectiva econômica do aspecto mineral do Rio Grande do Norte utilizando como parâmetro o histórico dos recursos minerais deste estado. Além disso, procura-se apresentar as dificuldades atuais como forma de promover soluções para seu desenvolvimento. A pesquisa possui modo qualitativo, pois traduz de forma clara o conteúdo dos fenômenos sócio-econômicos inseridos neste tema.

(RESULTADOS) A exploração dos recursos minerais no Rio grande do Norte possui destaque importante na economia do estado. O montante produzido pelo negócio de extração e comercialização do minério de ferro se apresenta como viável e também gerador de recursos que vão além da geração de emprego diretos e indiretos. Projetos milionários para o escoamento da produção mineral, vão de minerodutos, portos de águas profundas, ferrovias, ampliação de estradas e aeroportos de cargas para atender a logística do complexo processo dos negócios minerais. A movimentação dos recursos deve ser amplamente escoada para atender principalmente o mercado internacional aproveitando o aquecimento da economia que classificou o Brasil como líder das exportações de minério de ferro.

(CONCLUSÃO) O ritmo de crescimento da demanda de minério de ferro vem crescendo a cada ano, dessa forma, a exploração mineral poderá render um considerável aumento na receita do Rio Grande do Norte nos próximos anos. Projetos milionários, capazes de impulsionar a geração de empregos, impostos e a matéria-prima abundante aliada à posição estratégica para exportação poderá tornar cada vez mais real os incentivos fiscais para o estado.